

Aula 00

*SEFAZ-AP - Contabilidade Avançada
(Prof. Julio Cardozo + Luciano Rosa e
Silvio Sande)*

Autor:
Júlio Cardozo, Luciano Rosa

13 de Dezembro de 2024

Índice

1) Apresentação do Curso - Contabilidade Geral	3
2) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	8
3) Questões Comentadas - CPC 04 - FGV	54
4) Questões Comentadas - CPC 04 - FCC	87
5) Questões Comentadas - CPC 04 - CEBRASPE	112
6) Questões Comentadas - CPC 04 - Multibancas	142
7) Questões Comentadas - CPC 04 - Cesgranrio	179
8) Questões Comentadas - CPC 04 - Vunesp	188
9) Lista de Questões - CPC 04 - FGV	213
10) Lista de Questões - CPC 04 - CEBRASPE	224
11) Lista de Questões - CPC 04 - FCC	234
12) Lista de Questões - CPC 04 - Multibancas	245
13) Listas de Questões - CPC 04 - Cesgranrio	256
14) Lista de Questões - CPC 04 - Vunesp	261



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, meus amigos. Como estão? Sejam bem-vindos ao **Estratégia Concursos**, simplesmente o melhor curso preparatório para concursos do Brasil!

Temos a felicidade de apresentar a vocês o nosso curso de **Contabilidade** com **TEORIA E QUESTÕES COMENTADAS**.

METODOLOGIA

Conteúdo

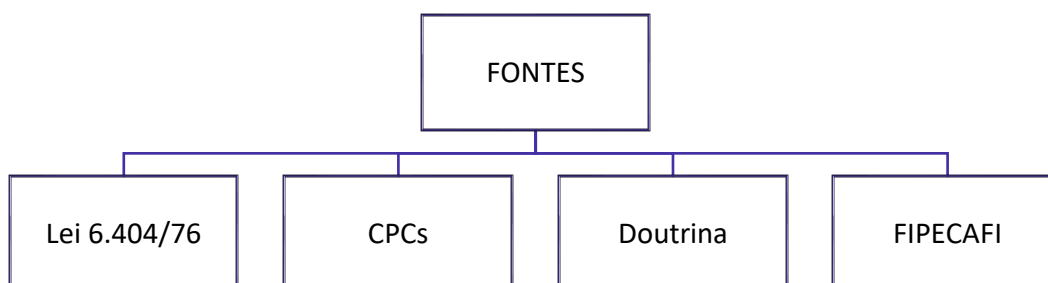
Quem conhece os cursos do Estratégia sabe que trabalhamos basicamente com a seguinte estrutura didática: **Livros Digitais em PDF (Teoria e Questões) + Vídeos Completos (Teoria + Questões) + Fórum de Dúvidas**.

É muito importante que, em um primeiro momento, você leia o material escrito e, como forma de reforçar algum conteúdo, assista aos vídeos. É uma regra absoluta, professores? NÃO! Mas é a nossa sugestão para vocês, tudo bem?

A Contabilidade é uma ciência desafiadora, é verdade, e exigirá dedicação e comprometimento, mas temos certeza que isso não será problema para vocês.

Gostaríamos de ressaltar que nosso curso está 100% **atualizado** de acordo com:

- Lei 6.404/76: Também conhecida como Lei das Sociedades Por Ações (LSA) e pilar da Contabilidade.
- Principais pontos dos chamados Pronunciamentos Contábeis (CPCs), tema praticamente obrigatório em provas de concursos públicos e exames.
- Pontos necessários de doutrina e do Manual de Contabilidade Societária (FIECAFI).



Questões de Concursos

Além da teoria, para o aprendizado da contabilidade é essencial a resolução exaustiva de questões de provas anteriores. Além de ajudarem na fixação do conteúdo, as bancas tendem a repetir os enunciados.



Por disso, ao longo do conteúdo teórico, apresentaremos uma série de questões, de forma didática, para demonstrar como o tema é cobrado em provas. Temos questões apresentadas ao longo da exposição teórica, como fixação de conteúdo, e no final de cada aula, uma carga extra de exercícios para treinamento.

Resumos e Mapas Mentais

Adicionalmente, na área do aluno, apresentaremos um resumo simples do que foi abordado no conteúdo teórico e, ainda, mapas mentais para ajudar na fixação do conteúdo.

É assim que conduziremos os nossos cursos! Uma forma que está auxiliando diversas pessoas a conseguirem aprovação nos mais diversos certames. Agora, permita-nos fazer uma pequena apresentação pessoal.

APRESENTAÇÃO PESSOAL

Meu nome é **Luciano Rosa**, sou **Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo**, e **professor de contabilidade para concursos no site do Estratégia**.

Coautor do livro **Contabilidade Avançada Facilitada para Concursos** – Teoria e questões e mais de 200 questões comentadas, livro baseado nos Pronunciamentos Contábeis emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, publicados pela **Editora Método**.

Meu nome é **Silvio Sande**, sou graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Visconde de Cairu na Bahia e sou **professor de Contabilidade Geral, Contabilidade Avançada, Contabilidade de Custos e Análise das Demonstrações Contábeis** aqui no Estratégia Concursos.

Meu nome é **Julio Cardozo**, e sou **professor das disciplinas de Contabilidade Geral, Avançada, de Custos e Perícia Contábil** aqui no Estratégia Concursos.

Atualmente sou **Auditor Fiscal do estado do Espírito Santo** e trabalho diretamente na fiscalização de ICMS. Fui sargento da Força Aérea Brasileira, controlador de tráfego aéreo, por 14 anos, tendo ingressado no serviço público com 17 anos de idade.

Vejam que somos três professores totalmente dedicados à sua aprovação.

Sigam as nossas redes sociais para muitas e muitas dicas de contabilidade para concursos:

Facebook: [Contabilidade para Concursos – Grupo de Estudos](#)

Instagram: [@contabilidadeconcurso](#), [@prof.silviosande](#) e [@profjuliocardozo](#)



CRONOGRAMA DE AULAS

Os cronogramas estão na área do aluno. Caso seja necessário, alguma alteração pode ser realizada, por isso, é importante acompanhar sempre a área do aluno.

Luciano Rosa/Silvio Sande/Julio Cardozo

Quaisquer dúvidas, falem com a gente.

Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes.

Isaac Newton

PERGUNTAS FREQUENTES NO CURSO

1 – Professores, devo começar pelo PDF ou pelos vídeos?

Resposta: Faça o teste na aula 00 e veja o que melhor funciona para você. De maneira geral, entendemos ser mais proveitoso começar pelo PDF, pois, além de mais completos, podemos ter um avanço mais rápido e eficiente no curso. Caso algum assunto fique meio travado no PDF, recorra aos vídeos como apoio. É normal que na nossa jornada de estudos a gente passe por fases, sabiam? Às vezes estamos com mais vontade de estudar os PDFs e outros momentos queremos os vídeos. Isso é perfeitamente normal, acredite! O importante é que seu estudo seja sempre ATIVO e contínuo.

2 – Professores, há necessidade de utilizar um livro para complementar?

Resposta: Não. O nosso curso é completo. Para isso disponibilizamos PDF + Vídeos + Fórum de dúvidas + Mapas Mentais + Resumos + Slides + Questões da banca.

3 – Professores, há necessidade de imprimir os Pronunciamentos Contábeis - CPCs para leitura seca?

Resposta: Não. E nem é recomendável. As normas em geral são muito grandes e técnicas. O que você precisa saber sobre os CPCs está no curso.

4 – Professores, em que parte termina a contabilidade geral e começa a avançada?

Resposta: Hoje, não há mais rigor nessa distinção. As bancas entendem que contabilidade geral já contém os chamados Pronunciamentos Contábeis (que seriam a parte de Contabilidade Avançada). Todavia, costumamos dizer que a Contabilidade Geral hoje contempla a parte inicial até a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5 – Professores, preciso terminar a Contabilidade Avançada para estudar Contabilidade de Custos?

Resposta: Não, mas é necessário conhecer pelo menos a parte de Contabilidade Geral que aborda a Demonstração do Resultado do Exercício.



DICAS PARA QUE VOCÊ POSSA APRENDER CONTABILIDADE E EVOLUIR NA DISCIPLINA

Antes de começar a aula propriamente dita, vamos deixar aqui **algumas dicas para que vocês possam melhorar/iniciar os estudos de contabilidade**. Leia com atenção!

Dica 1: Saiba o que cai na sua prova e qual a extensão.

Tenha o costume de SEMPRE ler o seu edital para saber o que será exigido. Isso é um compromisso seu como aluno. Nós, professores, também fazemos isso para prepararmos um curso direcionado e na medida que você precisa para sua prova. Mas você precisa fazer a sua parte.

Dica 2: Tenha em mente que a disciplina por vezes é complexa (não há como negar isso) e a perfeita compreensão para concursos demanda tempo e paciência.

No começo do curso, muita gente se queixa que não entende o funcionamento de alguns conceitos e convenções. Acreditem, é perfeitamente normal. Estudar Contabilidade exige amadurecimento, paciência e dedicação! “Mais importante do que a velocidade, é a direção”.

Dica 3: Saiba que a Contabilidade é uma ciência com convenções próprias e vocabulário próprios.

Algumas expressões, verbos, convenções são próprios da Contabilidade. Assim, tenha mente aberta para “aceitar” algumas ideias e entenda que, em certas situações, será necessário deixar “pré-conceitos” de lado.

Um exemplo clássico: Débito não significa necessariamente alguma coisa ruim e crédito não significa coisa boa. Quando começar os estudos, saiba que essas palavras são utilizadas na disciplina com sentido peculiar. Por favor, nos dê esse voto de confiança.

Verbos como realizar, incorrer, transcorrer, apropriar serão apresentados a você nessa jornada e possuem significado especial para a Ciência Contábil.

Dica 4: Um passo de cada vez.

A disciplina é demasiadamente EXTENSA, interligada e o curso está estruturado para ser bem gradual, passo a passo. Os assuntos são interdependentes e, alguns conceitos são apresentados de maneira inicial em uma aula e aprofundados em outras, caso seja necessário para você. Há assuntos que você verá na aula 00 que só serão tratadas com profundidade na aula 03, por exemplo.

Dica 5: Conheça a banca que fará a sua prova. Cada uma das bancas tem um estilo peculiar de cobrança.

Hoje, podemos dizer seguramente que cada uma das principais bancas cobra a matéria de seu modo. Então, é imperativo conhecer os principais temas cobrados por cada uma e as peculiaridades. “Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas” Sun Tzu.



Dica 6: Faça questões e simulados rotineiramente.

Assim como é importante treinar em outras matérias, na Contabilidade não é diferente. Para ganhar tempo, agilidade e conhecimento, reserve tempo na sua rotina para resolução de exercícios!

Dica 7: Não fique muito tempo sem estudar Contabilidade.

Especialmente no começo, é fundamental que não haja grandes intervalos de tempo sem ter contato com a disciplina, pois estamos fazendo a nossa “base contábil”, como se fosse a construção de uma casa mesmo. Se possível, tenha contato diário com a disciplina, mesmo que seja um tempo pequeno.

Dica 8: Utilize o fórum de dúvidas (dos cursos) ou nosso grupo de estudo no Facebook/Telegram para sanar suas dúvidas.

Estamos à disposição de vocês para retirarmos as dúvidas que certamente terão ao longo do estudo. Apenas destacamos que o nosso compromisso é retirarmos as dúvidas referentes AO NOSSO MATERIAL, tudo bem? **Questões de sites de concursos, resoluções provas são atendidas QUANDO POSSÍVEL.**

Dica 9: Tenha paciência e saiba que essa é uma etapa necessária na vida e, depois da aprovação, a vida melhora E MUITO!

Vamos ao curso?



CPC 04 - ATIVO INTANGÍVEL (REVISÃO 1)

Antes de começarmos a norma que rege os ativos intangíveis, devemos nos perguntar: **O que são ativos intangíveis?** Podemos dizer, em linguagem simples, que os intangíveis **são aqueles ativos que não têm existência física.**

Como exemplos temos os direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público, marcas e patentes, fundo de comércio adquirido.

Segundo a lei 6.404:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. **(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)**

Portanto, **o intangível foi criado com a lei 11.638/2007, separando os direitos incorpóreos para uma classificação própria.**

Isto é **muito importante** para provas: classificam-se no intangível os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade.

O subgrupo intangível ganhou existência com a vigência da Lei 11.638/07, que separou os direitos corpóreos no imobilizado e os incorpóreos no intangível. Antes, classificaríamos tudo no imobilizado.

Frise-se, também, que **o subgrupo deve estar contido no grupo ativo não-circulante.**

Agora, um quesito:

(Auditor Fiscal da Receita Estadual/SEFAZ/ES/2013) O subgrupo do ativo intangível compõe-se de bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade.

Comentários:

O item está claramente incorreto. No intangível, ficam os bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade.

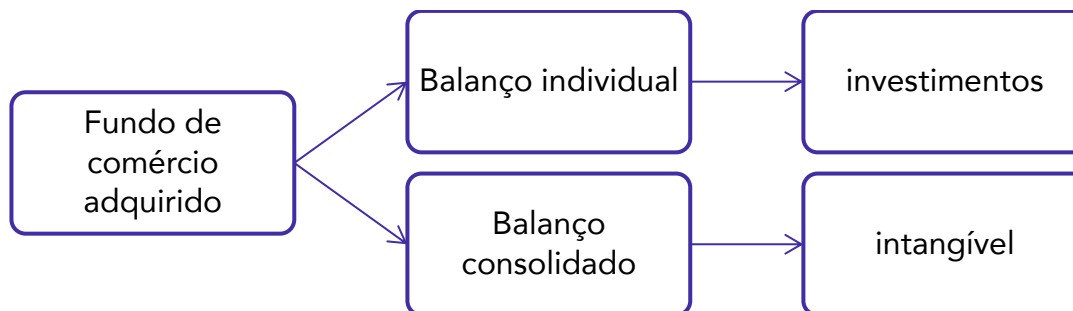
Quanto a esta parte citada no trecho do artigo 179 acima: “inclusive o fundo de comércio adquirido”, vamos fazer um esclarecimento.



Quanto ao fundo de comércio adquirido (também chamado de goodwill), há uma impropriedade na Lei 6404/76.

O goodwill, no balanço individual, fica no grupo de investimentos. No balanço consolidado, fica no intangível.

Esquematemizemos:



O ativo intangível é matéria que consta no Pronunciamento CPC 04. Vamos tratar agora dos principais aspectos contidos nesse pronunciamento, com ênfase nos aspectos com maior probabilidade de cobrança em provas.

OBJETIVO

O objetivo do presente Pronunciamento Técnico é definir o tratamento contábil dos **ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro Pronunciamento**. Este Pronunciamento estabelece que uma entidade deve reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios especificados neste Pronunciamento forem atendidos. O Pronunciamento também especifica como mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos.

O Pronunciamento do Intangível só é válido se outra norma mais específica não tratar do tema. Além disso, para se reconhecer um intangível, alguns critérios (estudados adiante) devem ser atendidos.



ALCANCE

2. O presente Pronunciamento aplica-se à contabilização de ativos intangíveis, exceto:

- (a) ativos intangíveis dentro do alcance de outro Pronunciamento Técnico;
- (b) ativos financeiros, conforme definidos no Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- (c) no reconhecimento e mensuração de ativos advindos da exploração e avaliação de recursos minerais (ver Pronunciamento Técnico CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, quando emitido);
- (d) gastos com desenvolvimento e extração de minerais, óleo, gás natural e recursos naturais não renováveis similares.

3. **Se outro Pronunciamento Técnico estabelecer o tratamento contábil para um tipo específico de ativo intangível, a entidade deve aplicar referido Pronunciamento específico ao invés deste.** Por exemplo, este Pronunciamento não deve ser aplicado nos seguintes casos:

- (a) ativos intangíveis mantidos por uma entidade para venda no curso ordinário dos negócios (ver Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques);
- (b) ativos fiscais diferidos (ver Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro);
- (c) arrendamentos de ativo intangível contabilizado de acordo com o CPC 06 – Arrendamentos; (Alterada pela Revisão CPC 14);
- (d) ativos advindos de planos de benefícios a empregados (ver Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados);
- (e) ativos financeiros, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 39. O reconhecimento e a mensuração de alguns ativos financeiros são tratados pelos Pronunciamentos Técnicos CPC 35 – Demonstrações Separadas, CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; (Alterada pela Revisão CPC 03).



(f) ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) adquirido em combinação de negócios (ver Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócios);

(g) custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de seguradora, dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro. O Pronunciamento Técnico CPC 11 contém exigências de divulgação específicas para referidos custos de aquisição diferidos, porém não trata dos aludidos ativos intangíveis. Assim sendo, as exigências de divulgação deste Pronunciamento devem ser aplicadas para tais ativos intangíveis;

(h) ativos intangíveis não circulantes classificados como mantidos para venda (ou incluídos em um grupo de ativos a ser alienado, que é classificado como mantido para venda), conforme Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

(i) ativos decorrentes de contratos com clientes que devem ser reconhecidos de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

É interessante, para provas, que se dê uma lida com atenção a estes casos em que não se aplica a norma.

Nos casos citados acima aplica-se a normatização específica. Todavia, caso a empresa possua intangíveis que não sejam os ligados diretamente a essa atividade especializada, a aplicação do CPC 04 recairá sobre eles, como exemplo, um software que seja ferramenta da administração.

Sempre que houver uma norma específica tratando sobre determinado ativo intangível, prevalecerá o conteúdo da norma específica.

Visualizamos a cobrança desse aspecto na forma teórica ou, também, com um caso concreto. Por exemplo: um ativo intangível X possui normatização própria, neste caso, devemos utilizar o CPC 04?

Gabarito: Não, utilizaremos a normatização própria.

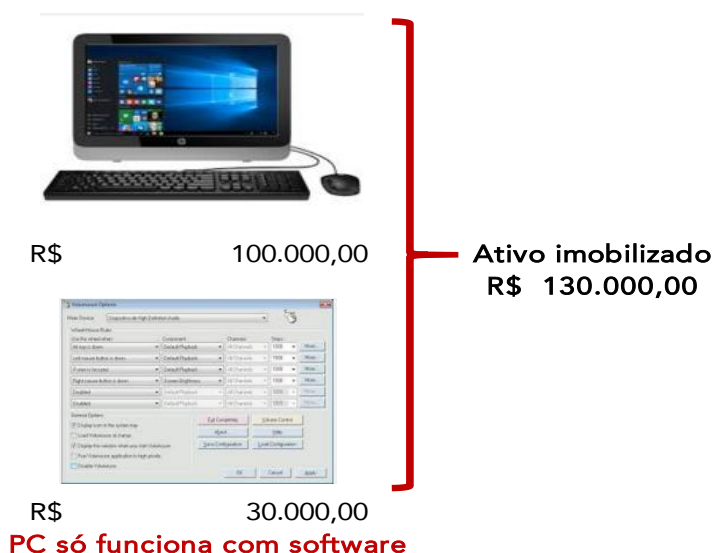
4. Alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como um disco (como no caso de software), documentação jurídica (no caso de licença ou patente) ou em um filme. Para saber se um ativo que contém elementos intangíveis e tangíveis deve ser tratado como ativo imobilizado ou como ativo intangível a entidade avalia **qual elemento é mais significativo**. Por exemplo, um software de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse software específico é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado. O mesmo



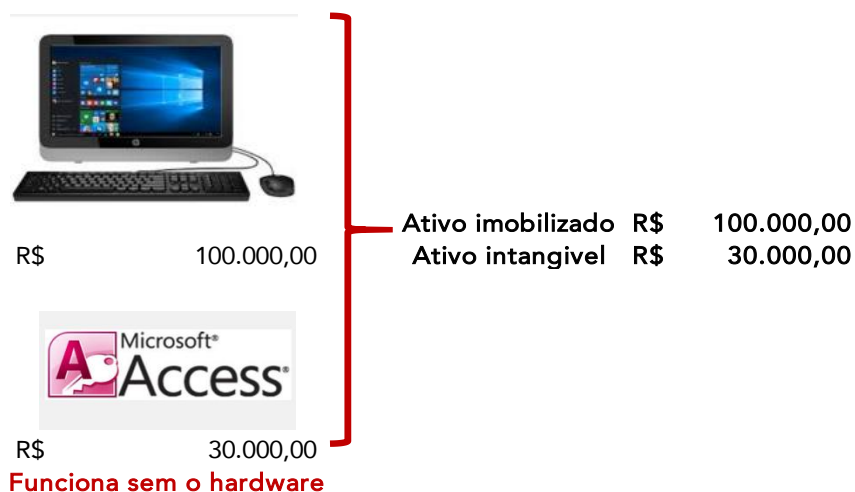
se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível.

Esse item 4 costuma aparecer em provas. Vamos explicar através de esquemas!

- Computador que só funciona com software específico



- Computador que funciona sem software específico



Observemos como foi cobrado:

(Auditor Fiscal/ISS Florianópolis/2014) A Empresa de Transportes Manezinhos S/A adquiriu equipamentos de informática e softwares aplicativos de gestão no valor total de R\$ 100.000. Sabendo-se que 60% do valor total refere-se ao aplicativo citado, 10% ao software específico para funcionamento dos equipamentos e 30% aos equipamentos, assinale a alternativa correta do registro contábil dessa aquisição.



- a) Intangível=R\$ 100.000.
- b) Imobilizado = R\$100.000.
- c) Imobilizado = R\$40.000; Intangível = R\$ 60.000.
- d) Imobilizado=R\$70.000; Intangível= R\$ 30.000.
- e) Imobilizado = R\$30.000; Intangível = R\$ 60.000; Despesas = R\$ 10.000.

Comentários:

Aqui valem as observações feitas acima.

- 1) Equipamentos (30.000,00) + Software específico (10.000,00) = 40.000,00 (**Ativo imobilizado**)
- 2) Software que funciona sem o equipamento (60.000,00) = 60.000,00 (**Ativo intangível**)

O gabarito é letra c.

(Analista Contábil/PRODAM/2014) Os ativos que estejam contidos em elementos que possuem substância física, como um disco (como no caso de software), nunca serão tratados como intangíveis.

Comentários:

Item incorreto. Serão tratados como intangíveis, se atenderem os critérios estabelecidos pelo CPC 04 e não forem essenciais para o funcionamento do ativo imobilizado.

(Analista Contábil/PRODAM/2014) Um software de uma máquina/ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse software específico é parte integrante do referido equipamento, será tratado como ativo intangível.

Comentários:

Item incorreto. Segundo o CPC 04, "por exemplo, um software de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse software específico é parte integrante do referido equipamento, **devendo ser tratado como ativo imobilizado**. O mesmo se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível".

Fique Atento! O CPC 04 aplica-se a **gastos com propaganda, marcas, patentes, treinamento, início das operações (também denominados pré-operacionais) e atividades de pesquisa e desenvolvimento**.

Vejam: não necessariamente esses itens serão reconhecidos como ativo intangível. O CPC 04 aplica-se a estes itens, o que não implica dizer que todos estes gastos serão reconhecidos como ativos intangíveis.

A seguir, uma questão de prova:



(Auditor Fiscal da Receita Estadual/SEFAZ/ES/2013) Os ativos intangíveis incluem marcas, patentes, softwares, licenças, despesas antecipadas, gastos com desenvolvimento e outros gastos que gerem benefícios incrementais futuros, não contemplados em norma específica.

Comentários:

O erro da assertiva está em classificar as despesas antecipadas neste rol. Despesas antecipadas, por exemplo, o pagamento do seguro do ano de uma só vez, vão para o resultado do exercício, como despesa, conforme o período de competência. Tudo bem?

Continuando...

As atividades de pesquisa e desenvolvimento destinam-se ao desenvolvimento de conhecimento. A despeito de poderem gerar um ativo com substância física (por exemplo, um protótipo), o elemento físico do ativo é secundário em relação ao seu componente intangível, isto é, o conhecimento incorporado ao mesmo.

Frise-se. Mesmo que a atividade de pesquisa e desenvolvimento de um ativo intangível possa gerar um ativo com substância física, prevalecerá a norma sobre intangível, em virtude do conhecimento incorporado.

DEFINIÇÕES

O CPC 04 trouxe algumas definições que podem ser objeto de cobrança em provas. Vejamos as principais:

Amortização é a alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil.

Assim como ocorre com a depreciação, a contabilização da amortização dos bens do intangível também é registrada a débito de uma conta de despesa em contrapartida a uma conta retificadora do ativo:

D – Despesa com amortização (despesa)

C – Amortização acumulada (retificadora do ativo)

Razonetes:



Ativo é um recurso:

Recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados. Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos

Como exemplo, temos uma mercadoria comprada para o estoque de uma empresa X. A mercadoria é resultado de evento passado, qual seja a compra à vista ou a prazo. Também se espera que dela resulte benefícios econômicos futuros para a entidade, através da geração de receitas.

Valor contábil é o valor pelo qual um ativo é reconhecido no balanço patrimonial após a dedução da amortização acumulada e da perda por desvalorização.

Assim, se compramos um intangível no valor de R\$ 100, a amortização acumulada é R\$ 10 e a perda por desvalorização é R\$ 5.

O valor contábil será:

Valor contábil	
Intangível	100
(-) Amort. Acumulada	(10)
(-) Perda por desvalorização	(5)
Valor contábil	(85)

Custo é o **montante de caixa ou equivalente de caixa pago** (como bancos conta movimento) ou o **valor justo de qualquer outra remuneração** dada para adquirir um ativo na data da sua aquisição ou construção, ou ainda, se for o caso, o valor atribuído ao ativo quando inicialmente reconhecido de acordo com as disposições específicas de outro Pronunciamento.

Portanto, custo pode ser uma valor

- Pago.
- Valor justo ("valor de mercado").
- Valor atribuído quando inicialmente reconhecido.

Valor amortizável é o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.



Por exemplo, um ativo intangível com valor de R\$ 1.000.000,00, amortizável em 10 anos, com valor residual de R\$ 100.000,00.

O valor amortizável será:

Valor amortizável	
Valor de aquisição	1.000.000,00
(-) Valor residual	(100.000,00)
Valor amortizável	900.000,00

Importantíssimo: Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física.

Ativo monetário é aquele representado por dinheiro ou por direitos a serem recebidos em dinheiro.

Assim sendo, ativo não monetário é aquele que não é representado por dinheiro ou direito a ser recebido em dinheiro. Uma máquina é representada por dinheiro ou direito a ser recebido em dinheiro? Não! Logo, é um ativo não monetário. Isso vale para os intangíveis.

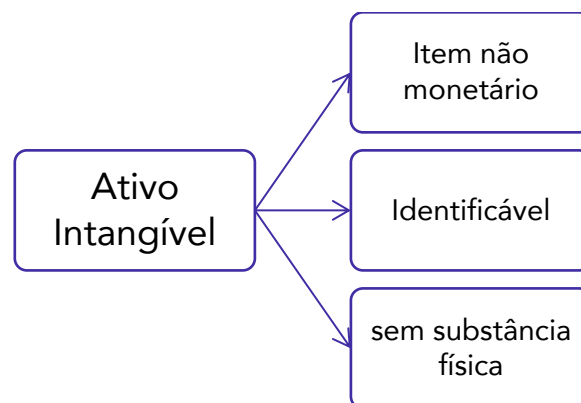
No exemplo do software, é representado por dinheiro ou direito a ser recebido em dinheiro?

Não! Logo, é um ativo não monetário. Mas o software será imobilizado ou intangível? Intangível.

Por quê? Vejam a definição:

Ativo intangível é um ativo não monetário identificável **sem substância física**.

Esquematizemos:



A importância para a prova (tanto de contabilidade básica, como de avançada) desse conceito de ativo intangível dispensa comentários.

Agora, um quesito:



(PF/Contabilidade/2014) Ativos monetários identificáveis e sem substância física devem ser classificados contabilmente como ativos intangíveis.

Comentários:

O item está incorreto! Vimos que os ativos intangíveis são **ativos não monetários**.

Os **itens monetários** são compostos pelas contas de disponibilidades e de **direitos e obrigações a serem liquidados com disponibilidades**.

Os **itens não monetários são todos os demais**, ou seja, representam bens (estoque, imobilizado, intangíveis, etc.), despesas antecipadas ou diferidas (seguros a apropriar, despesas pré-operacionais etc.), adiantamentos a serem liquidados em bens (a fornecedores, de clientes, etc.), resultado de exercício futuro, etc.

Valor residual de um ativo intangível é o valor estimado que uma entidade obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o **fim de sua vida útil**.

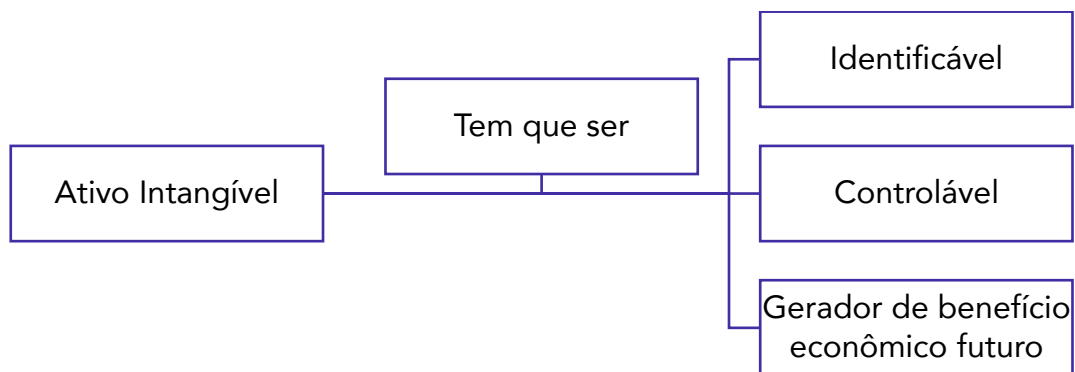
ATIVO INTANGÍVEL

- 9. As entidades frequentemente despendem recursos ou contraem obrigações com a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de recursos intangíveis como conhecimento científico ou técnico, desenho e implantação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual, conhecimento mercadológico, nome, reputação, imagem e marcas registradas (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações). Exemplos de itens que se enquadram nessas categorias amplas são: **softwares, patentes, direitos autorais, direitos sobre filmes cinematográficos, listas de clientes, direitos sobre hipotecas, licenças de pesca, quotas de importação, franquias, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes, participação no mercado e direitos de comercialização**.
- 10. **Nem todos os itens descritos no item anterior se enquadram na definição de ativo intangível, ou seja, são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros (muito importante!)**. Caso um item abrangido pelo presente Pronunciamento não atenda à definição de ativo intangível, o gasto incorrido na sua aquisição ou geração interna deve ser reconhecido como despesa quando incorrido. No entanto, se o item for adquirido em uma combinação de negócios, passa a fazer parte do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) reconhecido na data da aquisição (ver item 68).



Pessoal, este ponto é extremamente importante. **Os itens descritos no item 9 (softwares, patentes, marcas, direitos sobre filmes etc.) não serão considerados ativos intangíveis NECESSARIAMENTE!** Somente serão se atenderem os requisitos para serem considerados intangíveis! E quais são esses requisitos? Estão no item 10.

Esquematizemos:



Em suma, é isto o que vocês precisam saber: um item será intangível quando atenda esses três requisitos cumulativamente: **seja identificável; seja controlável; seja gerador de benefícios futuros.**

A seguir, um quesito de prova:

(Auditor Fiscal/SEFAZ/PA/2013) Ser identificável, controlado pela entidade e gerar benefícios econômicos futuros que pode ser em forma de geração de receita de venda de produtos e serviços ou redução de custos, por exemplo.

Comentários:

Conforme acabamos de salientar, o item está correto.

Por exemplo, um cursinho está sendo vendido. Junto dele há uma lista de 1.000 alunos que a entidade considera como clientela fiel. Essa clientela será considerada intangível? Analisemos.

1) É identificável? Sim! São 1.000 alunos.

2) Gera benefícios futuros? Sim! Gera receitas para a empresa, através do pagamento de mensalidades e matrículas.

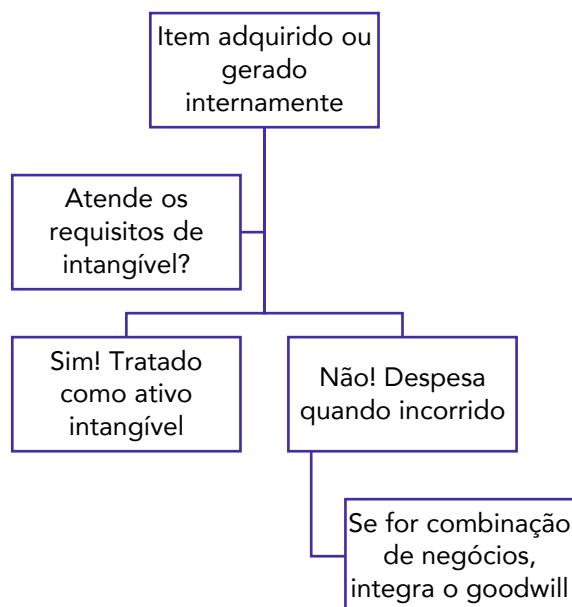
3) É controlável? Não é controlável necessariamente. Logo, podemos concluir que não devemos considerar como intangível.

Nem todos os itens descritos no item anterior (softwares, patentes) se enquadram na definição de ativo intangível, ou seja, são identificáveis, controláveis e geradores de benefícios econômicos futuros.



Atenção! Caso um item abrangido pelo presente CPC não atenda à definição de ativo intangível, o gasto incorrido na sua aquisição ou geração interna **deve ser reconhecido como despesa quando incorrido**. No entanto, se o item for adquirido em uma combinação de negócios, passa a fazer parte do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) reconhecido na data da aquisição.

Esquematemizemos:



O ágio por expectativa de rentabilidade futura é o excesso de preço pago pela compra de um empreendimento ou patrimônio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos.

Vejamos um exemplo. Suponha que uma empresa seja avaliada pelo valor de mercado em \$ 100.000. Todavia, um comprador, interessado no negócio, examinando a situação da empresa resolve pagar \$ 120.000. Nesta situação temos um goodwill de \$ 20.000. Não podemos identificar individualmente os itens que compõem este ágio. O ágio, neste caso, pode ser considerado como o somatório de vários itens não identificáveis como, por exemplo, capital intelectual, marca, tecnologia, lealdade dos clientes.

Vamos apresentar uma dica para que vocês possam entender o que vem a ser o goodwill ou expectativa de rentabilidade futura:

SOPA DE GOODWILL! Sabe aquela sopa de legumes que você mistura vários ingredientes, passa em um processador, e gera um sabor único? Você consegue saber o que tem ali, mas não consegue mais separar os ingredientes individualmente. O goodwill seria essa sopa, rsrs. Não podemos identificar individualmente os itens que compõem este ágio, bom nome da empresa, seu corpo técnico, ponto comercial, mas está tudo ali gerando benefícios econômicos para a entidade. Vejam que legal.



Gravem para a prova! É esta a diferença entre o intangível e o ágio de expectativa futura: o intangível pode ser reconhecido individualmente, o ágio não.



(CADE/Contador/2014) A distinção básica entre ativo intangível e *goodwill* reside no fato de o primeiro ser, necessariamente, identificável, ao passo que o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) não é identificado individualmente apesar de ser um ativo que representa benefícios econômicos futuros, gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios.

Comentários:

Com base no que dissemos, o item está correto. Pode parecer estranho, mas o goodwill também pode ser um intangível, mas possui tratamento diferenciado aos demais do grupo, justamente pelo que foi apresentado na questão. Ele não é identificado individualmente!

Vejam se ficou mais fácil compreender o texto abaixo:

Identificação

11. A definição de ativo intangível requer que ele seja identificável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) reconhecido em uma **combinação de negócios** é um ativo que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

Vejamos como foi cobrado:

(Auditor Fiscal/SEFAZ/PA/2013) Nos termos do pronunciamento 04 do CPC (Comitê de Pronunciamento Contábeis), o ativo intangível precisa ser identificável para se diferenciar do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura.

Comentários:

O item está corretíssimo. É só lembrar o exemplo da compra de uma sociedade empresária no seu todo citado acima que a compreensão fica facilíma. Os ativos em sinergia valorizam a sociedade como um todo, sendo que individualmente falando não chegaríamos a este valor.

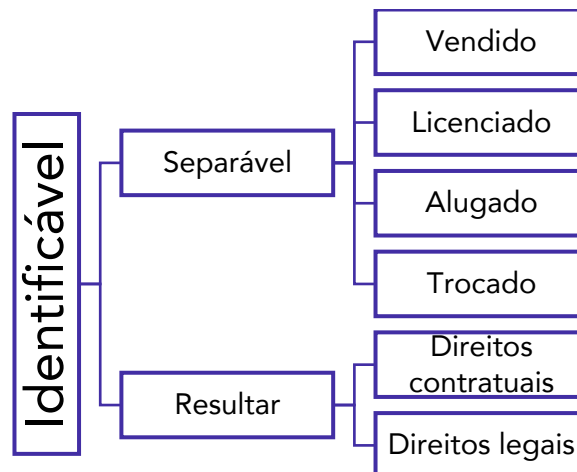


12. Um **ativo satisfaz o critério de identificação**, em termos de definição de um ativo intangível, **quando**:

(a) for **separável**, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; (Obs.: Podemos novamente citar como exemplo a aquisição de um software)

(b) **resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais**, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. (Obs.: Podemos citar como exemplo uma licença de pesca).

Esquematemizemos:



Por exemplo, determinada marca, da Unilever, poderá ser vendida, alugada, licenciada, separadamente das diversas marcas? Sim! Portanto, atende a um dos requisitos, que é ser separável. Por outro lado, celebrado um contrato com terceiro, resultará eventual direito para ir à justiça de um direito legal ou contratual? Sim! Portanto, resta atendido o requisito de que seja identificável.

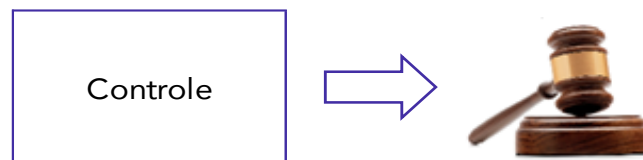
Esquematemizemos:



Controle

13. A entidade controla um ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios. Normalmente, a capacidade da entidade de controlar os benefícios econômicos futuros de ativo intangível advém de **direitos legais que possam ser exercidos num tribunal**. A ausência de direitos legais dificulta a comprovação do controle. No entanto, a imposição legal de um direito não é uma condição imprescindível para o controle, visto que a entidade pode controlar benefícios econômicos futuros de outra forma.

Vejam que, em regra, o controle de um ativo é comprovado pelo exercício do seu direito em um **tribunal**.



Como exemplo, uma sociedade tem direito à utilização exclusiva de uma marca X, muito conhecida no cenário nacional. Assim, caso um terceiro queira tirar proveito desta condição, lançando no mercado produtos de mesmo nome, o prejudicado poderá requerer o seu direito em um tribunal. A simples possibilidade de poder se valer do juízo para persecução de direitos, comprova que a sociedade exerce o controle sob o ativo.

A norma, entretanto, permitiu que este controle seja comprovado por outros meios, como se vê “a imposição legal de um direito não é uma condição imprescindível para o controle, visto que a entidade pode controlar benefícios econômicos futuros de outra forma”.

Assim, uma questão teórica poderá perguntar o seguinte: É condição, para que se comprove o controle sob um ativo, que se possa exercer sobre ele direito em um tribunal. O item está correto ou falso? Ora, claramente **falso**. O controle pode ser comprovado através de outras formas.

Observemos uma questão:

(Auditor Fiscal/SEFAZ/PA/2013) A imposição legal de um direito não é uma condição imprescindível para o controle de um ativo intangível, visto que a entidade pode controlar benefícios econômicos futuros de outra forma.

Comentários:

O item está correto. A imposição legal não é uma condição imprescindível para o controle de um ativo.



Atentem-se agora para um exemplo extremamente elucidativo que a norma trouxe:

16. A entidade pode ter uma **carteira de clientes** ou participação de mercado e esperar que, em virtude dos seus esforços para criar relacionamentos e fidelizar clientes, estes continuarão a negociar com a entidade. No entanto, a **ausência de direitos legais** de proteção ou de outro tipo de controle sobre as relações com os clientes ou a sua fidelidade **faz com que a entidade normalmente não tenha controle suficiente sobre os benefícios econômicos previstos**, gerados do relacionamento com os clientes e de sua fidelidade, **para considerar** que tais itens (p. Ex. carteira de clientes, participação de mercado, relacionamento e fidelidade dos clientes) se enquadrem **na definição de ativos intangíveis**. Entretanto, na **ausência de direitos legais de proteção do relacionamento com clientes**, a **capacidade de realizar operações com esses clientes** ou similares por meio de relações não contratuais (que não sejam as advindas de uma combinação de negócios) fornece evidências de que a entidade é, mesmo assim, capaz de controlar os eventuais benefícios econômicos futuros gerados pelas relações com clientes. Uma vez que tais operações também fornecem evidências que esse relacionamento com clientes é separável, ele pode ser **definido como ativo intangível**.

Portanto, uma carteira de clientes, pode ser contabilizada como ativo intangível? Em regra, a empresa não tem controle sobre essa carteira, não podemos dizer ao certo os benefícios econômicos futuros que trarão para a entidade. Porém, como o CPC narra, **se não houver direito legal de relacionamento com esses clientes**, a capacidade de transacionar com esses clientes, se demonstrados por relações não contratuais, poderá fornecer evidências de que a entidade pode controlar os benefícios econômicos, podendo, sendo separável, vir a ser reconhecido como ativo intangível.

Benefício econômico futuro

17. Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem incluir **a receita da venda** de produtos ou serviços, **redução de custos** ou outros benefícios resultantes do uso do **ativo pela entidade**. Por exemplo, o uso da propriedade intelectual em um processo de produção pode reduzir os custos de produção futuros em vez de aumentar as receitas futuras.

Portanto, repita-se! **O benefício econômico futuro não inclui apenas as receitas**. Podem incluir a redução de custos ou consistir em outros benefícios para a entidade.

Resumindo:



Benefícios econômicos futuros de um intangível
Receita de venda de produtos ou serviços
Redução de custos
Outros benefícios

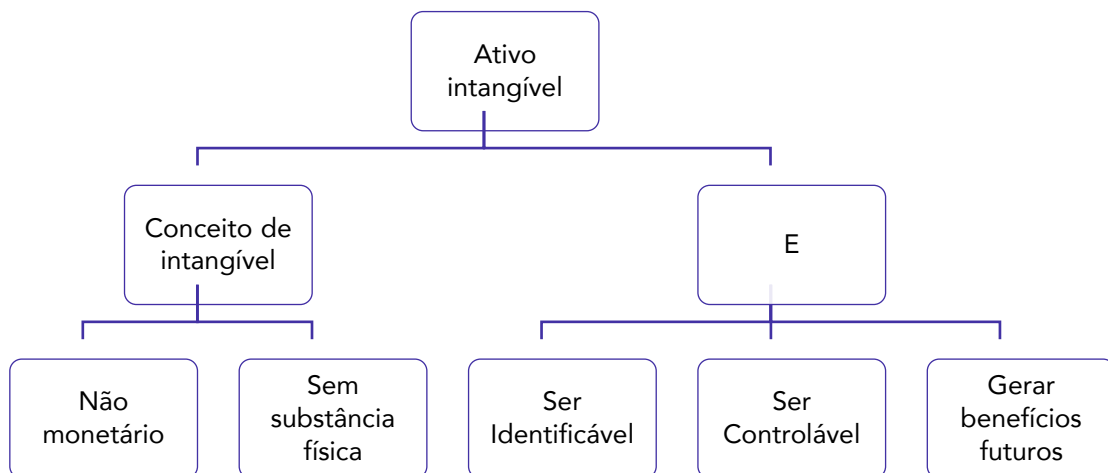
RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Bom, vamos acordar, pois o tópico a seguir é extremamente importante para provas!

Um intangível será reconhecido se, **cumulativamente**, atender aos seguintes critérios:

- Atender ao conceito de intangível, ou seja, ser não monetário identificável sem substância física;
- Ser identificável, controlável e gerar benefícios futuros.

Esquematizemos:



Atenção! O exposto acima é aplicável a custos incorridos inicialmente para adquirir (comprar) ou gerar internamente um ativo intangível e aos custos incorridos posteriormente para acrescentar algo, substituir parte ou recolocá-lo em condições de uso.

Questão da prova de vocês: os requisitos para reconhecer um intangível são válidos apenas quando de sua aquisição. Verdadeiro ou Falso? Ora, falso! São válidos também para intangíveis gerados internamente (vistos adiante) e custos que venham posteriormente a essa geração e compra.

A natureza dos ativos intangíveis implica, em muitos casos, não haver o que ser adicionado ao ativo nem se pode substituir parte dele. Por conseguinte, a maioria dos gastos subsequentes provavelmente são efetuados para manter a expectativa de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo intangível existente, e não atendem à definição de ativo intangível, tampouco aos critérios de reconhecimento do CPC 04.



Além disso, **difícilmente gastos subsequentes são atribuídos diretamente a determinado ativo intangível** em vez da entidade como um todo. Portanto, somente em raras ocasiões os gastos subsequentes (incorridos após o reconhecimento inicial de ativo intangível adquirido ou a conclusão de um gerado internamente) devem ser reconhecidos no valor contábil de ativo intangível.

Assim, **gastos subsequentes** com marcas, títulos de publicações, logomarcas, listas de clientes e itens de natureza similar (quer sejam eles adquiridos externamente ou gerados internamente) **sempre são reconhecidos no resultado (despesas), quando incorridos**, uma vez que não se consegue separá-los de outros gastos incorridos no desenvolvimento do negócio como um todo.

Para que um intangível seja reconhecido é necessário que seja provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo sejam gerados em favor da entidade E o seu **custo deve ser estimado com segurança**. Ao revés, seu reconhecimento não deve ser feito.

Tome nota! um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo.

AQUISIÇÃO SEPARADA

25. Normalmente, o **preço** que a entidade **paga** para **adquirir separadamente** um **ativo intangível** reflete sua expectativa sobre a **probabilidade de os benefícios econômicos futuros esperados**, incorporados no ativo, serem gerados a seu favor. Em outras palavras, a entidade espera que haverá benefícios econômicos a seu favor, mesmo que haja incerteza em relação à época e ao valor desses benefícios econômicos. Portanto, a condição de probabilidade a que se refere o item 21(a) (que diz que um intangível deve ser reconhecido apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo sejam gerados em favor da entidade) é sempre considerada atendida para ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Adquirindo-se um intangível individual, em regra, resta automaticamente atendido o requisito expectativa de benefícios futuros (lembre-se de que os requisitos para reconhecimento são: controle, identificação, benefícios futuros).

Assim, temos uma grande empresa de remédios. Porém, uma pequena empresa começa a produzir outro medicamento que pode acabar com o mercado desta grande empresa. A de grande porte, estrategicamente, resolve comprar o projeto de pesquisa da pequena empresa. Deverá contabilizar no intangível o projeto de pesquisa adquirido, considerando-se atendido o requisito expectativa de benefícios futuros. Esse é o caso de um ativo intangível adquirido separadamente.



O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui:

- (a) seu preço de compra + impostos de importação + impostos **não** recuperáveis sobre compra – descontos comerciais e abatimentos.
- (b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

Esquematizemos:

Custo de ativo intangível adquirido:
Preço de compra
Impostos de importação
Impostos não recuperáveis
(-) Descontos comerciais e abatimentos
Qualquer custo diretamente atribuível (testes, benefícios a empregados, honorários profissionais)

Entretanto, na aquisição de ativos adquiridos separadamente, alguns custos não fazem parte do valor a ser registrado na contabilidade, como exemplos de gastos que **não fazem parte do custo de ativo intangível**: custos com propaganda, atividades de promoção, treinamento, custos administrativos e outros custos indiretos relacionados ao ativo.

Esquematizemos

Não entram no custo do ativo intangível
Custos com propaganda
Promoção
Treinamento
Custos administrativos e outros custos indiretos

Vejamos como foi cobrado:

(Analista Contábil/TRE/RO/2013) No reconhecimento inicial, o custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui

- a) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente.
- b) custos de transferência da atividade para nova categoria de clientes.
- c) custos administrativos.
- d) impostos recuperáveis sobre compra.
- e) custos na introdução de novo produto ou serviço.

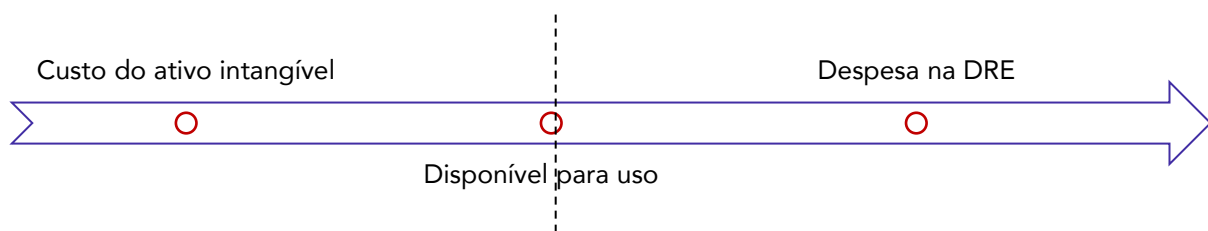


Comentários:

Conforme acabamos de salientar, o gabarito é letra a.

O reconhecimento dos custos no valor contábil de ativo intangível cessa quando esse ativo está nas condições operacionais pretendidas pela administração. Vejam o exemplo do nosso software. Compramos o programa! Os gastos que o comprador tiver até que este software esteja em uso serão contabilizados como **custo do intangível** comprado. Eventual gasto com reinstalação, uso ou transferência deste software, por exemplo, deverá ser lançado diretamente no resultado do exercício (despesa).

Esquematizemos



FUNDO DE COMÉRCIO ADQUIRIDO

Segundo a Lei 6.404...

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, **inclusive o fundo de comércio adquirido.** (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

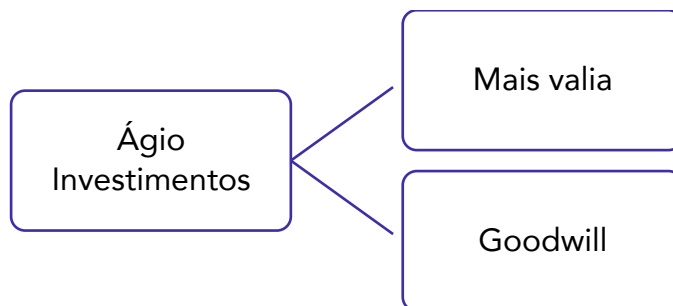
Vamos falar um pouco sobre o trecho “**inclusive o fundo de comércio adquirido**” também conhecido como “Intangível dos Intangíveis”!

O **ágio** (valor pago a maior) na aquisição de investimentos em coligadas e controladas deve ser classificado em duas parcelas:

- 1) **Mais Valia** dos ativos líquidos e
- 2) **Goodwill.**

Esquematizemos:





Vamos explicar como ficam classificados no balanço individual e no balanço consolidado. Professores, o que é **balanço patrimonial individual** e o que é **balanço patrimonial consolidado**. Vamos explicar esse conceito de forma prática.

Imaginem Empresa Petrobrás S. A que é a controladora de diversas empresas, como por exemplo, Transpetro, Liquigás, Gaspetro.

Existe a demonstração individual da empresa Petrobrás S.A e existe e uma demonstração consolidada, que é aquela que considera todas as empresas como se fosse um único grupo.

A Petrobrás S. A prepara sua demonstração individual, na qual ela apresenta as participações que ela tem nas controladas e coligadas, e em determinados períodos, ela elabora as demonstrações consolidadas, que possui diferenças significativas.

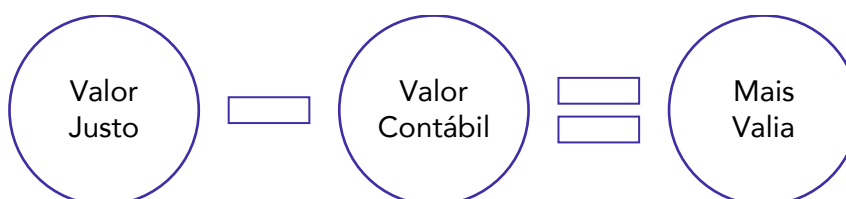
Segundo o FIPECAFI, essa diferença de tratamento é justificada pelo fato de a expectativa de rentabilidade futura ser da empresa individual, mas não necessariamente do grupo consolidado.

Na aquisição de uma participação societária, os ativos e passivos da adquirida devem ser avaliados **pelo valor justo**.

A **diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos líquidos é a Mais Valia** (antigamente chamada de "ágio por diferença de valor de mercado dos ativos").

E a **diferença entre o valor pago e o valor justo é o goodwill** (também chamado de "ágio por expectativa de rentabilidade futura").

Esquematemizemos:



Já...





Na adquirente, a aquisição será contabilizada em três subcontas: **valor patrimonial, mais valia e goodwill.**

Exemplo: A Cia A adquire 100% da Cia B por \$12.000. Na data da aquisição, o valor contábil da Cia B era de \$8.500 e o valor justo dos ativos identificáveis e passivos assumidos era de \$10.000.

Cálculo do Goodwill:

Valor justo do montante transferido	12.000
<u>(-) Valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos</u>	<u>(10.000)</u>
(=) Goodwill	2.000

Contabilização do investimento na Cia A:

D - Investimentos em controladas

Valor patrimonial	8.500
Mais Valia	1.500
Goodwill	2.000
Total do investimento	12.000
C – Caixa	12.000

Fique Atento! No balanço consolidado, a mais valia será eliminada contra os ativos e passivos que lhe deram origem. E o goodwill será transferido para o grupo Ativo Intangível, em conta específica. Esse tema é mais aprofundado, mas vamos entendê-lo aos poucos.

O que significa: mais valia será eliminada contra os ativos e passivos que lhe deram origem?

Imagine que a empresa Alfa possua investimentos em Beta, avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial. A mais-valia, por exemplo, originou-se do Ativo Imobilizado da companhia B, ou seja, o valor pago a mais é decorrência de uma valorização desse grupo no mercado.

No balanço individual o grupo de Alfa investimento ficará evidenciado da seguinte maneira:



D – Investimentos (ANC)

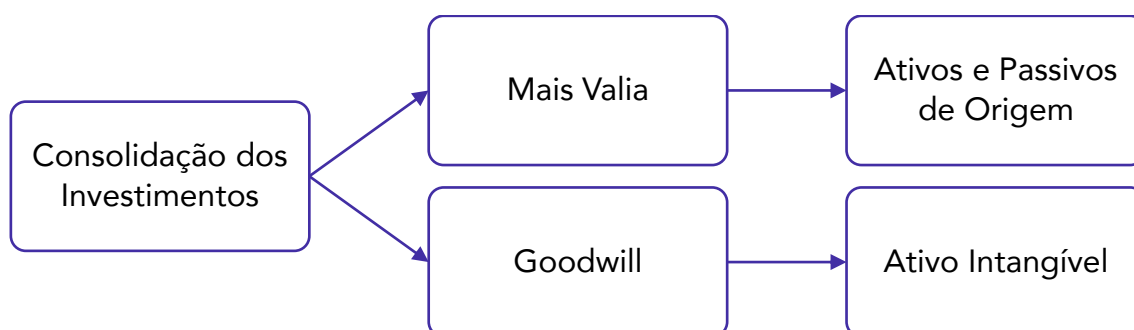
Valor Patrimonial

Mais-valia

Goodwill

Ao elaborarmos o Balanço Patrimonial consolidado, a mais-valia será agregada ao Imobilizado Consolidado do grupo, visto que foi a origem de desse valor pago a mais. Por fim, o goodwill vai para o Intangível Consolidado

Esquematizando:



A Mais Valia será **realizada, consumida**, conforme a realização do ativo e passivo que a originaram. No exemplo que apresentamos anteriormente, conforme o Imobilizado for consumido, depreciado, a mais valia será realizada.

E o Goodwill não é consumido, amortizado, (não é realizado), apenas devemos analisar se há expectativa de benefícios econômicos esperados, através de uma metodologia chamada teste de recuperabilidade.

Esse teste de recuperabilidade é realizado para o conjunto investimento + goodwill.



AQUISIÇÃO NO CONTEXTO DE COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Combinação de negócios é o resultado de transações ou outros eventos em que um adquirente obtém o controle de uma ou mais atividades empresariais diferentes. Como exemplo, temos a compra, pela empresa X, do estabelecimento empresarial da empresa Y.

33. Se um ativo intangível for adquirido em uma combinação de negócios, o seu **custo é o valor justo na data de aquisição**, o qual reflete as expectativas sobre a probabilidade de que os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo serão gerados em favor da entidade.

MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO DE ATIVO INTANGÍVEL ADQUIRIDO EM COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

35. Se um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios for separável ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, considera-se que o seu valor justo pode ser mensurado com segurança.

Assim, se compramos uma empresa que vende água mineral, por exemplo, a marca deverá ser reconhecida como intangível, se puder ser separada dos outros bens, sejam tangíveis, sejam intangíveis. Sendo separável, considera-se que o valor justo pode ser mensurado com segurança.

Segundo a norma valor justo para uma aquisição de combinação de negócios é o **preço de mercado cotado em mercado ativo**. Não havendo mercado ativo, considera-se valor justo o valor que a entidade teria pago por ele, na data de aquisição, em operação **sem favorecimento** entre partes conhecedoras do assunto e dispostas a negociar com base na melhor informação disponível, considerando-se operações similares.

36. Um ativo intangível adquirido em combinação de negócios pode ser separável, mas apenas em conjunto com um contrato a ele relacionado, ativo ou passivo identificável. Nesses casos, o adquirente deve reconhecer o ativo intangível separadamente do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill), mas em conjunto com o item relacionado.

Por exemplo, o **título de uma revista pode não ser negociável separadamente da base de dados de assinantes ou uma marca de água mineral de determinada fonte** não pode ser vendida sem a própria fonte. Nesses casos em que o valor justo individual de cada ativo do grupo não puder ser



medido com segurança, o adquirente deve reconhecer um grupo de ativos como um único ativo separadamente do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

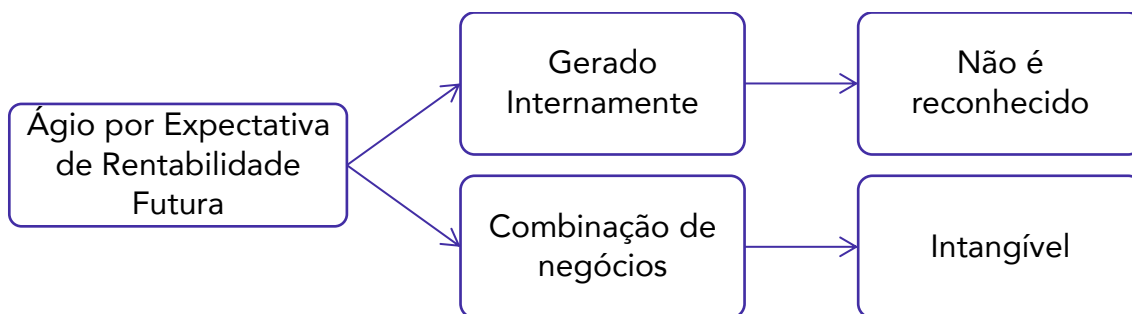
Lembrem-se de que o ágio por expectativa de rentabilidade futura é o excesso de preço pago pela compra de um empreendimento ou patrimônio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos.

FUNDO DE COMÉRCIO – GOODWILL GERADO INTERNAMENTE

Importante! Cai muito em prova!

O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo (item 48).

Esquematizemos:



Observemos como foi cobrado:

(Auditor Fiscal/SEFAZ/ES/2013) Os ágios decorrentes de expectativa de rentabilidade futura de intangíveis gerados no ambiente interno da companhia, como o fundo de comércio e o goodwill, são reconhecidos na contabilidade pelo seu valor justo.

Comentários:

O item está incorreto! O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.

O professor Luciano Rosa gosta de resumir essa ideia com um mandamento:

NÃO RECONHECERÁS O GOODWILL GERANDO INTERNAMENTE.

Ou seja, não devemos reconhecer a expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerada internamente como um ativo. A justificativa, segundo o FIPECAFI, é que não há independência na avaliação.



Avançando no assunto, em alguns casos incorre-se em gastos para gerar benefícios econômicos futuros, mas que não resultam na criação de um ativo intangível que se enquadre nos critérios de reconhecimento estabelecidos. Esses gastos costumam ser descritos como contribuições para o ágio (goodwill) gerado internamente, o qual não é reconhecido como ativo porque não é um recurso identificável (ou seja, não é separável nem advém de direitos contratuais ou outros direitos legais) controlado pela entidade que pode ser mensurado com segurança ao custo.

50. As diferenças entre valor justo da entidade e o valor contábil de seu patrimônio líquido, a qualquer momento, podem incluir uma série de fatores que afetam o valor justo da entidade. No entanto, essas diferenças não representam o custo dos ativos intangíveis controlados pela entidade.

ATIVO INTANGÍVEL GERADO INTERNAMENTE

Por vezes é difícil avaliar se um ativo intangível gerado internamente se qualifica para reconhecimento, devido às dificuldades para, por exemplo, avaliar se o ativo gerará benefícios futuros, ou para determinar seu custo com segurança. Ou pode ser difícil separar o ativo intangível do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou das operações normais da entidade (dia-a-dia).

Lembrem-se do que diz o item 21:

21. Um ativo intangível deve ser reconhecido **apenas** se:

(a) for **provável que os benefícios econômicos** futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e

(b) o **custo** do ativo possa ser **mensurado com segurança**.

Assim, para que um intangível gerado internamente seja registrado, os requisitos já citados devem ser atendidos (controlável, identificável, gerador de benefícios futuros, seu custo deve ser estimado com segurança), além disso, outros requisitos específicos para ativos gerados internamente também devem ser atendidos.

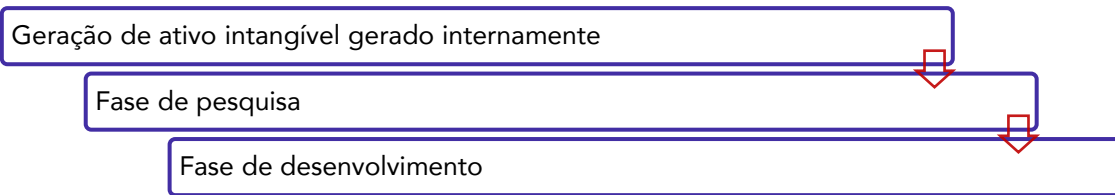
Existem duas fases para a geração de ativo intangível interno e esse assunto é um dos mais exigidos em provas:

1) fase de pesquisa; e

2) fase de desenvolvimento.

Esquematizemos:





Bom, caso não seja possível diferenciar, na entidade, a fase de pesquisa da de desenvolvimento, deveremos considerar todas as despesas como incorridas na fase de pesquisa.

Fase De Pesquisa

54. **Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido.** Os **gastos com pesquisa** (ou da fase de pesquisa de projeto interno) **devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.**

Esquematizemos:



55. Durante a fase de pesquisa de projeto interno, a entidade não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível que gerará prováveis benefícios econômicos futuros. Portanto, tais gastos são reconhecidos como despesa quando incorridos.

São exemplos de atividades de pesquisa:

- atividades destinadas à obtenção de **novo conhecimento**;
- busca de **alternativas para materiais, dispositivos, produtos**, processos, sistemas ou serviços;
- busca, **avaliação e seleção final das aplicações** dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos; e
- formulação, projeto, avaliação e seleção final** de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.



Fase De Desenvolvimento

Importante! Nesta fase podemos reconhecer um ativo intangível gerado internamente, na fase de pesquisa não podemos!

57. Um ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) **deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados:**

- (a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- (b) intenção de **concluir** o ativo intangível e de **usá-lo ou vendê-lo**;
- (c) capacidade para usar ou vender o ativo intangível;
- (d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros.
- (e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- (f) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Esquematemizemos:

Requisitos para reconhecer um ativo na fase de desenvolvimento
Viabilidade técnica para concluir o ativo
Intenção de concluir o ativo para uso ou venda
Capacidade para usar ou vender o ativo
Forma como o ativo gera benefícios econômicos futuros
Disponibilidade de recursos para concluir o desenvolvimento
Capacidade de mensurar os gastos

Portanto, **todos os aspectos listados acima devem ser atendidos!**

Vamos exemplificar. Empresa KLS tem a intenção de lançar um novo projeto.

- Em 20x0, temos um projeto inicial de pesquisa.

- Em 20x1, inicia-se a fase de desenvolvimento, mas não há condições de identificar se o ativo vai ou não gerar benefícios futuros.



- Em 20x2, a empresa demonstra viabilidade técnica para conclusão, mas não consegue mensurar se há mercado para tornar o produto viável economicamente.
- Em 20x3, consegue demonstrar a viabilidade e conclui o projeto.
- Em 20x4, começará a vender o produto em larga escala.

A empresa conseguiu demonstrar que o produto é economicamente viável e concluiu o projeto no início de 20x3. Portanto, apenas o gasto do ano de 20x3 será reconhecido (contabilizado) no Intangível.

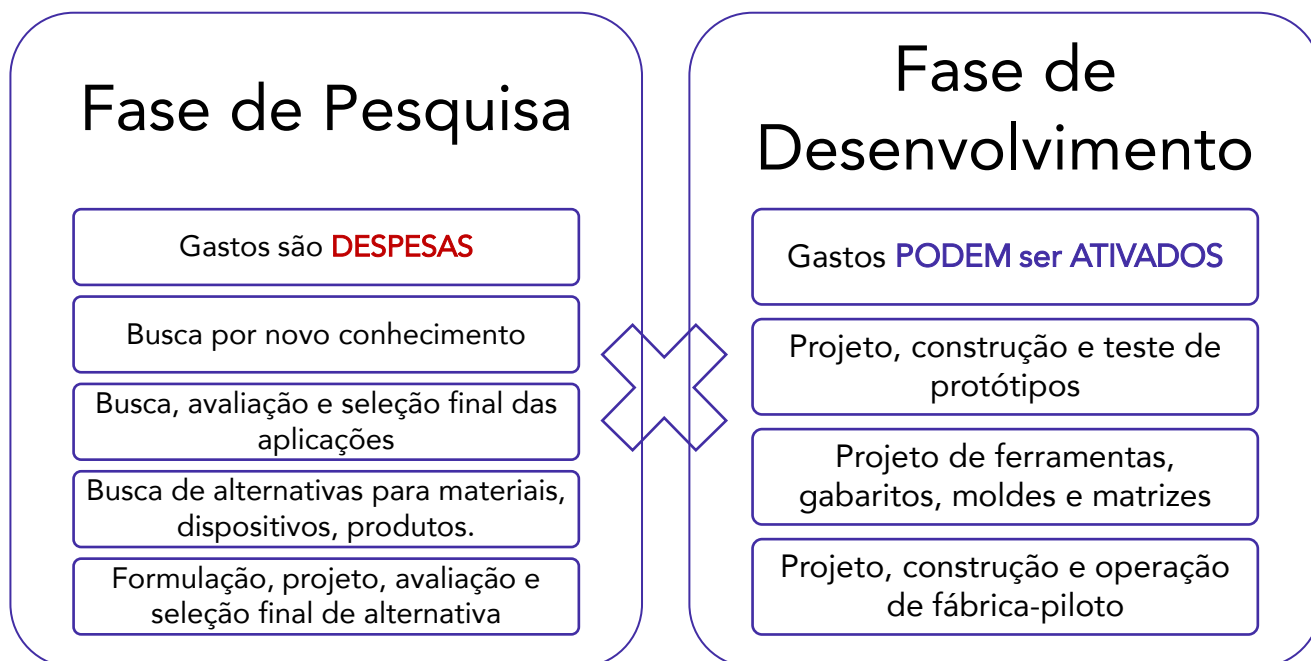
Os valores gastos nos anos anteriores vão para o resultado do exercício, como despesa.

Exemplos de atividades de desenvolvimento: projeto, construção e teste de protótipos e modelos pré-produção ou pré-utilização; projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia.

Atenção! Marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares, gerados internamente, não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.

64. Os gastos incorridos com marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares **não** podem ser separados dos custos relacionados ao desenvolvimento do negócio como um todo. Dessa forma, esses itens não são reconhecidos como ativos intangíveis.

Em suma:



CUSTO DE ATIVO INTANGÍVEL GERADO INTERNAMENTE

Dissemos anteriormente que **um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo.**

Os custos do ativo intangível serão computados **a partir do momento** em que

- 1) for provável que serão gerados benefícios econômicos futuros a favor da entidade;
- 2) o custo do ativo puder ser mensurado com segurança;
- 3) atender aos requisitos previstos no item 57 acima estudado.

O custo de ativo intangível gerado internamente inclui todos os gastos **diretamente** atribuíveis, necessários à criação, produção e preparação do ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

66. O custo de ativo intangível gerado internamente inclui todos os gastos diretamente atribuíveis, necessários à criação, produção e preparação do ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração. Exemplos de custos diretamente atribuíveis:

- (a) gastos com materiais e serviços consumidos ou utilizados na geração do ativo intangível;
- (b) custos de benefícios a empregados (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 –Benefícios a Empregados) relacionados à geração do ativo intangível;
- (c) **taxas de registro de direito legal; e**
- (d) amortização de patentes e licenças utilizadas na geração do ativo intangível.

Portanto, por exemplo, o custo de registro de uma nova patente integrará o custo do ativo intangível.



RECONHECIMENTO DE DESPESA

Os gastos incorridos com intangível, via de regra são reconhecidos como despesa quando incorridos, **exceto** quando:

- 1) forem **custo do intangível**;
- 2) o item é adquirido em uma combinação de negócios e não possa ser reconhecido como ativo intangível. Nesse caso, esse gasto (incluído no custo da combinação de negócios) deve fazer parte do valor atribuível ao ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na data de aquisição.

Vamos exemplificar melhor esse segundo caso:

Suponha que uma empresa seja avaliada a valor de mercado em \$ 100.000. Porém, um comprador, interessado no negócio, examinando a situação da empresa, resolve pagar \$ 120.000.

Nesta situação temos um goodwill de \$ 20.000. Não podemos identificar individualmente os itens que compõem este ágio. O ágio, neste caso, pode ser considerado como o somatório de vários itens não identificáveis como, por exemplo, capital intelectual, marca, tecnologia, lealdade dos clientes.

Despesa Anterior Não Reconhecida Como Ativo

71. Gastos com um item intangível reconhecidos inicialmente como despesa não devem ser reconhecidos como parte do custo de ativo intangível em data subsequente.

Então, se você teve um gasto hoje e ele não foi considerado parte de um ativo intangível, não poderá ser reclassificado posteriormente, passando a integrar determinado ativo intangível.



MENSURAÇÃO APÓS RECONHECIMENTO

Bom, sabemos que, inicialmente, um ativo intangível é mensurado ao custo. E posteriormente, professores? Depois que esse Ativo Intangível entra em operação?

A avaliação posterior, na contabilidade, é chamada de mensuração subsequente.

Segundo a Lei 6.404/76:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VII – os direitos classificados no **intangível**, pelo **custo** incorrido na aquisição **deduzido do saldo da respectiva conta de amortização**; (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a **recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível**, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

Portanto, pela Lei 6.404/76 temos que os ativos intangíveis são:

- Classificados inicialmente ao custo.
- Deduzidos do saldo de amortização.
- Sujeitos ao teste de recuperabilidade para verificar se não produzirão os resultados desejados ou se a entidade decidir parar as atividades e, também, para revisar vida útil e amortização.



Método de Custo

74. Após o seu reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser apresentado ao custo, menos a eventual amortização acumulada e a perda acumulada com Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Esquematizemos:

Mensuração subsequente
Custo
(-) Amortização acumulada
(-) Perda acumulada com redução ao valor recuperável de ativos

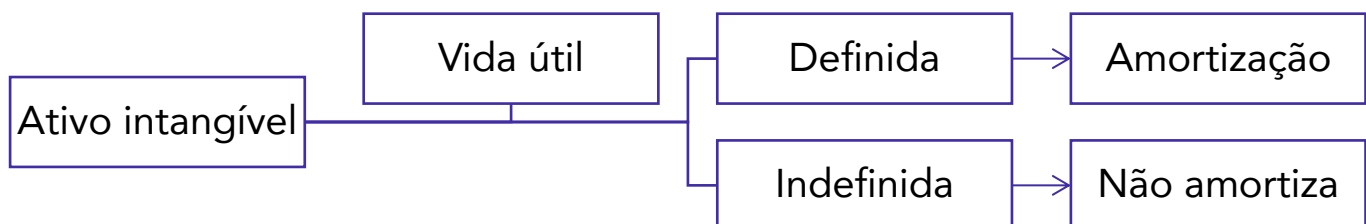
Vida Útil

A entidade deve avaliar se a **vida útil** de ativo intangível é **definida ou indefinida** e, no primeiro caso, a duração ou o volume de produção ou unidades semelhantes que formam essa vida útil.

A entidade deve atribuir vida útil indefinida a um ativo intangível quando, com base na análise de todos os fatores relevantes, não existe um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a entidade.

Importante! A contabilização de ativo intangível baseia-se na sua vida útil. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

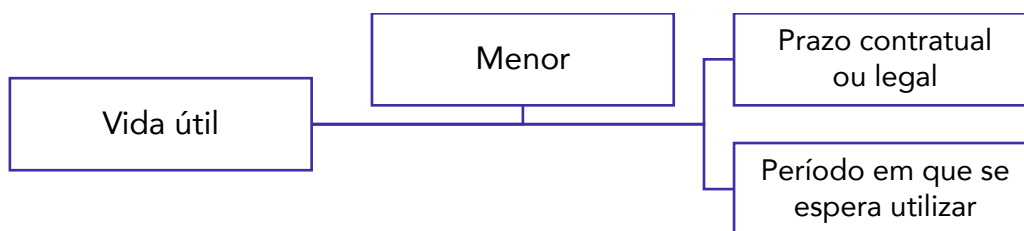
Esquematizemos:



94. A vida útil de ativo intangível resultante de direitos contratuais ou outros direitos legais não deve exceder a vigência desses direitos, podendo ser menor dependendo do período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo. Caso os direitos contratuais ou outros direitos legais sejam outorgados por um prazo limitado renovável, **a vida útil do ativo intangível só deve incluir o prazo de renovação, se existirem evidências que suportem a renovação pela entidade sem custo significativo.**



Esquematemizemos:



95. Podem existir tanto fatores econômicos como legais influenciando a vida útil de ativo intangível. Os **fatores econômicos** determinam o período durante o qual a entidade receberá benefícios econômicos futuros, enquanto os **fatores legais** podem restringir o período durante o qual a entidade controla o acesso a esses benefícios.

A vida útil a ser considerada deve ser o menor dos períodos determinados por esses fatores.



(Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2014) Em 01/01/2013, uma empresa adquiriu os direitos para uso de uma marca por cinco anos. O contrato é renovável a cada cinco anos a custo insignificante, e a empresa pretende renová-lo por mais quinze anos, acreditando que, após este período, a marca não terá mais retorno. A vida útil a ser estabelecida pelo direito de utilização da marca, em 01/01/2013, é

- (A) de cinco anos.
- (B) de dez anos.
- (C) de quinze anos.
- (D) de vinte anos
- (E) indefinida.

Comentários:

Conforme o Pronunciamento CPC:

94. A vida útil de ativo intangível resultante de direitos contratuais ou outros direitos legais não deve exceder a vigência desses direitos, podendo ser menor dependendo do período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo. Caso os direitos contratuais ou outros direitos legais sejam outorgados por um prazo limitado renovável, a vida útil do ativo intangível só deve incluir o prazo de renovação, se existirem evidências que suportem a renovação pela entidade sem custo significativo.



Assim, como a empresa pretende renovar o contrato por mais 15 anos, e o custo da renovação é insignificante, o prazo de vida útil deve incluir o período de renovação, totalizando 20 anos (5 do contrato original mais 15 anos de renovação). O gabarito é letra d.

Ativo intangível Com Vida Útil Definida

97. O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração. A amortização deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda ou incluído em um grupo de ativos classificado como mantido para venda ou, ainda, na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro.

O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros. Se não for possível determinar esse padrão com segurança, deve ser utilizado o **método linear**. A **despesa de amortização** para cada período **deve ser reconhecida no resultado**, a não ser que outra norma contábil permita ou exija a sua inclusão no valor contábil de outro ativo.

Esquematizemos:

Amortização
Apropriada ao longo da vida útil
Início: a partir do momento em que estiver disponível para uso
Cessação: quando classificado como mantido para venda ou quando for baixado
Método: o que melhor refletir padrão de consumo. Omissão: linear.

98. Podem ser utilizados vários métodos de amortização para apropriar de forma sistemática o valor amortizável de um ativo ao longo da sua vida útil. Tais métodos incluem o método linear, também conhecido como método de linha reta, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas. A seleção do método deve obedecer ao padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros esperados, incorporados ao ativo, e aplicado consistentemente entre períodos, a não ser que exista alteração nesse padrão.

Importante! O valor amortizável de ativo com vida útil definida é determinado após a dedução de seu valor residual. Um valor residual diferente de zero implica que a entidade espera a alienação do ativo intangível antes do final de sua vida econômica.



105. Ao longo da vida de ativo intangível, pode ficar evidente que a estimativa de sua vida útil é inadequada. Por exemplo, o reconhecimento de prejuízo por perda de valor pode indicar que o prazo de amortização deve ser alterado.

Ativo intangível Com Vida Útil Indefinida

Em algumas situações, não temos informação precisa sobre a vida útil de um ativo. Não significa que ela seja infinita, mas que não temos uma informação precisa. Nesse caso, o Ativo intangível não deve ser amortizado, mas submetido ao teste de recuperabilidade.

A vida útil de ativo intangível que não é amortizado deve ser revisada periodicamente para determinar se eventos e circunstâncias continuam a determinar a avaliação de vida útil indefinida. Caso contrário, a mudança na avaliação de vida útil de indefinida para definida deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil.

O CPC 04 nos apresenta alguns exemplos de ativo intangível com vida útil indefinida:

Exemplo 6 - autorização de rota de linhas aéreas adquiridas entre duas cidades que expira após cinco anos

A **autorização** de rota pode ser **renovada a cada cinco anos**, e a entidade adquirente pretende cumprir as regras e regulamentos aplicáveis que envolvem a renovação. As renovações de autorizações de rota são **rotineiramente concedidas a um custo mínimo e historicamente têm sido renovadas** quando a linha aérea cumpre as regras e regulamentos aplicáveis. A entidade adquirente espera utilizar a rota entre as duas cidades **indefinidamente** a partir dos seus aeroportos centrais e espera que a infraestrutura de suporte relacionada (utilização de portões de aeroporto, slots e locações de instalações de terminais) continue a funcionar nesses aeroportos enquanto tiver a autorização de rota. Análises da procura e dos fluxos de caixa suportam esses pressupostos.

Dado que os fatos e as circunstâncias suportam a capacidade da entidade adquirente para **continuar a fornecer serviços aéreos indefinidamente** entre as duas cidades, **o ativo intangível relacionado com a autorização de rota é tratado como tendo vida útil indefinida**. Portanto, a autorização de rota **não seria amortizada enquanto a sua vida útil não fosse determinada como definida**. Seria testada quanto à necessidade de reconhecimento de perda por desvalorização de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.



Resumindo essa história toda: a concessão é concedida a cada cinco anos, há um custo insignificante e, historicamente tem sido renovada e a empresa aérea já demonstrou interesse na em manter essa rota indefinidamente. Portanto, podemos considerar essa concessão como um ativo intangível com vida útil indefinida.

Apenas reforçando que nesse caso:

- O ativo deve ser reconhecido inicialmente ao custo.
- Não deve ser amortizado.
- Deve ser submetido ao teste de recuperabilidade anualmente, mesmo sem indício de perda.

Revisão 08 – CPC – Amortização Pela Receita

Será que seria possível contabilizar a amortização de um ativo intangível com base da receita esperada que ele irá gerar?

Segundo o CPC 04:

98A. Há uma **presunção refutável** de que o método de amortização baseado na receita gerada por atividade que inclui o uso de ativo intangível não é apropriado. **A receita gerada por atividade** que inclui o uso de ativo intangível **reflete fatores típicos que não estão diretamente ligados ao consumo dos benefícios econômicos** incorporados no ativo intangível. Por exemplo, a receita é afetada por outros insumos e processos, atividades de venda e mudanças nos volumes e preços de venda. O componente de preço da receita pode ser afetado pela inflação, o que não tem qualquer influência sobre a maneira como o ativo é consumido. **Essa presunção só pode ser superada em circunstâncias limitadas: (a) em que o ativo intangível é expresso como mensuração de receitas, conforme** descrito no item 98C; ou (b) quando possa ser demonstrado que as receitas e o consumo dos benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados. **(Incluído pela Revisão CPC 08)**

Comentários:

O CPC 04 está dizendo que, como regra, estimar o consumo de um ativo intangível, com base na receita auferida, não é apropriado, pois nem sempre há correlação entre elas. Mas, há exceções.



98B. Na escolha do método de amortização adequado, de acordo com o item 98, a entidade pode **determinar o fator limitante predominante que é inerente ao ativo intangível**. Por exemplo, o **contrato** que estabelece **os direitos da entidade sobre o uso do ativo intangível** pode **especificar** o uso do ativo intangível pela entidade como **número predeterminado de anos (ou seja, tempo), como número de unidades produzidas ou como montante total fixo da receita a ser gerada**. A identificação do fator limitante predominante pode servir de ponto de partida para a identificação da base adequada da amortização, mas outra base pode ser aplicada se refletir de forma mais próxima o padrão esperado de consumo de benefícios econômicos. **(Incluído pela Revisão CPC 08)**

Comentários:

Ou seja, imagine que temos um contrato de concessão de uma rodovia pública. Esse contrato, que representa um ativo intangível, pode ser amortizado usando um critério de tempo, número de unidades produzidas ou a receita esperada pela concessão (contabilizado através de um pedágio).

98C. Na circunstância em que o **fator limitante predominante**, que é inerente ao ativo intangível, é a **obtenção de um limite de receita, a receita a ser gerada pode ser a base adequada para a amortização**. Por exemplo, a entidade pode adquirir uma concessão para explorar e extrair ouro de uma mina de ouro. O fim do contrato pode estar baseado no valor fixo da receita total a ser gerada a partir da extração (por exemplo, o contrato pode permitir a extração de ouro da mina até que a receita total acumulada com a venda de ouro atinja \$ 2 bilhões) e não ser baseado no tempo ou na quantidade de ouro extraído. Em outro exemplo, o direito de operar a estrada com pedágio pode estar baseado no montante total fixo de receita a ser gerado a partir de pedágios cobrados cumulativos (por exemplo, o contrato pode permitir a operação da estrada com pedágio até que o montante acumulado de pedágios gerados a partir da operação da estrada atinja \$ 100 milhões). No caso em que a receita foi estabelecida como o fator limitante predominante no contrato para a utilização do ativo intangível, a receita que será gerada pode ser a base adequada para a amortização do ativo intangível, desde que o contrato especifique o valor fixo total da receita a ser gerado sobre o qual a amortização deve ser determinada. **(Incluído pela Revisão CPC 08)**

Muito bem. Vamos explicar com um exemplo:

A Cia de Mineração Ouramarelinho S.A. procurou o Sr. Pedro di Pedra com uma oferta para comprar a sua mina de ouro pelo valor de 1 bilhão.



1) Supondo que a empresa Ouramarelinho compre a mina, indique a contabilização inicial e subsequente:

Contabilização inicial:

D – Imobilizado – mina de ouro	1.000.000.000
C – Disponibilidades (ativo)	1.000.000.000

Após a aquisição, a Cia de Mineração Ouramarelinho deverá estimar a possança da mina (capacidade total de produção) e exaurir conforme a extração do ouro.

Supondo que a possança seja de 10 toneladas de ouro, a empresa deverá exaurir, para cada quilo extraído, o valor de:

$$\frac{\$ 1.000.000.000}{10.000 \text{ kg.}} = \$ 100.000 / \text{kg.}$$

Observação: um bilhão dividido por 10.000 quilos = Cem mil por quilo.

Contabilização da exaustão (para 1 quilo):

D – Estoque de ouro (Ativo)	100.000
C – Exaustão acumulada (retificadora do ativo)	100.000

A exaustão vai compor o custo do estoque de ouro.

O Sr. Pedro di Pedra resolve fazer uma contra oferta:

- Não tenho interesse em vender. Mas posso arrendar por 5 anos, pelo preço certo e ajustado de cem milhões (\$ 100.000.000). Nesse tempo, você extrai o ouro e depois me devolve a mina.

2) Caso a Cia de Mineração Ouramarelinho aceite a proposta e adquira os direitos de exploração por 5 anos, indique a contabilização inicial e subsequente:

Contabilização Inicial:

D – Direitos de exploração (ativo intangível)	100.000.000
C – Disponibilidade (Ativo)	100.000.000

Como o fator limitante determinante é o Tempo, o valor será amortizado por 5 anos:

$$\frac{\$ 100.000.000}{5 \text{ anos}} = \$ 20.000.000 \text{ por ano}$$



Contabilização:

D – Estoque de ouro (Ativo)	20.000.000
C – Amortização acumulada (Ret. Do Ativo)	20.000.000

O representante da Cia Mineradora Ouramarelinho ficou muito feliz com a proposta. E falou:

- Aceito! Aceito, sim, imediatamente! Em cinco anos, vou extrair cada grama de ouro que houver nessa mina. Vou colocar três turnos dobrados de trabalho. Vamos assinar logo esse contrato, que eu tenho uma mina para explorar.

O Sr. Pedro di Pedra recuou, ante a fúria extrativista do representante da mineradora:

- Opa! Assim também não! Você vai esgotar a mina e me devolver só o bagaço! Assim não quero! Vamos fazer o seguinte: eu arrendo por 100 milhões, e você pode extrair uma tonelada de ouro. Só uma tonelada! Nem um grama a mais!

3) Caso a Cia de Mineração Ouramarelinho aceite a proposta, indique a contabilização inicial e subsequente:

Contabilização Inicial:

D – Direitos de exploração (Ativo intangível)	100.000.000
C – Disponibilidade (Ativo)	100.000.000

Como o fator limitante determinante é a quantidade extraída, o valor amortizado será:

$$\frac{\$ 100.000.000}{1.000 \text{ kg}} = \$100.000.000 \text{ por quilo}$$

Contabilização:

D – Estoque de ouro (Ativo)	100.000
C – Amortização acumulada (Ret. Do Ativo)	100.000

Os dois ficaram de pensar melhor sobre o assunto e resolver no dia seguinte.

Na hora combinada, os dois negociantes exclamaram:

- Mas assim eu posso perder dinheiro!

Disse o representante da empresa:



- O ouro é uma commodity e tem o preço fixado pelo mercado. E se o preço desabar? Nesse caso, a tonelada que vou extrair vai valer menos! Eu vou perder dinheiro!

Disse o Sr. Pedro de Pedra:

- E se o preço do ouro disparar? Nesse caso, eu vou receber muito menos pela tonelada de ouro do que realmente vale. Vou deixar de ganhar uma fortuna!

Então acertaram o seguinte: a empresa vai extrair o metal, e vai valorizá-lo pelo preço de mercado, até chegar a 500 milhões de receita. Assim, se o preço desabar, será necessário extrair mais ouro; se o preço subir, a empresa irá extrair uma quantidade menor para atingir a receita de 500 milhões.

Nesse caso, o fator limitante é a receita. A amortização deverá ser feita de forma proporcional à receita auferida.

Contabilização Inicial:

D – Direitos de exploração (Ativo intangível)	100.000.000
C – Disponibilidade (Ativo)	100.000.000

Como o fator limitante determinante é a Receita, o valor do pagamento será amortizado proporcionalmente à receita:

$$\frac{\$ 100.000.000}{\$ 500.000.000} = 20\% \text{ da Receita}$$

Assim, se a receita em um determinado mês for de \$10.000.000, a amortização será:

$$\$10.000.000 \times 20\% = \$2.000.000$$

Contabilização:

D – Estoque de ouro (Ativo)	2.000.000
C – Amortização acumulada (Ret. Do Ativo)	2.000.000

Professores! No exemplo da Cia. Ouro Amarelinho, não seria mais correto tratarmos como uma exaustão? Ou neste caso é mesmo uma amortização?

Quando a empresa possui uma concessão para exploração, a regra é que os direitos sejam amortizados. Se você é proprietário, aí sim estamos frente a uma hipótese de exaustão.



Método Da Reavaliação

Existem dois métodos distintos para a mensuração do ativo intangível trazidos pelo CPC 04, Método de Custo e Método de Reavaliação, a saber:

Método de Custo: Posteriormente ao reconhecimento inicial o ativo intangível deve ser apresentado ao custo, menos a amortização acumulada e a perda acumulada (se houver). Já vimos esse conceito.

Método de reavaliação: Após o reconhecimento, se permitido legalmente, um ativo intangível pode ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao valor justo na data da reavaliação.

Apesar do CPC 04 trazer as duas definições, ressaltamos que a contabilização pela reavaliação não é permitida mais no Brasil, mas precisamos saber o que as normas internacionais nos apresentam sobre isso, pois cai em provas.

De acordo com o CPC 04, se o valor contábil de ativo intangível **umentar em virtude de reavaliação**, esse aumento deve ser creditado **diretamente à conta própria de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido**. A exceção seria uma a reversão de uma reavaliação anterior, que diminuiu o valor do ativo e foi lançada no resultado.

Exemplo: o valor contábil de um intangível é de R\$ 100.000 e fora efetuada uma reavaliação para R\$ 120.000.

Contabilização:

D – Ativo Intangível (diferença em virtude de reavaliação)	R\$ 20.000
C – Reserva de Reavaliação – Outros Resultados Abrangentes	R\$ 20.000

Essa é a regra, mas poderia ser lançado no resultado se fosse uma reversão:

D – Ativo Intangível	R\$ 20.000
C – Receitas - Reversão de ajuste de reavaliação	R\$ 20.000

Mas se houver diminuição do valor contábil, a regra seria lançar diretamente no resultado, a não ser que exista saldo anterior de Reserva de Reavaliação para “consumir”. Nesse caso, o lançamento seria diretamente no PL.





Suponha que o valor contábil de um intangível é de R\$ 100.000 e fora efetuada uma reavaliação para R\$ 90.000

Contabilização:

D – Despesa com ajuste a valor de mercado R\$ 10.000 (diferença em virtude de reavaliação)

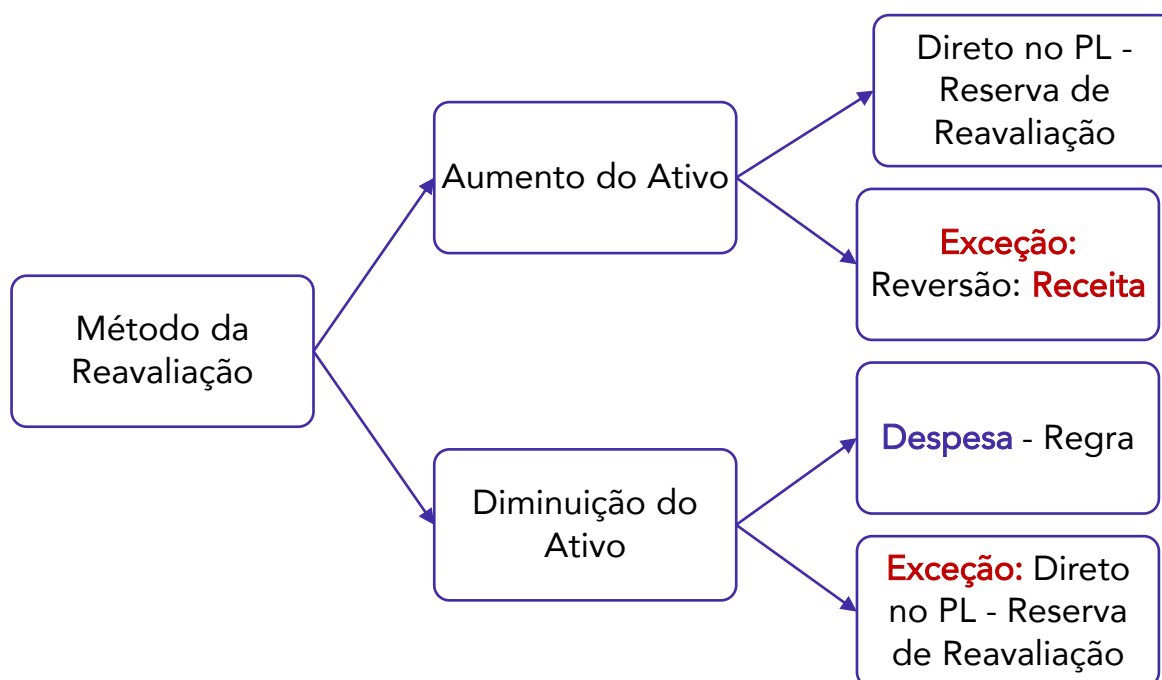
C – Ativo Intangível R\$ 10.000

Porém, se houver saldo de Reservas já contabilizados, vamos “consumi-la” antes:

D – Reserva de Reavaliação – Outros Resultados Abrangentes R\$ 10.000

C – Ativo Intangível R\$ 10.000

Esquematizando, temos:



Conforme ocorre a realização dos ativos, seja pela amortização ou pela baixa, o saldo da reserva de realização é transferido para lucros acumulados.



Teste De Recuperabilidade Para Ativos Intangíveis

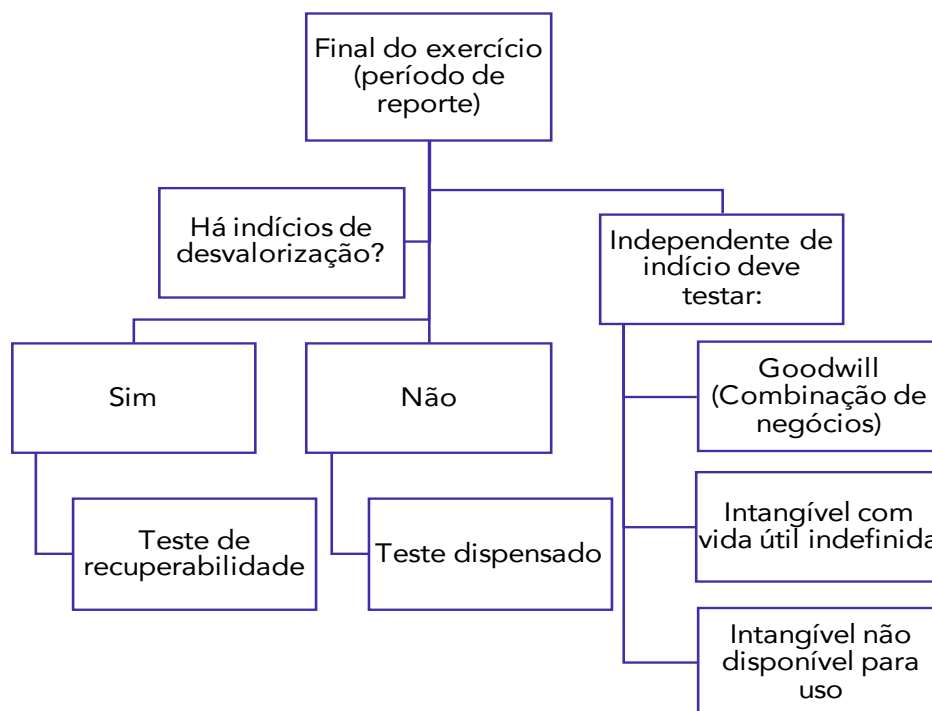
Segundo o CPC 01 – Teste de Recuperabilidade:

9. A entidade deve avaliar **ao fim de cada período de reporte** se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. **Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.**

Em síntese, funciona assim: Para os **ativos em geral** (como os imobilizados), a empresa deve verificar se **há indícios de desvalorização** no final do período de reporte (exercício social). Havendo indícios, a empresa faz uma estimativa formal da recuperabilidade. Não havendo, esta estimativa formal está dispensada.

Todavia, existem três ativos que devem ser avaliados formalmente, ainda que não haja indícios de perda. São eles:- Goodwill, Intangível com vida indefinida e Intangível que ainda não está em uso.

Esquematemizemos:



Mas, professores, por que essas exceções à regra?

A explicação é simples. Os ativos em geral, como os imobilizados, por exemplo, têm reduções em seus valores ao longo do tempo (depreciação, amortização, exaustão). Então, mesmo que um ativo imobilizado esteja avaliado contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável, a redução em seu valor com o decurso de sua vida útil, gerada, por exemplo, pela depreciação, vai acabar por diminuir o seu valor contábil, o que atenua esse registro contábil por valor superior ao recuperável.



Ao revés, o **goodwill**, o **intangível com vida útil indefinida** e o **ativo intangível** são ativos que têm a **característica comum de não sofrer amortização**. Isto é, os seus valores não diminuem com o curso do tempo, como ocorre com os outros ativos que têm amortização, depreciação, exaustão etc.

Com efeito, caso o registro destes três tipos de ativos estejam por valores superiores aos seus valores recuperáveis, permaneceriam assim caso nenhuma providência fosse tomada.

Por este motivo o CPC dispensou atenção maior a estes ativos, dispondo:

10. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve:

(a) testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. Ativos intangíveis diferentes podem ter o valor recuperável testado em períodos diferentes. Entretanto, se tais ativos intangíveis foram inicialmente reconhecidos durante o ano corrente, devem ter a redução ao valor recuperável testada antes do fim do ano corrente; e

(b) testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios, de acordo com os itens 80 a 99.

BAIXA E ALIENAÇÃO

112. O ativo intangível deve ser baixado:

(a) por ocasião de sua **alienação**; ou

(b) quando **não há expectativa de benefícios econômicos futuros** com a sua utilização ou alienação.

113. Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa de ativo intangível devem ser determinados pela **diferença entre o valor líquido da alienação**, se houver, e o **valor contábil do ativo**. Esses ganhos ou perdas devem ser reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado (exceto se critério específico estiver previsto em outra norma contábil), mas os ganhos não devem ser classificados como receitas de venda.



Vejam que o ganho pode ser expresso pela seguinte equação:

$$\text{Ganho} = \text{valor líquido de alienação} - \text{valor contábil do ativo}$$

Precisamos destacar que o ganho na alienação não deve ser contabilizado como receita de venda, mas como outras receitas e despesas na Demonstração do Resultado.

Ganho e receita não correspondem ao mesmo conceito, o ganho está, neste caso, representando o lucro, por isso a norma diz que os conceitos são distintos, em seu item 113.



QUESTÕES COMENTADAS – CPC 04 – FGV

1. (FGV/Prefeitura de SJC/Analista em Gestão Municipal/2024) A amortização de um ativo intangível é normalmente reconhecida, no resultado, como despesa.

A amortização é incluída no valor contábil de outro ativo quando

- a) a vida útil do ativo intangível é indefinida.
- b) o ativo intangível, como marca e patente, é reavaliado.
- c) existe mercado ativo para o ativo intangível, como licenças de táxi, licenças de pesca ou cotas de produção transferíveis livremente.
- d) a amortização de ativos intangíveis utilizados em processo de produção faz parte do valor contábil dos estoques.
- e) O contrato que estabelece os direitos sobre o uso do ativo intangível pode especificar o uso como número predeterminado de anos.

Comentários:

Amortização é a alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil, conforme previsão do CPC 04 – Ativo Intangível.

O item 99 do CPC 04 – Ativo Intangível no afirma que **amortização deve normalmente ser reconhecida no resultado**. No entanto, por vezes os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são absorvidos para a produção de outros ativos.

Nesses casos, a **amortização faz parte do custo de outro ativo**, devendo ser incluída no seu valor contábil. Por exemplo, a **amortização de ativos intangíveis utilizados em processo de produção faz parte do valor contábil dos estoques** (ver Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques). Portanto, nosso gabarito é a alternativa D.

Gabarito: D

2. (FGV/Prefeitura de Caraguatatuba/Contador/2024) No balanço patrimonial, os ativos não circulantes são classificados como realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Assinale a opção que indica uma diferença específica entre direitos classificados como ativo imobilizado e intangível.

- (A) Os imobilizados têm vida útil definida enquanto os intangíveis, vida útil indefinida.
- (B) Os imobilizados são passíveis de depreciação enquanto os intangíveis, de exaustão.
- (C) Os imobilizados têm por objeto bens corpóreos enquanto os intangíveis, bens incorpóreos.
- (D) Os imobilizados são destinados à manutenção da entidade enquanto os intangíveis, não são.
- (E) Os imobilizados podem ser reduzidos por perda de recuperabilidade, enquanto os intangíveis, não podem.



Comentários:

De acordo com a Lei 6404/76, art. 179, IV, serão classificadas do seguinte no ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto **bens corpóreos** destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

Por sua vez, no art. 179, VI, no intangível serão classificados os direitos que tenham por objeto **bens incorpóreos** destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Assim sendo, o nosso gabarito é a alternativa C, pois os imobilizados têm por objeto bens corpóreos enquanto os intangíveis, bens incorpóreos.

Vamos analisar os erros das demais alternativas.

(A) Os imobilizados têm vida útil definida enquanto os intangíveis, vida útil indefinida.

Errado, os ativos intangíveis podem ter, também, vida útil definida, como os imobilizados.

(B) Os imobilizados são passíveis de depreciação enquanto os intangíveis, de exaustão.

Errado, na verdade, os ativos intangíveis são amortizados e não exauridos.

(D) Os imobilizados são destinados à manutenção da entidade enquanto os intangíveis, não são.

Errado, conforme vimos nas definições imobilizados e intangíveis são destinados à manutenção da entidade. O que os diferencia é a substância física.

(E) Os imobilizados podem ser reduzidos por perda de recuperabilidade, enquanto os intangíveis, não podem.

Errado, o teste de recuperabilidade se aplica aos imobilizados e aos intangíveis.

Gabarito: C

3. (FGV/Prefeitura de Caragatatuba/Tec Contabilidade/2024) Uma sociedade empresária adquiriu uma marca por R\$100.000. A intenção da sociedade empresária é usar a marca, de modo a obter benefícios por tempo indefinido. Em relação ao valor relacionado à marca, é correto afirmar que

(A) deverá ser amortizado anualmente.

(B) deverá ser depreciado anualmente.

(C) deverá ser exaurido anualmente.

(D) será reconhecido diretamente como despesa.

(E) não será depreciado, exaurido e nem amortizado.



Comentários:

Na questão apresentada, a marca pode ser considerada um ativo intangível com vida útil indefinida. De acordo com o item 10 do CPC 04, a **Ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado**, mas será submetido ao teste de recuperabilidade.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil:

(a) anualmente; e

(b) sempre que existam indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor

Logo, nosso gabarito é a alternativa E.

Gabarito: E

4. (FGV/Prefeitura de Caragatatuba/Controlador Interno/2024) Em 01/12/2021, um banco adquiriu de uma escola, o direito sobre a folha de pagamento dos professores e funcionários. Deste modo, o banco desembolsou R\$600.000 para que todos os salários da escola fossem pagos através dele durante cinco anos, a partir de 01/02/2022. Em 31/12/2022, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$510.000. Já em 31/12/2023, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$380.000.

Assinale a opção que indica a amortização acumulada da folha de pagamento em 31/12/2023.

- (A) R\$178.000.
(B) R\$212.000.
(C) R\$230.000.
(D) R\$240.000.
(E) R\$250.000.

Comentários:

Questão que trata do cálculo da amortização acumulada em conjunto com a aplicação do Teste de Recuperabilidade. Os direitos sobre a folha de pagamento representam ativos intangíveis, os quais serão amortizados pelo prazo de 5 anos utilizando o método das cotas constantes, visto que o examinador foi silente.

O banco desembolsou R\$600.000 para que todos os salários da escola fossem pagos através dele durante cinco anos, a partir de 01/02/2022. Portanto, o ativo começa a ser amortizado nessa data e a cota mensal de amortização será $600.000 / (5 \times 12) = 600.000 / 60 = R\$ 10.000/\text{mês}$.

Vamos analisar o que acontece em 31/12/2022.



Amortização Acumulada = $11 \times 10.000 = \text{R}\$ 110.000$

Valor Contábil do Ativo = $600.000 - 110.000 = \text{R}\$ 490.000$

Agora, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$510.000, nesse caso, não há perdas por desvalorização para reconhecer.

Agora, vamos a situação contábil do ativo em 31/12/2023, um ano após.

Amortização Acumulada = $23 \times 10.000 = \text{R}\$ 230.000$

Com isso, podemos marcar o nosso gabarito com sendo a alternativa “C”.

Valor Contábil do Ativo = $600.000 - 230.000 = \text{R}\$ 370.000$

Observação: não era necessário para a resolução da questão, mas em 31/12/2023, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$380.000. Percebam que não há aqui perda por recuperabilidade para registramos.

Gabarito: C

5. (FGV/CGM RJ/Contador/2023) Por vezes é difícil avaliar se um ativo intangível gerado internamente se qualifica para o reconhecimento, devido às diversas dificuldades. Para avaliar se um ativo intangível gerado internamente atende aos critérios de reconhecimento, a entidade deve classificar a geração do ativo na fase de pesquisa e na fase de desenvolvimento.

Segundo CPC 04, um exemplo da fase de pesquisa é:

- a) avaliação de alternativas para possíveis materiais do produto;
- b) realização de estudos de viabilidade;
- c) testes do protótipo;
- d) projeto, construção e operação de fábrica-piloto;
- e) construção de modelos pré-produção.

Comentários:

São exemplos de **atividades de pesquisa**, de acordo com o CPC 04:

- a) atividades destinadas à obtenção de **novo conhecimento**;
- b) busca de **alternativas para materiais, dispositivos, produtos**, processos, sistemas ou serviços;
- c) busca, **avaliação e seleção final das aplicações** dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos; e
- d) **formulação, projeto, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais**, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.



Por sua vez, são exemplos de atividades de desenvolvimento:

- (a) **projeto**, construção e teste de protótipos e modelos pré-produção ou pré-utilização;
- (b) projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia;
- (c) projeto, construção e operação de fábrica-piloto, desde que já não esteja em escala economicamente viável para produção comercial; e
- (d) projeto, construção e teste da alternativa escolhida de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas e serviços novos ou aperfeiçoados

Logo, nosso gabarito é a alternativa A, pois é a única atividade de pesquisa. A realização de estudos de viabilidade é um dos critérios que devem ser atendidos na fase de desenvolvimento para que o ativo possa ser reconhecido.

Gabarito: A

6. (FGV/SEFAZ-MG/Auditor Fiscal/2023) De acordo com inclusão feita pela Lei nº 11.638/07 na Lei nº 6.404/64, assinale a opção que indica a classificação no ativo intangível.

- (A) Despesas pré-operacionais e gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social.
- (B) Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.
- (C) Aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas.
- (D) Direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da sociedade empresária, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial.
- (E) Participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da sociedade empresária.

Comentários:

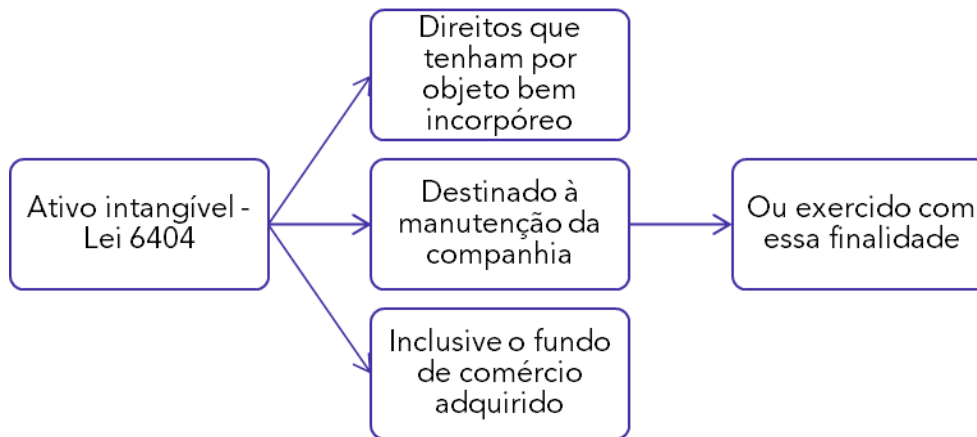
Conforme a lei 6.404:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto **bens incorpóreos** destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo **de comércio adquirido. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)**

Esquematizemos:





Vamos analisar cada alternativa?

A) Despesas pré-operacionais e gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social.

Errado, essa era a definição de Ativo Diferido, grupo que fora extinto da Contabilidade com as modificações ocorridas na contabilidade (MP 449 convertida na Lei 11.941/09). Segundo o CPC 13 – Adoção inicial da Lei 11.638/2007 e 11.941/2009 (item 20), os saldos porventura existentes deste grupo patrimonial devem ser alocados a outro grupo no balanço patrimonial. Não havendo essa possibilidade, ficam no ativo diferido até sua completa **amortização (consumo)** ou, alternativamente, podem ser baixados à conta de lucros ou prejuízos acumulados, do patrimônio líquido.

(B) Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Correto, definição que está apresentada na Lei 6404/76.

(C) Aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas.

Errado, não atende à definição de ativo intangível.

(D) Direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da sociedade empresária, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial.

Errado, a definição não faz menção a bens incorpóreos, isto é, sem substância física, o que é fundamental para a definição de ativo intangível.

(E) Participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da sociedade empresária.

Errado, essa é a definição de Ativo Não Circulante - Investimentos prevista na Lei 6404/76.

Gabarito: B



7. (FGV/MPE GO/Analista Contábil/2022) Em 01/01/X0, uma instituição financeira adquiriu o direito de administrar a folha de pagamento de uma sociedade empresária durante quatro anos por R\$400.000, a serem amortizados linearmente por esse período. Em 01/01/X1, a instituição financeira fez um estudo e constatou que grande parte dos funcionários não estava usando seus serviços. Na data, o banco estimou que os benefícios gerados pelo direito nos anos remanescentes eram de R\$240.000. Ainda, neste ano foi lançada uma campanha publicitária, direcionada a esses funcionários, pelo custo de R\$30.000. Em 01/01/X2, a instituição financeira julgava que os resultados da campanha publicitária foram positivos, de modo que os benefícios gerados esperados para os anos remanescentes eram de R\$250.000.

Assinale a opção que indica o valor contabilizado no Ativo Intangível da instituição financeira a título de direitos sobre a folha de pagamento da sociedade empresária, em 31/12/X1 e em 31/12/X2, respectivamente.

- a) R\$140.000 e R\$70.000.
- b) R\$160.000 e R\$100.000.
- c) R\$160.000 e R\$125.000.
- d) R\$180.000 e R\$100.000.
- e) R\$200.000 e R\$100.000.

Comentários:

Essa questão trata da contabilização da amortização de ativos intangíveis e a aplicação do teste de recuperabilidade.

O enunciado afirma que uma instituição financeira adquiriu em 01/01/X0 o direito de administrar a folha de pagamento de uma sociedade empresária durante quatro anos por R\$400.000, ou seja, temos aqui um ativo intangível.

Esse ativo será amortizado em quatro anos.

Agora, em 01/01/X1, um ano após a aquisição, foi efetuado um teste de recuperabilidade e o valor recuperável dessa folha de pagamento foi estimado em R\$ 240.000,00.

Por sua vez, o valor contábil dessa folha de pagamento era:

Amortização Acumulada em 1 ano: $400.000/4 = 100.000$

Valor Contábil = $400.000 - 100.000 = 300.000$.

Como o valor recuperável é menor do que o contábil, temos que reconhecer uma perda por recuperabilidade de 60.000.

O ativo fica apresentado da seguinte forma:



Ativo Intangível	400.000
(-) Amortização Acumulada	(100.000)
(-) Perda por recuperabilidade	(60.000)
= Valor Contábil	240.000

Esse valor será a base para o cálculo da depreciação no ano de X1, sendo que o ativo agora tem vida útil remanescente de 3 anos.

O examinador pediu o valor contábil desse ativo intangível em 31/12/X1:

$$\text{Amortização Anual} = 240.000/3 = 80.000$$

Valor Contábil em 31/12/X1:

Ativo Intangível	400.000
(-) Amortização Acumulada	(180.000)
(-) Perda por recuperabilidade	(60.000)
= Valor Contábil	160.000

A questão fala que ainda, neste ano foi lançada uma campanha publicitária, direcionada a esses funcionários, pelo custo de R\$30.000; **trata-se de uma despesa que será lançada no resultado da empresa.**

Agora, 01/01/X2, a instituição financeira julgava que os resultados da campanha publicitária foram positivos, de modo que os benefícios gerados esperados para os anos remanescentes eram de R\$250.000. Ou seja, **houve aumento do valor recuperável do ativo.** Vamos aplicar o teste de recuperabilidade?

Valor Contábil: 160.000

Valor Recuperável = 250.000.

Se não houvesse perda por recuperabilidade registrada de exercícios anteriores, não deveríamos fazer nenhum ajuste.

Mas como há perda, temos que fazer a reversão. Agora uma pergunta: Quanto podemos reverter?

O novo valor recuperável do ativo é de 250.000. Se revertermos a perda integralmente de 60.000, o valor contábil do ativo em 01/01/X2 seria de:

Ativo Intangível	400.000
(-) Amortização Acumulada	(180.000)
= Valor Contábil	220.000

Só que esse valor não é o correto, pessoal! O item 117 do CPC 01 afirma que o **aumento do valor contábil** de um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), **atribuível à reversão** de perda por desvalorização **não deve exceder o valor contábil** que teria sido determinado (líquido de depreciação,



amortização ou exaustão), **caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida** para o ativo em anos anteriores.

Ou seja, temos que verificar **qual seria o valor contábil do ativo em 01/01/x2** caso nenhuma perda por recuperabilidade tivesse sido reconhecida.

O valor contábil do ativo era de 400.000 e a vida útil era de 4 anos. Em 01/01/x2 estamos na metade da vida útil inicial, assim sendo, a amortização acumulada era de $400.000 \times 0,50 = 200.000$.

Portanto, o seu valor contábil sem perda registrada, em 01/01/X2 seria:

Ativo Intangível	400.000
(-) Amortização Acumulada	(200.000)
= Valor Contábil	200.000

Ou seja, se não houvéssemos reconhecido nenhuma perda por recuperabilidade, o valor contábil do ativo seria de 200.000, assim sendo, o máximo de perda por recuperabilidade que podemos ter é de 40.000. O valor contábil do nosso ativo deve ser em 01/01/X2:

Ativo Intangível	400.000
(-) Amortização Acumulada	(180.000)
(-) Perda por recuperabilidade	(20.000)
= Valor Contábil	200.000

Agora, para fechar a questão, qual o valor contábil do nosso ativo 1 ano após esse teste de recuperabilidade, ou seja, 31/12/x2.

A base de cálculo da amortização é 200.000 e a vida útil remanescente é de 2 anos. Assim, ele será amortizado em $200.000/2 = 100.000$.

Valor Contábil em 31/12/X2

Ativo Intangível	400.000
(-) Amortização Acumulada	(280.000)
(-) Perda por recuperabilidade	(20.000)
= Valor Contábil	100.000

Gabarito: B

8. (FGV/PC AM/Perito Criminal/Contabilidade/2022) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1)- Ativo Intangível, pode-se diferenciar o ativo intangível e o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) do seguinte modo:



- A o ativo intangível é identificável.
- B o ativo intangível é mensurável com objetividade.
- C o ativo intangível deve ser amortizado.
- D o goodwill é avaliado anualmente pelo valor de mercado.
- E o goodwill pode ser reavaliado.

Comentários:

Vamos apresentar uma dica para que vocês possam entender o que vem a ser o goodwill ou expectativa de rentabilidade futura:

SOPA DE GOODWILL! Sabe aquela sopa de legumes que você mistura vários ingredientes, passa em um processador, e gera um sabor único? Você consegue saber o que tem ali, mas não consegue mais separar os ingredientes individualmente. O goodwill seria essa sopa, rsrs. Não podemos identificar individualmente os itens que compõem este ágio, bom nome da empresa, seu corpo técnico, ponto comercial, mas está tudo ali gerando benefícios econômicos para a entidade. Vejam que legal.

Gravem para a prova! É esta a diferença entre o intangível e o ágio de expectativa futura: o intangível pode ser reconhecido individualmente, o ágio não.

Vejam o texto desse pronunciamento:

11. A **definição de ativo intangível requer que ele seja identificável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill)**. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (**goodwill**) reconhecido em uma **combinação de negócios** é um ativo que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

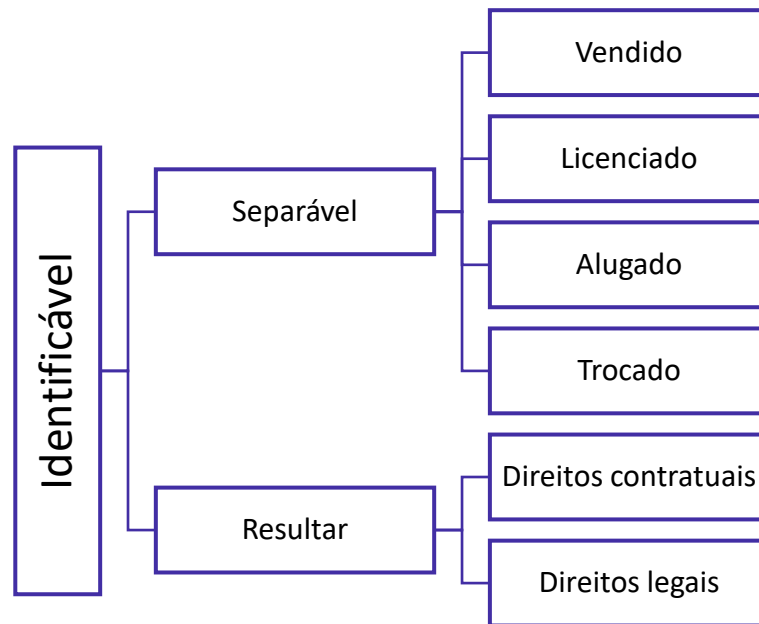
12. Um **ativo satisfaz o critério de identificação**, em termos de definição de um ativo intangível, **quando**:

(a) for **separável**, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; (Obs.: Podemos novamente citar como exemplo a aquisição de um software)

(b) **resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais**, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. (Obs.: Podemos citar como exemplo uma licença de pesca).

Esquematizemos:





Por exemplo, determinada marca, da Unilever, poderá ser vendida, alugada, licenciada, separadamente das diversas marcas? Sim! Portanto, atende a um dos requisitos, que é ser separável. Por outro lado, celebrado um contrato com terceiro, resultará eventual direito para ir à justiça de um direito legal ou contratual? Sim! Portanto, resta atendido o requisito de que seja identificável.

Gabarito: A

9. (FGV/SEFAZ-ES/Auditor/2021) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, entre os ativos gerados internamente em uma entidade, são geralmente contabilizados no Balanço Patrimonial, como Ativo Intangível,

- (A) os equipamentos.
- (B) os softwares de computadores.
- (C) as marcas.
- (D) os títulos das publicações.
- (E) as listas de clientes.

Comentários:

O que são ativos intangíveis? Podemos dizer, em linguagem simples, que os **intangíveis são aqueles ativos que não têm existência física.**

Como exemplos temos os direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público, marcas e patentes, fundo de comércio adquirido.

Segundo a lei 6.404:



Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

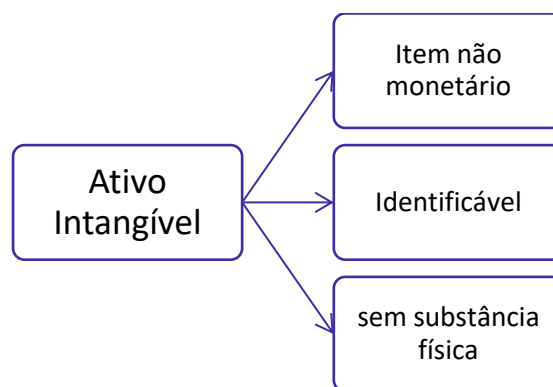
Portanto, o **intangível foi criado com a lei 11.638/2007, separando os direitos incorpóreos para uma classificação própria.**

Isto é **muito importante** para provas: classificam-se no intangível os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade.

O subgrupo intangível ganhou existência com a vigência da Lei 11.638/07, que separou os direitos corpóreos no imobilizado e os incorpóreos no intangível. Antes, classificaríamos tudo no imobilizado.

O CPC 04 - Ativo Intangível, nos apresenta a seguinte definição para Ativo Intangível:

Ativo intangível é um ativo não monetário identificável **sem substância física.**



Por seu turno, o item 63 do CPC 04, afirma que **Marcas, títulos de publicações, listas de clientes** e outros itens similares, gerados internamente, **não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.**

A justificativa é que esses itens não podem ser separados dos custos relacionados ao desenvolvimento do negócio como um todo. Dessa forma, esses itens não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.

Gabarito: B.

10. (FGV/ISS Paulínia/Auditor Fiscal Tributário/2021) Um ativo intangível resultante da fase de desenvolvimento de projeto interno deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar os aspectos a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

A Capacidade para usar ou vender o ativo intangível.

B Capacidade de estimar os gastos contabilizados na fase de pesquisa do ativo intangível.

C Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda.



D Capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

E Disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.

Comentários:

Importante! Nesta fase podemos reconhecer um ativo intangível gerado internamente, na fase de pesquisa não podemos!

57. Um ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) **deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados:**

(a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; **LETRA C**

(b) intenção de **concluir** o ativo intangível e de **usá-lo ou vendê-lo**;

(c) capacidade para usar ou vender o ativo intangível; **LETRA A**

(d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros.

(e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e **LETRA E**

(f) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. **LETRA D**

Esquematizemos:

Requisitos para reconhecer um ativo na fase de desenvolvimento
Viabilidade técnica para concluir o ativo
Intenção de concluir o ativo para uso ou venda
Capacidade para usar ou vender o ativo
Forma como o ativo gera benefícios econômicos futuros
Disponibilidade de recursos para concluir o desenvolvimento
Capacidade de mensurar os gastos

Portanto, **todos os aspectos listados acima devem ser atendidos!**

Fique Atento! O quesito solicitou o item incorreto. Apenas a letra B (Capacidade de estimar os gastos contabilizados na fase de pesquisa do ativo intangível) não é um aspecto a ser demonstrado para um ativo intangível resultante da fase de desenvolvimento de projeto interno seja reconhecido.

Gabarito: B.



11. (FGV/IMBEL/Supervisor/Contador/2021) Na avaliação dos critérios de reconhecimento de um ativo intangível gerado internamente no balanço patrimonial, são exemplos de atividade de pesquisa:

A projeto, construção e teste de protótipos e modelos de pré-produção ou pré-utilização.

B projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvem nova tecnologia.

C projeto, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.

D projeto, construção e operação de fábrica-piloto que ainda não está em escala economicamente viável para produção comercial.

E projeto, construção e teste da alternativa escolhida de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas e serviços novos ou aperfeiçoados.

Comentários:

Vejamos os exemplos de atividades de pesquisa e de desenvolvimentos feitos pelo CPC 04 (R1):

56. São exemplos de atividades de pesquisa:

(a) atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento;

(b) busca, avaliação e seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos;

(c) busca de alternativas para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços; e

(d) formulação, projeto, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.

59. São exemplos de atividades de desenvolvimento:

(a) projeto, construção e teste de protótipos e modelos pré-produção ou pré-utilização;

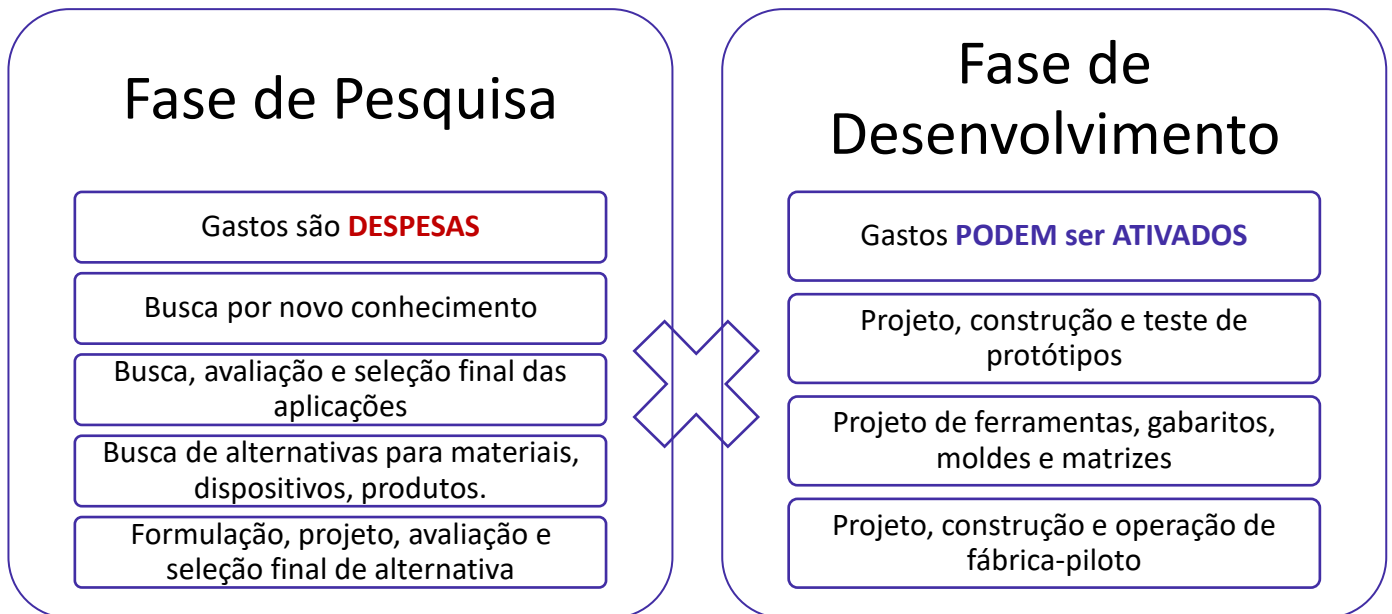
(b) projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia;

(c) projeto, construção e operação de fábrica-piloto, desde que já não esteja em escala economicamente viável para produção comercial; e

(d) projeto, construção e teste da alternativa escolhida de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas e serviços novos ou aperfeiçoados.

Em suma:





Gabarito: C.

12. (FGV/SEFIN RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018) Uma sociedade empresária precisava comprar computadores para seus funcionários, de modo a expandir seus negócios. Para isso, ela contratou um especialista para indicar qual seria o melhor modelo. Por esse serviço pagou R\$ 2.000.

Após definido o modelo, ela comprou os computadores, cujo preço era R\$ 200.000. Como a compra era grande, conseguiu um desconto de 10% sobre o valor.

O frete para receber os computadores foi de R\$ 1.000. Além disso, para receber os computadores em segurança, contratou um seguro no valor de R\$ 500.

Quando os computadores chegaram à sociedade empresária, ela gastou R\$ 10.000, com um programa antivírus anual, e, R\$ 12.000, com os programas básicos essenciais para o funcionamento. Além disso, ofereceu um treinamento para seus funcionários, que custou R\$ 5.000.

Depois de concluído o treinamento, a sociedade empresária ofereceu uma festa para promover a expansão, na qual gastou R\$ 20.000. Além disso, gastou R\$ 14.000 em publicidade, com base na compra dos novos computadores.

A partir das informações acima, assinale a opção que indica o acréscimo no ativo da empresa com a compra dos computadores.

- a) R\$ 181.000.
- b) R\$ 193.500.
- c) R\$ 198.500.
- d) R\$ 208.500.
- e) R\$ 210.500.

Comentários:

Com base no CPC 27, o custo dos computadores será de:



Custo de Aquisição	R\$ 200.000,00
(-) Desconto Incondicional	(R\$ 20.000,00)
(+) Frete e Seguros	R\$ 1.500,00
<u>(+) Software Essencial ao funcionamento</u>	<u>R\$ 12.000,00</u>
= Total	R\$ 193.500,00

Observações:

1- Os gastos com a remuneração do especialista, não entra no custo do Imobilizado, pois não incorre diretamente para colocar o Ativo em condições de uso.

2 – Segundo o CPC 04, alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como um disco (como no caso de software), documentação jurídica (no caso de licença ou patente) ou em um filme. Para saber se um ativo que contém elementos intangíveis e tangíveis deve ser tratado como ativo imobilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado ou como ativo intangível, nos termos do presente Pronunciamento, a entidade avalia qual elemento é mais significativo. Por exemplo, um software de uma máquina-ferramenta controlada por computador que **não funciona sem esse software específico é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado**. Ele se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o **software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível**. Portanto, o software antivírus de R\$ 10.000 deve ser tratado como Ativo Intangível, pois não é parte integrante dos computadores. Por sua vez, software básico, essenciais ao funcionamento do computador, integram o seu custo.

Gabarito: B

13. (FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018) Em 01/01/2017, uma empresa aérea adquiriu uma autorização para exploração da rota entre São Paulo e Brasília por R\$ 100.000. A autorização pode ser renovada a cada 4 anos e a companhia aérea sinaliza que deseja a renovação nas próximas oportunidades. A renovação de autorização de rotas tem custo insignificante para a empresa

Assinale a opção que indica o correto tratamento contábil da autorização de rota pela empresa aérea, no momento em que adquiriu a autorização e nos anos seguintes.

- a) Reconhecimento de despesa operacional de R\$ 100.000,00
- b) Reconhecimento de R\$ 25.000,00 no ativo circulante e de R\$ 75.000,00 no ativo realizável a longo prazo. Deve-se reconhecer despesa operacional de R\$ 25.000,00, ao final de cada um dos próximos quatro anos.
- c) Reconhecimento de R\$ 100.000,00 no ativo realizável a longo prazo, Deve-se reconhecer despesa operacional de R\$ 400.000,00, após quatro anos.
- d) Reconhecimento de um ativo intangível no valor de R\$ 100.000,00, que não deve ser amortizado.
- e) Reconhecimento de um ativo intangível no valor de R\$ 100.000,00. Deve-se reconhecer amortização de R\$ 25.000,00, ao final de cada um dos próximos quatro anos.

Comentários:



Pessoal, essa questão é difícilíssima, e foi extraída de um exemplo previsto no CPC 04:

Exemplo 6 - autorização de rota de linhas aéreas adquiridas entre duas cidades que expira após três anos

A autorização de rota pode ser renovada a cada cinco anos, e a entidade adquirente pretende cumprir as regras e regulamentos aplicáveis que envolvem a renovação. As renovações de autorizações de rota são rotineiramente concedidas a um custo mínimo e historicamente têm sido renovadas quando a linha aérea cumpre as regras e regulamentos aplicáveis.

A entidade adquirente espera utilizar a rota entre as duas cidades indefinidamente a partir dos seus aeroportos centrais e espera que a infraestrutura de suporte relacionada (utilização de portões de aeroporto, slots e locações de instalações de terminais) continue a funcionar nesses aeroportos enquanto tiver a autorização de rota. Análises da procura e dos fluxos de caixa suportam esses pressupostos.

Dado que os **fatos e as circunstâncias suportam a capacidade da entidade adquirente para continuar a fornecer serviços aéreos indefinidamente** entre as duas cidades, o ativo intangível relacionado com a autorização de rota **é tratado como tendo vida útil indefinida**. Portanto, **a autorização de rota não seria amortizada enquanto a sua vida útil não fosse determinada como definida. (Esse é o ponto central da questão).**

Portanto, nosso gabarito é “D”, pois a questão informa que a companhia aérea sinaliza a intenção de renovar a autorização de rota nos próximos anos e essa renovação possui custo insignificante para a entidade. Portanto, o Ativo Intangível deve ser reconhecido por **R\$ 100.000,00 e não deve ser amortizado**.

Gabarito: D

14. (FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018) Em 01/01/2013, a Cia. K iniciou a pesquisa e o desenvolvimento do projeto de um sistema capaz de gerar maior controle sobre as suas atividades. O projeto durou três anos, tendo os seguintes gastos:

2013- R\$ 200.000.

2014- R\$ 300.000.

2015- R\$ 500.000.

Além disso, sabe-se que:

- Em 2013, o projeto ainda estava na fase inicial da pesquisa e a empresa considerava a possibilidade de não ter sucesso com ele.
- Em 2014, a empresa iniciou a fase de desenvolvimento. Ao efetuar uma pesquisa de mercado, percebeu que não haveria demanda para o sistema, devido ao preço. No entanto, decidiu manter o projeto em curso normal, esperando que mudanças pudessem ocorrer.
- Em 2015, há repercussão mundial e a empresa consegue projetar uma demanda suficiente para justificar a produção em larga escala. Além disso, todos os critérios de reconhecimento dos gastos com



desenvolvimento do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível foram atendidos. No final do ano o projeto é concluído.

- Em 2016, o projeto é lançado ao mercado. Na data, a empresa estima que o sistema irá trazer benefícios econômicos durante os cinco anos seguintes, a partir de 01/01/2016. Em 31/12/2016, a empresa efetua um teste de recuperabilidade e constata que o valor recuperável na data é de R\$ 550.000.
- Em 2017, as vendas melhoraram e no teste de recuperabilidade, de 31/12/2017, a empresa considera que terá retorno de R\$ 600.000 nos anos remanescentes de venda.

Assinale a opção que indica o valor contábil do sistema, em 01/01/2018.

- a) R\$ 200.000.
- b) R\$ 300.000.
- c) R\$ 412.500.
- d) R\$ 440.000.
- e) R\$ 600.000.

Comentários:

2013 → Fase de Pesquisa → R\$ 200.000,00 (despesa)

2014 → Fase de Desenvolvimento → não há demanda pelo projeto → ainda não é possível reconhecer o gasto como Intangível → vai para despesa.

2015 → Fase de Desenvolvimento → Critério de reconhecimento atingidos → reconhece R\$ 500.000,00 no custo do Intangível

2016 → O Ativo Intangível deve ser amortizado, usando a vida útil de 5 anos.

Amortização em 2016 = $500.000/5 = R\$ 100.000,00$

Valor Contábil Líquido = $500.000 - 100.000 = R\$ 400.000,00$

Valor Recuperável = 500.000,00

Conforme determinação do CPC 01, **não precisamos efetuar nenhum ajuste**, pois o valor recuperável é maior do que o valor contábil líquido.

2017 → Amortização em 2017 = $500.000/5 = R\$ 100.000,00$

Valor Contábil Líquido = $500.000 - 200.000 = R\$ 300.000,00$

Valor Recuperável = 600.000,00

Não precisamos efetuar nenhum ajuste, pois o valor recuperável é maior do que o valor contábil líquido.

Portanto, em 01.01.2018, o valor contábil do sistema será $500.000 - 200.000 = R\$ 300.000,00$

Gabarito: B.



15. (FGV/BANESTES/Analista Econômico-Financeiro/2018) No reconhecimento de item patrimonial como ativo intangível, o valor reconhecido deve refletir a expectativa que a entidade tem sobre a probabilidade de que os benefícios econômicos futuros esperados, incorporados ao ativo, fluam para a entidade.

Nesse valor podem ser incluídos itens como custos:

- a) administrativos;
- b) de treinamento;
- c) de atividades promocionais para introdução de novo serviço;
- d) de transferência de atividades para nova categoria de clientes;
- e) com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente.

Comentários:

Nesse quesito vamos recorrer aos itens 28 e 29 do CPC 04 (R1):

28. Exemplos de custos diretamente atribuíveis são:

(a) custos de benefícios aos empregados (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados) incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais (de uso ou funcionamento);

(b) honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais; e

(c) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente.

29. Exemplos de gastos que **não fazem parte do custo de ativo intangível:**

(a) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e **atividades promocionais**);

(b) custos da **transferência das atividades** para novo local ou **para nova categoria de clientes** (incluindo custos de **treinamento**); e

(c) custos **administrativos** e outros custos indiretos.

Gabarito: E

16. (FGV/MPE AL/Auditor do Ministério Público/2018) Uma entidade comprou um computador por R\$ 3.000. No computador estava embutido um software de segurança no valor de R\$ 500, que era intrinsicamente relacionado a ele. A vida dos dois era estimada em três anos. A compra foi realizada à vista.



Assinale a opção que indica a contrapartida da diminuição do caixa nas demonstrações contábeis da entidade.

- a) Aumento de R\$ 3.500 no ativo imobilizado
- b) Aumento de R\$ 3.500 no ativo intangível.
- c) Aumento de R\$ 3.000 no ativo imobilizado e reconhecimento de despesa de R\$ 500.
- d) Aumento de R\$ 3.000 no ativo imobilizado e de R\$ 500 no ativo intangível.
- e) Aumento de R\$ 3.000 no ativo imobilizado e de R\$ 500 no ativo realizável a longo prazo.

Comentários:

Mais uma vez, lembramos que um software de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse software específico é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado.

Assim, software de segurança, intrinsecamente relacionado ao computador, integram o seu custo:

Custo de Aquisição	R\$ 3.000,00
<u>(+) Software intrinsecamente relacionado</u>	<u>R\$ 500,00</u>
= Total	R\$ 3.500,00

Dado que a compra foi realizada à vista, o lançamento foi o seguinte:

D – Computador (Ativo Imobilizado)	R\$ 3.500,00
C – Caixa (Ativo Circulante)	R\$ 3.500,00

Gabarito: A.

17. (FGV/MPE AL/Contador/2018) Em relação ao ativo intangível gerado internamente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, assinale a afirmativa correta.

- a) Os gastos com a pesquisa são contabilizados como ativo ou como despesa, dependendo da expectativa de rentabilidade futura.
- b) Os gastos com desenvolvimento são sempre reconhecidos como ativo.
- c) O custo deste ativo inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários à criação, produção e preparação para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.
- d) A amortização é iniciada a partir do momento em que a fase de desenvolvimento estiver concluída.
- e) O valor residual deste ativo não pode ser modificado.

Comentários:

- a) Os gastos com a pesquisa são contabilizados como ~~ativo~~ ou como despesa, ~~dependendo da expectativa de rentabilidade futura.~~



Errado, o CPC 04 (R1) explica que nessa fase os gastos são contabilizados como despesa quando incorridos.

b) Os gastos com desenvolvimento são ~~sempre~~ reconhecidos como ativo.

Errado, pois esse pronunciamento exige os seguintes requisitos:

Requisitos para reconhecer um ativo na fase de desenvolvimento
Viabilidade técnica para concluir o ativo
Intenção de concluir o ativo para uso ou venda
Capacidade para usar ou vender o ativo
Forma como o ativo gera benefícios econômicos futuros
Disponibilidade de recursos para concluir o desenvolvimento
Capacidade de mensurar os gastos

Portanto, o correto seria PODEM ser reconhecidos como ativo,

c) O custo deste ativo inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários à criação, produção e preparação para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

Correto, aqui a FGV trouxe o item 66 desse pronunciamento:

66. O custo de ativo intangível gerado internamente inclui todos os gastos diretamente atribuíveis, necessários à criação, produção e preparação do ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração. Exemplos de custos diretamente atribuíveis:

- (a) gastos com materiais e serviços consumidos ou utilizados na geração do ativo intangível;
- (b) custos de benefícios a empregados (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados) relacionados à geração do ativo intangível;
- (c) taxas de registro de direito legal; e
- (d) amortização de patentes e licenças utilizadas na geração do ativo intangível.

d) A amortização é iniciada a partir do momento ~~em que a fase de desenvolvimento estiver concluída.~~

Errado, pois a amortização é iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso. Nas palavras desse pronunciamento:

97. O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. **A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração.** A amortização deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda ou incluído em um grupo de ativos classificado como mantido para venda, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não



Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, ou, ainda, na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro. O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros. Se não for possível determinar esse padrão com confiabilidade, deve ser utilizado o método linear. A despesa de amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado, a não ser que outra norma ou pronunciamento contábil permita ou exija a sua inclusão no valor contábil de outro ativo.

e) O valor residual deste ativo ~~não~~ pode ser modificado.

Errado, visto que esse valor é revisado e pode ser modificado. Isso é previsto no CPC 04 (R1):

102. A estimativa do valor residual baseia-se no valor recuperável pela alienação, utilizando os preços em vigor na data da estimativa para a venda de ativo similar que tenha atingido o final de sua vida útil e que tenha sido operado em condições semelhantes às aquelas em que o ativo será utilizado. **O valor residual deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício.** Uma alteração no valor residual deve ser contabilizada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Gabarito: C.

18. (FGV/Câmara de Caruaru/Analista – Contabilidade /2015) Em 01/01/2011, um banco comprou, por R\$ 180.000,00, o direito de processar a folha de pagamentos de uma empresa por seis anos. Em 31/12/2012, o banco constatou que os funcionários da empresa não estavam utilizando os serviços do banco e verificou que poderia ter retorno total de R\$ 100.000,00 com a folha de pagamento nos anos remanescentes. Já em 31/12/2013, o banco realizou um novo estudo e verificou que, nos anos seguintes, poderia obter retorno total de R\$ 80.000,00. Em 31/12/2014, o valor contábil do direito era de

- (A) R\$ 50.000,00.
- (B) R\$ 53.333,00.
- (C) R\$ 60.000,00.
- (D) R\$ 75.000,00.
- (E) R\$ 83.333,00

Comentários:

Nesse tipo de questão, podemos resolver do modo mais demorado:

- Valor original = 180.000
- Prazo = 6 anos
- Amortização anual = 30.000 por ano.



Em 31/12/2012, a empresa já amortizou dois anos, no valor total de 60.000.

$$\text{Valor contábil em 31/12/2012} = 180.000 - 60.000 = 120.000.$$

Mas o banco constatou que poderia ter retorno de 100.000, nos próximos 4 anos que faltavam para encerrar o prazo. Assim, deve reconhecer uma perda de recuperabilidade no valor de 20.000, ficando com o valor contábil de 100.000.

$$\text{Amortização de 2013} = 100.000 / 4 \text{ anos} = 25.000.$$

$$\text{Valor contábil em 31/12/2013} = 100.000 - 25.000 = 75.000$$

Como o valor recuperável aumentou para 80.000, a empresa reverte parcialmente a perda.

Assim, valor contábil passa para 80.000, para os 3 anos restantes.

$$\text{Amortização: } 80.000,00 / 3 \text{ anos} = 26.667$$

$$\text{Valor contábil em 31/12/2014} = 80.000 - 26.667 = 53.333$$

Atenção! Resolução rápida! Compare o valor contábil sem reconhecer nenhuma perda, até 31/12/2013, com o valor recuperável de 80.000:

$$\text{Valor original } 180.000$$

$$\text{Amortização anual} = 180.000 / 6 = 30.000 \text{ por ano.}$$

$$\text{Amortização acumulada até 31/12/2013} = 30.000 \times 3 \text{ anos} = 90.000$$

$$\text{Valor contábil em 31.12.2013} = 180.000 - 90.000 = 90.000$$

Como o valor recuperável é menor, o ativo fica com o valor de 80.000, e com 3 anos de prazo.

$$\text{Amortização em 2014: } 80.000 / 3 \text{ anos} = 26.667$$

$$\text{Valor contábil em 31/12/2014} = 80.000 - 26.667 = 53.333$$

Gabarito: B

19. (FGV/Auditor Tributário/ISS Niterói/2015) A Cia. Gama adquiriu, em 31.03.X1, o controle das Linhas Aéreas Epsilon S.A, que era titular de direitos de operação em aeroportos das regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Ao contabilizar a aquisição da Linhas Aéreas Epsilon S.A., a Coa Gama deverá reconhecer esses direitos:

- a) como ativo intangível, mensurado pelo valor justo na data de aquisição.
- b) como ativo intangível, se sua concessão for por um prazo limitado.



- c) como ativo intangível, se puderem ser separados da Linhas Aéreas Epsilon S.A. e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados.
- d) como ativo intangível, se a Linhas Aéreas Epsilon S.A. assim os tiver reconhecido em suas demonstrações financeiras anteriores à aquisição.
- e) como parte do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) dessa aquisição.

Comentários:

Letra A: **Correta**. Se fosse um ativo intangível adquirido como uma aquisição separada, seria mensurado pelo custo de aquisição. Mas um ativo intangível adquirido como parte de uma combinação de negócios (que é o caso da questão) deve ser avaliado pelo valor justo.

Letra B: **Errado**. A classificação como ativo intangível independe do prazo de concessão ser ou não limitado.

Letra C: **Errado**. Essa é a que mais confunde. Vamos lá:

- O adquirente deve reconhecer, separadamente do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), os ativos intangíveis identificáveis em uma combinação de negócios. Um ativo intangível é identificável se ele **atender ao critério de separação ou ao critério legal-contratual**.

- O critério de separação implica que um ativo intangível adquirido seja capaz de ser separado ou dividido da adquirida e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado individualmente. Até aqui, parece que a letra C está correta, não é? Mas o ativo intangível atende ao critério de separação também através do critério legal-contratual. Esse é o caso da questão.

- Um ativo intangível que atende ao critério legal-contratual é identificável mesmo se ele não puder ser transferido ou separado da adquirida ou de outros direitos e obrigações. Por exemplo:

(a) (...);

(b) a adquirida possui e opera uma usina geradora de energia nuclear. A licença para operar essa usina é um ativo intangível que atende ao critério contratual-legal para seu reconhecimento separado do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), mesmo que o adquirente não possa vender ou transferir essa licença separadamente da usina geradora de energia nuclear adquirida. O adquirente pode reconhecer o valor justo da licença de operação e o valor justo da usina geradora de energia nuclear como único ativo para fins de demonstrações contábeis, caso a vida útil econômica de ambos os ativos seja similar;

Letra D: **Errado**. Não é necessário que a adquirida tenha classificado como Intangível, no caso de combinação de negócios.

Letra E: **Errado**. Os ativos intangíveis identificados devem ser contabilizado separadamente do Goodwill.

Gabarito: A



20. (FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015) A empresa de softwares Marcosoft S.A. adquiriu, pelo valor de \$ 7.600.000,00, todos os sistemas desenvolvidos por sua concorrente Sopa Ltda. O valor justo dos sistemas é de \$ 6.100.000,00. Nas demonstrações financeiras da Sopa era possível identificar que o custo para desenvolver os sistemas correspondia ao valor líquido de \$ 3.000.000,00.

Considerando as informações acima, a Marcosoft deve classificar essa aquisição da seguinte forma:

- a) \$ 6.100.000,00 como investimento e \$ 1.500.000,00 como goodwill;
- b) \$ 3.000.000,00 como intangível e \$ 4.600.000,00 como goodwill;
- c) \$ 6.100.000,00 como investimento e \$ 1.500.000,00 como despesa;
- d) \$ 3.000.000,00 como investimento e \$ 4.600.000,00 como intangível;
- e) \$ 7.600.000,00 como intangível.

Comentários:

Trata-se de aquisição de Ativo Intangível. Segundo o pronunciamento CPC 04 (R1) – Ativo Intangível:

24. Um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo.

Aquisição separada

25. Normalmente, o preço que a entidade paga para adquirir separadamente um ativo intangível reflete sua expectativa sobre a probabilidade de os benefícios econômicos futuros esperados, incorporados no ativo, serem gerados a seu favor. Em outras palavras, a entidade espera que haverá benefícios econômicos a seu favor, mesmo que haja incerteza em relação à época e ao valor desses benefícios econômicos. Portanto, a condição de probabilidade a que se refere o item 21(a) é sempre considerada atendida para ativos intangíveis adquiridos separadamente.

26. Além disso, o custo de ativo intangível adquirido em separado pode normalmente ser mensurado com confiabilidade, sobretudo quando o valor é pago em dinheiro ou com outros ativos monetários.

O item 21 do pronunciamento CPC 04 - Ativo Intangível – estabelece que um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se:

- (a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e
- (b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

A condição (a) é sempre considerada atendida para os ativos intangíveis adquiridos separadamente. Afinal, nenhuma empresa iria adquirir Intangível se não tivesse a firme expectativa de obter benefícios econômicos com eles.



E o item (b) também é atendido, pois o custo de aquisição do ativo intangível pode normalmente ser medido com confiabilidade.

Portanto, a alternativa correta é a letra E, que indica a contabilização de \$ 7.600.000,00 como intangível.

Vejamos agora o erro das demais alternativas:

a) \$ 6.100.000,00 como investimento e \$ 1.500.000,00 como goodwill;

Errado. Se fosse aquisição de Investimento, no balanço individual da investidora ficaria contabilizado em Investimento pelo valor total de \$7.600.000, dividido entre Valor Patrimonial de \$ 6.100.000,00 e Goodwill de \$ 1.500.000,00. Mas, como se trata de aquisição de Ativo Intangível, tal contabilização não se aplica.

b) \$ 3.000.000,00 como intangível e \$ 4.600.000,00 como goodwill;

Errado. O custo registrado na contabilidade da empresa vendedora não será contabilizado na empresa compradora.

c) \$ 6.100.000,00 como investimento e \$ 1.500.000,00 como despesa;

Errado. Não é caso de aquisição de investimento; mas, mesmo na hipótese de aquisição de investimento, o valor de \$1.500.000 seria contabilizado em Investimento, como Goodwill, e não como despesa.

d) \$ 3.000.000,00 como investimento e \$ 4.600.000,00 como intangível;

Errado. O custo registrado na contabilidade da empresa vendedora não será contabilizado na empresa compradora.

Gabarito: E.

21. (FGV/Contador/Niterói/2015) Em 02/01/x1, a divisão de pesquisa da Indústria Farmacêutica Zeta S.A. deu início a um projeto de desenvolvimento de um novo medicamento para atender um segmento de mercado considerado importante pela direção da companhia. Na execução desse projeto foram incorridos os seguintes gastos:

Data	Gasto	Montante
31/03/x1	Desenvolvimento da fórmula	R\$ 1.000.000
30/06/x1	Testes	R\$ 500.000
31/10/x1	Patente	R\$ 150.000
30/11/x1	Adequação do processo produtivo	R\$ 200.000
31/12/x1	Propaganda	R\$ 300.000
	Total	R\$ 2.150.000

Findos os testes do medicamento, a direção da companhia concluiu que sua produção era tecnicamente viável, e que os recursos demandados para tanto eram compatíveis com as possibilidades de investimento



da companhia e com o retorno comercial esperado do medicamento. Após adequar seu processo produtivo para que pudesse produzir o medicamento da forma pretendida, a Indústria Farmacêutica Zeta S.A. lançou uma campanha de marketing para divulgar o novo medicamento junto aos consumidores. Do total de gastos incorridos nesse projeto, será incluído no custo do ativo intangível gerado internamente o montante de:

- (A) R\$ 150.000;
- (B) R\$ 350.000;
- (C) R\$ 650.000;
- (D) R\$ 1.500.000;
- (E) R\$ 2.150.000.

Comentários:

Segundo o CPC 04:

54. Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os **gastos com pesquisa** (ou da fase de pesquisa de projeto interno) **devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos**. [...]

56. São exemplos de atividades de pesquisa:

- a) atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento;
- b) busca de alternativas para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços;
- c) busca, avaliação e seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos; e
- d) formulação, projeto, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.

57. Um ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados:

- (a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- (b) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- (c) capacidade para usar ou vender o ativo intangível;
- (d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros. Entre outros aspectos, a entidade deve demonstrar a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade;



(e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e

(f) capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Como a **empresa concluiu pela viabilidade findos os testes**, e demonstrou que havia viabilidade técnica, passaremos a reconhecer o item como intangível.

65. O custo de ativo intangível gerado internamente que se qualifica para o reconhecimento contábil nos termos deste Pronunciamento como estabelecido no item 24 se restringe à soma dos gastos incorridos a partir da data em que o ativo intangível atende aos critérios de reconhecimento contidos nos itens 21, 22 e 57. O item 71 não permite a reintegração de gastos anteriormente reconhecidos como despesa. [...]

67. Os seguintes itens não são componentes do custo de ativo intangível gerado internamente:

(a) gastos com vendas, administrativos e outros gastos indiretos, exceto se tais gastos puderem ser atribuídos diretamente à preparação do ativo para uso;

(b) ineficiências identificadas e prejuízos operacionais iniciais incorridos antes do ativo atingir o desempenho planejado; e

(c) gastos com o treinamento de pessoal para operar o ativo.

Continuando...

29. Exemplos de gastos que não fazem parte do custo de ativo intangível:

(a) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço **(incluindo propaganda e atividades promocionais)**;

(b) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e

(c) custos administrativos e outros custos indiretos.

Portanto, integrarão o custo do intangível os gastos com patente e a adequação do processo produtivo (150.000 + 200.000 = 350.000).

Gabarito: B



22. (FGV/Auditor Tributário/ISS Recife/2014) Em 31/12/2011, uma entidade encerrou a criação de um software. Na criação, gastou R\$ 100.000,00 em pesquisas e R\$ 200.000,00 no desenvolvimento, já comprovada a viabilidade para produzir e utilizar o ativo. Depois de pronto o novo software, a entidade gastou R\$ 80.000,00 em publicidade a fim de promovê-lo.

A entidade começou a utilizar o software em 01/01/2012, estimando que ele seria utilizado por cinco anos. Já em 31/12/2012, a entidade constatou que poderia ter retorno de R\$ 150.000,00 com o software.

Em 31/12/2013, o valor contábil do software era de

- a) R\$ 112.500,00.
- b) R\$ 120.000,00.
- c) R\$ 150.000,00.
- d) R\$ 180.000,00.
- e) R\$ 228.000,00.

Comentários:

Pesquisa → vai para despesa

Desenvolvimento → vai para ativo intangível

Publicidade → despesa. Não integra o valor do ativo Intangível

Valor em 01/01/2012 = 200.000

Vida útil = 5 anos

Depreciação anual = $200.000 / 5 \text{ anos} = 40.000$ por ano.

Em 31/12/2012, o valor contábil era de \$160.000 (ou seja, 200.000 menos depreciação acumulada de 40.000).

Em 31/12/2012, a entidade constatou que poderia ter retorno de R\$ 150.000,00 com o software.

Como o valor recuperável é menor que o valor contábil, a empresa reconhece uma perda de: $160.000 - 150.000 = 10.000$

Com isso, o software fica avaliado em \$150.000, com vida útil de 4 anos.

Depreciação a partir de 31/12/2012: $\$150.000 / 4 \text{ anos} = \$ 37.500$

Valor contábil em 31/12/2013: $\$150.000 - \$ 37.500 = \$ 112.500$

Gabarito: A



23. (FGV/DPE RJ/Técnico superior – Ciências Contábeis/2014) No dia 01/01/X1 a empresa XYZ contratou a empresa ABC para desenvolver um sistema de informática integrado. O valor orçado inicialmente para o desenvolvimento do sistema foi de \$ 600.000, com o prazo de 12 meses para a conclusão. O pagamento do serviço ocorrerá seis meses após a conclusão do trabalho e será feito em parcela única. No transcorrer da implantação do sistema, o valor foi reduzido para \$ 580.000 e o sistema foi entregue em 31/10/X1.

No dia 01/11/X1 foram identificados problemas em sua utilização, dado o envio incompleto de informações por parte da empresa XYZ. Isso gerará mais dois meses de trabalho para que o sistema funcione adequadamente. A empresa ABC cobrará mais R\$ 30.000,00 pelos ajustes.

O registro da operação no mês de outubro é

- (A) D – ativo intangível – R\$ 580.000
C – contas a pagar – R\$ 580.000
- (B) D – ativo intangível – R\$ 600.000
C – contas a pagar – R\$ 600.000
- (C) D – ativo intangível – R\$ 610.000
C – contas a pagar – R\$ 610.000
- (D) D – ativo intangível – R\$ 600.000
C – outras despesas operacionais – R\$ 10.000
C – contas a pagar – R\$ 610.000
- (E) D – ativo intangível – R\$ 580.000
C – outras despesas operacionais – R\$ 30.000
C – contas a pagar – R\$ 610.000

Comentários:

Nesse caso, a questão pergunta o registro da operação no mês de outubro. E informa que, no transcorrer da implantação do sistema, o valor foi reduzido para \$ 580.000 e o sistema foi entregue em 31/10/X1. O pagamento ocorrerá em seis meses. Assim, a contabilização, em outubro, será:

D – Ativo Intangível – 580.000
C – Contas a pagar – 580.000

Mas e os trabalhos adicionais, ao custo de 30.000? Serão contabilizados depois que os serviços adicionais forem concluídos. Em outubro, só a contabilização dos serviços já concluídos, no valor de 580.000.

Gabarito: A



24. (FGV/Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2014) Em 01/01/2013, uma empresa adquiriu os direitos para uso de uma marca por cinco anos. O contrato é renovável a cada cinco anos a custo insignificante, e a empresa pretende renová-lo por mais quinze anos, acreditando que, após este período, a marca não terá mais retorno. A vida útil a ser estabelecida pelo direito de utilização da marca, em 01/01/2013, é

- (A) de cinco anos
- (B) de dez anos.
- (C) de quinze anos.
- (D) de vinte anos.
- (E) indefinida.

Comentários:

Conforme o Pronunciamento CPC:

94. A vida útil de ativo intangível resultante de direitos contratuais ou outros direitos legais não deve exceder a vigência desses direitos, podendo ser menor dependendo do período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo. Caso os direitos contratuais ou outros direitos legais sejam outorgados por um prazo limitado renovável, a vida útil do ativo intangível só deve incluir o prazo de renovação, se existirem evidências que suportem a renovação pela entidade sem custo significativo.

Assim, como a empresa pretende renovar o contrato por mais 15 anos, e o custo da renovação é insignificante, o prazo de vida útil deve incluir o período de renovação, totalizando 20 anos (5 do contrato original mais 15 anos de renovação).

Gabarito: D.

25. (FGV/DPE RJ/Técnico superior – Ciências Contábeis/2014) A Companhia Acima, líder no setor de brinquedos, está em processo para adquirir o controle da empresa concorrente Aolado. A ideia da Companhia Acima é adquirir 100% das ações da empresa e retirar o mais rápido possível de circulação a marca “Aolado”. O valor da marca, registrado como um intangível no balanço da Aolado, é de R\$ 550.000. Todavia, especialistas constataram que outras empresas do setor de brinquedos estariam dispostas a pagar R\$ 2.500.000 pela marca “Aolado”, considerando-se esse, portanto, o valor justo para o referido ativo.

Caso a operação ocorra, o Balanço Patrimonial da Companhia Acima

(A) não identificará a marca Aolado como Intangível em suas demonstrações individuais, mas sim no grupo de Investimentos em Controladas. Por outro lado, nas demonstrações consolidadas, a marca Aolado será apresentada no grupo de Intangível com o valor de R\$ 2.500.000.

(B) não identificará a marca Aolado como Intangível em suas demonstrações individuais, mas sim no grupo de Investimentos em Controladas. Por outro lado, nas demonstrações consolidadas, a marca Aolado será apresentada como ativo intangível com o valor de R\$ 550.000 e ágio no valor de R\$ 1.950.000.



(C) não identificará a marca Aolado em nenhuma de suas demonstrações contábeis, uma vez que pretende descontinuar seu uso.

(D) identificará a marca no valor de R\$ 550.000 e como Ágio no valor de R\$ 1.950.000, ambos no grupo de Intangível, tanto em suas demonstrações individuais como nas consolidadas.

(E) identificará a marca no valor de R\$ 550.000 no grupo intangível e como ganho por compra vantajosa (Demonstração de Resultado) no valor de R\$ 1.950.000, ambos em suas demonstrações consolidadas.

Comentários:

Na adquirente, a aquisição de participação em outra empresa será contabilizada em três subcontas: Valor patrimonial, Mais Valia e Goodwill. Exemplo: A Cia A adquire 100% da Cia B por \$12.000. Na data da aquisição, o valor contábil da Cia B era de \$8.500 e o valor justo dos ativos identificáveis e passivos assumidos era de \$10.000.

Goodwill:

Valor da aquisição	12.000
(-) Valor justo dos ativos e passivos assumidos	(10.000)
(=) Goodwill	2.000

Mais Valia:

$$\text{Mais valia} = \text{Valor justo} - \text{Valor Patrimonial} = 10.000 - 8.500 = 1.500$$

Contabilização do investimento na Cia A:

D - Investimentos em controladas

Valor patrimonial	8.500
Mais Valia	1.500
Goodwill	2.000
C – Caixa	12.000

Observação: no balanço individual, aparece apenas o valor do investimento: 12.000. Mas a Mais Valia e o Goodwill devem ser controlados em subcontas. Já no balanço consolidado, a Mais Valia fica junto com os ativos e passivos que a originaram; e o Goodwill é transferido para o Ativo Intangível.

A Mais Valia é realizada conforme a realização dos ativos e passivos; o Goodwill não é amortizado, deve apenas ser submetido ao Teste de Recuperabilidade. Esse teste de recuperabilidade é realizado para o conjunto investimento + goodwill. Muito bem.

A questão não menciona o valor que a Companhia Acima iria pagar pela aquisição, portanto não dá para calcular o Goodwill. Mas a marca Aolado será avaliada, no balanço individual da adquirente, pelo valor justo, como Investimentos em Controladas:



Contabilização no Balanço individual – Companhia Acima

D – Investimentos em controlada

Valor patrimonial	550.000
Mais Valia	1.950.000
C – Caixa/bancos	2.500.000

Como já mencionamos, pode constar apenas o valor total em investimentos, mas com a Mais Valia controlada em subconta.

No balanço consolidado, a marca ficará no Intangível, pelo valor patrimonial mais a Mais Valia. Ou seja, pelo valor justo.

Gabarito: A

26. (FGV/Contador/SUDENE/PE/2013) Quanto ao reconhecimento de um ativo intangível, é correto afirmar que ocorrerá quando

- (A) for provável que os benefícios econômicos atribuíveis ao ativo forem gerados em favor da entidade ou daquela a quem se pretende vender.
- (B) o custo for mensurado com confiabilidade.
- (C) o método de custo aplicado for o de recuperabilidade.
- (D) for pelo valor justo a data de reavaliação com a contrapartida na reserva de reavaliação do patrimônio líquido.
- (E) a entidade adquirir o bem intangível pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada.

Comentários:

Importante! Um intangível será reconhecido se, cumulativamente, atender aos seguintes critérios:

- Atender ao conceito de intangível, ou seja, ser não monetário identificável sem substância física;
- Ser identificável, controlável e gerar benefícios futuros.

Ademais, segundo o CPC 04 (R1):

21. Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se:

- (a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e
- (b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Gabarito: B



QUESTÕES COMENTADAS – CPC 04 – FCC

1. (FCC/TRT-PR/Analista Judiciário/2022) Uma empresa adquiriu por R\$ 10.000.000,00 o direito de utilizar uma determinada marca pelo prazo de 20 anos. A transação foi realizada no dia 31/12/2017 e no final do ano de 2018 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment), tendo obtido as seguintes informações:

- Valor em uso da marca: R\$ 8.500.000,00.
- Valor justo da marca líquido de despesas de vendas: R\$ 8.000.000,00.

A empresa reconheceu, na Demonstração do Resultado do ano de 2018,

- (A) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e perda por desvalorização no valor de R\$ 1.500.000,00.
- (B) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e perda por desvalorização no valor de R\$ 1.000.000,00.
- (C) despesa de amortização no valor de R\$ 447.368,42, apenas.
- (D) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00, apenas.
- (E) perda por desvalorização no valor de R\$ 1.500.000,00, apenas.

Comentários:

Questão que trata de teste de recuperabilidade e do cálculo de amortização de ativos intangíveis.

Cálculo da Amortização: $10.000.000/20 = R\$ 500.000,00$.

Agora, vamos aplicar o teste de recuperabilidade:

- Valor em uso da marca: R\$ 8.500.000,00.
- Valor justo da marca líquido de despesas de vendas: R\$ 8.000.000,00.

Valor Recuperável = MAIOR dentre os dois acima = 8.500.000

Valor Contábil = $10.000.000 - 500.000 = R\$ 9.500.000$

Nesse caso, o valor contábil é MAIOR que o valor recuperável, nesse caso, temos que reconhecer uma despesa por perda por recuperabilidade de $9.500.000 - 8.500.000 = R\$ 1.000.000,00$.

Gabarito: B

2. (FCC/SEFAZ SC/Analista da Receita Estadual/2021) A Cia. Invisível possuía, em 31/12/2019, um ativo Intangível (Marca) com vida útil indefinida, cujo valor contábil era R\$ 2.100.000,00, composto dos seguintes valores:

- Custo de aquisição R\$ 2.500.000,00



- Perda por desvalorização (reconhecida em 2019) R\$ 400.000,00

Em dezembro de 2020, a Cia. realizou novamente o Teste de Recuperabilidade do Ativo (Teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso R\$ 1.900.000,00

- Valor justo líquido das despesas de venda R\$ 2.600.000,00

Com base nestas informações e sabendo que as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida, a Cia. Invisível, em dezembro de 2020,

A não fez nenhum registro.

B reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 200.000,00.

C reconheceu um ganho no valor de R\$ 400.000,00.

D reconheceu um ganho no valor de R\$ 500.000,00.

E reconheceu um ganho no valor de R\$ 100.000,00.

Comentários:

Importante: Ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

Um ativo intangível adquirido com vida útil indefinida:

- Deve ser reconhecido inicialmente ao custo.

- Não deve ser amortizado.

- Deve ser submetido ao teste de recuperabilidade anualmente, mesmo sem indício de perda

Vamos começar apurando o valor contábil do ativo no momento do teste de recuperabilidade:

Valor Contábil = Custo de Aquisição - Perda por recuperabilidade

Valor Contábil = R\$ 2.500.000 - R\$ 400.000 = R\$ 2.100.000

Realizando o teste de recuperabilidade:

- Valor em uso = R\$ 1.900.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 2.600.000,00

O Valor Recuperável é o MAIOR entre o Valor em Uso e o Valor Justo Líquido das despesas de venda. Logo, Valor Recuperável = R\$ 2.600.000,00.

Em condições normais, nenhum ajuste deveria ser feito, pois o valor contábil é MAIOR do que o valor recuperável, porém, como há perda por recuperabilidade de períodos anteriores, DEVEMOS FAZER A REVERSÃO dessa perda, reconhecendo, assim, uma receita.



Apenas destacamos que se fosse uma perda por recuperabilidade registrada no goodwill NÃO deveríamos fazer essa reversão, mas a questão deixa claro que não é esse o caso.

Assim sendo, como o valor recuperável passou para R\$ 2.600.000, temos que a reversão até o valor contábil que o bem tinha antes de nenhuma perda ser reconhecida, isto é, reversão de R\$ 400.000. Não pode passar disso, ok?

Portanto, reconheceu, no resultado de 2020, um ganho no valor de R\$ 400.000,00.

Gabarito: C

3. (FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/ Especialidade -Assistente de Contabilidade/2020) A empresa CiênciaTech tem diversos projetos de aplicativos para o uso cotidiano. Alguns deles são apenas experimentais, geram aprendizado para seus programadores e não chegam a ser concluídos como aplicativos finais disponíveis ao público. Já outros aplicativos, ao longo de seu desenvolvimento, apresentam um potencial de geração de receita alto quando finalizados. Nesse sentido, a equipe técnica de programação é alocada para finalizar esse tipo de aplicativo e disponibilizar ao público final. A empresa deve reconhecer os gastos com os aplicativos experimentais e a expectativa de geração de benefício econômico futuro, respectivamente, como

- (A) despesa em resultado e como ativo intangível.
- (B) perda em resultado e como provisão.
- (C) ativo intangível e ativo intangível.
- (D) despesa em resultado e despesa em resultado.
- (E) despesa antecipada e como ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Comentários:

Em relação aos gastos com os aplicativos experimentais, o quesito afirma que eles geram APRENDIZADO e NÃO SÃO CONCLUÍDOS. Conseqüentemente, enquadra-se na fase de pesquisa e devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

Já outros aplicativos, a questão informa: "...ao longo de seu DESENVOLVIMENTO, apresentam um POTENCIAL DE GERAÇÃO DE RECEITA alto quando finalizados". Assim, eles fazem parte da fase de desenvolvimento e devem ser reconhecidos como intangível.

Gabarito: A

4. (FCC/ALAPA/Analista Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/ Especialidade - Contador/2020) A Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 750.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

– Custo de aquisição: R\$ 950.000,00.



– Perda por desvalorização (impairment): R\$ 200.000,00.

Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

– Valor em uso: R\$ 1.000.000,00.

– Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 700.000,00.

Com base nessas informações e sabendo-se que o ativo não corresponde a ágio pago por expectativa de resultados futuros, a Cia. Investidora

(A) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 50.000,00.

(B) manteve, no ativo, o valor contábil de R\$ 750.000,00.

(C) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 250.000,00.

(D) reconheceu, no resultado de 2018, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.

(E) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 200.000,00.

Comentários:

Vamos começar apurando o valor contábil do ativo no momento do teste de recuperabilidade:

$$\text{Valor Contábil} = \text{Custo de Aquisição} - \text{Perda por recuperabilidade}$$
$$\text{Valor Contábil} = 950.000 - 200.000 = \text{R\$ } 750.000$$

Agora, vamos encontrar o valor recuperável desse ativo, que é o MAIOR entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso, portanto, R\$ 1.000.000.

Em condições normais, nenhum ajuste deveria ser feito, pois o valor contábil é MAIOR do que o valor recuperável, porém, como há perda por recuperabilidade de períodos anteriores, DEVEMOS FAZER A REVERSÃO dessa perda, reconhecendo, assim, uma receita.

Apenas destacamos que se fosse uma perda por recuperabilidade registrada no goodwill NÃO deveríamos fazer essa reversão, mas a questão deixa claro que não é esse o caso.

Assim sendo, como o valor recuperável passou para R\$ 1.000.000, temos que a reversão até o valor contábil que o bem tinha antes de nenhuma perda ser reconhecida, isto é, reversão de R\$ 200.000. Não pode passar disso, ok? Portanto, reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 200.000,00.

Gabarito: E

5. (FCC/METRO SP/Analista Desenvolvimento Gestão Júnior - Ciências Contábeis/2019) Ativos intangíveis são

a) os interesses residuais nas aplicações da entidade depois de deduzidas todas as origens de recursos.

b) obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujas liquidações se espera que resultem na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.



- c) ativos não monetários, identificáveis e sem substância física, controlados pela entidade como resultado de eventos passados, e dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.
- d) ativos não monetários, identificáveis e sem substância física, que podem ou não estar sob controle da entidade, e dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.
- e) ativos monetários, identificáveis, podendo ter ou não substância física, controlados pela entidade como resultado de eventos passados, e dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.

Comentários:

Nosso gabarito é a letra “C”, de acordo como o CPC 04, Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física. Por sua vez, como qualquer ativo, ele representa é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados; e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.

Gabarito: C

6. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Sobre Ativos Intangíveis, considere:

- I. Os gastos incorridos com pesquisa devem ser reconhecidos como ativo em desenvolvimento, uma vez que gerarão benefícios futuros para a entidade.
- II. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.
- III. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, deve ser amortizado e não está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.
- IV. Um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável anualmente, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.

Comentários:

I. Os gastos incorridos com pesquisa devem ser reconhecidos como ativo em desenvolvimento, uma vez que gerarão benefícios futuros para a entidade.

Errado, nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) devem ser reconhecidos



como despesa quando incorridos. Durante a fase de pesquisa de projeto interno, a entidade não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível que gerará prováveis benefícios econômicos futuros. Portanto, tais gastos devem ser reconhecidos como **despesa quando incorridos**.

II. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.

Correto, item 48 do CPC 04: 48. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo. Isso se justifica porque não há independência na avaliação.

III. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, deve ser amortizado e não está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.

Errado, um ativo intangível com vida útil definida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, deve ser amortizado e **está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável**.

IV. Um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável anualmente, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.

Correto, como não há base sistemática de amortização, o ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos anualmente, independentemente de haver indícios de perda ou não.

Gabarito: D.

7. (FCC/SJRP/Auditor Fiscal Tributário Municipal/2019) São exemplos de ativos intangíveis:

- a) patentes, marcas geradas internamente, edifícios.
- b) gastos com pesquisa, estoques, ágio por expectativa de rentabilidade futura.
- c) patentes cedidas gratuitamente, treinamento de funcionários, juros a pagar.
- d) gastos com desenvolvimento de produtos, marcas adquiridas de terceiros, softwares.
- e) marcas geradas internamente, patentes cedidas gratuitamente, ajustes de avaliação patrimonial.

Comentários:

- a) patentes, ~~marcas geradas internamente, edifícios.~~

Errado, as marcas e outros itens similares, gerados internamente, não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis; e os edifícios são, em regra, ativos imobilizados.

- b) ~~gastos com pesquisa, estoques, ágio por expectativa de rentabilidade futura.~~



Errado, vimos que gastos com pesquisa são reconhecidos como despesa quando incorridos; estoques são classificados como ativo circulante; o ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) possui duas possibilidades:

- Gerado internamente: não reconhece
- Combinação de negócios: intangível

c) patentes cedidas gratuitamente, ~~treinamento de funcionários, juros a pagar.~~

Errado, pois treinamento de funcionários não entra no custo do intangível e a conta juros a pagar faz parte do passivo.

d) gastos com desenvolvimento de produtos, marcas adquiridas de terceiros, softwares.

Esse é o nosso gabarito!

e) ~~marcas geradas internamente, patentes cedidas gratuitamente, ajustes de avaliação patrimonial.~~

Errado, a conta ajustes de avaliação patrimonial integra o Patrimônio Líquido.

Gabarito: D

8. (FCC/AL-SE/Analista Legislativo/Contabilidade/2018) A Cia. Papa Legus possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil de R\$ 1.200.000,00 era composto dos seguintes valores em reais:

Custo de Aquisição	1.500.000,00
Perda por Desvalorização	(300.000,00)

Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o teste de recuperabilidade do ativo (Teste de Impairment) e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Valor em uso	1.100.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	1.600.000,00

As evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida.

Com base nestas informações, a Cia. Papa Legus, em dezembro de 2017,

- (A) não fez nenhum registro.
- (B) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.
- (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 400.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 300.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 100.000,00

Comentários:

A questão nos forneceu os seguintes dados:



- Valor em uso 1.100.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda 1.600.000,00

Assim, o Valor Recuperável é 1.600.000,00 (Maior). Já o valor contábil:

Custo de Aquisição	1.500.000,00
<u>Perda por Desvalorização</u>	<u>(300.000,00)</u>
Valor Contábil	1.200.000,00

Percebam que o valor recuperável é MAIOR do que o valor contábil, assim, por prudência, nenhum ajuste deveria ser feito! Mas, a questão tem um detalhe muito importante. O ativo já possui perda por recuperabilidade registrada, e como houve aumento do valor recuperável, a entidade deverá reverter a perda já registrada, conforme determina o CPC 01:

110. A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, **exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)**, possa não mais existir ou ter diminuído. **Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.**

Assim sendo, na nossa questão, devemos fazer a Reversão da perda por recuperabilidade, mas o limite é o valor contábil que o bem possuía antes da perda ter sido reconhecida, isto é, 1.500.000,00:

D – Perda Por Desvalorização	300.000
C – Reversão de Perda por Recuperabilidade (receita)	300.000

O gabarito é letra d.

Gabarito: D

9. (FCC/Prefeitura do Recife/Analista/2019) A Cia. Incorporada tinha registrado, em 31/12/17, um ativo intangível com vida útil indefinida (marca X), cujo valor contábil de R\$ 520.000,00 era composto por:

Custo de aquisição	R\$ 650.000,00.
Perda por desvalorização (reconhecida em 2016)	R\$ 130.000,00.

Nesta data, antes de elaborar as demonstrações contábeis, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível e obteve as seguintes informações:

Valor em uso	R\$ 470.000,00.
Valor justo líquido de despesas de venda	R\$ 670.000,00.

Com base nas informações acima, a Cia. Incorporada, em 31/12/17,

- (A) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
- (B) não fez nenhum registro contábil.
- (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 130.000,00.



- (D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
(E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 180.000,00.

Comentários:

O valor contábil deve ser comparado com o valor recuperável, que é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda:

- Valor em uso da marca = \$ 470.000
- Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 670.000
- Valor recuperável = R\$ 670.000

Valor Contábil = Custo de Aquisição - Perda por desvalorização (reconhecida em 2016)

$$\text{Valor Contábil} = 650.000 - 130.000 = 520.000$$

O valor contábil é de 520.000, mas o valor recuperável é de R\$ 670.000. Em condições normais, nenhum ajuste seria feito, mas a empresa possui perda por recuperabilidade registrada, nesse caso, ela deve reverter a perda de R\$ 130.000, registrando um ganho nessa quantia.

Lembrando que o limite para reversão é o valor original do ativo (R\$ 650.000), subtraído de eventual depreciação, amortização ou exaustão.

Gabarito: C

10. (FCC/ISS-MANAUS/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2019) Em 31/12/2016, o saldo líquido da conta Intangíveis evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa Invisível S.A. era R\$ 21.500.000,00, composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição	25.000.000,00
(-) Amortização Acumulada	(3.500.000,00)
(=) Valor contábil	21.500.000,00

As notas explicativas dessa conta apresentavam, nessa data, as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Custo de aquisição (R\$)	Amortização acumulada (R\$)	Vida útil
Patentes	17.500.000,00	3.500.000,00	20 anos
Marca adquirida	7.500.000,00	-	Indefinida
Total	25.000.000,00	3.500.000,00	-

A empresa adota o método linear para cálculo da despesa de amortização.

A empresa realizou, em 31/12/2017, o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) para os dois ativos e obteve as seguintes informações:



Tipo de Ativo Intangível	Valor justo (R\$)	Valor em uso (R\$)
Patentes	Não existe	13.250.000,00
Marca adquirida	6.500.000,00	7.000.000,00

O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais,

- a) 20.250.000,00.
- b) 20.125.000,00.
- c) 19.750.000,00.
- d) 19.625.000,00.
- e) 20.625.000,00.

Comentários:

Quando a questão solicita o saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis, temos que encontrar o valor histórico excluir a amortização acumulada e eventual perda por recuperabilidade, se houver.

Apenas destacamos que Ativos Intangíveis com vida útil indefinida, como apresentado na questão **NÃO SÃO AMORTIZADOS**, mas submetidos ao teste de recuperabilidade. Nosso objetivo é encontrar o valor contábil dos dois ativos e aplicarmos o teste de recuperabilidade:

- Patentes:

-
- Valor Amortizável = 17.500.000,00
- Vida Útil = 20 anos

$$\text{Amortização Anual} = \frac{\text{Valor Amortizável}}{\text{Vida Útil}} = \frac{17.500.000}{20} = \text{R\$ } 875.000,00$$

Amortização Acumulada_{31/12/2017} = Amortização Anual₂₀₁₇ + Amortização Acumulada Saldo anterior

$$\text{Amortização Acumulada}_{31/12/2017} = \text{R\$ } 875.000,00 + \text{R\$ } 3.500.000,00 = (\text{R\$ } 4.375.000,00)$$

$$\text{Valor Contábil } 31/12/2017 = \text{Custo de aquisição} - \text{Amortização Acumulada}_{31/12/2017}$$

$$\text{Valor Contábil } 31/12/2017 = 17.500.000,00 - 4.375.000,00 = \text{R\$ } 13.125.000,00$$

Agora, vamos aplicar o teste de recuperabilidade, conforme previsão do CPC 01:

- Valor Justo = não existe
- Valor em uso = R\$ 13.250.000,00
- Valor Recuperável = R\$ 13.250.000,00

Percebam que o valor recuperável é MAIOR do que o contábil, não é necessário fazer ajuste, as patentes ficarão registradas pelo valor líquido de R\$ 13.125.000,00



- Marcas:

Por não possuírem vida útil definida, as marcas não são amortizadas, são submetidas ao teste de recuperabilidade!!

- Valor Justo = 6.500.000
- Valor em uso = 7.000.000,00
- Valor Recuperável = 7.000.000,00
- Valor Contábil = 7.500.000,00

Aqui será necessário reconhecer uma perda por recuperabilidade de $7.500.000 - 7.000.000 = 500.000$, pois o valor recuperável **é menor do** que o valor contábil.

As marcas ficarão registradas da seguinte forma:

Custo de Aquisição	7.500.000,00
<u>(-) Perda por recuperabilidade</u>	<u>(500.000,00)</u>
Valor Contábil	7.000.000,00

O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais, $13.125.000,00 + 7.000.000,00 = 20.125.000,00$.

Gabarito: B

11. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Sobre Ativos Intangíveis, considere:

- Os gastos incorridos com pesquisa devem ser reconhecidos como ativo em desenvolvimento, uma vez que gerarão benefícios futuros para a entidade.
- O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.
- Um ativo intangível com vida útil definida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, deve ser amortizado e não está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.
- Um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável anualmente, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.

Está correto o que se afirma APENAS em

- III e IV.
- I e III.
- I, II e III.
- II e IV.
- I, II e IV.



Comentários:

Questão que cobra conhecimentos do CPC 04 – Ativo Intangível! Vamos analisar cada item:

I. Os gastos incorridos com pesquisa devem ser reconhecidos como ativo em desenvolvimento, uma vez que gerarão benefícios futuros para a entidade.

Errado, nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos. Durante a fase de pesquisa de projeto interno, a entidade não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível que gerará prováveis benefícios econômicos futuros. Portanto, tais gastos devem ser reconhecidos como **despesa quando incorridos**.

II. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.

Correto, item 48 do CPC 04: 48. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo. Isso se justifica porque não há independência na avaliação.

III. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, deve ser amortizado e não está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.

Errado, um ativo intangível com vida útil definida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, deve ser amortizado e **está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável**.

IV. Um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável anualmente, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.

Correto, como não há base sistemática de amortização, o ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos anualmente, independentemente de haver indícios de perda ou não.

Gabarito: D

12. (FCC/ARTESP-SP/Técnico em Contabilidade/2017) A empresa AliCaCo S. A. iniciou, em julho de 2016, um projeto de sistemas coordenado pela sua área de TI para venda futura. Até o final de novembro de 2016, a empresa tinha incorrido em gastos no valor de R\$ 500.000,00. Em 01/12/2016, a empresa conseguiu demonstrar a viabilidade econômica desse projeto. Em dezembro de 2016, os gastos com o desenvolvimento do sistema foram R\$ 300.000,00, totalizando um gasto de R\$ 800.000,00 para o desenvolvimento do referido projeto. Sabendo-se que o valor recuperável estimado, em 31/12/2016, foi R\$ 400.000,00, o valor que a empresa deveria ter apresentado na conta Intangível, referente a este projeto, é, em reais,

a) 800.000,00.



- b) 500.000,00.
- c) 100.000,00.
- d) 400.000,00.
- e) 300.000,00.

Comentários:

A diferença de contabilização é a seguinte:

Pesquisa: nenhum ativo intangível resultante de pesquisa deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

Desenvolvimentos: com relação aos projetos de desenvolvimento, a empresa deve atender às seguintes condições:

(a) VIABILIDADE TÉCNICA para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;

Assim, os gastos a partir dessa data (01/12/16) ficam ativados, ou seja, ficam contabilizados no Ativo Intangível. Os gastos anteriores ficam contabilizados como despesa, no resultado. Gastos de dezembro = \$ 300.000 = Ativo Intangível.

Gabarito: E

13. (FCC/ARTESP-SP/Técnico em Contabilidade/2017) Ativos Intangíveis com vida útil indefinida são mensurados pelo valor

- a) de custo, menos a amortização acumulada.
- b) justo e estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.
- c) de custo, menos a eventual perda acumulada por redução ao valor recuperável.
- d) justo, sofrem amortização e estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.
- e) de custo, menos a amortização acumulada e estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Comentários:

Importante: Ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

A vida útil de ativo intangível que não é amortizado deve ser revisada periodicamente para determinar se eventos e circunstâncias continuam a consubstanciar a avaliação de vida útil indefinida. Caso contrário, a mudança na avaliação de vida útil de indefinida para definida deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil.

Um ativo intangível adquirido com vida útil indefinida:

- Deve ser reconhecido inicialmente ao custo.



- Não deve ser amortizado.
- Deve ser submetido ao teste de recuperabilidade anualmente, mesmo sem indício de perda.

Gabarito: C

14. (FCC/DRE-RS/Analista Judiciário – Contabilidade/2017) A Cia. Industrial possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida. Os valores evidenciados para este ativo, nesta data, são apresentados a seguir:

Custo de aquisição	R\$ 800.000,00
(-) Ajuste por “impairment” (calculada em 2015)	(R\$ 300.000,00)
(=) Valor contábil do ativo	R\$ 500.000,00

Ao realizar o teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de “impairment”), a Cia. obteve as seguintes informações a respeito desse ativo em 31/12/2016:

Valor em uso	R\$ 650.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 550.000,00

O valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 para este ativo foi, em reais,

- a) 600.000,00
- b) 650.000,00
- c) 550.000,00
- d) 500.000,00
- e) 800.000,00

Comentários:

O valor recuperável de um ativo é o MAIOR entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na nossa questão, o valor recuperável é de 650.000, isto é, maior do que o valor contábil líquido, R\$ 500.000.

Se não houvesse perda por recuperabilidade já registrada, não seria necessário ajuste algum. Porém, como há perda por recuperabilidade reconhecida, a empresa DEVE FAZER A REVERSÃO, isto é, temos que efetuar a seguinte contabilização:

D – Ajustes por “impairment”	150.000
C – Reversão de perda por recuperabilidade (receita)	150.000

O ativo ficará registrado assim:

Custo de aquisição	R\$ 800.000
<u>(-) Ajuste por impairment</u>	<u>R\$ 150.000</u>
(=) Valor contábil do ativo	R\$ 650.000



Gabarito: B

15. (FCC/TST/Analista Judiciário – Contabilidade/2017) A empresa Só Rodovias S.A. ganhou a concessão para administrar uma rodovia federal e pagou pelo direito de exploração da atividade o valor de R\$ 90.000.000,00. O prazo da concessão é 30 anos e, no final do prazo do contrato, o governo reassume a administração da rodovia. A concessão iniciou-se em 01/01/2015 e no final de 2016 a Só Rodovias S.A. identificou que o valor em uso da concessão havia sofrido uma grande redução, pois a quantidade de usuários da rodovia estava bem abaixo do que havia sido projetado quando a concessão foi adquirida. Em 31/12/2016 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) e o valor em uso calculado para a concessão foi R\$75.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2016 a empresa deveria

- a) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 3.000.000,00, apenas.
- b) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 3.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 12.000.000,00.
- c) não reconhecer nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.
- d) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 15.000.000,00, apenas.
- e) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 3.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 9.000.000,00.

Comentários:

Informações iniciais:

- Valor da concessão: \$ 90.000.000
- Prazo: 30 anos.

$$\text{Amortização anual} = \$90.000.000 / 30 \text{ anos} = \$ 3.000.000 \text{ por ano.}$$

$$\text{Amortização acumulada no final de 2016} = \$ 3.000.000 \times 2 \text{ anos} = \$ 6.000.000$$

Obs.: o período entre 01/01/2015 e 31/12/2016 representa 2 anos

$$\text{Valor contábil} = \$90.000.000 - \$ 6.000.000 = \$ 84.000.000$$

Em 31/12/2016 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável:

$$\text{Valor recuperável} = \$ 75.000.000$$

$$\text{Perda por recuperabilidade} = \text{Valor contábil} - \text{Valor recuperável}$$

$$\text{Perda por recuperabilidade} = \$84.000.000 - \$75.000.000 = \$9.000.000$$

Gabarito: E



16. (FCC/Contabilidade/ARTESP/2017) A Cia. Só Softwares iniciou em 2012 um projeto de pesquisa e desenvolvimento de um novo software. Os gastos incorridos com a pesquisa e desenvolvimento deste novo produto estão apresentados abaixo:

Ano	Valor (R\$)
2012	70.000,00
2013	60.000,00
2014	120.000,00
2015	80.000,00
2016	50.000,00

Em 2012, o projeto estava na fase inicial de pesquisa. Em 2013, a Cia. iniciou a fase de desenvolvimento, mas ainda não conseguiu demonstrar como o novo produto iria gerar benefícios econômicos futuros para a empresa. Em 2014, conseguiu demonstrar que havia viabilidade técnica para concluir o projeto, mas ainda não conseguiu demonstrar que haveria demanda para tornar o produto economicamente viável. No início de 2015, a Cia. Conseguiu demonstrar que o software era economicamente viável. A expectativa era de que o software fosse concluído no início de 2015, no entanto, acabou sendo concluído no final de 2016, cuja comercialização se iniciou em 2017.

Com base nestas informações, o valor que a Cia. Só Softwares apresentou no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 para este novo produto foi, em reais,

- (A) 310.000,00.
- (B) 380.000,00.
- (C) 50.000,00.
- (D) 130.000,00.
- (E) 250.000,00.

Comentários:

Vamos analisar cada fase apresentada na questão para sabermos que é possível fazer o reconhecimento do ativo intangível ou como despesa:

Fase	Gasto	Ativo/Despesa
Em 2012, o projeto estava na fase inicial de pesquisa.	R\$ 70.000,00	Despesa
Em 2013, a Cia. iniciou a fase de desenvolvimento, mas ainda não conseguiu demonstrar como o novo produto iria gerar benefícios econômicos futuros para a empresa.	R\$ 60.000,00	Despesa
Em 2014, conseguiu demonstrar que havia viabilidade técnica para concluir o projeto, mas ainda não conseguiu demonstrar que haveria demanda para tornar o produto economicamente viável.	R\$ 120.000,00	Despesa
No início de 2015, a Cia. Conseguiu demonstrar que o software era economicamente viável.	R\$ 80.000,00	Ativo
A expectativa era de que o software fosse concluído no início de 2015, no entanto, acabou sendo concluído no final de 2016.	R\$ 50.000,00	Ativo
Total Ativo em 31.12.2016	R\$ 130.000,00	

Gabarito: D



17. (FCC/SEFAZ MA/Técnico da Receita Estadual/2016) Em 31/12/2014, a indústria farmacêutica MMX S.A. adquiriu, por R\$ 1.500.000,00 à vista, uma patente que expira após 10 anos e lhe garante a exclusividade de produção e venda do medicamento protegido pela tecnologia patenteada. Entretanto, a empresa MMX S.A. pretende ficar com a patente durante 6 anos, uma vez que a mesma tem o compromisso firme de um terceiro para comprar a patente no final do 6º ano por 50% do valor de aquisição. Neste caso, foi reconhecido em 31/12/2014, um ativo

- a) intangível de R\$ 750.000,00 e a despesa de amortização anual é R\$ 125.000,00 pelo método das cotas constantes.
- b) imobilizado de R\$ 1.500.000,00 e a despesa de depreciação anual é R\$ 250.000,00 pelo método das cotas constantes.
- c) intangível de R\$ 1.500.000,00 e a despesa de amortização anual é R\$ 125.000,00 pelo método das cotas constantes.
- d) imobilizado de R\$ 750.000,00 que não deve ser amortizado, já que a patente será vendida a terceiros.
- e) intangível de R\$ 1.500.000,00 e a despesa de amortização anual é R\$ 250.000,00 pelo método das cotas constantes.

Comentários:

Essa questão é bastante interessante e foi retirada de um exemplo que está no CPC 04 – Ativo Intangível, vejam:

Exemplo 2 - patente adquirida que expira após 15 anos

Espera-se que um produto protegido pela tecnologia patenteada seja fonte de geração de fluxos de caixa líquidos em benefício da entidade durante, **pelo menos, 15 anos**. A entidade tem o **compromisso de um terceiro para comprar essa patente em cinco anos** por **60% do valor justo da patente na data em que foi adquirida**, e a entidade **pretende vender a patente em cinco anos**. A patente seria **amortizada durante os cinco anos** de vida útil para a entidade, com um valor **residual igual ao valor presente de 60% do valor justo** da patente na data em que foi adquirida. A patente também seria analisada quanto à necessidade de reconhecimento de perda por desvalorização de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ou seja, apesar de a patente expirar em 15 anos, como a o compromisso de compra e o interesse venda e 5 anos, a patente será amortizada em 5 anos e não em 15! Além disso, o valor de venda será utilizado como valor residual para fins de cálculo de amortização.

Na nossa questão temos as seguintes informações:

- Custo do Intangível = R\$ 1.500.000,00
- Vida Útil = 15 anos
- Prazo para Venda = 6 anos

$$\text{Valor de Venda} = 50\% \text{ de } 1.500.000 = 750.000,00$$



Valor Amortizável = 1.500.000 – 750.000 = R\$ 750.000,00

Despesa Anual de Amortização = 750.000/6 = 125.000,00

Gabarito: C

18. (FCC/TRF 3ª Região/Contabilidade/2014) A Empresa Fin S.A. adquiriu uma Marca por R\$ 80.000,00 à vista, cuja vida útil econômica foi estimada em 20 anos. Com base nestas informações, este ativo é mensurado ao.

- A) custo e não sofre amortização.
- B) valor justo e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável.
- C) custo e não está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável.
- D) valor justo, sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável.
- E) custo, sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável

Comentários:

Conforme o CPC 04 – Ativo Intangível:

24. Um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo.

74. Após o seu reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser apresentado ao custo, menos a eventual amortização acumulada e a perda acumulada.

Podemos descartar as assertivas B e D (não é “Valor Justo”, é “Custo”).

A letra A está errada, pois sofre amortização. E o erro da letra C é mencionar que não está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável. A alternativa correta é a E.

Gabarito: E

19. (FCC/SEFAZ PI/Auditor Fiscal da Fazenda Estadual/2015) A Cia. Propagandas S.A. possuía, em 31/12/2014, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil era R\$ 500.000,00, o qual era composto por:

Custo de aquisição: R\$ 700.000,00.

Perda por desvalorização (reconhecida em 2013): R\$ 200.000,00.

Em 31/12/2014, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo (impairment) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso: R\$ 540.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 470.000,00.



Sabendo que as evidências indicaram que a vida útil deste ativo continuava indefinida, a Cia. Propagandas S.A., em dezembro de 2014, deveria

- a) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 30.000,00.
- b) manter o valor contábil de R\$ 500.000,00.
- c) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 160.000,00.
- d) reconhecer um ganho no valor de R\$ 40.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- e) reconhecer um ganho no valor de R\$ 30.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.

Comentários:

Aplicação do Teste de Recuperabilidade, CPC 01, temos que ficar atentos, pois estamos diante de um ativo intangível com vida útil indefinida, então temos algumas peculiaridades. Esse tipo de ativo não será amortizado, mas está sujeito ao Teste de Recuperabilidade.

Agora, vamos aplicar o Teste de Recuperabilidade:

Custo de aquisição R\$ 700.000,00.

Perda por desvalorização (reconhecida em 2013) R\$ 200.000,00.

Valor Contábil = R\$ 500.000,00

Agora, vamos aplicar o teste de recuperabilidade, conforme previsão do CPC 01:

- Valor em uso: R\$ 540.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 470.000,00.
- Valor Recuperável = 540.000,00

O valor recuperável é maior do que o valor contábil e **HÁ PERDA POR RECUPERABILIDADE REGISTRADA**. Nesse caso, teoricamente, **devemos fazer a Reversão da Perda por Recuperabilidade**. Vejam o que nos afirma o CPC 01:

114. Uma perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto goodwill, **deve ser revertida** se, e somente se, tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida.

Portanto, devemos contabilizar a reversão da perda por recuperabilidade, de forma que o novo valor contábil do ativo seja de R\$ 540.000,00.

D - Perda por desvalorização (retificadora do ativo) 40.000,00

C – Receita com Reversão de Perdas por desvalorização 40.000,00

Gabarito: A



20. (FCC/TRT 13/Contabilidade/2014) Um ativo intangível adquirido com vida útil indefinida (por exemplo, Direito Autoral), é mensurado inicialmente pelo

- A) custo, devendo ser amortizado ao longo da vida útil e estando sujeito ao teste de recuperabilidade de custo (“impairment”) anualmente e sempre que existirem indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.
- B) custo, não devendo ser amortizado ao longo da vida útil, mas estando sujeito ao teste de recuperabilidade de custo (“impairment”) anualmente e sempre que existirem indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.
- C) valor justo, devendo ser amortizado ao longo da vida útil e estando sujeito ao teste de recuperabilidade de custo (“impairment”) anualmente e sempre que existirem indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.
- D) valor justo, não devendo ser amortizado ao longo da vida útil e não estando sujeito ao teste de recuperabilidade de custo (“impairment”).
- E) custo, não devendo ser amortizado ao longo da vida útil e não estando sujeito ao teste de recuperabilidade de custo (“impairment”).

Comentários:

Um ativo intangível adquirido com vida útil indefinida:

- Deve ser reconhecido inicialmente ao custo.
- Não deve ser amortizado.
- Deve ser submetido ao teste de recuperabilidade anualmente, mesmo sem indício de perda.

Cabe aqui uma explicação. O CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Realizável de Ativos – estabelece que:

9. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

10. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve:

(a) testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. Ativos intangíveis diferentes podem ter o valor recuperável testado em períodos diferentes. Entretanto, se tais ativos intangíveis foram inicialmente reconhecidos durante o ano corrente, devem ter a redução ao valor recuperável testada antes do fim do ano corrente; e

(b) testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios (...).



Assim, para os ativos “normais”, a empresa avalia anualmente se há indicação de perda. Se houver, a empresa deve estimar o valor recuperável do ativo.

Para três ativos “especiais”, a empresa deve testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável. Os três ativos “especiais” são:

- Ativo Intangível de vida útil indefinida;
- Ativo Intangível não disponível para uso;
- Goodwill adquirido em combinação de negócio.

Estes três ativos possuem a característica de não serem amortizados. Portanto, um erro na avaliação do ativo (valor contábil acima do valor recuperável) iria se perpetuar.

Terrenos também não sofrem depreciação. Mas a avaliação de um terreno é bem mais objetiva e mais fácil de realizar que a avaliação dos três ativos “especiais”. Assim, terreno fica na regra geral (avalia se tem indicação de perda; se tiver, estima o valor recuperável).

Entretanto, a redação da resposta da banca indica que Ativo Intangível de vida útil indefinida “está sujeito ao teste de recuperabilidade de custo (“impairment”) anualmente e sempre que existirem indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.”

Isto consta no Pronunciamento CPC 4 – Ativo Intangível:

107. Ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

108. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil:

(a) anualmente; e

(b) sempre que existam indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor.

Enfim...podemos descartar as letras C e D por mencionar o “Valor Justo”, letra A por mencionar que “deve ser amortizado” e a letra E por dizer que “não está sujeito ao teste de recuperabilidade”. Só sobra a letra B.

Gabarito: B

21. (FCC/TRT 19/Contabilidade/2014) Determinada empresa iniciou um projeto de pesquisa e desenvolvimento de um novo medicamento. Os gastos incorridos com a pesquisa e desenvolvimento deste novo produto, nos anos de 2010 a 2013, são:

Ano	Valor (R\$)
2010	35.000
2011	50.000
2012	40.000



Ano	Valor (R\$)
2013	70.000

Em 2010, o projeto estava na fase inicial de pesquisa. Em 2011, a empresa iniciou a fase de desenvolvimento, mas ainda não conseguiu demonstrar como o ativo iria gerar benefícios econômicos futuros para a empresa. Em 2012, a empresa conseguiu demonstrar que havia viabilidade técnica para concluir o projeto, mas ainda não conseguiu demonstrar que haveria demanda para tornar o produto economicamente viável. No início de 2013, a empresa conseguiu demonstrar que o produto é economicamente viável e concluiu o projeto, o qual começará a ser produzido em larga escala em 2014.

Com base nestas informações, o valor do ativo apresentado no Balanço Patrimonial da empresa em 2013, é, em reais, de

- A) 195.000,00.
- B) 160.000,00.
- C) 110.000,00.
- D) 70.000,00.
- E) 125.000,00.

Comentários:

A empresa conseguiu demonstrar que o produto é economicamente viável e concluiu o projeto no início de 2013. Portanto, apenas o gasto do ano de 2013 será reconhecido (contabilizado) no Intangível. Os valores gastos nos anos anteriores vão para o Resultado do Exercício, como Despesa.

Gabarito: D

22. (FCC/Agente Fiscal de Rendas/ICMS SP/2013) A Empresa GAMA S.A. incorreu, durante o exercício social de 2012, em gastos com

- I. Atividades pré-operacionais e treinamento de pessoal.
- II. Aquisição de softwares, licenças e franquias.
- III. Aquisição de marcas, patentes e direitos de propriedade.
- IV. Publicidade e reorganização da sociedade.

Com base na Resolução no 1.303/2010 do CFC, enquadram-se na definição de Ativo Intangível e podem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial de uma empresa os gastos relacionados em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

Comentários:



Segundo o CPC 04 – Ativo intangível:

69. Em alguns casos são incorridos gastos para gerar benefícios econômicos futuros à entidade, sem a aquisição ou criação de ativo intangível ou outros ativos passíveis de serem reconhecidos. No caso do fornecimento de produtos, a entidade deve reconhecer esse gasto como despesa quando tiver o direito de acessar aqueles produtos. No caso do fornecimento de serviços, a entidade deve reconhecer o gasto como despesa quando receber os serviços. Por exemplo, gastos com pesquisa devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos (ver item 54), exceto quando forem adquiridos como parte de uma combinação de negócios. Exemplos de outros gastos a serem reconhecidos como despesa quando incorridos:

- (a) **gastos com atividades pré-operacionais destinadas a constituir a empresa (ou seja, custo do início das operações)**, exceto se estiverem incluídas no custo de um item do ativo imobilizado, conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. O custo do início das operações pode incluir custos de estabelecimento, tais como custos jurídicos e de secretaria, incorridos para constituir a pessoa jurídica, gastos para abrir novas instalações ou negócio (ou seja, custos pré-abertura) ou gastos com o início de novas unidades operacionais ou o lançamento de novos produtos ou processos;
- (b) **gastos com treinamento;**
- (c) **gastos com publicidade e atividades promocionais (incluindo envio de catálogos); e**
- (d) **gastos com remanejamento ou reorganização, total ou parcial, da entidade.**

Além disso, prega a norma que:

119. Uma classe de ativos intangíveis é um grupo de ativos de natureza e com utilização similar nas atividades da entidade. Entre os exemplos de classes distintas, temos:

- (a) **marcas;**
- (b) títulos de periódicos;
- (c) **softwares;**
- (d) **licenças e franquias;**
- (e) **direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais;**
- (f) receitas, fórmulas, modelos, projetos e protótipos; e
- (g) ativos intangíveis em desenvolvimento.

Gabarito: C



23. (FCC/Analista Contábil/DPE/RS/2013) Considere as seguintes assertivas sobre Ativos Intangíveis:

- I. O custo de um ativo intangível (identificado e separável) adquirido em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data da aquisição.
- II. Os ativos intangíveis gerados internamente, resultantes da fase de pesquisa, devem ser reconhecidos, uma vez que o custo pode ser determinado com segurança.
- III. Um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Comentários

I. O custo de um ativo intangível (identificado e separável) adquirido em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data da aquisição.

De acordo com o CPC 04:

34. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócios, **se um ativo intangível for adquirido em uma combinação de negócios, o seu custo deve ser o valor justo na data de aquisição**, o qual reflete as expectativas sobre a probabilidade de que os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo serão gerados em favor da entidade. Em outras palavras, a entidade espera que haja benefícios econômicos em seu favor, mesmo se houver incerteza em relação à época e ao valor desses benefícios econômicos. Portanto, a condição de probabilidade a que se refere o item 21(a) é sempre considerada atendida para ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios. Se um ativo adquirido em uma combinação de negócios for separável ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, considera-se que exista informação suficiente para mensurar com confiabilidade o seu valor justo. Portanto, o critério de mensuração previsto no item 21(b) é sempre considerado atendido para ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios.

Combinação de negócios, grosso modo, é o resultado de transações ou outros eventos em que um adquirente obtém o controle de uma ou mais atividades empresariais diferentes. Como exemplo, temos a compra, pela empresa X, do estabelecimento empresarial da empresa Y. Item correto.

II. Os ativos intangíveis gerados internamente, resultantes da fase de pesquisa, devem ser reconhecidos, uma vez que o custo pode ser determinado com segurança.

Segundo o CPC 04:



54. Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

III. Um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável.

A contabilização de ativo intangível baseia-se na sua vida útil. Inicialmente, o intangível é reconhecido ao custo.

Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado. Item correto.

Gabarito: C



QUESTÕES COMENTADAS – CPC 04 – CEBRASPE

1. (CEBRASPE/DPE RO/Técnico em Contabilidade/2022) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, a utilização do método do custo para mensuração de ativo intangível com vida útil definida requer a realização de ajustes no valor contábil original do referido ativo, de modo que este seja apresentado

A ao custo corrente.

B ao custo, deduzidas a depreciação acumulada e eventuais perdas acumuladas por redução ao seu valor recuperável.

C ao custo, deduzidas a amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por redução ao seu valor recuperável.

D ao custo, deduzida a provisão para ajuste ao seu valor provável de realização.

E ao custo, deduzida a provisão para ajuste ao seu valor presente.

Comentários:

Segundo o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível:

Método de custo

74. Após o seu reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser apresentado ao **custo, menos a eventual amortização acumulada e a perda acumulada** (Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

Esquematizemos:

Mensuração subsequente
Custo
(-) Amortização acumulada
(-) Perda acumulada com redução ao valor recuperável de ativos

Gabarito: C

2. (CEBRASPE/APEX/Analista/Processos Contábeis/2021) Uma indústria farmacêutica brasileira desenvolveu uma vacina contra a covid-19. As pesquisas para a produção dessa vacina foram iniciadas em março de 2020 e se prolongaram até agosto do mesmo ano. Nessa fase, a entidade incorreu em gastos de R\$ 1,2 bilhão, devidamente documentados. Em 5 de agosto de 2020, a diretoria da indústria concluiu pela viabilidade da vacina, incorrendo nos seguintes gastos mensais até a finalização do produto e a sua colocação à disposição do mercado.



agosto de 2020	R\$ 0,8 bilhão
setembro de 2020	R\$ 1,0 bilhão
outubro de 2020	R\$ 1,5 bilhão
novembro de 2020	R\$ 1,8 bilhão
dezembro de 2020	R\$ 2,0 bilhões
janeiro de 2021	R\$ 0,5 bilhão
fevereiro de 2021	R\$ 0,3 bilhão

Em março de 2021, a empresa apresentou seu balanço anual do exercício de 2020 ao mercado. O exercício social da entidade coincide com o ano civil.

Nessa situação hipotética, atendidas todas as condições para registro do ativo intangível, a vacina deverá estar registrada no referido balanço social da empresa pelo valor de

A R\$ 1,2 bilhão.

B R\$ 9,1 bilhões.

C R\$ 7,1 bilhões.

D R\$ 8,3 bilhões.

Comentários:

Consoante no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível

54. Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

Todavia, na fase de desenvolvimento, quando o ativo demonstra ser viável e quando requisitos mais sólidos são alcançados, este ativo pode ser reconhecido. Vamos lá!

Março até Agosto de 2020 → Fase de Pesquisa → R\$ 1,2 bilhão (despesa)

Agosto de 2020 → Fase de Desenvolvimento (Viabilidade técnica) → R\$ 0,8 bilhão no custo do Intangível

Setembro de 2020 → Fase de Desenvolvimento → R\$ 1,0 bilhão no custo do Intangível

Outubro de 2020 → Fase de Desenvolvimento → R\$ 1,5 bilhão no custo do Intangível

Novembro de 2020 → Fase de Desenvolvimento → R\$ 1,8 bilhão no custo do Intangível

Dezembro de 2020 → Fase de Desenvolvimento → R\$ 2,0 bilhões no custo do Intangível

Dado que o exercício social da entidade coincide com o ano civil, assim a vacina deverá estar registrada no referido balanço social da empresa pelo valor de: R\$ 0,8 bilhão + R\$ 1,0 bilhão + R\$ 1,5 bilhão + R\$ 1,8 bilhão + R\$ 2,0 bilhões = **R\$ 7,1 bilhões**.

Fique Atento! Os demais valores só entraram no balanço do próximo exercício.

Gabarito: C



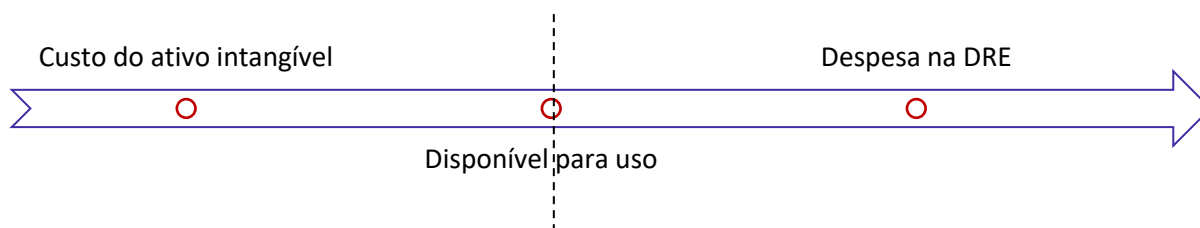
Acerca dos critérios de avaliação das contas, julgue os itens que se seguem.

3. (CEBRASPE/PGDF/Analista Jurídico - Contabilidade/2021) Os custos incorridos na reinstalação de ativo intangível serão incorporados ao seu valor contábil.

Comentários:

O reconhecimento dos custos no valor contábil de ativo intangível cessa quando esse ativo está nas condições operacionais pretendidas pela administração. Vejam o exemplo do nosso software. Compramos o programa! Os gastos que o comprador tiver até que este software esteja em uso serão contabilizados como **custo do intangível** comprado. Eventual gasto com reinstalação, uso ou transferência deste software, por exemplo, deverá ser lançado diretamente no resultado do exercício (despesa).

Esquematizemos



Gabarito: Errado.

Acerca dos critérios de avaliação das contas, julgue os itens que se seguem.

4. (CEBRASPE/PGDF/Analista Jurídico - Contabilidade/2021) Caso a empresa tenha reconhecido gastos com intangível como despesa em período anterior, esse gasto não poderá ser reconhecido como parte do custo do ativo intangível em período subsequente.

Comentários:

Nesse quesito, vamos recorrer ao item 71 do CPC 04 (R1):

71. Gastos com um item intangível reconhecidos inicialmente como despesa não devem ser reconhecidos como parte do custo de ativo intangível em data subsequente.

Então, se você teve um gasto hoje e ele não foi considerado parte de um ativo intangível, não poderá ser reclassificado posteriormente, passando a integrar determinado ativo intangível.

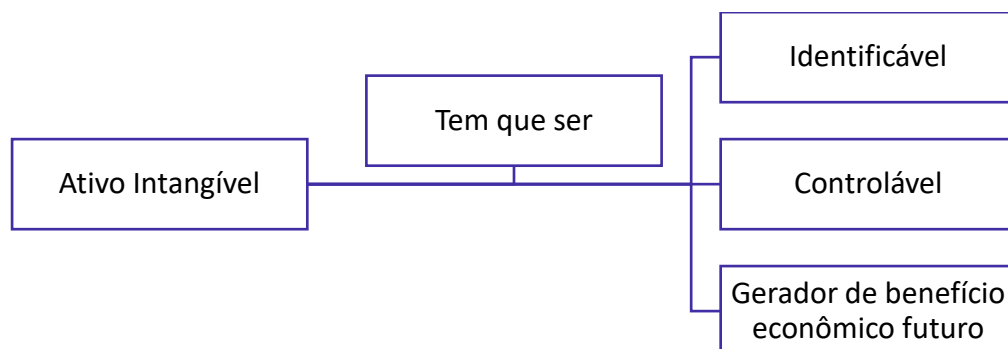
Gabarito: Certo.

5. (CEBRASPE/TCE-RJ Analista de Controle Externo/2021) Uma licença para uso de determinado recurso só poderá ser reconhecida como um ativo intangível se, além de cumprir os critérios para reconhecimento de um ativo, for identificável.



Comentários:

Item correto, de acordo com o CPC 04, o ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física e para que seja reconhecido nas demonstrações contábeis deve atender aos critérios de reconhecimentos, quais sejam:



O CPC 04 determina no item 11 que a definição de ativo intangível requer que ele seja **identificável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill)**. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) reconhecido em uma combinação de negócios é um ativo que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

Gabarito: Certo

6. (CEBRASPE/TCE-RJ Analista de Controle Externo/2021) A mensuração de ativos intangíveis independe da natureza da atividade ou da transação que deu origem ao ativo mensurado.

Comentários:

Gabarito errado, pessoal. É possível que a natureza da atividade das empresas envolvidas, ou até mesmo da transação, afete a mensuração de ativos intangíveis. Se houve, por exemplo, a permuta entre ativos intangíveis, pode ser adotado um critério de avaliação. Agora, se for um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios, podemos ter outros critérios. Assim sendo, o item está errado.

Gabarito: Errado.

7. (CEBRASPE/TJ PA/Analista Judiciário/Ciências Contábeis/2020) Se o valor justo de ativo intangível reavaliado não puder ser mensurado em referência a mercado ativo, o valor contábil desse ativo

- a) corresponderá ao valor reavaliado na data da última reavaliação em referência ao mercado ativo, menos quaisquer subseqüentes amortizações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.
- b) corresponderá ao valor do custo de reposição de um ativo com as mesmas características e benefícios esperados, menos os ajustes correspondentes.
- c) deverá ser debitado diretamente à conta de reserva de reavaliação até o limite do saldo existente.
- d) deverá ser realizado em contas de resultado do exercício.
- e) deixará de ser reconhecido, pois deixa de atender ao critério de reconhecimento de ativo.



Comentários:

Questão literal! Nessa situação o CPC 04 prevê o seguinte:

82. Se o valor justo de ativo intangível reavaliado deixar de poder ser mensurado em relação a um mercado ativo, o seu valor contábil **deve ser o valor reavaliado na data da última reavaliação em relação ao mercado ativo, menos a eventual amortização acumulada e a perda por desvalorização.** (Alterado pela Revisão CPC 03)

Gabarito: A

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Geral (NBC TG), julgue o próximo item.

8. (CEBRASPE/SEFAZ AL/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2020) O reconhecimento inicial de um ativo intangível que tenha sido adquirido em separado deve ser feito ao custo, o qual deve incluir, entre outros elementos, os impostos de importação e os impostos não recuperáveis incidentes sobre a compra.

Comentários:

Correto, com base no item 27 do CPC 04:

27. O custo de ativo intangível **adquirido separadamente** inclui:

(a) seu **preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra**, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; e

(b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta

Gabarito: Certo

9. (CEBRASPE/SEFAZ RS/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2019) Determinado clube brasileiro de futebol adquiriu, por R\$ 20 milhões, o passe de um jogador uruguaio, de um clube uruguaio de futebol. Imediatamente após a aquisição, o clube brasileiro recebeu uma proposta de um clube argentino para a compra do passe desse jogador uruguaio por R\$ 40 milhões.

Nessa situação, assinale a opção correta quanto à contabilidade do clube brasileiro, no que se refere ao passe do jogador uruguaio.

a) Por ocasião da aquisição do passe do jogador, o clube brasileiro deverá registrá-lo como um ativo imobilizado, pelo seu custo, e realizar sua depreciação ao longo do tempo de vida útil estimado, não tendo a proposta do time argentino qualquer influência contábil.



- b) Quando do recebimento da proposta do clube argentino, o clube brasileiro deverá registrá-lo como investimento, pelo valor de R\$ 20 milhões, e apurar a valorização desse investimento, pelo seu valor de mercado.
- c) O clube brasileiro deverá reconhecer, a custo histórico, um intangível, abstendo-se de qualquer procedimento quanto à proposta recebida do clube argentino.
- d) O clube brasileiro deverá registrá-lo como estoque, pelo seu valor justo de R\$ 40 milhões.
- e) O clube brasileiro deverá registrar um ativo realizável em longo prazo, no valor de R\$ 20 milhões.

Comentários:

Um intangível será reconhecido se, **cumulativamente**, atender aos seguintes critérios:

- Atender ao conceito de intangível, ou seja, ser não monetário identificável sem substância física;
- Ser identificável, controlável e gerar benefícios futuros.

Analisemos o caso apresentado:

- Atender ao conceito de intangível, ou seja, ser não monetário identificável sem substância física;

Um ativo não monetário é aquele que não é representado por dinheiro ou direito a ser recebido em dinheiro. Então, perguntamos: o passe do jogador é representado por dinheiro ou direito a ser recebido em dinheiro? Não! Logo, é um ativo não monetário.

O passe do jogador, poderá ser vendido, alugado separadamente dos diversos contratos? Sim! Portanto, atende a um dos requisitos, que é ser separável. Por outro lado, aquisição do passe do jogador resultará eventual direito para ir à justiça de um direito legal ou contratual? Sim! Portanto, resta atendido o requisito de que seja identificável.

Os direitos garantidos por meio do contrato possuem substância física? Não! Apesar dele ser feito, geralmente, em papel, temos que ver qual parte é mais significativa e nesse caso é o direito.

Nota-se que ele atendeu a definição de intangível.

- ser identificável, controlável e gerar benefícios futuros.

Vimos que não é necessário a propriedade jurídica, bastando o controle para definição de ativo. O Controle vincula um recurso econômico à entidade. A entidade controla um recurso econômico se ela tem a **capacidade presente de direcionar o uso** do recurso econômico e obter os benefícios econômicos que podem fluir dele. Observa-se que os clubes brasileiros costumam direcionar o uso para merchandising de camisetas, bonés e bolas de futebol com o símbolo do clube e a assinatura do jogador, pode-se afirmar que eles possuem o controle de seus jogadores.

Também é evidente que tais usos gerarão **benefícios futuros para o time de futebol, por exemplo:** merchandising de camisetas, bonés e bolas de futebol com o símbolo do clube e a assinatura do jogador.



Portanto, considerando-se que um ativo é um fluxo de resultados que se espera obter de um recurso, os benefícios esperados desse contrato poderiam ser considerados como um ativo intangível.

Adicionalmente, recordamos que os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo. Após tal reconhecimento, ele deve ser apresentado ao custo, menos amortização e a perda acumulada. Assim, com base no CPC 04, o passe continuará registrado pelos R\$ 20 milhões.

Obs.: não podemos modificar esse valor para R\$ 40 milhões, pois estaríamos reavaliando o intangível. Isso que não é permitido pela legislação brasileira.

Gabarito: C

O processo de mensuração consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nestas. A respeito das bases de mensuração de ativos e passivos, julgue o item que se segue.

10. (CEBRASPE/SLU DF/Analista de Gestão de Resíduos Sólidos/Ciências Contábeis/2019) A amortização de ativo intangível com vida útil indefinida será iniciada quando o mesmo estiver disponível para uso.

Comentários:

De acordo com o CPC 04, o ativo intangível com vida útil definida é que inicia sua amortização quando estiver disponível para uso, ou melhor, no local e nas condições necessárias para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração.

Já o ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado, pois não existe um limite previsível para o período que ele gerará benefícios econômicos futuros para a entidade. Por este motivo o CPC dispensou atenção maior a estes ativos, ao exigir que sua recuperabilidade seja testada, no mínimo anualmente, independentemente de existir indícios de desvalorização.

Gabarito: Errado

Acerca das contas e dos grupos patrimoniais de empresas comerciais, julgue o seguinte item.

11. (CEBRASPE/TJ AM/Analista Judiciário - Contabilidade/2019) As patentes, além de serem amortizadas contabilmente, são sujeitas a redução de valor em decorrência da avaliação de seus valores de recuperação.

Comentários:

Isto é **muito importante** para provas: classificam-se no intangível os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade.

Como exemplos temos os direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público, marcas e **patentes**, fundo de comércio adquirido.



Pessoal, este ponto é extremamente importante. **Os itens descritos no item 9 do CPC 04 (softwares, patentes, marcas, direitos sobre filmes etc.) não necessariamente serão considerados ativos intangíveis!** Somente serão se atenderem os requisitos para serem considerados intangíveis! E quais são esses requisitos? Estão no item 10.

Em suma, é isto o que vocês precisam saber: um item será intangível quando atenda esses três requisitos cumulativamente: **seja identificável; seja controlável; seja gerador de benefícios futuros.**

Como o quesito foi genérico, consideraremos as patentes como intangível. Esse que conforme o CPC 04:

Método de custo

74. Após o seu reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser apresentado ao custo, menos a eventual amortização acumulada e a perda acumulada (Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

Gabarito: Certo

12. (CEBRASPE/SEFAZ RS/ Técnico Tributário da Receita Estadual/2018) Tendo em vista que o patrimônio de um estabelecimento comercial pode incluir bens corpóreos e incorpóreos, assinale a opção cujos elementos podem figurar como bens corpóreos do referido tipo de estabelecimento.

- a) programa de computador adquirido para emissão de notas fiscais e mobiliário
- b) patente de invenção de um bem industrial e mercadorias do estoque
- c) veículos e registro de um desenho industrial
- d) ponto comercial e marca registrada
- e) maquinaria e nome empresarial

Comentários:


Nesse quesito devemos ficar atentos a palavra-chave “PODEM”. Ele solicita a alternativa que trouxe itens que podem figurar como bens corpóreos. Aqui temos que lembrar o seguinte:

4. Alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como um disco (como no caso de software), documentação jurídica (no caso de licença ou patente) ou em um filme. **Para saber se um ativo que contém elementos intangíveis e tangíveis deve ser tratado como ativo imobilizado ou como ativo intangível a entidade avalia qual elemento é mais significativo.** Por exemplo, um software de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse software específico é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado. O mesmo se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível.


Esse item 4 costuma aparecer em provas de concursos. Vamos explicar através de esquemas!



- Computador que só funciona com software específico



R\$ 100.000,00




R\$ 30.000,00


PC só funciona com software

A tivo inobilizado R\$ 130.000,00

- Computador que funciona sem software específico



R\$ 100.000,00



R\$ 30.000,00

Funciona sem o hardware

A tivo inobilizado R\$ 100.000,00
A tivo intangivel R\$ 30.000,00

Por fim, classifiquemos os itens:

- A)
- programa de computador adquirido para emissão de notas fiscais → Corpóreo ou Incorpóreo
 - mobiliário → Corpóreo

Esse é o nosso gabarito!

- B)
- patente de invenção de um bem industrial → Incorpóreo
 - mercadorias do estoque → Corpóreo



C)

- veículos → Corpóreo
- registro de um desenho industrial → Incorpóreo

D)

- ponto comercial → Incorpóreo
- marca registrada → Incorpóreo

E)

- maquinaria → Corpóreo
- nome empresarial → Incorpóreo

Gabarito: A

13. (CEBRASPE/SEFAZ RS/ Técnico Tributário da Receita Estadual/2018) Um ativo torna-se desvalorizado quando o valor contábil excede o valor recuperável. Nesse caso, o Pronunciamento Técnico n.º 01 (CPC-01) estabelece que o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios deve ser testado a cada

A três anos.

B cinco anos.

C semestre.

D ano.

E dois anos.

Comentários:

Conforme previsão do CPC 01:

10. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve:

(b) testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios, de acordo com os itens 80 a 99

O goodwill não será amortizado, pois não temos uma base sistemática para alocação da amortização, mas será submetido ao teste recuperabilidade, pelo menos, uma vez por anos.

Gabarito: D

14. (CEBRASPE/TCE-MG/Analista de Controle Externo/Ciências Contábeis/2018) Julgue os próximos itens, a respeito do tratamento de ativos intangíveis, conforme pronunciamento do CPC.



I O início da amortização dos ativos intangíveis, que se caracterizam como itens imateriais, não depende da colocação desse tipo de ativo em condições operacionais.

II Caso não seja possível definir o padrão de consumo do item intangível ou caso a definição dada não seja confiável, a amortização do ativo intangível deverá ser realizada pelo método linear.

III O reconhecimento de um ativo intangível gerado internamente é possível, desde que sejam identificados os custos incorridos para sua geração e preenchidos os requisitos normativos para seu reconhecimento.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários:

I – O início da amortização dos ativos intangíveis, que se caracterizam como itens imateriais, não depende da colocação desse tipo de ativo em condições operacionais.

Errado, depende sim! A amortização tem início quando o ativo está nas condições determinadas pela administração.

CPC 04 - 97. O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração.

II – Caso não seja possível definir o padrão de consumo do item intangível ou caso a definição dada não seja confiável, a amortização do ativo intangível deverá ser realizada pelo método linear.

Correto, item 97 do CPC 04:

(...) Se não for possível determinar esse padrão com confiabilidade, deve ser utilizado o **método linear**.

III – O reconhecimento de um ativo intangível gerado internamente é possível, desde que sejam identificados os custos incorridos para sua geração e preenchidos os requisitos normativos para seu reconhecimento.

Correto, apesar de ser difícil, o CPC 04 afirma que pode haver o reconhecimento, se atender às exigências gerais de reconhecimento e mensuração inicial de ativo intangível, e a aplicar os requerimentos e orientações contidos no CPC.



Gabarito: D

Julgue o item a seguir, referente a balanço patrimonial.

15. (CEBRASPE/FUB/Técnico - Contabilidade/2018) As contas representativas de direitos autorais e da correspondente amortização acumulada devem figurar no ativo não circulante, no subgrupo intangível.

Comentários:

Em síntese, os intangíveis **são aqueles ativos que não têm existência física**. Por exemplo, temos os **DIREITOS AUTORAIS**. Esses direitos classificados no Intangível são avaliados pelo custo de aquisição, **DEDUZIDO DA AMORTIZAÇÃO ACUMULADA**.

Gabarito: Certo

Em cada item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de lançamentos contábeis.

O departamento de contabilidade de uma empresa fez o lançamento na conta sistemas de aplicativos software, a débito, e na conta bancos, a crédito. O custo do aplicativo foi mensurado com segurança para que a empresa pudesse usufruídos benefícios econômicos desse software.

16. (CEBRASPE/FUNPRESP-EXE/Contabilidade/2016) Nessa situação, o lançamento realizado representa o registro da aquisição de um aplicativo, com pagamento à vista, sendo esse ativo contabilizado como integrante do grupo do ativo não circulante— intangível.

Comentários:

Consoante o CPC 04, o reconhecimento de um item como ativo intangível exige que a entidade demonstre que ele atende: a definição de ativo intangível (ativo não monetário identificável sem substância física) e os critérios de reconhecimento (benefícios econômicos futuros esperados e o custo possa ser mensurado com confiabilidade)

A questão afirma que o custo do aplicativo foi **MENSURADO COM SEGURANÇA** para que a empresa pudesse usufruí dos **BENEFÍCIOS ECONÔMICOS** desse **SOFTWARE**, portanto, a empresa contabilizou o software corretamente em seu ativo.

Gabarito: Certo

Acerca dos Pronunciamentos Contábeis do Comitê de Pronunciamentos, julgue o item a seguir.



17. (CEBRASPE/ABIN/Oficial Técnico de Inteligência /2018) Software em fase de desenvolvimento de projeto interno é exemplo de ativo intangível a ser reconhecido, em que os custos incorridos só podem ser capitalizados após a possibilidade de determinação da viabilidade tecnológica, se for possível medir os fluxos de benefícios econômicos futuros atribuídos a esse ativo, e ainda, se houver a intenção de uso ou venda.

Comentários:

Item correto é vamos recorrer ao CPC 04 – Ativo Intangível para respondê-lo:

Fase de desenvolvimento

57. Um ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados:

(a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;

(b) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;

(c) capacidade para usar ou vender o ativo intangível;

(d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros. Entre outros aspectos, a entidade deve demonstrar a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade;

(e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e

(f) capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Gabarito: Certo

Acerca dos Pronunciamentos Contábeis do Comitê de Pronunciamentos, julgue o item a seguir.

18. (CEBRASPE/ABIN/Oficial Técnico de Inteligência/2018) Para que um item seja classificado como ativo intangível, o seu custo deve ser mensurado com confiabilidade e os fluxos de benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao uso desse ativo devem ser gerados em favor da entidade.

Comentários:

Critérios de reconhecimento de Ativos Intangíveis, conforme prevê o CPC 04:



21. Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se:

(a) for **provável que os benefícios econômicos futuros esperados** atribuíveis ao ativo serão **gerados em favor da entidade**; e

(b) o **custo** do ativo possa ser **mensurado com confiabilidade**.

Gabarito: Certo

19. (CEBRASPE/TRT - 7ª/Contabilidade/2017) Assinale a opção correspondente a elemento que é classificado no ativo intangível.

- a) benfeitorias em imóveis de terceiros
- b) despesas pré-operacionais
- c) participações em fundos de investimentos
- d) ágio pago por rentabilidade futura (goodwill)

Comentários:

Vamos classificar cada um dos itens:

- a) benfeitorias em imóveis de terceiros: Ativo Imobilizado
- b) despesas pré-operacionais: despesas do exercício, como prevê o CPC 04.
- c) participações em fundos de investimentos. Pode ser Ativo Circulante ou Não Circulante, a depender da natureza dos investimentos.
- d) ágio pago por rentabilidade futura (goodwill). **Correto**, esse é o nosso gabarito!

Gabarito: D

20. (CEBRASPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/ 2017) Por meio de um contrato de cessão de direitos autorais, uma editora que está sujeita às regras contábeis estabelecidas pelo CPC adquire o direito de publicar, com exclusividade, determinada obra pelo prazo de cinco anos, esperando um retorno de 10% ao ano sobre o capital investido. Considerando os preceitos do pronunciamento contábil do CPC que disciplinam o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação de ativos intangíveis, assinale a opção correta a respeito da situação apresentada.

- A) O reconhecimento inicial dos direitos autorais adquiridos pela editora deve ser feito com base no valor de mercado, independentemente do valor negociado entre as partes no momento da transação.
- B) Dada a expectativa de retorno de 10% ao ano, permite-se que não se aplique o teste de valor recuperável de ativo aos direitos autorais adquiridos pela editora.
- C) Os direitos autorais adquiridos não estão sujeitos à amortização periódica de seu valor.



D) As características dos direitos autorais adquiridos revelam que eles não podem ser considerados ativos identificáveis para fins de reconhecimento contábil desses ativos.

E) As condições da contratação indicam que a editora passou a ter o controle sobre os direitos autorais por ela adquiridos

Comentários:

Segundo a Lei 6.404/76:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VII – os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição **deduzido do saldo da respectiva conta de amortização**; (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou **(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)**

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. **(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)**

Portanto, pela Lei 6.404/76 temos que os ativos intangíveis são:

- **Classificados inicialmente ao custo.**

- **Deduzidos do saldo de amortização.**

- **Sujeitos ao teste de recuperabilidade** para verificar se não produzirão os resultados desejados ou se a entidade decidir parar as atividades e, também, para revisar vida útil e amortização.

Com isso, eliminamos as alternativas “a”, “b” e “c”. Sobraram as alternativas “d” e “e”.: Sabemos que um item será considerado ativo intangível quando atenda esses três requisitos cumulativamente: **seja identificável; seja controlável; seja gerador de benefícios futuros.**

A alternativa “d” afirma que os direitos autorais não são identificáveis, mas isso não é correto, vejamos:

Um **ativo satisfaz o critério de identificação**, em termos de definição de um ativo intangível, **quando**:



(a) for **separável**, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou **junto com um contrato**, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; (Obs.: Podemos novamente citar como exemplo a aquisição de um software)

(b) **resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais**, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. (Obs.: Podemos citar como exemplo uma licença de pesca).

Diante das condições apresentadas, percebemos que os direitos autorais são identificáveis, pois foram cedidos por tempo determinado através de contrato.

Nosso gabarito é a alternativa “e” pois a editora passou a ter o controle sobre os direitos autorais por ela adquiridos. O CPC 04 afirma que:

13. A entidade controla um ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios. Normalmente, a capacidade da entidade de controlar os benefícios econômicos futuros de ativo intangível advém de **direitos legais que possam ser exercidos num tribunal**. A ausência de direitos legais dificulta a comprovação do controle. No entanto, a imposição legal de um direito não é uma condição imprescindível para o controle, visto que a entidade pode controlar benefícios econômicos futuros de outra forma.

Percebam que o contrato de cessão direitos garante o direito de publicar com exclusividade determinada obra pelo prazo de 5 anos e ainda há a expectativa de retorno de 10% ao ano. Alternativa correta.

Gabarito: E

21. (CEBRASPE/TRE/PE/Analista/Contabilidade/2017) Considerando que, na correta contabilização de ativos intangíveis, os analistas contábeis devem ter atenção especial aos critérios de reconhecimento e mensuração, assinale a opção correta.

- a) Os valores aplicados em softwares, patentes, direitos autorais, listas de clientes, quotas de importação e franquias devem ser reconhecidos como ativos intangíveis integrantes do patrimônio da entidade.
- b) A perda por redução ao valor recuperável não se aplica a ativos intangíveis.
- c) Gastos aplicados em pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos como ativos intangíveis independentemente da geração de expectativa de benefícios econômicos futuros.
- d) Ativos intangíveis não podem ser classificados como mantidos para venda, mesmo que se destinem a alienação.
- e) Um dos critérios para a identificação de um ativo intangível diz respeito à possibilidade de separação deste ativo dos demais pertencentes à entidade, de forma que ele possa ser vendido, transferido, licenciado ou alugado.



Comentários:

a) Os valores aplicados em softwares, patentes, direitos autorais, listas de clientes, quotas de importação e franquias devem ser reconhecidos como ativos intangíveis integrantes do patrimônio da entidade.

Errado, um intangível será reconhecido se, cumulativamente, atender aos seguintes critérios:

- Atender ao conceito de intangível, ou seja, ser não monetário identificável sem substância física;
- Ser identificável, controlável e gerar benefícios futuros.

Portanto, **somente se atenderem aos critérios de reconhecimento de ativos**, os valores aplicados em softwares, patentes, direitos autorais, listas de clientes, quotas de importação e franquias devem ser reconhecidos como ativos intangíveis integrantes do patrimônio da entidade. Caso não atendam, serão tratados como despesas do exercício.

b) A perda por redução ao valor recuperável não se aplica a ativos intangíveis.

Errado, Segundo a Lei 6.404/76:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VII – os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização; (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

Portanto, pela Lei 6.404/76 temos que os ativos intangíveis são:

- Classificados inicialmente ao custo.
- Deduzidos do saldo de amortização.
- Sujeitos ao teste de recuperabilidade para verificar se não produzirão os resultados desejados ou se a entidade decidir parar as atividades e, também, para revisar vida útil e amortização.



c) Gastos aplicados em pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos como ativos intangíveis independentemente da geração de expectativa de benefícios econômicos futuros.

Errado, um intangível será reconhecido se, cumulativamente, atender aos seguintes critérios:

- Atender ao conceito de intangível, ou seja, ser não monetário identificável sem substância física;
- Ser identificável, controlável e gerar benefícios futuros.

d) Ativos intangíveis não podem ser classificados como mantidos para venda, mesmo que se destinem a alienação.

Errado, é perfeitamente possível que o Ativo Intangível seja reclassificado como Ativo Não Circulante Mantido para Venda, inclusive, o CPC 04 determina que a amortização deve cessar neste momento.

e) Um dos critérios para a identificação de um ativo intangível diz respeito à possibilidade de separação deste ativo dos demais pertencentes à entidade, de forma que ele possa ser vendido, transferido, licenciado ou alugado.

Correto, conforme determina o CPC 04:

12. Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando:

(a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; (Obs: Podemos novamente citar como exemplo a aquisição de um software)

(b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. (Obs.: Podemos citar como exemplo uma licença de pesca). Identificável Separável Vendido Licenciado Alugado Trocado Resultar Direitos contratuais Direitos legais

Por exemplo, determinada marca, da Unilever, poderá ser vendida, alugada, licenciada, separadamente das diversas marcas? Sim! Portanto, atende a um dos requisitos, que é ser separável. Por outro lado, celebrado um contrato com terceiro, resultará eventual direito para ir à justiça de um direito legal ou contratual? Sim! Portanto, resta atendido o requisito de que seja identificável.

Gabarito: E

Com base no disposto na Lei n.º 6.404/1976, julgue o item a seguir, relativos aos critérios de avaliação contábil.



22. (CEBRASPE/TCE-PA/ACE/Ciências Atuariais/2016) Os recursos aplicados na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial estão sujeitos à amortização, que representa perda de valor dos referidos ativos.

Comentários:

Segundo a Lei das S.A.s (Lei 6404/76):

§ 2º A diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada periodicamente nas contas de: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

b) amortização, quando corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

A amortização refere-se geralmente aos itens classificados no Intangível. Mas pode ocorrer também com itens do Imobilizado, como no caso de Benfeitoria em Propriedades de Terceiros, que pode ser depreciada ou amortizada.

Gabarito: Certo

A Cia. ABC adquiriu uma patente capaz de lhe gerar entradas líquidas de caixa durante doze anos. Na mesma data, um terceiro assumiu o compromisso de comprar, após seis anos, essa patente da Cia. ABC por um valor equivalente a 50% do valor justo da patente na data em que esta foi adquirida. A Cia. ABC pretende honrar o compromisso assumido e vender a patente conforme o acordado.

A partir dessa situação hipotética, julgue o próximo item.

23. (CEBRASPE/Telebrás/Contador/2015) A patente deve ter o seu valor contábil integralmente amortizado pela Cia. ABC ao longo dos seis anos.

Comentários:

Pessoal, essa questão foi retirada de um exemplo que está no CPC 04 – Ativo Intangível, vejam:

Exemplo 2 - patente adquirida que expira após 15 anos

Espera-se que um produto protegido pela tecnologia patenteada seja fonte de geração de fluxos caixa líquidos em benefício da entidade durante, pelo menos, **15 anos**. A entidade tem o **compromisso de um terceiro para comprar** essa patente em cinco anos por **60% do valor justo da patente na data em que foi adquirida**, e a entidade pretende vender a patente em **cinco anos**. A patente seria **amortizada durante os cinco anos de vida útil para a entidade, com um valor residual igual ao valor presente de 60% do valor justo** da patente na data em que foi adquirida. A patente também seria analisada quanto à



necessidade de reconhecimento de perda por desvalorização de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ou seja, mesmo que a vida útil seja de 15 anos, como há o compromisso de venda daqui a 5 anos por 60% do valor justo na data em que a patente foi adquirida, ela deverá ser amortizada com vida útil de 5 anos e terá como valor residual o valor de venda de 60% do valor justo! Vamos traduzir isso tudo em números:

- Valor Contábil da Patente: 100.000
- Prazo Esperado de Benefícios: 15 anos.
- Compromisso de Compra: 5 anos
- Preço de Venda: 60% de 100.000 = 60.000

$$\text{Valor Amortizável} = \text{Valor Contábil} - \text{Valor de Venda} = 100.000 - 60.000 = 40.000$$

- Vida Útil: 5 anos
- Depreciação Anual: $40.000/5 = 8.000$

Agora vamos analisar nossa alternativa:

A patente deve ter o seu valor contábil integralmente amortizado pela Cia. ABC ao longo dos seis anos.

Como o compromisso de venda é de 6 anos, a patente será amortizada nesse prazo e não em 12, conforme a vida útil esperada.

Qual o erro da assertiva? A grande pegadinha da questão é dizer que a patente será totalmente amortizada no prazo de 6 anos! Temos que considerar a oferta apresentada, 50% do valor justo, como valor residual, assim sendo, o bem não será integralmente amortizado!

Gabarito: Errado

A respeito da elaboração do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do exercício, da demonstração do resultado abrangente e de operações a elas relacionadas, julgue o item subsequente.

24. (CEBRASPE/Telebras/Analista Superior-Auditoria/2015) O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é registrado pelo seu custo incorrido, e está sujeito a depreciação, quando aplicável, bem como a ajuste pelo valor recuperável, caso este seja menor que o valor contábil líquido.

Comentários:

Item errado! Na aquisição, os ativos e passivos da adquirida devem ser avaliados pelo valor justo.

A **diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos líquidos é a Mais Valia** (antigamente chamada de “ágio por diferença de valor de mercado dos ativos”). E a **diferença entre o valor pago e o valor justo é o goodwill** (também chamado de “ágio por expectativa de rentabilidade futura”).



O Goodwill **não é amortizado** (não é realizado), tampouco depreciado, conforme a questão afirmou, apenas deve ser submetido ao teste de recuperabilidade.

Gabarito: Errado

A Cia. ABC adquiriu uma patente capaz de lhe gerar entradas líquidas de caixa durante doze anos. Na mesma data, um terceiro assumiu o compromisso de comprar, após seis anos, essa patente da Cia. ABC por um valor equivalente a 50% do valor justo da patente na data em que esta foi adquirida. A Cia. ABC pretende honrar o compromisso assumido e vender a patente conforme o acordado. A partir dessa situação hipotética, julgue o próximo item.

25. (CEBRASPE/Telebras/Contador/2015) O compromisso de venda futura desobriga a Cia. ABC de efetuar a análise quanto à redução no valor recuperável da patente durante o período em que esta estiver sob o controle da referida companhia.

Comentários:

Vejamos o exemplo que está no CPC 04, que retrata a mesma situação apresentada na questão:

Exemplo 2 - patente adquirida que expira após 15 anos

Espera-se que um produto protegido pela tecnologia patenteada seja fonte de geração de fluxos de caixa líquidos em benefício da entidade durante, pelo menos, 15 anos. A entidade tem o compromisso de um terceiro para comprar essa patente em cinco anos por 60% do valor justo da patente na data em que foi adquirida, e a entidade pretende vender a patente em cinco anos. A patente seria amortizada durante os cinco anos de vida útil para a entidade, com um valor residual igual ao valor presente de 60% do valor justo da patente na data em que foi adquirida. A patente também seria analisada quanto à necessidade de reconhecimento de perda por desvalorização de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Na questão apresentada a patente seria amortizada durante os **seis anos de vida útil** para a entidade, com um valor residual igual ao valor presente de 50% do valor justo da patente na data em que foi adquirida. A patente também seria analisada **quanto à necessidade de reconhecimento de perda por desvalorização de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.**

Gabarito: Errado

Julgue o próximo item, com referência aos critérios de reconhecimento e classificação de ativos e passivos.

26. (CEBRASPE/STJ/Analista Contadoria/2015) Desde que sejam atendidos os critérios de reconhecimento de ativos, é possível fazer o registro de ativos intangíveis adquiridos por meio de transações sem contraprestação.



Comentários:

De acordo com o CPC 04, temos que:

Um intangível será reconhecido se, **cumulativamente**, atender aos seguintes critérios:

- Atender ao conceito de intangível, ou seja, ser não monetário identificável sem substância física;
- Ser identificável, controlável e gerar benefícios futuros.

Além disso, segundo o item 44 da mesma norma:

Em alguns casos, um ativo intangível pode ser adquirido **sem custo** ou por valor nominal, por meio de subvenção ou assistência governamentais. Isso pode ocorrer quando um governo transfere ou destina a uma entidade ativos intangíveis, como direito de aterrissagem em aeroporto, licenças para operação de estações de rádio ou de televisão, licenças de importação ou quotas ou direitos de acesso a outros recursos restritos.

Gabarito: Certo

Julgue o item seguinte, relativo ao conceito e à forma de avaliação de itens patrimoniais.

27. (CEBRASPE/MPOG/Contador/2015) Goodwill é um termo contabilístico usado para refletir a parte do valor de mercado de um negócio que não é diretamente atribuível aos seus ativos e passivos, contabilizado apenas em caso de uma aquisição.

Comentários:

Na aquisição, os ativos e passivos da adquirida devem ser avaliados pelo valor justo.

A **diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos líquidos é a Mais Valia** (antigamente chamada de “ágio por diferença de valor de mercado dos ativos”). E a **diferença entre o valor pago e o valor justo é o goodwill** (também chamado de “ágio por expectativa de rentabilidade futura”).

O Goodwill **não é amortizado** (não é realizado), apenas deve ser submetido ao teste de recuperabilidade, além disso, **o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo** (item 48).

Em alguns casos incorre-se em gastos para gerar benefícios econômicos futuros, mas que não resultam na criação de um ativo intangível que se enquadre nos critérios de reconhecimento estabelecidos. Esses gastos costumam ser descritos como contribuições para o ágio (goodwill) gerado internamente, o qual não é reconhecido como ativo porque não é um recurso identificável (ou seja, não é separável nem advém de direitos contratuais ou outros direitos legais) controlado pela entidade que pode ser mensurado com segurança ao custo.

Gabarito: Certo



Julgue o item que se segue, relativo à contabilização dos itens do ativo e do passivo.

28. (CEBRASPE/MPU/Finanças e Controle/2015) O ativo intangível gerado internamente não deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis.

Comentários:

Errado, por vezes é difícil avaliar se um ativo intangível gerado internamente se qualifica para reconhecimento, devido às dificuldades para, por exemplo, avaliar se o ativo gerará benefícios futuros, ou para determinar seu custo com segurança. Ou pode ser difícil separar o ativo intangível do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou das operações normais da entidade (dia a dia).

Vejam o que diz o item 21 do CPC 04:

21. Um ativo intangível deve ser reconhecido **apenas** se:

- (a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e
- (b) o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

Assim, é possível que um intangível gerado internamente seja reconhecido, desde que os requisitos já citados sejam atendidos (controlável, identificável, gerador de benefícios futuros, seu custo seja estimado com segurança).

Gabarito: Errado

Com respeito à legislação e à normatização contábil brasileira vigentes, julgue o item subsequente.

29. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) A venda de uma marca desenvolvida por determinada empresa implica a baixa do intangível correspondente contra uma conta de custo ou despesa e o registro do valor efetivamente recebido contra uma conta de receita, para posterior apuração do resultado obtido na transação.

Comentários:

112. O ativo intangível deve ser baixado:

- (a) por ocasião de sua alienação; ou
- (b) quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.



113. Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa de ativo intangível devem ser determinados pela diferença **entre o valor líquido da alienação, se houver, e o valor contábil do ativo**. Esses ganhos ou perdas devem ser reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado (exceto se critério específico estiver previsto em outra norma contábil), mas os ganhos não devem ser classificados como receitas de venda.

Vejam que o ganho pode ser expresso pela seguinte equação:

$$\text{Ganho} = \text{valor líquido de alienação} - \text{valor contábil do ativo.}$$

Por exemplo, uma marca cujo valor de custo é de R\$ 100.000, amortização acumulada de R\$ 20.000 e foi vendida por R\$ 150.000.

Ativo Intangível – Marca	R\$ 100.000
(-) Amortização Acumulada	(R\$ 20.000)
= Valor Contábil	R\$ 80.000

O ativo foi vendido por 150.000, portanto, houve um ganho na operação de R\$ 70.000.

Contabilização da Operação:

D – Bancos	R\$ 150.000
D – Amortização Acumulada	R\$ 20.000
C – Ativo Intangível	R\$ 100.000
C – Ganho na Alienação de Intangível	R\$ 70.000

Ganho e receita não correspondem ao mesmo conceito, o ganho está, neste caso, representando o lucro, por isso a norma diz que os conceitos são distintos, em seu item 113.

Gabarito: Errado

O item apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao reconhecimento e à mensuração contábil, de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

30. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) A vida útil de determinado ativo intangível foi considerada indefinida, pois, com base na análise dos fatos relevantes, não foi possível prever um período durante o qual seriam gerados fluxos de caixa líquidos positivos para a empresa. Nessa situação, o impairment test deve ser aplicado anualmente a esse intangível.

Comentários:

Ativo intangível com vida útil indefinida



Importante: Ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

A vida útil de ativo intangível que não é amortizado deve ser revisada periodicamente para determinar se eventos e circunstâncias continuam a consubstanciar a avaliação de vida útil indefinida. Caso contrário, a mudança na avaliação de vida útil de indefinida para definida deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil.

Um ativo intangível adquirido com vida útil indefinida:

- Deve ser reconhecido inicialmente ao custo.
- Não deve ser amortizado.
- Deve ser submetido ao teste de recuperabilidade anualmente, mesmo sem indício de perda.

Gabarito: Certo

31. (CEBRASPE/TRE MT/Contabilidade/2015) Com relação a contas ativas diversas, assinale a opção correta.

- a) Um ativo que possa ser vendido em uma eventual necessidade financeira da empresa é um item de estoque.
- b) Os direitos realizáveis devem ser registrados, no ativo realizável a longo prazo, em até 360 dias do encerramento do exercício social.
- c) Uma patente desenvolvida pela própria empresa deve ser registrada no intangível e mensurada a valor justo.
- d) Um ativo intangível com vida útil definida, apesar de ser objeto de amortização, também está sujeito a teste de impairment.
- e) A contabilização da provisão para perda em contas a receber deve ser realizada de forma prospectiva.

Comentários:

- a) Um ativo que possa ser vendido em uma eventual necessidade financeira da empresa é um item de estoque. **Errado**, conforme previsão do CPC 16:

Estoques são ativos:

- (a) mantidos para venda **no curso normal** dos negócios;
- (b) em processo de produção para venda; ou
- (c) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Portanto, um ativo que possa ser vendido em uma eventual necessidade financeira da empresa é não é um item de estoque.



b) Os direitos realizáveis devem ser registrados, no ativo realizável a longo prazo, em até 360 dias do encerramento do exercício social. **Errado**, a Lei das SAs prevê que:

Art. 179. II - No ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

Por seu turno, no Ativo Circulante serão classificadas as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.

c) Uma patente desenvolvida pela própria empresa deve ser registrada no intangível e mensurada a valor justo. **Errado**, um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo.

Os custos do ativo intangível serão computados **a partir do momento** em que

- 1) for provável que serão gerados benefícios econômicos futuros a favor da entidade;
- 2) o custo do ativo puder ser mensurado com segurança;
- 3) atender aos requisitos previstos no item 57 acima estudado.

O custo de ativo intangível gerado internamente inclui todos os gastos **diretamente** atribuíveis, necessários à criação, produção e preparação do ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

66. O custo de ativo intangível gerado internamente inclui todos os gastos diretamente atribuíveis, necessários à criação, produção e preparação do ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração. Exemplos de custos diretamente atribuíveis:

- (a) gastos com materiais e serviços consumidos ou utilizados na geração do ativo intangível;
- (b) custos de benefícios a empregados (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 –Benefícios a Empregados) relacionados à geração do ativo intangível;
- (c) taxas de registro de direito legal; e**
- (d) amortização de patentes e licenças utilizadas na geração do ativo intangível.

d) Um ativo intangível com vida útil definida, apesar de ser objeto de amortização, também está sujeito a teste de impairment. **Correto**, **O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso**, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração. A amortização deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda ou incluído em



um grupo de ativos classificado como mantido para venda ou, ainda, na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro. Esse ativo também está sujeito ao teste de Recuperabilidade.

e) A contabilização da provisão para perda em contas a receber deve ser realizada de forma prospectiva. **Errado**, a contabilização da provisão para perdas deve ser feita de maneira retrospectiva, pois é baseada em perdas anteriores com clientes.

Gabarito: D

Uma instituição pública federal adquiriu, em 2/1/2008, por R\$ 77.000,00, um software de gestão e mapeamento de riscos, cujo período de benefícios esperados era de seis anos, estimando-se um valor residual de R\$ 5.000,00. A instituição também adquiriu, na mesma data, dez computadores novos do tipo desktop pelo valor total de R\$ 10.000,00, com vida útil estimada em cinco anos e valor residual nulo, para utilização nas atividades de administração da entidade. A respeito dessa situação hipotética e dos aspectos contábeis a ela relacionados, julgue os itens a seguir.

32. (CEBRASPE/MPOG/Contador/2015) Se, em 2/1/2010 — início do terceiro ano de uso do software —, o valor de mercado do software tiver sido de R\$ 50.000,00, então foi reconhecida uma perda por irrecuperabilidade no valor de R\$ 3.000,00.

Comentários:

Precisamos realizar o teste de recuperabilidade no software em 2/1/2010 e, para isso, precisamos obter saber o seu valor contábil nesta data, vejamos:

$$\text{Valor Amortizável} = \text{R\$ } 77.000 - \text{R\$ } 5.000 = \text{R\$ } 72.000$$

Como a vida útil do software é de 6 anos, a amortização anual será de $72.000/6 = \text{R\$ } 12.000$.

De 2/1/2008 a 2/2/2010 o software foi amortizado por 2 anos, isto é, $2 \times 12.000 = \text{R\$ } 24.000$ de amortização acumulada.

Em 2/1/10 o software estava registrado na Contabilidade da seguinte maneira:

Ativo Intangível – Software

Valor de Aquisição	R\$ 77.000
(-) Amortização Acumulada	(R\$ 24.000)
= Valor Contábil Líquido	R\$ 53.000,00

A questão afirma que o valor de mercado software era de R\$ 50.000,00 e a banca considerou que esse é o valor recuperável do ativo. Como o valor recuperável é menor do que o valor contábil, a empresa DEVE reconhecer a perda por recuperabilidade de $53.000 - 50.000 = \text{R\$ } 3.000,00$.

Após o teste, o ativo será registrado na Contabilidade desta forma:



Ativo intangível

Valor de Aquisição	R\$ 77.000
(-) Amortização Acumulada	(R\$ 24.000)
(-) Ajuste ao valor recuperável	(R\$ 3.000,00)
= Valor Contábil Líquido	R\$ 50.000,00

Gabarito: Certo

Uma instituição pública federal adquiriu, em 2/1/2008, por R\$ 77.000,00, um software de gestão e mapeamento de riscos, cujo período de benefícios esperados era de seis anos, estimando-se um valor residual de R\$ 5.000,00. A instituição também adquiriu, na mesma data, dez computadores novos do tipo desktop pelo valor total de R\$ 10.000,00, com vida útil estimada em cinco anos e valor residual nulo, para utilização nas atividades de administração da entidade. A respeito dessa situação hipotética e dos aspectos contábeis a ela relacionados, julgue os itens a seguir.

33. (CEBRASPE/MPOG/Contador/2015) O software em questão deverá ser registrado como ativo intangível da referida instituição, devendo-se registrar sua depreciação mensal de R\$ 1.000,00.

Comentários:

Segundo o CPC 04:

4. Alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como um disco (como no caso de software), documentação jurídica (no caso de licença ou patente) ou em um filme. Para saber se um ativo que contém elementos intangíveis e tangíveis deve ser tratado como ativo imobilizado ou como ativo intangível a entidade avalia qual elemento é mais significativo. Por exemplo, um software de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse software específico é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado. O mesmo se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível.

A questão fala que os computadores são do tipo desktop e os softwares são para gestão e mapeamento de riscos, isto é, não há aqui uma relação de total dependência entre os computadores e os softwares. Além disso, o valor do software é bem mais significativo do que o valor dos computadores.

Diante do exposto, temos a seguinte classificação:

Computadores → Ativo Imobilizado

Software → Ativo Intangível

Como é classificado no Ativo Intangível, o software será amortizado e não depreciado, como apresentado na questão. O valor da depreciação mensal é de:



$$\text{Valor Amortizável} = \text{R\$ } 77.000 - \text{R\$ } 5.000 = \text{R\$ } 72.000$$

Como a vida útil do software é de 6 anos, a amortização anual será de $72.000/6 = \text{R\$ } 12.000$, isto é, R\$ 1.000/mês.

Gabarito: Errado

34. (CEBRASPE/Agende de Polícia Federal/2014) O direito que uma empresa detém para a exploração de recursos minerais de jazida que não seja de sua propriedade é considerado bem incorpóreo

Comentários

O item está correto. Será classificado como um ativo intangível. O que são ativos intangíveis? Podemos dizer, em linguagem simples, que os intangíveis **são aqueles ativos que não têm existência física**. Como exemplos de intangíveis, temos os direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público, marcas e patentes, fundo de comércio adquirido. Segundo a lei 6.404...

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

Isto é muito importante para concursos: classificam-se no intangível os direitos que tenham por objeto **bens incorpóreos** destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Gabarito: Certo

35. (CEBRASPE/CADE/Contador/2014) Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem influenciar a DRE em contas de receitas ou despesas/custos. Tal flexibilidade ocorre porque esses benefícios podem aumentar a receita da venda de produtos ou serviços ou reduzir os custos resultantes do uso do ativo pela entidade.

Comentários:

Conforme o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível:

17. Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem incluir a **receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade**. Por exemplo, o uso da propriedade intelectual em um processo de produção pode reduzir os custos de produção futuros em vez de aumentar as receitas futuras.



Portanto, repita-se! **O benefício econômico futuro não inclui apenas as receitas.** Podem incluir a redução de custos ou consistir em outros benefícios para a entidade.

Gabarito: Certo

36. (CEBRASPE/TJ-CE/Ciências Contábeis/2014) Suponha que a Cia. ABC mantenha três projetos internos em fase de pesquisa e apresente os gastos incorridos e estimados expostos na tabela acima. Suponha, ainda, que a Cia. ABC tenha encerrado o exercício social em 31 de dezembro de 2013. Com base nessa situação hipotética e considerando os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os relatórios contábil-financeiros de 2013 da Cia. ABC apresentarão o reconhecimento de

	Valores em reais		
	gastos incorridos em 2012	gastos incorridos em 2013	gastos projetados para 2014
projeto 1	200.000	300.000	300.000
projeto 2	50.000	200.000	150.000
projeto 3	-	100.000	200.000
	250.000	600.000	650.000

- a) R\$ 850.000 em ativos intangíveis — projetos internos em fase de pesquisa.
- b) R\$ 850.000 em ativos intangíveis — projetos internos — e R\$ 650.000 em despesas a realizar.
- c) R\$ 600.000 em despesas de projetos internos em fase de pesquisa.
- d) R\$ 850.000 em despesas de projetos internos em fase de pesquisa.
- e) R\$ 600.000 em ativos intangíveis — projetos internos em fase de pesquisa.

Comentários:

Conforme previsão do CPC 04:

54. Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

A questão afirmar que os três projetos internos estão em fase de pesquisa, portanto, os gastos não podem ser considerados como ativos intangíveis, mas despesas quando incorridos. Assim sendo, em 2013, foram incorridos R\$ 600.000 de gastos em pesquisa, que serão considerados como despesas do período.

Gabarito: C



QUESTÕES COMENTADAS – CPC 04 – MULTIBANCAS

1. (FUNDATEC/CM Cachoeirinha/Contador/2024) Com base na NBC TG 04 (R4), de 24 de novembro de 2017, assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao tratamento contábil do Ativo Intangível.

A Podem ser utilizados vários métodos de amortização para apropriar de forma sistemática o valor amortizável de um ativo ao longo da sua vida útil.

B A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração.

C Considerando o histórico de rápidas alterações na tecnologia, os softwares e muitos outros ativos intangíveis estão suscetíveis à obsolescência tecnológica.

D A vida útil de ativo intangível deve levar em consideração apenas a manutenção futura exigida para mantê-lo no nível de desempenho avaliado no momento da estimativa da sua vida útil e a capacidade e a intenção da entidade para atingir tal nível.

E A entidade deve atribuir vida útil definida a um ativo intangível quando, com base na análise de todos os fatores relevantes, não existe um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a entidade.

Comentários:

Fique Atento! O quesito quer a alternativa **INCORRETA**.

A Podem ser utilizados vários métodos de amortização para apropriar de forma sistemática o valor amortizável de um ativo ao longo da sua vida útil.

O item 8 desse pronunciamento explica que amortização é a alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil.

Adicionalmente, no item 98, informa que vários métodos podem ser utilizados para apropriar de forma sistemática o valor amortizável de um ativo durante sua vida útil. Por exemplo: método de linha reta, o método dos saldos decrescentes e o método de unidades produzidas.

Ressalta-se que o método escolhido deve obedecer ao padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros esperados, incorporados ao ativo, e, salvo não ocorra alteração desse padrão, aplicado consistentemente entre períodos. Item certo.

B A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração.

O item 97 ensina que a amortização tem início **quando o ativo está nas condições determinadas pela administração**. Isto é, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração. Item certo.



C Considerando o histórico de rápidas alterações na tecnologia, os softwares e muitos outros ativos intangíveis estão suscetíveis à obsolescência tecnológica.

Com os frequentes avanços tecnológicos, surgem ativos intangíveis mais moderno. Logo, é evidente que os ativos intangíveis estão propensos a obsolescência tecnológica.

Prova disso é a inclusão da obsolescência técnica, tecnológica, comercial ou de outro tipo entre os fatores que devem ser considerados na determinação da vida útil de ativo intangível.

Destacamos que a banca acabou trazendo a literalidade do item 92:

92. **Considerando o histórico de rápidas alterações na tecnologia, os softwares e muitos outros ativos intangíveis estão suscetíveis à obsolescência tecnológica.** Portanto, muitas vezes será o caso de que sua vida útil seja curta. Reduções futuras esperadas no preço de venda de item que foi produzido usando um ativo intangível podem indicar a expectativa de obsolescência tecnológica ou comercial do bem, que, por sua vez, pode refletir uma redução dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (Alterado pela Revisão CPC 08)

Item certo.

D A vida útil de ativo intangível deve levar em consideração apenas a manutenção futura exigida para mantê-lo no nível de desempenho avaliado no momento da estimativa da sua vida útil e a capacidade e a intenção da entidade para atingir tal nível.

O CPC 04 ressalta que não podemos confundir a vida útil indefinida” como algo infinito.

Suplementarmente, destaca que a vida útil deve levar em consideração **APENAS** dois fatores:

- manutenção futura exigida para mantê-lo no nível de desempenho avaliado no momento da estimativa da sua vida útil
- capacidade e intenção da entidade para atingir tal nível.

Para os curiosos, vejamos o item 91:

91. O termo “indefinida” não significa “infinita”. **A vida útil de ativo intangível deve levar em consideração apenas a manutenção futura exigida para mantê-lo no nível de desempenho avaliado no momento da estimativa da sua vida útil e capacidade e intenção da entidade para atingir tal nível.** A conclusão de que a vida útil de ativo intangível é indefinida não deve estar fundamentada em uma previsão de gastos futuros superiores ao necessário para mantê-lo nesse nível de desempenho.

Item certo.

E A entidade deve atribuir vida útil definida a um ativo intangível quando, com base na análise de todos os fatores relevantes, não existe um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a entidade.



Na realidade, é vida útil **INDEFINIDA**. Vejam o item 88 desse pronunciamento:

88. A entidade deve avaliar se a vida útil de ativo intangível é definida ou indefinida e, no primeiro caso, a duração ou o volume de produção ou unidades semelhantes que formam essa vida útil. **A entidade deve atribuir vida útil INDEFINIDA a um ativo intangível quando, com base na análise de todos os fatores relevantes, não existe um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a entidade.**

Item incorreto. Logo, esse é o nosso gabarito.

Gabarito: E

2. (FUNDATEC/Pref. Criciúma/Auditor Fiscal da Receita Municipal/2024) Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), “o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável” refere-se ao(à):

- A Ativo intangível.
- B Perda por desvalorização.
- C Valor pós-contábil.
- D Ágio futuro.
- E Antecipação de ativos.

Comentários:

O item 8 da referida norma trouxe algumas definições, entre elas:

Perda por desvalorização é o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável (Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física.

Valor contábil é o valor pelo qual um ativo é reconhecido no balanço patrimonial após a dedução da amortização acumulada e da perda por desvalorização.

Ressaltamos que o CPC 04 não trouxe definições para Valor pós-contábil, Ágio futuro e Antecipação de ativos.

Gabarito: B

3. (ISBA/Pref. Feira Grande/Auditor de Controle Interno/2024) Leia abaixo.

I. É a aplicação dos resultados da pesquisa ou de outros conhecimentos em um plano ou projeto visando à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados, antes do início da sua produção comercial ou do seu uso.



II. É o montante pelo qual o ativo é reconhecido após a dedução da amortização acumulada, e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

III. E a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da sua vida útil.

IV. É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

V. É a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico.

Assinale a alternativa correta que representa a ordem das afirmações acima.

A Ativo Intangível, Pesquisa, Desenvolvimento, Amortização, Valor Contábil.

B Desenvolvimento, Valor Contábil, Amortização, Ativo Intangível, Pesquisa.

C Desenvolvimento, Ativo Intangível, Amortização, Valor Contábil, Pesquisa.

D Ativo Intangível, Desenvolvimento, Amortização, Valor Contábil, Pesquisa

E Pesquisa, Amortização, Valor Contábil, Ativo intangível, Desenvolvimento.

Comentários:

O item 8 da referida norma trouxe algumas definições, entre elas:

Amortização é a alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil.

Ativo é um recurso:

(a) controlado pela entidade como resultado de eventos passados; e

(b) do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.

Valor contábil é o valor pelo qual um ativo é reconhecido no balanço patrimonial após a dedução da amortização acumulada e da perda por desvalorização.

Desenvolvimento é a aplicação dos resultados da pesquisa ou de outros conhecimentos em um plano ou projeto visando à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados, antes do início da sua produção comercial ou do seu uso.

Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física

Ativo monetário é aquele representado por dinheiro ou por direitos a serem recebidos em uma quantia fixa ou determinável de dinheiro.

Pesquisa é a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico.

Após essa introdução, vamos relacionar os itens:



I. É a aplicação dos resultados da pesquisa ou de outros conhecimentos em um plano ou projeto visando à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados, antes do início da sua produção comercial ou do seu uso.

Filtremos as palavras-chaves: APLICAÇÃO dos resultados da pesquisa + VISANDO À PRODUÇÃO. Essas são características do Desenvolvimento. Aqui já podemos eliminar as alternativas A D e E.

II. É o montante pelo qual o ativo é reconhecido após a dedução da amortização acumulada, e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Essa é a definição de Valor contábil. Neste momento já poderíamos marcar a letra b como gabarito, mas, para fins didáticos, continuemos.

III. E a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da sua vida útil.

Agora, é a descrição da Amortização.

IV. É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Aqui a banca juntou a definição de ativo com as especificidades do Ativo Intangível.

V. É a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico.

Selecionemos a palavras-chaves: Investigação + expectativa de adquirir novo conhecimento. Esses destaques se relacionam a Pesquisa.

Por fim, a ordem foi a seguinte: Desenvolvimento, Valor Contábil, Amortização, Ativo Intangível, Pesquisa.

Gabarito: B

4. (Instituto Consulplan/TJ MA/Técnico em Contabilidade/2024) O Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) define o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro Pronunciamento. Nesse sentido, assinale a afirmativa correta com relação ao que preconiza essa norma.

A O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente deve ser reconhecido como ativo.

B O custo de ativo intangível adquirido separadamente não inclui custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

C Um ativo intangível com vida útil definida não deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser amortizado.

D A definição de ativo intangível requer que ele seja identificável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill).



Comentários:

A O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente deve ser reconhecido como ativo.

Na verdade, o GOODWILL gerado internamente **NÃO** deve ser reconhecido como ativo. A justificativa, segundo o FIPECAFI, é que não há independência na avaliação. Item errado.

B O custo de ativo intangível adquirido separadamente não inclui custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

Na realidade, ele **INCLUI** o custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

Observem o item 27 do CPC 04:

27. O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui:

(a) seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; e

(b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta

Item errado.

C Um ativo intangível com vida útil definida não deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser amortizado.

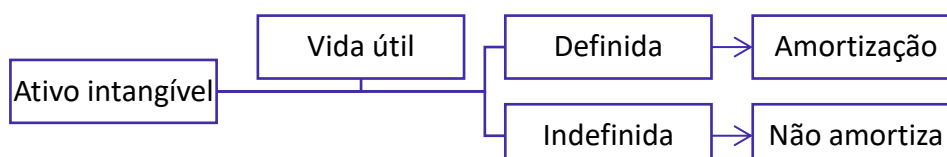
Verdade seja dita: É o contrário! Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

Visualizem os respectivos itens dessa norma:

89. A contabilização de ativo intangível baseia-se na sua vida útil. **Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado** (ver itens 97 a 106), enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado (ver itens 107 a 110). Os exemplos incluídos neste Pronunciamento ilustram a determinação da vida útil de diferentes ativos intangíveis e a sua posterior contabilização com base na determinação da vida útil.

107. **Ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.**

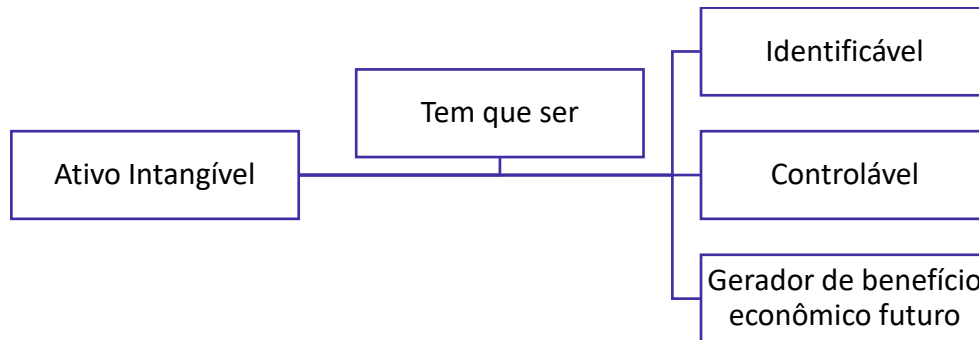
Um esquema:



Item errado.

D A definição de ativo intangível requer que ele seja identificável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

O ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física e para que seja reconhecido nas demonstrações contábeis deve atender aos critérios de reconhecimentos, quais sejam:



O CPC 04 determina no item 11 que a definição de **ativo intangível requer que ele seja identificável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill)**. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) reconhecido em uma combinação de negócios é um ativo que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

Item certo. Esse é o nosso gabarito.

Gabarito: D

5. (UNIVIDA/Pref. Floráí/Contador/2024) No que diz respeito ao ativo intangível, assinale a alternativa INCORRETA:

A É um ativo monetário, com substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

B Controlar um ativo significa dizer que a entidade detém o poder de obter benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios ou serviços.

C O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.

D Alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como no caso de software ou no de licença ou patente.

E Normalmente, o preço que a entidade paga para adquirir separadamente um ativo intangível reflete sua expectativa sobre a probabilidade de os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços esperados, incorporados no ativo, fluírem a seu favor.

Comentários:



Fique Atento! O quesito quer a alternativa **INCORRETA**.

A É um ativo monetário, com substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Na realidade, ele não é **NÃO** monetário e **SEM** substância física. Alternativa incorreta, logo esse é o nosso gabarito.

B Controlar um ativo significa dizer que a entidade detém o poder de obter benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios ou serviços.

O item 13 do CPC 04 cita dois requisitos para entidade controlar um ativo:

- poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente
- poder de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

Visualizem o item completo:

13. A entidade controla um ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios. Normalmente, a capacidade da entidade de controlar os benefícios econômicos futuros de ativo intangível advém de **direitos legais que possam ser exercidos num tribunal**. A ausência de direitos legais dificulta a comprovação do controle. No entanto, a imposição legal de um direito não é uma condição imprescindível para o controle, visto que a entidade pode controlar benefícios econômicos futuros de outra forma.

Item certo.

C O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.

O GOODWILL gerado internamente **NÃO** deve ser reconhecido como ativo. A justificativa, segundo o FIECAFI, é que não há independência na avaliação. Item certo.

D Alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como no caso de software ou no de licença ou patente.

O item 4 desse pronunciamento ensina que alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como um disco (como no caso de software), documentação jurídica (no caso de licença ou patente) ou em um filme. Para saber se um ativo que contém elementos intangíveis e tangíveis deve ser tratado como ativo imobilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado ou como ativo intangível, nos termos do presente Pronunciamento, a entidade avalia qual elemento é mais significativo. Por exemplo, um software de uma máquina-ferramenta controlada por computador que **não funciona sem esse software específico é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado**. Ele se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o **software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível**. Portanto, o software



antivírus de R\$ 10.000 deve ser tratado como Ativo Intangível, pois não é parte integrante dos computadores. Por sua vez, software básico, essenciais ao funcionamento do computador, integram o seu custo. Item certo.

E Normalmente, o preço que a entidade paga para adquirir separadamente um ativo intangível reflete sua expectativa sobre a probabilidade de os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços esperados, incorporados no ativo, fluírem a seu favor.

O quesito acabou trazendo a literalidade do item 25:

25. Normalmente, o preço que a entidade paga para adquirir separadamente um ativo intangível reflete sua expectativa sobre a probabilidade de os benefícios econômicos futuros esperados, incorporados no ativo, serem gerados a seu favor. Em outras palavras, a entidade espera que haverá benefícios econômicos a seu favor, mesmo que haja incerteza em relação à época e ao valor desses benefícios econômicos. Portanto, a condição de probabilidade a que se refere o item 21(a) (que diz que um intangível deve ser reconhecido apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo sejam gerados em favor da entidade) é sempre considerada atendida para ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Item certo.

Gabarito: A

6. (FUNCERN/Pref. Bom Jesus - RN/Contador/2023) Considerando as fases de pesquisa e desenvolvimento para geração interna de ativos intangíveis, uma das atividades de desenvolvimento é

A seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa.

B busca de alternativas para materiais, produtos, processos, sistemas ou serviços.

C projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia.

D seleção final de alternativas possíveis para produtos ou serviços novos.

Comentários:

Pesquisa é a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico.

São exemplos de atividades de pesquisa:

a) atividades destinadas à obtenção de **novos conhecimentos**;

b) busca de **alternativas para materiais, dispositivos, produtos**, processos, sistemas ou serviços;

c) busca, **avaliação e seleção final das aplicações** dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos; e



d) **formulação, projeto, avaliação e seleção final** de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.

O quesito trouxe os seguintes exemplos de atividade de pesquisa:

- seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa.
- busca de alternativas para materiais, produtos, processos, sistemas ou serviços.
- seleção final de alternativas possíveis para produtos ou serviços novos.

Desenvolvimento é a aplicação dos resultados da pesquisa ou de outros conhecimentos em um plano ou projeto visando à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados, antes do início da sua produção comercial ou do seu uso.

São exemplos de atividades de desenvolvimento:

- (a) **projeto, construção e teste de protótipos** e modelos pré-produção ou pré-utilização;
- (b) **projeto de ferramentas, gabaritos, moldes** e matrizes que envolvam nova tecnologia;
- (c) **projeto, construção e operação de fábrica-piloto**, desde que já não esteja em escala economicamente viável para produção comercial; e
- (d) **projeto, construção e teste da alternativa escolhida** de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas e serviços novos ou aperfeiçoados.

O quesito trouxe o seguinte exemplo:

- projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia.

Diante do exposto, nosso gabarito é a letra c.

Gabarito: C

7. (FUNDATEC/Água de Ivoti/Técnico Contábil/2023) São exemplos de gastos que NÃO fazem parte do custo do ativo intangível:

A Gastos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais).

B Custos de benefícios a empregados incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais.

C Custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente.

D Honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais.

E Preço de compra do ativo, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.

Comentários:



O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui:

- Preço de compra
- Impostos de importação
- Impostos não recuperáveis
- (-) Descontos comerciais e abatimentos
- Qualquer custo diretamente atribuível (testes, benefícios a empregados, honorários profissionais)

Adicionalmente, o item 28 trouxe exemplos de custos diretamente atribuíveis:

- Custos de benefícios aos empregados incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais (de uso ou funcionamento);
- Honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais; e
- Custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente.

Entretanto, na aquisição de ativos adquiridos separadamente, alguns custos não fazem parte do valor a ser registrado na contabilidade, como exemplos de gastos que **não fazem parte do custo de ativo intangível**: custos com propaganda, atividades de promoção, treinamento, custos administrativos e outros custos indiretos relacionados ao ativo.

Após essa revisão, vamos julgar as alternativas:

A Gastos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais).

Trata-se de exemplos de gastos que não fazem parte do custo de ativo intangível:

29. Exemplos de gastos que não fazem parte do custo de ativo intangível:

(a) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais);

Esse é o nosso gabarito.

B Custos de benefícios a empregados incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais.

Aqui temos um exemplo de custo diretamente atribuível:

28. Exemplos de custos diretamente atribuíveis são:

(a) custos de benefícios aos empregados (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados) incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais (de uso ou funcionamento);



Alternativa errada.

C Custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente.

Novamente, um exemplo de custos diretamente atribuíveis:

28. Exemplos de custos diretamente atribuíveis são
(c) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente.

Alternativa errada.

D Honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais.

Mais um custo diretamente atribuível:

28. Exemplos de custos diretamente atribuíveis são
(b) honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais; e

Alternativa errada.

E Preço de compra do ativo, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.

Agora a banca cobrou a literalidade do item 27:

27. O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui:
(a) seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; e
(b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

Alternativa errada.

Gabarito: A

8. (Instituto Verbena/IFS/Técnico Contabilidade/2024) A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 04 (R4) – Ativo intangível define tratamento contábil para reconhecimento, mensuração e divulgação para os ativos intangíveis das organizações. Com base na NBC TG 04 (R4), considera-se que

A os gastos incorridos na geração de marcas, listas de clientes e outros itens similares podem ser separados e reconhecidos como ativo intangível.



B o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente deve ser reconhecido como ativo intangível separadamente de outros ativos identificados.

C o período e o método de amortização de ativo intangível com vida útil indefinida devem ser revisados pelo menos ao final de cada exercício.

D a entidade não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível durante a fase de pesquisa relativa aos produtos e processos novos.

Comentários:

A os gastos incorridos na geração de marcas, listas de clientes e outros itens similares podem ser separados e reconhecidos como ativo intangível.

Na verdade, eles não podem ser separados, e, conseqüentemente, não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis. Nas palavras do CPC 04:

63. Marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares, gerados internamente, não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.

64. Os gastos incorridos com marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares **não podem ser separados** dos custos relacionados ao desenvolvimento do negócio como um todo. Dessa forma, esses itens **não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.**

Item errado.

B o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente deve ser reconhecido como ativo intangível separadamente de outros ativos identificados.

O item 48 dessa norma, ressalta que o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente **NÃO** deve ser reconhecido como ativo. Item errado.

C o período e o método de amortização de ativo intangível com vida útil indefinida devem ser revisados pelo menos ao final de cada exercício.

Na realidade, é o ativo intangível de vida útil **DEFINIDA** que deve revisar pelo menos ao final de cada exercício o período e o método de amortização. Isso é previsto na referida norma:

104. O período e o método de amortização de ativo intangível com **vida útil definida** devem ser revisados pelo menos ao final de cada exercício. Caso a vida útil prevista do ativo seja diferente de estimativas anteriores, o prazo de amortização deve ser devidamente alterado. Se houver alteração no padrão de consumo previsto, o método de amortização deve ser alterado para refletir essa mudança. Tais mudanças devem ser registradas como mudanças nas estimativas contábeis, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Item errado.



D a entidade não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível durante a fase de pesquisa relativa aos produtos e processos novos.

Pesquisa é a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico.

Com base no item 54, **nenhum ativo intangível resultante de pesquisa deve ser reconhecido**. Tais gastos vão para o resultado como despesas quando incorridos. Item certo

Gabarito: D

9. (Instituto Verbena/UFCAT/Auditor/2023) No Balanço Patrimonial são registrados, no subgrupo dos intangíveis, os bens incorpóreos permanentes que são ou serão utilizados nas atividades da empresa. São intangíveis

- A as receitas diferidas.
- B as contingências postergadas.
- C os ajustes de avaliação patrimonial.
- D os direitos sobre recursos minerais.

Comentários:

Isto é **muito importante** para provas: classificam-se no intangível os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade.

Podemos dizer, em linguagem simples, que os intangíveis **são aqueles ativos que não têm existência física**.

Como exemplos de intangíveis, temos os **direitos de exploração** de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público, marcas e patentes, fundo de comércio adquirido.

Gabarito: D

10. (FEPESE/Pref. Balneário Camboriú/Técnico Contábil Financeiro/2023) De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TG 04 – R4), um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se:

1. For provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade.
2. O custo do ativo puder ser mensurado com confiabilidade.
3. A formação houver ocorrido por arrendamento mercantil.
4. O valor do ativo intangível for depreciável.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- B São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- C São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.



D São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

E São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

Comentários:

Para que um intangível gerado internamente seja registrado, os requisitos já citados devem ser atendidos (controlável, identificável, gerador de benefícios futuros, seu custo deve ser estimado com segurança). Além disso, lembre-se do que diz o item 21:

21. Um ativo intangível deve ser reconhecido **apenas** se:

(a) for **provável que os benefícios econômicos** futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e

(b) o **custo** do ativo possa ser **mensurado com segurança**.

Observa-se que os itens 3 e 4 são invenções da banca. Assim, **são corretas apenas as afirmativas 1 e 2**.

Gabarito: A

11. (COPS UEL/IPMR/Contador/2023) Os ativos intangíveis de uma entidade são, geralmente, contabilizados no patrimônio e, conseqüentemente, constarão do Balanço Patrimonial como Ativo Intangível por classes. Assinale a alternativa que indica, corretamente, uma classe do Ativo Intangível.

A Equipamentos.

B Imobilizações em andamento.

C Patentes das marcas de mercadorias.

D Licenças e franquias.

E Lista de clientes.

Comentários:

O item 119 do CPC 04 explica que uma **classe de ativos intangíveis** é um **grupo de ativos de natureza e com utilização similar** nas atividades da entidade. Ainda, cita os seguintes exemplos:

- marcas;
- títulos de periódicos;
- softwares;
- **licenças e franquias;**
- direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais;
- receitas, fórmulas, modelos, projetos e protótipos; e
- ativos intangíveis em desenvolvimento.



Ressaltamos que o item 63 não permite o reconhecimento como intangível destes itens gerados internamente: Marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares. A justificativa está no item 64:

64. Os gastos incorridos com marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares não podem ser separados dos custos relacionados ao desenvolvimento do negócio como um todo. Dessa forma, esses itens não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.

Gabarito: D

12. (DIRENS Aeronáutica/CIAAR/EAOAP/Ciências Contábeis/2023) Considerando o conteúdo da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 04 (R4) – Ativo Intangível, indique a opção que completa corretamente as lacunas da assertiva abaixo.

Os gastos que se caracterizam como _____ devem ser reconhecidos como _____ quando incorridos, enquanto os gastos que se caracterizam como _____ podem ensejar o reconhecimento de um ativo intangível, se verificado o cumprimento dos requisitos normativos para tal.

A despesas / investimento / custos

B desenvolvimento / custo / pesquisa

C custos / desenvolvimento / pesquisa

D pesquisa / despesa / desenvolvimento

Comentários:

A referida norma informa que nenhum **ativo intangível resultante de PESQUISA** (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) **devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.**

Já um ativo intangível resultante de desenvolvimento, deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados:

- Viabilidade técnica para concluir o ativo
- Intenção de concluir o ativo para uso ou venda
- Capacidade para usar ou vender o ativo
- Forma como o ativo gera benefícios econômicos futuros
- Disponibilidade de recursos para concluir o desenvolvimento
- Capacidade de mensurar os gastos

Portanto, **todos os aspectos listados acima devem ser atendidos!**

Preenchendo as lacunas, temos:



Os gastos que se caracterizem como **PESQUISA** devem ser reconhecidos como **DESPESA** quando incorridos, enquanto os gastos que se caracterizem como **DESENVOLVIMENTO** podem ensejar o reconhecimento de um ativo intangível, se verificado o cumprimento dos requisitos normativos para tal.

Gabarito: D

13. (FUNCERN/Pref. Junco do Seridó/Fiscal de Tributos/2023) No Balanço Patrimonial de uma entidade, registram-se seus bens, seus direitos e suas obrigações.

As patentes de uma empresa devem ser reconhecidas, contabilmente, como

A ativo imobilizado.

B ativo intangível.

C passivo contingente.

D passivo realizável a longo prazo.

Comentários:

Isto é **muito importante** para provas: classificam-se no intangível os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade.

Como exemplos temos os direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público, marcas e **patentes**, fundo de comércio adquirido.

Pessoal, este ponto é extremamente importante. **Os itens descritos no item 9 do CPC 04 (softwares, patentes, marcas, direitos sobre filmes etc.) não necessariamente serão considerados ativos intangíveis!** Somente serão se atenderem os requisitos para serem considerados intangíveis! E quais são esses requisitos? Estão no item 10.

Em suma, é isto o que vocês precisam saber: um item será intangível quando atenda esses três requisitos cumulativamente: **seja identificável; seja controlável; seja gerador de benefícios futuros.**

Como o quesito foi genérico, consideraremos as patentes como intangível.

Gabarito: B

14. (FUNDATEC/Pref. Sapucaia do Sul/Contador/2023) Analise as assertivas a seguir quanto ao registro e tratamento contábil do Ativo Intangível:

I. Valores decorrentes de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente devem ser reconhecidos como ativo.

II. Ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido.

III. São exemplos de atividades de desenvolvimento o projeto, construção e operação de fábrica-piloto ou operação que não esteja em escala economicamente viável para produção comercial ou fornecimento de serviços.

Quais estão corretas?



- A Apenas I.
- B Apenas II.
- C Apenas III.
- D Apenas I e II.
- E I, II e III.

Comentários:

I. Valores decorrentes de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente devem ser reconhecidos como ativo.

Na verdade, o GOODWILL gerado internamente **NÃO** deve ser reconhecido como ativo. A justificativa, segundo o FIPECAFI, é que não há independência na avaliação. Item errado.

II. Ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido.

O CPC 04 informa que **nenhum ativo intangível resultante de PESQUISA** (ou da fase de pesquisa de projeto interno) **deve ser reconhecido**. Os gastos com pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) devem ser reconhecidos como **despesa quando incorridos**. Item errado.

III. São exemplos de atividades de desenvolvimento o projeto, construção e operação de fábrica-piloto ou operação que não esteja em escala economicamente viável para produção comercial ou fornecimento de serviços.

Desenvolvimento é a aplicação dos resultados da pesquisa ou de outros conhecimentos em um plano ou projeto visando à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados, antes do início da sua produção comercial ou do seu uso.

São exemplos de atividades de desenvolvimento:

- (a) **projeto, construção e teste de protótipos** e modelos pré-produção ou pré-utilização;
- (b) **projeto de ferramentas, gabaritos, moldes** e matrizes que envolvam nova tecnologia;
- (c) **projeto, construção e operação de fábrica-piloto**, desde que já não esteja em escala economicamente viável para produção comercial; e
- (d) **projeto, construção e teste da alternativa escolhida** de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas e serviços novos ou aperfeiçoados.

Item certo.

Diante do exposto, Apenas III está correta.

Gabarito: C



15. (Instituto Consulplan/CRF MG/Contador/2023) De acordo com Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) Ativo Intangível, assinale a afirmativa correta.

A Todo Ativo Intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido.

B O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente pode ser reconhecido como ativo.

C Marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares, gerados internamente, não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.

D Gastos com um item intangível reconhecidos inicialmente como despesa devem ser reconhecidos como parte do custo de ativo intangível em data subsequente.

Comentários:

A Todo Ativo Intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido.

Na realidade, **NENHUM** ativo intangível resultante de **PESQUISA** (ou da fase de pesquisa de projeto interno) **deve ser reconhecido**. Tais gastos devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos. Item errado.

B O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente pode ser reconhecido como ativo.

Na verdade, o GOODWILL gerado internamente **NÃO** deve ser reconhecido como ativo. A justificativa, segundo o FIPECAFI, é que não há independência na avaliação. Item errado,

C Marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares, gerados internamente, não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.

O item 63 não permite o reconhecimento como intangível destes itens gerados internamente: Marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares. A justificativa está no item 64:

64.Os gastos incorridos com marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares não podem ser separados dos custos relacionados ao desenvolvimento do negócio como um todo. Dessa forma, esses itens não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.

Esse é o nosso gabarito.

D Gastos com um item intangível reconhecidos inicialmente como despesa devem ser reconhecidos como parte do custo de ativo intangível em data subsequente.

Se você teve um gasto hoje e ele não foi considerado parte de um ativo intangível, não poderá ser reclassificado posteriormente, passando a integrar determinado ativo intangível. Isso é previsto no item 71:



71. Gastos com um item intangível reconhecidos inicialmente como despesa **NÃO** devem ser reconhecidos como parte do custo de ativo intangível em data subsequente

Item errado.

Gabarito: C

16. (Instituto AOCF/UFRB/Técnico/Contabilidade/2023) Em 02/01/2022, a empresa XBOX S/A deu início a um projeto para desenvolver uma nova patente, o que resultou em despesas gerais e com pesquisas no valor de R\$ 400.000,00 até maio de 2022. A partir de agosto de 2022, a empresa identificou os critérios para o reconhecimento de ativo intangível. Ao final do ano de 2022, os gastos com o desenvolvimento da patente totalizaram R\$ 1.000.000,00.

Com base nas informações fornecidas, o valor a ser evidenciado no Balanço Patrimonial em 31/12/2022, para a conta de ativo intangível desta patente, é de

- A R\$ 1.000.000,00.
- B R\$ 600.000,00.
- C R\$ 400.000,00.
- D R\$ 1.400.000,00.
- E R\$ 800.000,00.

Comentários:

Existem duas fases para a geração de ativo intangível interno e esse assunto é um dos mais exigidos em provas:

- 1) fase de pesquisa; e
- 2) fase de desenvolvimento

Na fase de pesquisa, nenhum ativo deve ser reconhecido e os gastos incorridos serão contabilizados como despesas quando incorridos. Por seu turno, na fase de desenvolvimento, o ativo pode ser reconhecido, desde que atenda a critério de reconhecimento, apresentados abaixo:

CPC 04 - 57. Um ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados:

- (a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- (b) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- (c) capacidade para usar ou vender o ativo intangível;



- (d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros.
- (e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- (f) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Na nossa questão, o examinador fala que apenas a partir de agosto de 2022, a empresa identificou os critérios para o reconhecimento de ativo intangível. Assim, nesse ano, devemos reconhecer como custo do ativo intangível os gastos referentes aos meses de agosto e dezembro. Isto é, os gastos após atendidas as os critérios para o reconhecimento de ativo intangível.

O quesito informou que os gastos com desenvolvimento totalizaram R\$ 1.000.000,00 no ano de 2022. assim esse deveria ser o valor a ser evidenciado no Balanço Patrimonial em 31/12/2022, para a conta de ativo intangível desta patente. **Todavia, a banca AOCF acabou errando feio e considerou a diferença:**

Ao final do ano de 2022, os gastos com o desenvolvimento da patente totalizaram R\$ 1.000.000,00.

(-) despesas gerais e com pesquisas no valor de R\$ 400.000,00 até maio de 2022

= o valor a ser evidenciado no Balanço Patrimonial em 31/12/2022, para a conta de ativo intangível desta patente, é de R\$ 600.000,00.

Gabarito da banca: B.

17. (Instituto AOCF/AGESAN RS/Contador/2022) A Cia. AGS assinou um contrato de exploração, no valor de R\$ 300.000,00, de uma área pública para um período de 7 anos. A exploração desse tipo de área é limitado por lei, de modo que o contrato não poderá prever cláusula de renovação para além do período estabelecido. A avaliação dos gestores da entidade é que a utilização dessa área permitirá gerar benefícios econômicos por até 10 anos.

Considerando as informações apresentadas, a Cia. AGS deve registrar um

A ativo imobilizado cuja vida útil é de 10 anos.

B ativo intangível cuja vida útil é indefinida.

C ativo intangível cuja vida útil é de 10 anos.

D ativo intangível cuja vida útil é de 7 anos.

E ativo investimento.

Comentários:

Isto é **muito importante** para provas: classificam-se no intangível os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade.

Como exemplos temos os **direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público**, marcas e patentes, fundo de comércio adquirido.



Vimos que a amortização é a alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil. Essa que será a MENOR dos períodos determinados por esses fatores.

Como o prazo do contrato (7 anos) é menor que o período em que se espera utilizar (10 anos), o direito contratual deverá ser amortizado conforme o prazo de vigência do contrato, que é de 7 anos.

Isso é previsto no CPC 04:

94. A vida útil de ativo intangível resultante de direitos contratuais ou outros direitos legais **não deve exceder a vigência desses direitos, podendo ser menor dependendo do período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo.** Caso os direitos contratuais ou outros direitos legais sejam outorgados por um prazo limitado renovável, a vida útil do ativo intangível só deve incluir o prazo de renovação, se existirem evidências que suportem a renovação pela entidade sem custo significativo.

Gabarito: D.

18. (Instituto AOCPEMBASA/Analista de Saneamento/Analista de Gestão/Ciências Contábeis/2022) A empresa CMCR, em 01/01/2021, adquiriu o direito de uso de recursos hídricos para fins de exploração na sua atividade. O valor pago foi de R\$ 200.000,00 com um prazo de 5 anos de vigência.

Considerando as informações apresentadas, em 01/01/2021, a empresa CMCR deve reconhecer

A uma despesa operacional no valor de R\$ 200.000,00.

B um ativo circulante no valor de R\$ 40.000,00 e um ativo realizável a longo prazo no valor de R\$ 160.000,00.

C um ativo intangível no valor de R\$ 200.000,00.

D um ativo imobilizado no valor de R\$ 200.000,00.

E um ativo investimento no valor de R\$ 200.000,00.

Comentários:

Podemos dizer, em linguagem simples, que os **intangíveis são aqueles ativos que não têm existência física.**

Como exemplos temos os **direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público**, marcas e patentes, fundo de comércio adquirido.

No tocante ao seu reconhecimento inicial, ele é reconhecido ao custo: R\$ 200.000,00

Gabarito: C.

19. (Instituto AOCPEMBASA/Contador/2021) Considerando o que estabelece o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível –, assinale a alternativa correta.

A Ativo intangível é um ativo não monetário identificável e com substância física.

B Custos administrativos e outros custos indiretos fazem parte do custo de ativo intangível.



C Custos de benefícios aos empregados incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais (de uso ou funcionamento) são considerados como custo diretamente atribuível ao intangível.

D Durante a fase de pesquisa, quando a entidade estiver apta a demonstrar que o ativo intangível gerará prováveis benefícios econômicos futuros, ela poderá reconhecê-lo como ativo intangível.

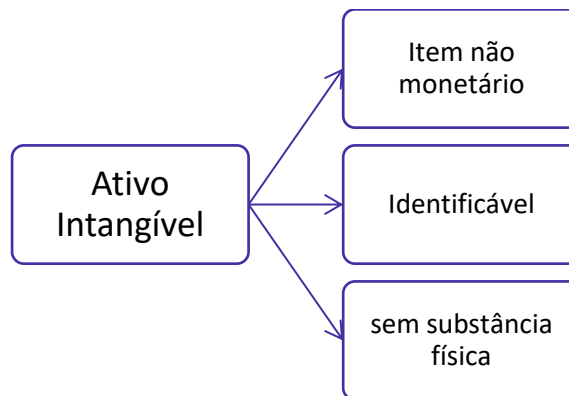
E O custo de ativo intangível gerado internamente é obtido pela soma dos gastos incorridos a partir da data em que o ativo intangível atende aos critérios de reconhecimento e dos gastos anteriormente reconhecidos como despesa e que agora podem ser reintegrados no valor desse ativo.

Comentários:

A Ativo intangível é um ativo não monetário identificável e com substância física.

Vejamos a definição prevista no CPC 04:

Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física



Assim, essa alternativa erra ao afirmar que seria COM substância física. Na verdade, ele não tem substância física. Item errado.

B Custos administrativos e outros custos indiretos fazem parte do custo de ativo intangível.

O pronunciamento contábil citado trouxe alguns exemplos de gastos que não fazem parte do custo de ativo intangível:

(a) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais);

(b) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e

(c) **custos administrativos e outros custos indiretos.**

Item errado.



C Custos de benefícios aos empregados incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais (de uso ou funcionamento) são considerados como custo diretamente atribuível ao intangível.

Tal pronunciamento também trouxe exemplos de custos diretamente atribuíveis são:

- (a) **custos de benefícios aos empregados** (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados) **incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais (de uso ou funcionamento);**
- (b) honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais; e
- (c) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente.

Item certo.

D Durante a fase de pesquisa, quando a entidade estiver apta a demonstrar que o ativo intangível gerará prováveis benefícios econômicos futuros, ela poderá reconhecê-lo como ativo intangível.

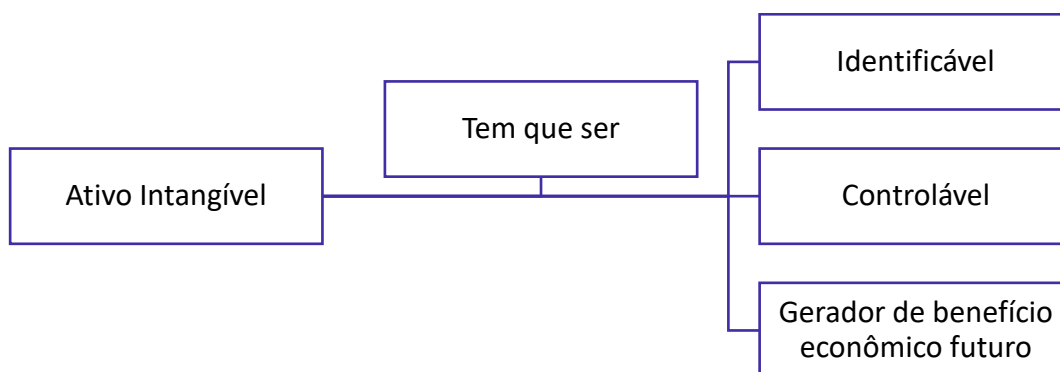
Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Tais gastos são contabilizados como **despesa quando incorridos.**

E O custo de ativo intangível gerado internamente é obtido pela soma dos gastos incorridos a partir da data em que o ativo intangível atende aos critérios de reconhecimento e dos gastos anteriormente reconhecidos como despesa e que agora podem ser reintegrados no valor desse ativo.

Para facilitar, vamos dividir essa alternativa:

Parte 1 - O custo de ativo intangível gerado internamente é obtido pela soma dos gastos incorridos a partir da data em que o ativo intangível atende aos critérios de reconhecimento

De acordo com o CPC 04, o ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física e para que seja reconhecido nas demonstrações contábeis deve atender aos critérios de reconhecimentos, quais sejam:



O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui:

- (a) seu preço de compra + impostos de importação + impostos não recuperáveis sobre compra – descontos comerciais e abatimentos.
- (b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

Ressaltamos que o reconhecimento dos custos no valor contábil de ativo intangível cessa quando esse ativo está nas condições operacionais pretendidas pela administração. Essa parte está *certa*.

Parte II - e dos gastos anteriormente reconhecidos como despesa e que agora podem ser reintegrados no valor desse ativo.

Errado, consoante o item 71 do CPC 04:

71. Gastos com um item intangível reconhecidos inicialmente como despesa não devem ser reconhecidos como parte do custo de ativo intangível em data subsequente.

Então, se você teve um gasto hoje e ele não foi considerado parte de um ativo intangível, não poderá ser reclassificado posteriormente, passando a integrar determinado ativo intangível. Alternativa errada.

Gabarito: C.

20. (QUADRIX/CRO SC/Contador/2023) No ativo intangível, serão classificados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos ou incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido, conceituado como goodwill.

Comentários:

Podemos dizer, em linguagem simples, que os intangíveis **são aqueles ativos que não têm existência física**.

Como exemplos temos os direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público, marcas e patentes, fundo de comércio adquirido.

Vejamos a literalidade da lei das SA:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. **(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)**

Isto é **muito importante** para provas: classificam-se no intangível os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade.

Frise-se, também, que **o subgrupo deve estar contido no grupo ativo não-circulante**.



O quesito errou ao inserir "bens corpóreos".

Gabarito: Errado.

21. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) A Escola Futurista Ltda., fundada em 2019, adquiriu, em 02 de janeiro de 2020, a licença de um software para uso nas aulas, tanto presenciais quanto remotas. A licença custou R\$ 80.000,00 e, para instalar o software em operação, a Futurista Ltda. desembolsou o montante de R\$ 6.000,00. O software ficou apto para uso no dia 05 de janeiro. No contrato de compra e venda consta o prazo de 40 meses para uso da licença pela Futurista Ltda.. Também, o contrato prevê desconto de 5% para pagamento dentro do mesmo mês e 10% para pagamento à vista, no ato da negociação.

A Futurista Ltda. optou pelo pagamento à vista. No final do mês de janeiro de 2020, a contabilidade tem registrado

- (A) intangível de R\$ 80.000,00 e amortização acumulada de R\$ 2.000,00.
- (B) intangível de R\$ 80.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 2.000,00.
- (C) intangível de R\$ 78.000,00 e amortização acumulada de R\$ 1.950,00.
- (D) intangível de R\$ 78.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 1.950,00.
- (E) intangível de R\$ 86.000,00 e amortização acumulada de R\$ 2.150,00.

Comentários:

Para resolvermos essa questão, precisamos saber o custo de aquisição do software de acordo com o CPC 04:

Com base no item 27 do CPC 04:

27. O custo de ativo intangível **adquirido separadamente** inclui:

- (a) **seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra**, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; e
- (b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta

Portanto, o ativo intangível será registrado por: $80.000 + 6.000$ (instalação) - 8.000 (desconto comercial) = 78.000 .

O desconto 5% para pagamento dentro do mês é financeiro, portanto, não afeta o custo.

Agora, a partir do dia 5/janeiro o intangível será amortizado considerando a vida útil de 40 meses.

Amortização Mensal = $78.000/40 = R\$ 1.950/mês$.



No final do mês de janeiro de 2020, a contabilidade tem registrado o custo do ativo por R\$ 78.000 e a amortização acumulada para um mês de 1.950.

Gabarito: C

22. (FADESP/SEFA PA/Auditor Fiscal de Receitas Estaduais/2022) A companhia Rainha do Norte S/A iniciou um novo projeto interno para o desenvolvimento de um serviço a ser prestado a clientes estrangeiros. A fase de pesquisa desse projeto gerou um gasto para a companhia no valor de R\$ 490.000,00, que foi reconhecido e lançado na contabilidade da companhia

A no ativo intangível.

B no ativo investimentos.

C na apuração de resultado.

D no patrimônio líquido.

E no resultado de exercícios futuros.

Comentários:

Fase de Pesquisa é a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico. Os gastos com pesquisa devem ser reconhecidos como **despesa** quando incorridos.

Consoante no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível:

54. Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. **Os gastos com pesquisa** (ou da fase de pesquisa de projeto interno) **devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.**

Gabarito: C

23. (Instituto AOCP/ITEP RN/ Perito Criminal/2021) Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de ativo intangível não identificável.

A Direitos autorais.

B Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

C Marcas e patentes quando desenvolvidas internamente pela empresa.

D Projeto de pesquisa desenvolvido internamente.

E Franquias.

Comentários:

Com base no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível: o Ativo intangível é um ativo não monetário IDENTIFICÁVEL sem substância física.



Ainda, segundo esse pronunciamento:

Ativo intangível

9. As entidades frequentemente despendem recursos ou contraem obrigações com a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de recursos intangíveis como conhecimento científico ou técnico, projeto e implantação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual, conhecimento mercadológico, nome, reputação, imagem e MARCAS registradas (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações). Exemplos de itens que se enquadram nessas categorias amplas são: softwares, PATENTES, DIREITOS AUTORAIS, direitos sobre filmes cinematográficos, listas de clientes, direitos sobre hipotecas, licenças de pesca, quotas de importação, FRANQUIAS, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes, participação no mercado e direitos de comercialização.

10. **Nem todos os itens descritos no item anterior se enquadram na definição de ativo intangível, ou seja, são identificáveis**, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros. Caso um item abrangido pelo presente Pronunciamento não atenda à definição de ativo intangível, o gasto incorrido na sua aquisição ou geração interna deve ser reconhecido como despesa quando incorrido. **No entanto, se o item for adquirido em uma combinação de negócios, passa a fazer parte do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) reconhecido na data da aquisição** (ver item 68).

Identificação

11. A definição de ativo intangível requer que ele seja identificável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill). **O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) reconhecido em uma combinação de negócios é um ativo que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que NÃO SÃO IDENTIFICADOS individualmente e reconhecidos separadamente.** Tais benefícios econômicos futuros podem advir da sinergia entre os ativos identificáveis adquiridos ou de ativos que, individualmente, não se qualificam para reconhecimento em separado nas demonstrações contábeis.

Gabarito: B.

24. (Instituto AOCF/FSNH/Contador/2021) Os ativos intangíveis são os direitos que tenham por objetos bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. Acerca desse assunto, assinale a alternativa INCORRETA.

A O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.

B O reconhecimento dos custos no valor contábil de ativo intangível cessa quando esse ativo está nas condições operacionais pretendidas pela administração.



C São exemplos de gastos, que não fazem parte do custo de ativo intangível, os custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais).

D Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

E Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Comentários:

Fique Atento! O quesito solicitou a alternativa INCORRETA.

A O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.

Errado, será acrescido somente pelos impostos NÃO RECUPERÁVEIS. Isso é previsto no CPC 04 (R1):

27. O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui:

- (a) seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e **impostos não recuperáveis** sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; e
- (b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

B O reconhecimento dos custos no valor contábil de ativo intangível cessa quando esse ativo está nas condições operacionais pretendidas pela administração.

Correto, isso é previsto no CPC 04 (R1):

30. O reconhecimento dos custos no valor contábil de ativo intangível cessa quando esse ativo está nas condições operacionais pretendidas pela administração. Portanto, os custos incorridos no uso ou na transferência ou reinstalação de ativo intangível não devem ser incluídos no seu valor contábil, como, por exemplo, os seguintes custos:

- (a) custos incorridos durante o período em que um ativo capaz de operar nas condições operacionais pretendidas pela administração não é utilizado; e
- (b) prejuízos operacionais iniciais, tais como os incorridos enquanto a demanda pelos produtos do ativo é estabelecida.

C São exemplos de gastos, que não fazem parte do custo de ativo intangível, os custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais).

Correto, isso é previsto no CPC 04 (R1):



29. Exemplos de gastos que não fazem parte do custo de ativo intangível:

(a) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais);

(b) custos da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes (incluindo custos de treinamento); e

(c) custos administrativos e outros custos indiretos.

D Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Correto, isso é previsto no CPC 04 (R1):

2. Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando:

(a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou

(b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

E Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Correto, isso é previsto no CPC 04 (R1):

Benefício econômico futuro

17. Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade. Por exemplo, o uso da propriedade intelectual em um processo de produção pode reduzir os custos de produção futuros em vez de aumentar as receitas futuras.

Gabarito: A.

25. (IBFC/EBSERH/Analista Contábil/2020) De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG04) Ativo intangível, em relação a identificação dos ativos intangíveis, analise as alternativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).



() A definição de ativo intangível requer que ele seja identificável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura que é o Goodwill.

() Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível quando resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, exclusivamente quando tais direitos possam ser transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos ou obrigações.

() Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível quando puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado, ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

a) F,V,V

b) V,V,V

c) V,F,V

d) V,V,F

e) F,V,F

Comentários:

() A definição de ativo intangível requer que ele seja identificável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura que é o Goodwill.

Item correto, de acordo com o item 11 do CPC 04:

11. A definição de ativo intangível requer que ele seja identificável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill). O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) reconhecido em uma combinação de negócios é um ativo que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente. Tais benefícios econômicos futuros podem advir da sinergia entre os ativos identificáveis adquiridos ou de ativos que, individualmente, não se qualificam para reconhecimento em separado nas demonstrações contábeis.

() Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível quando resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, **exclusivamente** quando tais direitos possam ser transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos ou obrigações.

Errado, o CPC 04 fala que independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

() Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível quando puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado, ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade.

Item correto, de acordo com o item 12 do CPC 04:



12. Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando:

(a) **for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade;** ou

(b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Gabarito: C

26. (IBFC/EBSERH/Analista Contábil/2020) De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG04) Ativo intangível, em relação ao controle dos ativos intangíveis, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. O conhecimento de mercado e o técnico podem gerar benefícios econômicos futuros.

II. A entidade controla um ativo quando obtém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

III. O controle da entidade sobre os eventuais benefícios econômicos futuros gerados pelo pessoal especializado e pelo treinamento é suficiente para que esses itens se enquadrem na definição de ativo intangível.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- d) As afirmativas I, II e III estão corretas
- e) Apenas a afirmativa II está correta

Comentários:

I. O conhecimento de mercado e o técnico podem gerar benefícios econômicos futuros.

Correto, de acordo com o item 14 do CPC 04:

14. O conhecimento de mercado e o técnico podem gerar benefícios econômicos futuros. A entidade controla esses benefícios se, por exemplo, o conhecimento for protegido por direitos legais, tais como direitos autorais, uma limitação de um acordo comercial (se permitida) ou o dever legal dos empregados de manterem a confidencialidade.

II. A entidade controla um ativo quando obtém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

Correto, essa é a definição de controle prevista no item 13 do CPC 04:



13. **A entidade controla um ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.** Normalmente, a capacidade da entidade de controlar os benefícios econômicos futuros de ativo intangível advém de direitos legais que possam ser exercidos num tribunal. A ausência de direitos legais dificulta a comprovação do controle. No entanto, a imposição legal de um direito não é uma condição imprescindível para o controle, visto que a entidade pode controlar benefícios econômicos futuros de outra forma.

III. O controle da entidade sobre os eventuais benefícios econômicos futuros gerados pelo pessoal especializado e pelo treinamento **é suficiente** para que esses itens se enquadrem na definição de ativo intangível.

Item bem interessante do CPC 04, mas o pronunciamento afirma o seguinte:

15. A entidade pode dispor de equipe de pessoal especializado e ser capaz de identificar habilidades adicionais que gerarão benefícios econômicos futuros a partir do treinamento. A entidade pode também esperar que esse pessoal continue a disponibilizar as suas habilidades. **Entretanto, o controle da entidade sobre os eventuais benefícios econômicos** futuros gerados pelo pessoal especializado e pelo **treinamento é insuficiente para que esses itens se enquadrem na definição de ativo intangível.** Por razão semelhante, **raramente um talento gerencial ou técnico específico atende à definição de ativo intangível, a não ser que esteja protegido por direitos legais sobre a sua utilização e obtenção dos benefícios econômicos futuros, além de se enquadrar nos outros aspectos da definição.**

Ou seja, o controle sobre os benefícios econômicos oriundos pelo pessoal não é suficiente para que esses itens se enquadrem na definição de ativo intangível. Errado.

Gabarito: A

27. (FADESP/CM Abaetetuba/Contador/2018) Profissional de Contabilidade tem dúvidas quanto ao registro contábil dos intangíveis. Entre as alternativas abaixo, a que não o credencia a registrar ou reconhecer como intangível são

A gastos com pesquisas.

B direitos de sobre recursos naturais.

C direitos federativos.

D marcas e patentes.

Comentários:

Fase de Pesquisa é a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico. Os gastos com pesquisa devem ser reconhecidos como **despesa** quando incorridos.



Segundo o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível:

Fase de pesquisa

54. Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os **gastos com pesquisa** (ou da fase de pesquisa de projeto interno) **devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos**.

55. Durante a fase de pesquisa de projeto interno, a entidade não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível que gerará prováveis benefícios econômicos futuros. Portanto, tais gastos devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

56. São exemplos de atividades de pesquisa:

(a) atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento;

(b) busca, avaliação e seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos;

(c) busca de alternativas para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços; e

(d) formulação, projeto, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.

Gabarito: A.

28. (Instituto AOCF/ADAF/2018) Segundo o CPC 04, Ativo Intangível deve ser reconhecido apenas se

- a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em desfavor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.
- b) for improvável que os benefícios econômicos e futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.
- c) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo não serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.
- d) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.
- e) for provável que os benefícios econômicos passados e futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Comentários:

Nesse quesito vamos recorrer ao item 21 desse pronunciamento:



21. Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se:

(a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e

(b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade

Gabarito: D.

29. (UFPR/Pref. Almirante Tamandaré/PR/Contabilidade/2015) A Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré adquire um software para controle de Medicamentos dos Postos de Saúde, em 10.10.X1. O valor do software foi R\$ 20.000,00, conforme Nota Fiscal. A Prefeitura gastou mais R\$ 500,00 de frete para entrega e contratou serviços dos técnicos para instalação do software no valor de R\$ 2.000,00 na mesma data. Tanto o frete quanto os serviços dos técnicos foram pagos pela Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré no dia 10.11.X1.

Assinale a alternativa que reflete o valor correto que deve estar contabilizado no Ativo em 10.10.X1.

- a) 2.000,00.
- b) 2.500,00.
- c) 20.000,00.
- d) 22.000,00.
- e) 22.500,00

Comentários:

O custo do ativo intangível na questão apresentada será de:

Preço de Compra	R\$ 20.000
(+) Frete	R\$ 500
(+) Serviços de Instalação	R\$ 2.000
= Total	R\$ 22.500

Gabarito: E.

30. (COPS-UEL/SEFAZ-PR/Auditor Fiscal/2012) Para efeito de classificação contábil de um ativo para utilização, com vida útil de cinco anos e de valor contábil significativo, como, por exemplo, o software do sistema operacional de um computador, deve-se tratar o ativo como

- a) ativo de investimento, em conjunto com o hardware.
- b) ativo imobilizado, em conjunto com o hardware.
- c) ativo intangível, separadamente do hardware.
- d) despesa, separadamente do hardware.



e) despesa, em conjunto com o hardware.

Comentários:

Nesse tipo de questão devemos fazer a seguinte pergunta: **qual elemento é mais significativo?**

No caso concreto, o computador possui valor contábil significativo. Consequentemente, o sistema operacional deve ser tratado como ativo imobilizado.

Tal situação é citada pelo próprio pronunciamento:

4. Alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como um disco (como no caso de software), documentação jurídica (no caso de licença ou patente) ou em um filme. Para saber se um ativo que contém elementos intangíveis e tangíveis deve ser tratado como ativo imobilizado ou como ativo intangível a entidade avalia **QUAL ELEMENTO É MAIS SIGNIFICATIVO**. Por exemplo, um **software** de uma máquina-ferramenta controlada por **computador que não funciona sem esse software específico é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado**. O mesmo se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível.

Gabarito: B.

31. (COPS-UEL/SEFAZ-PR/Auditor Fiscal/2012) A empresa MKW não possui, em sua contabilidade, qualquer valor registrado de sua marca. Ao receber uma oferta de compra, especificamente, de sua marca, toma conhecimento do seu valor de mercado.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o procedimento contábil que a MKW deve ter com relação à marca.

- a) Registrar o valor da marca no Ativo Intangível.
- b) Registrar o valor da oferta como Ativo Diferido.
- c) Registrar o valor da oferta como Imobilizado.
- d) Registrar o valor da oferta como Intangível em Andamento.
- e) Manter sua contabilidade inalterada.

Comentários:

Durante o curso falamos que as marcas e outros itens similares, gerados internamente, não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis. Portanto, a entidade vai manter sua contabilidade inalterada.

Gabarito: E

32. (FADESP/MPE PA/Contador/2012) Em Se uma empresa está em plena operação e incorreu em gastos com um novo projeto, o reconhecimento contábil correto apresenta-se



A intangível, para ser amortizado no prazo que se espera do projeto.

B no ativo circulante, despesa antecipada.

C diferido.

D como despesas operacionais.

Comentários:

Fase de Pesquisa é a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico. Os gastos com pesquisa devem ser reconhecidos como **despesa** quando incorridos.

Gabarito: D



QUESTÕES COMENTADAS – CPC 04 – CESGRANRIO

1. (Cesgranrio/UNEMAT/Contador/2024) Uma indústria S.A. apresentou os seguintes gastos no desenvolvimento de uma patente, estando apta a demonstrar que o processo de patenteamento do produto atende aos critérios para reconhecimento como ativo intangível.

Descrição	Valor
Gastos com vendas, administrativos e outros gastos indiretos	R\$ 50.000,00
Gastos com materiais e serviços utilizados na geração do ativo	R\$ 100.000,00
Taxas de registro de direito legal	R\$ 20.000,00
Prejuízos operacionais iniciais	R\$ 15.000,00
Gastos com o treinamento de pessoal para operar o ativo	R\$ 10.000,00

Considerando-se as informações apresentadas, constata-se que o valor, em reais, a ser ativado da patente resulta em um montante de

- (A) 120.000,00
- (B) 130.000,00
- (C) 160.000,00
- (D) 165.000,00
- (E) 180.000,00

Comentários:

Conforme previsão do item 66, do CPC 04 – Ativo Intangível, o custo de ativo intangível gerado internamente inclui todos os gastos diretamente atribuíveis, necessários à criação, produção e preparação do ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração. Exemplos de custos diretamente atribuíveis:

- (a) gastos com materiais e serviços consumidos ou utilizados na geração do ativo intangível;
- (b) custos de benefícios a empregados (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados) relacionados à geração do ativo intangível;
- (c) taxas de registro de direito legal; e
- (d) amortização de patentes e licenças utilizadas na geração do ativo intangível.

O Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos especifica critérios para o reconhecimento dos juros como um elemento do custo de um ativo intangível gerado internamente.

Além disso, o item 67 do mesmo Pronunciamento afirma que os seguintes itens não são componentes do custo de ativo intangível gerado internamente:

- (a) gastos com vendas, administrativos e outros gastos indiretos, exceto se tais gastos puderem ser atribuídos diretamente à preparação do ativo para uso;



(b) ineficiências identificadas e prejuízos operacionais iniciais incorridos antes do ativo atingir o desempenho planejado; e

(c) gastos com o treinamento de pessoal para operar o ativo

Portanto, vamos apurar o custo do ativo apresentado:

Descrição	É custo	Valor
Gastos com vendas, administrativos e outros gastos indiretos	Não	R\$ 50.000,00
Gastos com materiais e serviços utilizados na geração do ativo	Sim	R\$ 100.000,00
Taxas de registro de direito legal	Sim	R\$ 20.000,00
Prejuízos Operacionais Iniciais	Não	R\$ 15.000,00
Gastos com Treinamento de pessoal	Não	R\$ 10.000,00
	Total de Custos	R\$ 120.000,00

Gabarito: A

2. (CESGRANRIO/ELETRONUCLEAR/Contador/2022) A Cia. Gama desenvolve operações altamente relacionadas com tecnologia. Para um dos seus processos operacionais, a entidade optou por desenvolver internamente uma tecnologia. O projeto de desenvolvimento da tecnologia foi iniciado em 01/03/2018. Ao longo deste primeiro ano foram aplicados R\$ 80.000,00 no projeto, com uma média de R\$ 8.000,00 por mês. Em 01/11/2018, a Cia. Gama divulgou fato relevante informando que, a partir de então, a tecnologia em desenvolvimento atendia aos critérios para reconhecimento como ativo intangível. O desenvolvimento da tecnologia foi concluído no exercício seguinte, com aplicação de mais R\$ 100.000,00.

Considerando-se esse caso hipotético e as disposições do Pronunciamento CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, nas demonstrações contábeis da entidade do exercício encerrado em 31/12/2019, a tecnologia desenvolvida deve ser apresentada, em reais, pelo valor de

- a) 80.000,00
- b) 100.000,00
- c) 116.000,00
- d) 164.000,00
- e) 180.000,00

Comentários:

Existem duas fases para a geração de ativo intangível interno e esse assunto é um dos mais exigidos em provas:

- 1) fase de pesquisa; e
- 2) fase de desenvolvimento



Na fase de pesquisa, nenhum ativo deve ser reconhecido e os gastos incorridos serão contabilizados como despesas quando incorridos.

Por seu turno, na fase de desenvolvimento, o ativo pode ser reconhecido, desde que atenda a critério de reconhecimento, apresentados abaixo:

CPC 04 - 57. Um ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados:

(a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;

(b) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;

(c) capacidade para usar ou vender o ativo intangível;

(d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros.

(e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e

(f) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Na nossa questão, o examinador fala que apenas em 01/11/2018, a Cia. Gama divulgou fato relevante informando que, a partir de então, a tecnologia em desenvolvimento atendia aos critérios para reconhecimento como ativo intangível. Assim, nesse ano, vamos reconhecer como custo do ativo intangível os gastos de $8.000 \times 2 = R\$ 16.000$, referendo aos meses de novembro e dezembro.

No ano seguinte, temos o desenvolvimento da tecnologia, com aplicação de mais R\$ 100.000,00, gasto que também será ativado. Logo o custo do ativo intangível será de $R\$ 100.000 + R\$ 16.000 = R\$ 116.000,00$.

Gabarito: C

3. (CESGRANRIO/Exame de Peritos Contábeis/CFC/2022) Um dos principais desafios do tratamento contábil dos ativos intangíveis por parte de uma entidade consiste no reconhecimento de ativos gerados internamente. Esses casos requerem a separação entre as fases de pesquisa e desenvolvimento, para que não se cometam erros de registrar como despesa um item que deve ser ativado e vice-versa.

Um exemplo de atividade típica que, quando incorrida e relacionada a um ativo intangível gerado internamente, deve ter os gastos registrados como despesa do período é o(a)

- a) projeto, a construção e o teste de protótipos
- b) projeto de moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia



- c) teste de alternativas definidas para aperfeiçoamento de um sistema
- d) construção e a operação de fábrica-piloto
- e) avaliação e a seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa

Comentários:

De acordo com o item 55 do CPC 04, durante a fase de pesquisa de projeto interno, a entidade não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível que gerará prováveis benefícios econômicos futuros. Portanto, tais gastos são reconhecidos como despesa quando incorridos.

São exemplos de atividades de pesquisa:

- a) atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento;
- b) busca de alternativas para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços;
- c) busca, avaliação e seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos; e**
- d) formulação, projeto, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.

Portanto, nosso gabarito é a alternativa E.

As outras alternativas apresentadas representam atividades relacionadas com a fase de desenvolvimento, conforme previsão do item 59 do CPC 04:

59. São exemplos de atividades de desenvolvimento:

- (a) projeto, construção e teste de protótipos e modelos pré-produção ou pré-utilização;
- (b) projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia;
- (c) projeto, construção e operação de fábrica-piloto, desde que já não esteja em escala economicamente viável para produção comercial; e
- (d) projeto, construção e teste da alternativa escolhida de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas e serviços novos ou aperfeiçoados

Gabarito: E

4. (Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018) O CPC 04, que trata do ativo intangível e do seu respectivo tratamento contábil, estabelece que, no caso de aquisição numa combinação de negócio, o custo a ser considerado é o valor

- (A) específico para a entidade na data da compra
- (B) contábil na data da obtenção do controle



- (C) amortizável na data da aquisição
- (D) pago na data da negociação
- (E) justo na data da aquisição

Comentários:

De acordo com o CPC 04:

33. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócios, se um ativo intangível for adquirido em uma combinação de negócios, **o seu custo deve ser o valor justo na data de aquisição**, o qual reflete as expectativas dos participantes do mercado na data de aquisição sobre a probabilidade de que os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo serão gerados em favor da entidade. Em outras palavras, a entidade espera que haja benefícios econômicos em seu favor, mesmo se houver incerteza em relação à época e ao valor desses benefícios econômicos. Portanto, a condição de probabilidade a que se refere o item 21(a) é sempre considerada atendida para ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios. Se um ativo adquirido em uma combinação de negócios for separável ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, considera-se que exista informação suficiente para mensurar com confiabilidade o seu valor justo. Portanto, o critério de mensuração previsto no item 21(b) é sempre considerado atendido para ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios. (Alterado pela Revisão CPC 03)

Gabarito: E.

5. (Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018) Uma companhia detém alguns ativos intangíveis conforme descrito a seguir:

Item	
I	Copyright adquirido que tem vida legal remanescente de 30 anos
II	Licença de uso de software adquirida há cinco anos, utilizada em equipamentos que estão sendo substituídos por novas tecnologias
III	Lista de clientes adquirida da qual espera obter benefícios da informação contida na lista por, pelo menos, três anos
IV	Marca comercial adquirida de um produto que tem sido líder de mercado nos últimos dez anos
V	Patente desenvolvida e registrada, com direitos extensivos a 15 anos

Considerando, apenas, a descrição dos itens apresentada, qual ativo intangível pode ser considerado de vida útil indefinida?

- a) I
- b) II
- c) III
- d) IV
- e) V



Comentários:

Questão retirada de um dos exemplos do CPC 04 – Ativo Intangível:

Exemplo 7 - marca comercial adquirida usada para identificar e distinguir um produto de consumo que tem sido líder de mercado nos últimos oito anos

A marca comercial tem vida legal restante de cinco anos, mas é renovável a cada 10 anos a baixo custo. A entidade adquirente pretende renovar a marca comercial continuamente e a evidência suporta a sua capacidade para fazê-lo.

Uma análise de (1) estudos sobre o ciclo de vida do produto, (2) tendências de mercado, competitivas e ambientais, e (3) oportunidades de extensão da marca proporcionam evidência de que o produto com marca comercial irá gerar fluxos de caixa líquidos para a entidade adquirente durante um período indefinido. **A marca comercial seria tratada com tendo vida útil indefinida** porque se espera que contribua para fluxos de caixa líquidos para a entidade indefinidamente. **Portanto, a marca comercial não seria amortizada enquanto a sua vida útil não fosse determinada como definida.** Seria testada quanto à necessidade de reconhecimento de perda por desvalorização de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Gabarito: D.

6. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/Ciências Contábeis/2013) Quando um intangível é classificado no Ativo Não Circulante / Intangível, uma dificuldade que surge é a de determinar, de forma fundamentada, se sua vida útil é definida ou indefinida.

O enquadramento do intangível em cada situação de vida útil vai determinar os procedimentos contábeis a serem adotados com relação ao mesmo.

Assim, um Ativo classificado no Intangível com vida útil

- a) indefinida é exaurido
- b) indefinida é depreciado
- c) indefinida é amortizado
- d) definida é depreciado
- e) definida é amortizado

Comentários:

Com base no CPC 04 (R1):

Ativo intangível com vida útil definida

97. O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização deve ser iniciada a



partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração. A amortização deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda ou incluído em um grupo de ativos classificado como mantido para venda ou, ainda, na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro.

Ativo intangível com vida útil indefinida

Importante: Ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

A vida útil de ativo intangível que não é amortizado deve ser revisada periodicamente para determinar se eventos e circunstâncias continuam a consubstanciar a avaliação de vida útil indefinida. Caso contrário, a mudança na avaliação de vida útil de indefinida para definida deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil.

Um ativo intangível adquirido com vida útil indefinida:

- Deve ser reconhecido inicialmente ao custo.
- Não deve ser amortizado.
- Deve ser submetido ao teste de recuperabilidade anualmente, mesmo sem indício de perda

Portanto, o Ativo Intangível com vida útil definida deve ser amortizado, por sua vez, o Ativo Intangível com vida útil indefinida não será amortizado, mas submetido ao teste de recuperabilidade.

Gabarito: E.

7. (CESGRANRIO/Petrobrás/Ciências Contábeis/2011) Admita que uma sociedade anônima informasse o seguinte:

- Compra de um ativo intangível isolado e de forma separada, como segue:

Preço pago na sua aquisição	R\$ 40.000,00
Seguro pago na aquisição	R\$ 2.000,00
Gastos para o ativo poder ser utilizado	R\$ 5.000,00
- Valor justo do ativo no momento da aquisição R\$ 38.500,00

Considerando exclusivamente as informações acima, tal ativo intangível deve ser mensurado inicialmente pelo valor, em reais, de

- a) 38.500,00
- b) 40.000,00
- c) 43.500,00
- d) 45.000,00
- e) 47.000,00



Comentários:

Importantíssimo: um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo.

O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui:

(a) seu preço de compra + impostos de importação + impostos não recuperáveis sobre compra – descontos comerciais e abatimentos.

(b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

Custo de ativo intangível adquirido:
Preço de compra
Impostos de importação
Impostos não recuperáveis
(-) Descontos comerciais e abatimentos
Qualquer custo diretamente atribuível (testes, benefícios a empregados, honorários profissionais)

Na questão apresentada, devemos reconhecer o ativo intangível pelo seguinte custo:

Preço pago na aquisição	40.000,00
(+) Seguro pago na aquisição	2.000,00
(+) Gastos para o ativo poder ser utilizado	5.000,00
= Custo do Intangível	47.000,00

Gabarito: E

8. (CESGRANRIO/Transpetro/Tec. Contabilidade/2011) Uma prestadora de serviços, fez a aquisição de bem intangível que irá trazer-lhe benefícios ao longo dos próximos cinco anos. A transação se deu nas seguintes condições:

Entrada em dinheiro	R\$ 10.000,00
Cheque para 20 dias	R\$ 15.000,00
30 parcelas no valor de R\$ 700,00 cada parcela	R\$ 21.000,00
Valor presente das parcelas futuras	R\$ 18.000,00

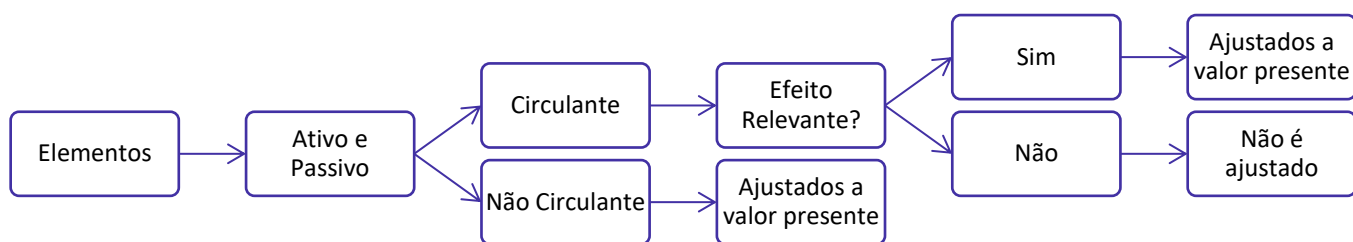
Desconsiderando-se a incidência de qualquer tipo de imposto, o valor a ser contabilizado pela prestadora de serviços, no ativo intangível, em reais, é

- (A) 25.000,00
- (B) 28.000,00
- (C) 33.000,00
- (D) 43.000,00
- (E) 46.000,00



Comentários:

Conforme previsão do CPC 12 –Ajuste a valor presente:



Portanto, o Ativo Intangível será contabilizado pelo custo ajustado a valor presente e diferença de 3.000 será contabilizado como AVP de Fornecedores:

D – Ativo Intangível	43.000
D – Ajuste a valor presente (retificadora do passivo)	3.000
C – Fornecedores	21.000
C – Caixa	10.000
C – Bancos	15.000

Gabarito: D



QUESTÕES COMENTADAS – CPC 04 – VUNESP

1. (VUNESP/SPTrans/Auditor Pleno/2024) Ativo Intangível é:

A um ativo representado por dinheiro ou por direitos a serem recebidos em uma quantia fixa ou determinável de dinheiro.

B um ativo não monetário identificável sem substância física.

C um ativo original e planejado com a expectativa de após a sua realização seja adquirido um novo conhecimento e entendimento científico ou técnico.

D ativo de uma entidade em condição para venda.

E é um ativo monetário, não contável, não identificável sem substância física.

Comentários:

Podemos dizer, de maneira resumida, que os intangíveis **são aqueles ativos que não têm existência física**.

Tenha em mente os conceitos da lei 6.404/76 e do CPC 04:

Lei 6.404/76: classificam-se no intangível os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

CPC 04 (R1) - ATIVO INTANGÍVEL: Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física. Para que seja reconhecido nas demonstrações contábeis deve atender aos critérios de reconhecimentos, quais sejam: Identificável, Controlável e Gerador de benefício econômico futuro.

Após essa introdução, vamos julgar as alternativas:

A um ativo representado por dinheiro ou por direitos a serem recebidos em uma quantia fixa ou determinável de dinheiro.

De acordo com o FIPECAFI, “Manual de Contabilidade Societária”, 4ª edição, ano 2023:

Os itens monetários são compostos pelas contas de disponibilidades e de direitos e obrigações a serem liquidados com disponibilidades.

Assim os itens descritos nessa alternativa são ativos MONETÁRIOS. Como o CPC 04 exige que o ATIVO Intangível seja **NÃO MONETÁRIO**, logo o item errado.

B um ativo não monetário identificável sem substância física.

Esse é o nosso gabarito.

C um ativo original e planejado com a expectativa de após a sua realização seja adquirido um novo conhecimento e entendimento científico ou técnico.



Nessa alternativa a banca parafraseou a definição da fase de pesquisa

Pesquisa é a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico.

Ressalto que nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) devem ser reconhecidos como **despesa quando incorridos**. Item errado.

D ativo de uma entidade em condição para venda.

Essa alternativa se encaixa em duas definições, mas não em ativo intangível. Observem:

- Ativo Circulante:

66. O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

(a) espera-se que seja realizado, ou **pretende-se que seja vendido** ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;

(b) **está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;**

(c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou

(d) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

- **Ativo não circulante mantido para venda** é um ativo ou grupo de ativos colocado à venda, a qual deve ocorrer no prazo de um ano, e que atende ao pronunciamento CPC 31. É classificado no **Ativo Circulante**.

Item errado.

E é um ativo monetário, não contável, não identificável sem substância física.

Na realidade, é **NÃO** monetário, controlável, identificável, sem substância física. Item errado.

Gabarito: B

2. (VUNESP/CM Campinas/Contador/2024) Se um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios for separável ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, considera-se que o seu _____ pode ser mensurado com confiabilidade.

Assinale a alternativa cuja palavra/expressão completa a lacuna do texto.



- A valor justo
- B valor em uso
- C preço de mercado
- D custo
- E valor corrente

Comentários:

Combinação de negócios, em grosso modo, é o resultado de transações ou outros eventos em que um adquirente obtém o controle de uma ou mais atividades empresariais diferentes. Como exemplo, temos a compra, pela empresa X, do estabelecimento empresarial da empresa Y.

O item 34 do CPC 04 ensina que **se um ativo intangível for adquirido em uma combinação de negócios, o seu custo deve ser o valor justo na data de aquisição**, o qual reflete as expectativas sobre a probabilidade de que os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo serão gerados em favor da entidade.

Adicionalmente, afirma que o critério (a) - for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade - de reconhecimento do intangível sempre é atendido quando são oriundos de combinação de negócios.

Já para atender o critério (b) - o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade – é necessário que o ativo adquirido em uma combinação de negócios seja separável ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais.

A Vunesp acabou exigindo esse conhecimento. Vejam a literalidade do item 35 do CPC 04:

Mensuração do valor justo de ativo intangível adquirido em combinação de negócios

35. Se um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios for separável ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, considera-se que o seu valor justo pode ser mensurado com confiabilidade. Quando, para as estimativas utilizadas na avaliação do valor justo de ativo intangível, existir uma gama de resultados possíveis, com diferentes probabilidades, a incerteza passa a fazer parte da determinação do valor justo. Se um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios tiver vida útil definida, haverá a presunção de que o valor justo possa ser estimado com segurança.

Neste momento, somos capazes de preencher a lacuna:

Se um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios for separável ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, considera-se que o seu **VALOR JUSTO** pode ser mensurado com confiabilidade.

Gabarito: A

3. (VUNESP/APS/Contador/2024) É correto afirmar que



A são exemplos de itens que se enquadram como Ativo Intangível: licenças de pesca, quotas de importação, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes.

B, A vida útil de um ativo é sempre determinada pelo regulamento do Imposto de Renda da Receita Federal.

C Ativo intangível é um ativo monetário identificável, sem substância física.

D Depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de ativo intangível ao longo da sua vida útil.

E Ativo intangível é um recurso adquirido pela entidade, corpóreo e resulta em benefícios de pesquisas futuras para a entidade.

Comentários:

Nesse quesito a Vunesp utilizou de itens de dois pronunciamentos contábeis: CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e CPC 27 - Ativo Imobilizado.

A são exemplos de itens que se enquadram como Ativo Intangível: licenças de pesca, quotas de importação, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes.

O item 9 do CPC 04 cita alguns exemplos de itens que se enquadram: softwares, patentes, direitos autorais, direitos sobre filmes cinematográficos, listas de clientes, direitos sobre hipotecas, **licenças de pesca, quotas de importação**, franquias, **relacionamentos com clientes ou fornecedores**, **fidelidade de clientes**, participação no mercado e direitos de comercialização.

Em seguida, o item 10 ressalta que **nem todos os itens descritos no item anterior se enquadram na definição de ativo intangível, ou seja, são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros**

Como o quesito foi mais genérico, esse será o nosso gabarito.

B A vida útil de um ativo é sempre determinada pelo regulamento do Imposto de Renda da Receita Federal.

Com base no CPC 04, a entidade utilizará como vida útil o período de tempo no qual a entidade espera utilizar um ativo; ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo. Item errado.

C Ativo intangível é um ativo monetário identificável, sem substância física.

Na verdade, ele é um ativo **NÃO** monetários, identificável, sem substância física. Item errado.

D Depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de ativo intangível ao longo da sua vida útil.

Verdade seja dita: Depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil. Já **AMORTIZAÇÃO** é a alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil. Item errado.

E Ativo intangível é um recurso adquirido pela entidade, corpóreo e resulta em benefícios de pesquisas futuras para a entidade.



Na realidade, ele é um recurso **Incorpóreo** e do qual **SE ESPERA** que resultem em benefícios **ECONOMICOS futuro para a entidade**. Item errado.

Gabarito: A

4. (VUNESP/APS/Contador/2024) O ativo intangível será baixado por ocasião de sua alienação ou quando

- A o valor amortizado for equivalente ao custo de aquisição.
- B o valor depreciado for equivalente ao custo de aquisição.
- C o valor residual for equivalente a zero.
- D o ciclo operacional for encerrado.
- E não são esperados benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.

Comentários:

O item 112 do CPC 04 cita duas situações em que o ativo intangível deve ser baixado:

- Por ocasião de sua alienação
- Quando não são esperados benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação

Diante do exposto, ativo intangível será baixado por ocasião de sua alienação ou quando **não são esperados benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação**.

Gabarito: E

5. (VUNESP/CAMPREV/Contador/2023) Em janeiro de 2023, uma prestadora de serviços adquiriu, à vista, 50 licenças de um programa estatístico para uso dos seus consultores em suas atividades de consultoria empresarial, por R\$ 250.000,00.

Sabe-se que essas licenças são perpétuas e que todas as atualizações poderão ser feitas automaticamente por meio de acesso à internet.

Em virtude da característica dessas licenças, o contador da entidade decidiu classificá-las com vida útil indefinida e seu uso iniciou-se em 01.02.2023.

Considerando essas informações, é correto afirmar que contador deverá

A amortizar essas licenças, linearmente e anualmente, em virtude da quantidade de vezes que cada consultor utilizou esse programa estatístico.

B reconhecer um ativo imobilizado por R\$ 250.000,00, que não poderá ser depreciado, uma vez que ele não possui vida útil.

C reconhecer um resultado abrangente de R\$ 250.000,00 em virtude de ser tratar de um instrumento financeiro cujo modelo de negócios é indefinido.

D reconhecer uma despesa no valor de R\$ 250.000,00, em janeiro de 2023, uma vez que sem vida útil definida é impossível justificar a existência de um ativo.



E testar a recuperabilidade dessas licenças anualmente ou sempre que tiver indícios de perda.

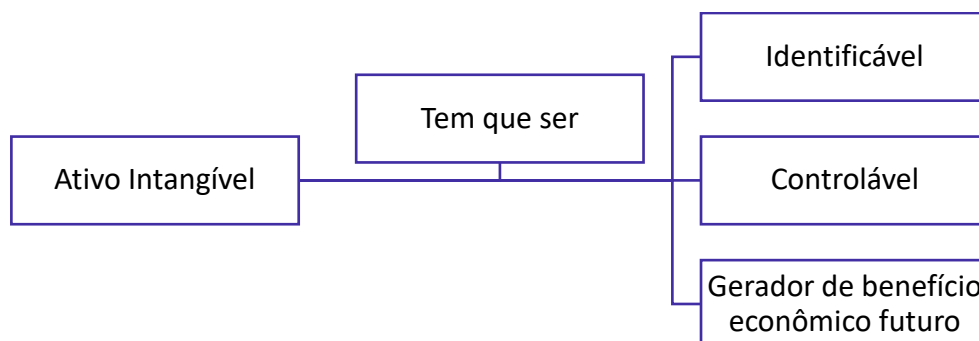
Comentários:

Para facilitar, vamos analisar em partes:

Parte 1 - Em janeiro de 2023, uma prestadora de serviços adquiriu, à vista, 50 licenças de um programa estatístico para uso dos seus consultores em suas atividades de consultoria empresarial, por R\$ 250.000,00.

Podemos dizer, em linguagem simples, que os **intangíveis são aqueles ativos que não têm existência física.**

O ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física e para que seja reconhecido nas demonstrações contábeis deve atender aos critérios de reconhecimentos, quais sejam:



No tocante ao seu reconhecimento inicial, ele é reconhecido ao custo: R\$ 250.000,00

Lançamento:

D – Licenças de um programa estatístico (↑ANC: Ativo Intangível) R\$ 250.000,00

C – Disponibilidades (↓Ativo Circulante) R\$ 250.000,00

Parte 2 - Sabe-se que essas licenças são perpétuas e que todas as atualizações poderão ser feitas automaticamente por meio de acesso à internet.

Traduzindo: ativo intangível de vida útil indefinida

Consequências:

- **NÃO** deve ser amortizado
- Obrigatoriedade de realizar anualmente o teste de recuperabilidade

Considerando essas informações, é correto afirmar que contador deverá

A amortizar essas licenças, linearmente e anualmente, em virtude da quantidade de vezes que cada consultor utilizou esse programa estatístico.

Errado, pois Ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.



B reconhecer um ativo imobilizado por R\$ 250.000,00, que não poderá ser depreciado, uma vez que ele não possui vida útil.

Na realidade, reconhecer um ativo **INTANGÍVEL** por R\$ 250.000,00 (Reconhecimento inicial é pelo custo), que **que não poderá ser AMORTIZADO, uma vez que ele possui vida útil INDEFINIDA**. Ressaltamos que o termo “indefinida” não significa “infinita”. Item errado.

C reconhecer um resultado abrangente de R\$ 250.000,00 em virtude de ser tratar de um instrumento financeiro cujo modelo de negócios é indefinido.

Resultado abrangente é a **mutação que ocorre no patrimônio líquido** durante um período que resulta de transações e outros eventos **que NÃO sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários**.

Resultado abrangente compreende **TODOS** os componentes da "DRE" e da "DRA".

Não foi o caso da questão. Item errado.

D reconhecer uma despesa no valor de R\$ 250.000,00, em janeiro de 2023, uma vez que sem vida útil definida é impossível justificar a existência de um ativo.

Na verdade, contador deverá reconhecer um **ATIVO INTANGÍVEL** no valor de R\$ 250.000,00, em janeiro de 2023. Item errado.

E testar a recuperabilidade dessas licenças anualmente ou sempre que tiver indícios de perda.

Essa alternativa trouxe a literalidade do item 108 dessa norma:

108. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil:

(a) anualmente; e

(b) sempre que existam indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor.

Esse é o nosso gabarito.

Gabarito: E

6. (VUNESP/TRF 3ª Região/Analista Judiciário/Contadoria/2023) Sobre ativo intangível, é correto afirmar que

A um ativo intangível não satisfaz o critério de identificação se for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido.

B deve ser reconhecido se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade.



C custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente não devem ser considerados no valor do ativo intangível.

D custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta não pode ser considerado no valor do ativo intangível.

E um ativo intangível deve ser reconhecido mesmo se o custo do ativo não possa ser mensurado com confiabilidade.

Comentários:

A um ativo intangível não satisfaz o critério de identificação se for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido.

Na verdade, o fato dele ser separável **SATIFAZ** o critério de identificação. Vejam o item 12 do CPC 04:

12. Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando:

(a) **for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade;** ou

(b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Item errado.

B deve ser reconhecido se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade.

O item 21 desse CPC exige dois requisitos para o reconhecimento de um ativo intangível:

- for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e
- o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

Esse é o nosso gabarito.

C custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente não devem ser considerados no valor do ativo intangível.

O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui:

- Preço de compra
- Impostos de importação
- Impostos não recuperáveis



- (-) Descontos comerciais e abatimentos
- Qualquer custo diretamente atribuível (testes, benefícios a empregados, honorários profissionais)

Adicionalmente, o item 28 trouxe exemplos de custos diretamente atribuíveis:

- Custos de benefícios aos empregados incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais (de uso ou funcionamento);
- Honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais; e
- Custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente.

Assim, essa alternativa torna-se errada o excluir os custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente.

D custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta não pode ser considerado no valor do ativo intangível.

Verdade seja dita: é o contrário. Observem item 27 do CPC 04:

27. O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui:

(a) seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; e

(b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta

Item errado.

E um ativo intangível deve ser reconhecido mesmo se o custo do ativo não possa ser mensurado com confiabilidade.

O item 21 desse CPC exige dois requisitos para o reconhecimento de um ativo intangível:

- for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e
- o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

Consequentemente, não podemos reconhecer neste caso: o custo não possa ser mensurado com confiabilidade. Item errado.

Nessa alternativa vamos recorrer ao item 21 desse pronunciamento:

21. Um ativo intangível deve ser reconhecido **apenas** se:



(a) for **provável que os benefícios econômicos** futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e

(b) o **custo** do ativo possa ser **mensurado com segurança**.

Item errado.

Gabarito: B

7. (VUNESP/CM SBO/Contador/2023) Uma entidade prestadora de serviços adquiriu, à vista, quatro licenças de um software para uso em suas atividades operacionais pelo valor de R\$ 150.000,00 cada, em 31 de março de 2023.

Sabe-se que as licenças poderão ser utilizadas, com atualização incluída e realizada por meio da internet, por cinco anos após sua efetiva instalação e início do uso. Sabe-se que duas licenças começaram a ser utilizadas em 01 de abril de 2023 e que as outras duas começaram a ser utilizadas em 01 de maio de 2023.

Em virtude das características deste ativo, o contador da entidade classificou as licenças como de vida útil definida.

No dia 31 de março de 2023, o contador da entidade

A deverá registrar ativo intangível no valor de R\$ 600.000,00.

B deverá registrar despesas antecipadas no valor de R\$ 300.000,00.

C deverá registrar fornecedores no valor de R\$ 600.000,00.

D deverá registrar um ativo imobilizado no valor de R\$ 600.000,00.

E não deverá fazer registro contábil, uma vez que as licenças não começaram a ser utilizadas.

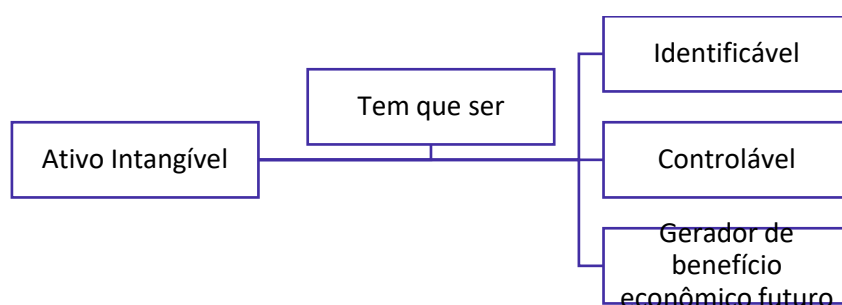
Comentários:

Para facilitar, vamos analisar em partes:

Parte 1 - Uma entidade prestadora de serviços adquiriu, à vista, quatro licenças de um software para uso em suas atividades operacionais pelo valor de R\$ 150.000,00 cada, em 31 de março de 2023.

Podemos dizer, em linguagem simples, que os **intangíveis são aqueles ativos que não têm existência física**.

O ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física e para que seja reconhecido nas demonstrações contábeis deve atender aos critérios de reconhecimentos, quais sejam:



No tocante ao seu reconhecimento inicial, ele é reconhecido ao custo: R\$ 600.000,00 (4 x R\$ 150.000,00)

Lançamento:

D – Licenças de um software (↑ANC: Ativo Intangível) R\$ 600.000,00

C – Disponibilidades (↓Ativo Circulante) R\$ 600.000,00

PARTE 2 - Sabe-se que as licenças poderão ser utilizadas, com atualização incluída e realizada por meio da internet, por cinco anos após sua efetiva instalação e início do uso.

Traduzindo: ativo intangível de vida útil definida

Consequências:

- deve ser amortizado
- no final do exercício, vamos e damos uma olhada: há indício de desvalorização? Sim! Teste de recuperabilidade. Não? Então, o teste está dispensado.

PARTE 3 - Sabe-se que duas licenças começaram a ser utilizadas em 01 de abril de 2023 e que as outras duas começaram a ser utilizadas em 01 de maio de 2023

O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

A amortização deve ser **iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso**, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração.

Após essa introdução, julguemos as alternativas:

A deverá registrar ativo intangível no valor de R\$ 600.000,00.

Foram adquiridos quatro softwares com valor unitário de R\$150.000,00. Gastando a nossa matemática, ficamos com um montante de R\$ 600.000,00. Esse é o nosso gabarito.

B deverá registrar despesas antecipadas no valor de R\$ 300.000,00.

Aqui não temos a contratação e pagamento antecipado de um serviço a ser utilizado pela entidade. Logo, não temos que falar em despesa antecipada. Item errado.

C deverá registrar fornecedores no valor de R\$ 600.000,00.

Errado, dado que a compra foi realizada à vista.

D deverá registrar um ativo imobilizado no valor de R\$ 600.000,00.

Na verdade, deverá registrar um ativo **INTANGÍVEL**. Item errado.



E não deverá fazer registro contábil, uma vez que as licenças não começaram a ser utilizadas.

O reconhecimento dos custos no valor contábil de ativo intangível cessa quando esse ativo está nas condições operacionais pretendidas pela administração. Ou seja, não importa se começou a usar ou não, mas sim o fato de estar nas condições pretendidas. Na mesma linha, a amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração. Enfim, item errado.

Gabarito: A

8. (VUNESP/Pref. Guararema/Contador/2023) Uma entidade comprou a licença perpétua de um sistema operacional pelo valor de R\$ 200.000,00. Sabe-se que anualmente são realizadas atualizações do sistema e que, contratualmente, essas atualizações terão custo para a entidade de R\$ 230,00 anuais. Em virtude de a licença ser perpétua, o contador classificou o sistema operacional como de vida útil indefinida.

Considerando essas informações, é correto afirmar que o sistema operacional:

A deverá ser reavaliado anualmente por R\$ 230,00.

B deverá ser testado anualmente por ajuste a valor recuperável.

C é um ativo amortizado anualmente por R\$ 230,00.

D é um ativo depreciado anualmente por R\$ 230,00.

E representa uma despesa inicial de R\$ 200.000,00.

Comentários:

Para descomplicar, vamos explicar por partes:

Parte 1 - Uma entidade comprou a licença perpétua de um sistema operacional pelo valor de R\$ 200.000,00. Em virtude de a licença ser perpétua, o contador classificou o sistema operacional como de vida útil indefinida.

Traduzindo: ativo intangível de vida útil indefinida

Consequências:

- **NÃO** deve ser amortizado
- Obrigatoriedade de realizar anualmente o teste de recuperabilidade

Parte 2 - Sabe-se que anualmente são realizadas atualizações do sistema e que, contratualmente, essas atualizações terão custo para a entidade de R\$ 230,00 anuais

Em essência essa atualização seria um custo de “renovação” e a previsão do CPC 04 é a seguinte:

96. A existência dos fatores a seguir, entre outros, indica que a entidade está apta a renovar os direitos contratuais ou outros direitos legais sem custo significativo:



(a) existem evidências, possivelmente com base na experiência, de que os direitos contratuais ou outros direitos legais serão renovados. Se a renovação depender de autorização de terceiros, devem ser incluídas evidências de que essa autorização será concedida;

(b) existem evidências de que quaisquer condições necessárias para obter a renovação serão cumpridas; e

(c) o custo de renovação para a entidade não é significativo se comparado aos benefícios econômicos futuros que se espera fluam para a entidade a partir dessa renovação.

Caso esse custo seja significativo, quando comparado aos benefícios econômicos futuros esperados, o custo de “renovação” deve representar, em essência, o custo de aquisição de um novo ativo intangível na data da renovação.

E como vou saber se é significativo?

Vamos realizar a proporção: $230/200.000 = 0,125\%$. Como não é significativo, vai para despesa:

69. Em alguns casos são incorridos gastos para gerar benefícios econômicos futuros à entidade, sem a aquisição ou criação de ativo intangível ou outros ativos passíveis de serem reconhecidos. No caso do fornecimento de produtos, **a entidade deve reconhecer esse gasto como despesa** quando tiver o direito de acessar aqueles produtos. No caso do fornecimento de serviços, a entidade deve reconhecer o gasto como despesa quando receber os serviços

Gabarito: B

9. (VUNESP/Pref. Guararapes/Auxiliar Contabilidade/2023) Uma empresa comercial adquiriu, à vista, um sistema operacional (software) para utilização em suas atividades precípuas. Sabe-se que o contrato com a fábrica de software prevê a utilização e atualização anual desse sistema, por 5 anos, a partir da sua instalação.

Conforme verificado no contrato, o sistema operacional e a atualização foram adquiridas pelo valor global de R\$ 345.000,00 em 01 de junho de 2023. Sabe-se que o software teve um custo de R\$ 295.000,00 e que as atualizações foram contratadas por um preço de R\$ 50.000,00 cada.

O sistema operacional deverá ser registrado pela entidade como:

A investimento.

B intangível.

C imobilizado.

D despesas antecipadas.

E estoques.



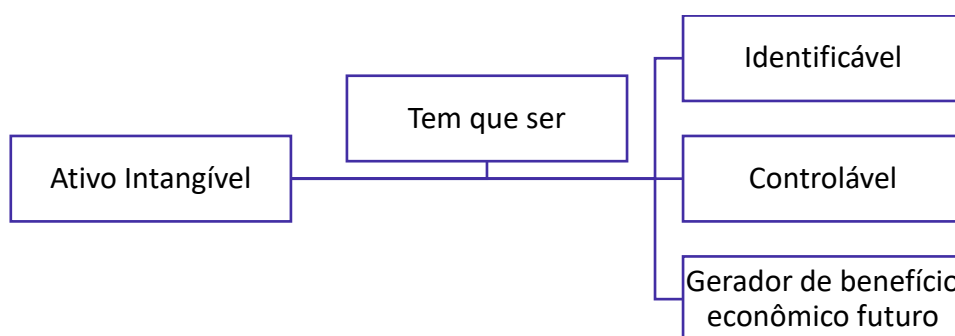
Comentários:

Para ajudar, vamos julgar por partes:

Parte 1 - Uma empresa comercial adquiriu, à vista, um sistema operacional (software) para utilização em suas atividades precípuas.

Podemos dizer, em linguagem simples, que os **intangíveis são aqueles ativos que não têm existência física.**

O ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física e para que seja reconhecido nas demonstrações contábeis deve atender aos critérios de reconhecimentos, quais sejam:



Portanto, o sistema operacional deverá ser registrado pela entidade como: intangível. Para fins didáticos, vamos analisar os outros pontos.

Parte 2 - Sabe-se que o contrato com a fábrica de software prevê a utilização e atualização anual desse sistema, por 5 anos, a partir da sua instalação.

Traduzindo: ativo intangível de vida útil definida

Consequências:

- deve ser amortizado
- no final do exercício, vamos e damos uma olhada: há indício de desvalorização? Sim! Teste de recuperabilidade. Não? Então, o teste está dispensado.

Conforme verificado no contrato, o sistema operacional e a atualização foram adquiridas pelo valor global de R\$ 345.000,00 em 01 de junho de 2023. Sabe-se que o software teve um custo de R\$ 295.000,00 e que as atualizações foram contratadas por um preço de R\$ 50.000,00 cada.

Traduzindo: Comprou um intangível e pagou antecipadamente a primeira atualização (1 de 5)

No tocante ao seu reconhecimento inicial, ele é reconhecido ao custo: R\$ 295.000,00. Já a antecipação da primeira atualização será reconhecida como adiantamento de fornecedores de softwares no ativo circulante, enquanto não ocorrer a atualização.

Lançamento:



D – Licenças de um software (↑ANC: Ativo Intangível) R\$ 295.000,00

D – Adiantamento a fornecedores (↑Ativo Circulante) R\$ 50.000,00

C – Disponibilidades (↓Ativo Circulante) R\$ 345.000,00

Já poderíamos marcar a letra b como gabarito e comemorar o gol. Todavia, vamos ao “VAR”:

Em essência essa atualização seria um custo de “renovação” e a previsão do CPC 04 é a seguinte:

96. A existência dos fatores a seguir, entre outros, indica que a entidade está apta a renovar os direitos contratuais ou outros direitos legais sem custo significativo:

(a) existem evidências, possivelmente com base na experiência, de que os direitos contratuais ou outros direitos legais serão renovados. Se a renovação depender de autorização de terceiros, devem ser incluídas evidências de que essa autorização será concedida;

(b) existem evidências de que quaisquer condições necessárias para obter a renovação serão cumpridas; e

(c) o custo de renovação para a entidade não é significativo se comparado aos benefícios econômicos futuros que se espera fluam para a entidade a partir dessa renovação.

Caso esse custo seja significativo, quando comparado aos benefícios econômicos futuros esperados, o custo de “renovação” deve representar, em essência, o custo de aquisição de um novo ativo intangível na data da renovação.

E como vou saber se é significativo?

Vamos realizar a proporção: $50.000/295.000 = 17\%$.

Como é significativo, essa atualização deve representar, em essência, o custo de aquisição de um novo ativo intangível na data da renovação.

Contabilização, após um ano, na atualização (1 de 5):

D – Licenças de um software (↑ANC: Ativo Intangível) R\$ 50.000,00

C – Adiantamento a fornecedores (↓Ativo Circulante) R\$ 50.000,00

Ressaltamos que essa atualização será uma ativo intangível de vida útil de 1 ano. Ou seja, será totalmente amortizado durante o ano (apropriaremos 1/12 a cada mês)

Outro ponto é que ela só antecipou a primeira, logo as demais terão como origem (conta creditada) a conta disponibilidades.

Gabarito: B



10. (VUNESP/EPC/Técnico Contábil/2023) Uma empresa privada ganhou a concessão de uso de uma área em um parque público. Para que a empresa explore a área, ela deverá pagar ao governo estadual o valor de R\$ 1.830.000,00, o que lhe garante o direito de explorar a área por 10 anos.

Sabe-se que o contrato foi assinado no dia 31.12.2022 e que a concessão do espaço público terá início em 01.02.2023.

Adicionalmente, no edital de concessão, estava especificado que, após 10 anos, com o fim do contrato de concessão, não será permitido que a empresa renove o contrato automaticamente e um novo processo seletivo para concessão da área deverá ser realizado.

O direito de uso da área pública, por meio da assinatura de um contrato de concessão, deverá ser registrado na contabilidade como:

- A estoque.
- B imobilizado.
- C intangível.
- D investimento.
- E realizável a longo prazo.

Comentários:

Uma empresa privada ganhou a concessão de uso de uma área em um parque público. Para que a empresa explore a área, ela deverá pagar ao governo estadual o valor de R\$ 1.830.000,00, o que lhe garante o direito de explorar a área por 10 anos.

Sabe-se que o contrato foi assinado no dia 31.12.2022 e que a concessão do espaço público terá início em 01.02.2023.

Adicionalmente, no edital de concessão, estava especificado que, após 10 anos, com o fim do contrato de concessão, não será permitido que a empresa renove o contrato automaticamente e um novo processo seletivo para concessão da área deverá ser realizado.

Aquisição por meio de subvenção ou assistência governamentais

44. Em alguns casos, um ativo intangível pode ser adquirido sem custo ou por valor nominal, por meio de subvenção ou assistência governamentais. Isso pode ocorrer quando um governo transfere ou destina a uma entidade ativos intangíveis, como direito de aterrissagem em aeroporto, licenças para operação de estações de rádio ou de televisão, licenças de importação ou quotas ou direitos de acesso a outros recursos restritos. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, uma entidade tem a faculdade de reconhecer inicialmente ao valor justo tanto o ativo intangível quanto a concessão governamental. Se uma entidade optar por não reconhecer inicialmente ao valor justo o ativo, ela deve reconhecer o ativo inicialmente ao valor nominal (o outro tratamento permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 07) acrescido de quaisquer gastos que sejam diretamente atribuídos à preparação do ativo para o uso pretendido.



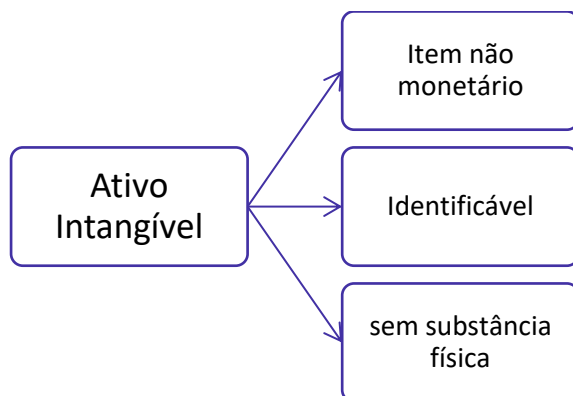
Gabarito: C

11. (VUNESP/EsFCEEx/CA CFO-QC/2022) Um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, é definido como

- A ativo financeiro.
- B ativo contingente.
- C ativo intangível.
- D ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill).
- E resultado de exercício futuro.

Comentários:

Ativo intangível é um ativo **não monetário, identificável, e sem substância física.**



Gabarito: C

12. (VUNESP/Docas PB/Contador/2022) Uma entidade adquiriu uma licença de uso perpétuo de um sistema operacional de controle de tráfego marítimo, em 1 de março de 2021, pelo valor de R\$ 4.500.000,00. Sabe-se que o código-fonte do sistema não foi adquirido. Os analistas financeiros e contadores desta entidade classificaram esse sistema operacional como de vida útil indefinida. Assim, considerando as informações apresentadas e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 1 de março de 2021, o sistema operacional foi reconhecido:

- A no ativo circulante pelo valor de R\$ R\$ 4.500.000,00 e deverá ser testado, anualmente, o seu valor de mercado.
- B no ativo imobilizado pelo valor de R\$ 4.500.000,00 e deverá ser depreciado conforme sua vida útil.
- C no ativo intangível pelo valor de R\$ 4.500.000,00 e deverá ser amortizado em 10 anos, conforme tabela do Regulamento do Imposto de Renda.
- D no ativo intangível pelo valor de R\$ 4.500.000,00 e não sofrerá exaustão até que entre em uso.



E no ativo intangível pelo valor de R\$ R\$ 4.500.000,00 e deverá ser testado, anualmente, quanto ao seu valor recuperável.

Comentários:

Um ativo intangível adquirido com vida útil indefinida:

- Deve ser reconhecido inicialmente ao custo: R\$ 4.500.000,00
- Não deve ser amortizado.
- Deve ser submetido ao teste de recuperabilidade anualmente, mesmo sem indício de perda.

Isso é previsto no CPC 04:

24. Um ativo intangível deve ser **reconhecido inicialmente ao custo**.

Ativo intangível com vida útil indefinida

107. Ativo intangível com vida útil indefinida **não deve ser amortizado**.

108. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, **a entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida**, comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil:

(a) **anualmente**; e

(b) sempre que existam indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor

Gabarito: E

13. (VUNESP/Pref. de Ribeirão Preto/Contador/2021) No que se refere aos conceitos do ativo intangível, conforme as normas brasileiras de contabilidade, é correto afirmar:

A Valor justo é o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

B Desenvolvimento é o valor presente dos fluxos de caixa que uma entidade espera (i) obter com o uso contínuo de um ativo e com a alienação ao final da sua vida útil ou (ii) incorrer para a liquidação de um passivo.

C A entidade controla um ativo quando detém o poder de controlar os custos ou sacrifícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses sacrifícios.

D Pesquisa é a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico.

E Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se for provável que os custos incorridos sejam calculáveis, esperados e atribuíveis ao ativo.

Comentários:



A Valor justo é o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Errado, visto que a alternativa trocou as definições de valor justo com a de Perda por desvalorização previstas no CPC 04:

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração (ver CPC 46 – Mensuração do Valor Justo). (Alterada pela Revisão CPC 03)

Perda por desvalorização é o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável (Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

B Desenvolvimento é o valor presente dos fluxos de caixa que uma entidade espera (i) obter com o uso contínuo de um ativo e com a alienação ao final da sua vida útil ou (ii) incorrer para a liquidação de um passivo. Errado, pois a alternativa trocou as definições de desenvolvimento com a de Valor específico previstas no CPC 04:

Desenvolvimento é a aplicação dos resultados da pesquisa ou de outros conhecimentos em um plano ou projeto visando à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados, antes do início da sua produção comercial ou do seu uso.

Valor específico para a entidade é o valor presente dos fluxos de caixa que uma entidade espera (i) obter com o uso contínuo de um ativo e com a alienação ao final da sua vida útil ou (ii) incorrer para a liquidação de um passivo.

C A entidade controla um ativo quando detém o poder de controlar os custos ou sacrifícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses sacrifícios.

Cilada Bino! Aqui a banca trocou BENEFÍCIOS por SACRIFÍCIOS:

Controle

13. A entidade controla um ativo quando detém o poder de obter **BENEFÍCIOS** econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses **BENEFÍCIOS**. Normalmente, a capacidade da entidade de controlar os benefícios econômicos futuros de ativo intangível advém de direitos legais que possam ser exercidos num tribunal. A ausência de direitos legais dificulta a comprovação do controle. No entanto, a imposição legal de um direito não é uma condição imprescindível para o controle, visto que a entidade pode controlar benefícios econômicos futuros de outra forma.

D Pesquisa é a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico. Correto. Esta é a definição prevista no pronunciamento contábil nº 4.



E Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se for provável que os custos incorridos sejam calculáveis, esperados e atribuíveis ao ativo. Item incompleto, visto que também é necessário que o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade:

21. Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se:

(a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e

(b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade

Gabarito: D

14. (VUNESP/AVAREPREV/Contador/2020) Assinale a alternativa correta relacionada ao ativo intangível.

a) Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

b) O software de uma máquina- ferramenta controlada por um computador que não funciona sem esse software específico e que é parte integrante do referido equipamento será classificado obrigatoriamente como ativo intangível.

c) Valor contábil do intangível será o montante de caixa ou equivalente de caixa pago ou o valor justo de qualquer outra contraprestação dada para adquirir um ativo na data da sua aquisição.

d) O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente deverá ser reconhecido como propriedade para investimento, uma vez que não poderá ser amortizado.

e) O ativo intangível gerado internamente que se encontra na fase de pesquisa e/ou de desenvolvimento deverá ser classificado necessariamente pela entidade como ativo diferido, até sua formação final.

Comentários:

a) Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Correto, isso é previsto no item 17 do CPC 04 (R1):

17. Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade. Por exemplo, o uso da propriedade intelectual em um processo de produção pode reduzir os custos de produção futuros em vez de aumentar as receitas futuras.

b) O software de uma máquina-ferramenta controlada por um computador que não funciona sem esse software específico e que é parte integrante do referido equipamento será classificado obrigatoriamente como ativo intangível.

Errado, pois esse pronunciamento explica que será classificado como ativo imobilizado:



4. Alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como um disco (como no caso de software), documentação jurídica (no caso de licença ou patente) ou em um filme. Para saber se um ativo que contém elementos intangíveis e tangíveis deve ser tratado como ativo imobilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado ou como ativo intangível, nos termos do presente Pronunciamento, a entidade avalia qual elemento é mais significativo. Por exemplo, **um software de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse software específico é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado.** O mesmo se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível.

c) ~~Valor contábil~~ do intangível será o montante de caixa ou equivalente de caixa pago ou o valor justo de qualquer outra contraprestação dada para adquirir um ativo na data da sua aquisição.

Errado, essa é a definição de Custo e não Valor Contábil. Segundo o CPC 04 (R1):

Valor contábil é o valor pelo qual um ativo é reconhecido no balanço patrimonial após a dedução da amortização acumulada e da perda por desvalorização.

Custo é o montante de caixa ou equivalente de caixa pago ou o valor justo de qualquer outra contraprestação dada para adquirir um ativo na data da sua aquisição ou construção, ou ainda, se for o caso, o valor atribuído ao ativo quando inicialmente reconhecido de acordo com as disposições específicas de outro Pronunciamento como, por exemplo, o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.

d) O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente ~~deverá ser reconhecido como propriedade para investimento, uma vez que não poderá ser amortizado.~~

Errado, não devemos reconhecer a expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerada internamente como um ativo. A justificativa, segundo o FIPECAFI, é que não há independência na avaliação. Nas palavras desse pronunciamento:

48. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.

e) O ativo intangível gerado internamente que se encontra na fase de pesquisa e/ou de desenvolvimento ~~deverá ser classificado necessariamente pela entidade como ativo diferido, até sua formação final.~~

Errado, pois os gastos na fase de pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos e os gastos de desenvolvimento devem ser reconhecidos somente se a entidade puder demonstrar alguns requisitos.

Conforme o CPC 04 (R1):



54. **Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido.** Os **gastos com pesquisa** (ou da fase de pesquisa de projeto interno) **devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.**

[...]

57. Um ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) **deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados:**

(a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;

(b) intenção de **concluir** o ativo intangível e de **usá-lo ou vendê-lo;**

(c) capacidade para usar ou vender o ativo intangível;

(d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros.

(e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e

(f) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Ainda, aproveitamos para lembrar que o diferido foi extinto com as modificações recentes ocorridas na contabilidade (MP 449 convertida na Lei 11.941/09).

Gabarito: A

15. (VUNESP/CM Sertãozinho/Tesoureiro/2019) Uma empresa é proprietária de um software. O valor do software, com relação ao Plano de Contas,

- a) não deve ser registrado, já que é um bem incorpóreo.
- b) deve ser registrado no Passivo Circulante, conta fornecedores.
- c) deve ser registrado no Passivo Não Circulante, conta diferido.
- d) deve ser registrado no Ativo Circulante, conta capital próprio.
- e) deve ser registrado no Ativo Não Circulante, conta intangível.

Comentários:

Falamos que os Softwares são tratados como intangíveis, se atenderem os critérios estabelecidos pelo CPC 04 (atender ao conceito de intangível, ou seja, ser não monetário identificável sem substância física; ser identificável, controlável e gerar benefícios futuros) e não forem essenciais para o funcionamento do ativo imobilizado. Nesse quesito o software deve ser registrado no Ativo Não Circulante, conta intangível.



Gabarito: E

16. (VUNESP/CM Tatuí/Contador/2019) Uma empresa de software, em 2017, gastou com pesquisas de produto R\$ 150.000,00. Nesse trabalho, os estudos técnicos demonstraram que o produto era viável e teria uma vida útil de 10 anos. Em função dessas informações, esse valor deverá ser contabilizado no subgrupo

- a) Ativo Circulante – Imobilizado.
- b) Resultado – Despesas.
- c) Ativo Permanente – Investimentos.
- d) Ativo Realizável a Longo Prazo – Diferido.
- e) Ativo Circulante – Imobilizado Líquido.

Comentários:

De acordo com o CPC 04, os **gastos com pesquisa são reconhecidos como despesa quando incorridos**. Ele também explica que os gastos com DESENVOLVIMENTO podem ser reconhecidos como intangível gerado internamente, desde que satisfaçam algumas condições, entre elas a viabilidade técnica.

Gabarito: B

17. (VUNESP/Pref. Cerquilho/Contador/2019) Uma entidade adquiriu uma licença pelo valor de R\$ 230.000,00. No contrato, estava previsto que a entidade poderia explorar esse ativo por 5 anos, sem cláusula de prorrogação de prazo de exploração.

No entanto, internamente, a entidade verificou que a expectativa de benefícios econômicos deste ativo perduraria por 8 anos. Neste sentido, para fins de contabilidade societária, é correto afirmar que este ativo intangível:

- a) deverá ser amortizado conforme estabelece o regulamento do imposto de renda.
- b) deverá ser amortizado pela média entre a expectativa de benefício futuro estimado internamente pela entidade e o prazo previsto no contrato.
- c) deverá ser amortizado pelo prazo da expectativa de benefício futuro estimado internamente pela entidade.
- d) deverá ser amortizado pelo prazo previsto no contrato de exploração assinado pela entidade.
- e) não poderá ser amortizado, visto que se trata de um ativo intangível de vida indefinida.

Comentários:

Vimos que a amortização é a alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil. Essa que será a MENOR dos períodos determinados por esses fatores.

Como o prazo do contrato (5 anos) é menor que o período em que se espera utilizar (8 anos), o intangível deverá ser amortizado pelo prazo previsto no contrato de exploração assinado pela entidade.

Gabarito: D



18. (VUNESP/Controlador/Indaiatuba/2018) Considerando que um ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física, assinale a alternativa correta sobre os gastos com desenvolvimento de um novo software de gestão a ser usado internamente, sem intenção de venda.

- a) Poderiam ser reconhecidos como intangíveis, da mesma forma que os gastos com pesquisa para escolha de novos modelos de otimização de produção a serem usados.
- b) Poderiam ser reconhecidos como ativos intangíveis desde que, entre outros aspectos, exista viabilidade técnica para sua geração, uso ou venda; e, também, exista capacidade técnica para medir os custos com seu desenvolvimento.
- c) Ativos intangíveis apenas podem ser reconhecidos quando da aquisição com ágio de outro negócio.
- d) Nenhum ativo intangível resultante das fases de pesquisa ou de desenvolvimento deverá ser reconhecido. Os gastos desse tipo devem ser reconhecidos como despesas de período obrigatoriamente.
- e) Assim como os gastos de pesquisa, só poderão ser reconhecidos quando da compra com ágio de outra entidade.

Comentários:

Os gastos com desenvolvimento podem ser reconhecidos como intangível, desde que uma série de requisitos sejam satisfeitos, como viabilidade técnica, capacidade para utilizar o ativo, confiabilidade na mensuração dos custos, entre outros. Por seu turno, os gastos com pesquisa são considerados despesa quando incorridos. Portanto, o gabarito é a letra b. A letra c está errada, pois os ativos intangíveis podem sim ser gerados internamente.

Gabarito: C.

19. (VUNESP/Pref. São Paulo/Analista - Ciências Contábeis/2018) Uma companhia farmacêutica adquiriu, à vista, um direito contratual pelo valor de R\$ 680.000,00. O contrato possui prazo de vigência de 8 anos, sem direito à renovação. A companhia estima que os benefícios econômicos deste contrato terão duração de 12 anos.

De acordo com as informações apresentadas, é correto afirmar que

- a) o direito contratual deverá ser amortizado conforme o prazo de vigência do contrato, que é de 8 anos.
- b) o contrato deverá ser reconhecido no ativo circulante, por se tratar de um direito a receber.
- c) o direito contratual deverá ser amortizado pela média entre o prazo de vigência do contrato e a expectativa de benefícios estimada pela companhia.
- d) o direito contratual deverá ser amortizado conforme a expectativa de benefícios econômicos estimada pela companhia, que é de 12 anos.
- e) o contrato não poderá ser reconhecido pelo fato de direito não possuir substância física, mas a entidade deverá mencioná-lo em notas explicativas.

Comentários:



Mais uma vez lembramos que a amortização é a alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil. Essa que será a MENOR dos períodos determinados por esses fatores. Como o prazo do contrato (8 anos) é menor que o período em que se espera utilizar (12 anos), o direito contratual deverá ser amortizado conforme o prazo de vigência do contrato, que é de 8 anos.

Gabarito: A.



LISTA DE QUESTÕES – CPC 04 – FGV

1. (FGV/Prefeitura de SJC/Analista em Gestão Municipal/2024) A amortização de um ativo intangível é normalmente reconhecida, no resultado, como despesa.

A amortização é incluída no valor contábil de outro ativo quando

- a) a vida útil do ativo intangível é indefinida.
- b) o ativo intangível, como marca e patente, é reavaliado.
- c) existe mercado ativo para o ativo intangível, como licenças de táxi, licenças de pesca ou cotas de produção transferíveis livremente.
- d) a amortização de ativos intangíveis utilizados em processo de produção faz parte do valor contábil dos estoques.
- e) O contrato que estabelece os direitos sobre o uso do ativo intangível pode especificar o uso como número predeterminado de anos.

2. (FGV/Prefeitura de Caraguatatuba/Contador/2024) No balanço patrimonial, os ativos não circulantes são classificados como realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Assinale a opção que indica uma diferença específica entre direitos classificados como ativo imobilizado e intangível.

- (A) Os imobilizados têm vida útil definida enquanto os intangíveis, vida útil indefinida.
- (B) Os imobilizados são passíveis de depreciação enquanto os intangíveis, de exaustão.
- (C) Os imobilizados têm por objeto bens corpóreos enquanto os intangíveis, bens incorpóreos.
- (D) Os imobilizados são destinados à manutenção da entidade enquanto os intangíveis, não são.
- (E) Os imobilizados podem ser reduzidos por perda de recuperabilidade, enquanto os intangíveis, não podem.

3. (FGV/Prefeitura de Caraguatatuba/Tec Contabilidade/2024) Uma sociedade empresária adquiriu uma marca por R\$100.000. A intenção da sociedade empresária é usar a marca, de modo a obter benefícios por tempo indefinido. Em relação ao valor relacionado à marca, é correto afirmar que

- (A) deverá ser amortizado anualmente.
- (B) deverá ser depreciado anualmente.
- (C) deverá ser exaurido anualmente.
- (D) será reconhecido diretamente como despesa.
- (E) não será depreciado, exaurido e nem amortizado.

4. (FGV/Prefeitura de Caraguatatuba/Controlador Interno/2024) Em 01/12/2021, um banco adquiriu de uma escola, o direito sobre a folha de pagamento dos professores e funcionários. Deste modo, o banco desembolsou R\$600.000 para que todos os salários da escola fossem pagos através dele durante cinco anos, a partir de 01/02/2022. Em 31/12/2022, o banco estimou que o direito adquirido



poderia trazer benefícios de R\$510.000. Já em 31/12/2023, o banco estimou que o direito adquirido poderia trazer benefícios de R\$380.000.

Assinale a opção que indica a amortização acumulada da folha de pagamento em 31/12/2023.

- (A) R\$178.000.
- (B) R\$212.000.
- (C) R\$230.000.
- (D) R\$240.000.
- (E) R\$250.000.

5. (FGV/CGM RJ/Contador/2023) Por vezes é difícil avaliar se um ativo intangível gerado internamente se qualifica para o reconhecimento, devido às diversas dificuldades. Para avaliar se um ativo intangível gerado internamente atende aos critérios de reconhecimento, a entidade deve classificar a geração do ativo na fase de pesquisa e na fase de desenvolvimento.

Segundo CPC 04, um exemplo da fase de pesquisa é:

- a) avaliação de alternativas para possíveis materiais do produto;
- b) realização de estudos de viabilidade;
- c) testes do protótipo;
- d) projeto, construção e operação de fábrica-piloto;
- e) construção de modelos pré-produção.

6. (FGV/SEFAZ-MG/Auditor Fiscal/2023) De acordo com inclusão feita pela Lei nº 11.638/07 na Lei nº 6.404/64, assinale a opção que indica a classificação no ativo intangível.

- (A) Despesas pré-operacionais e gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social.
- (B) Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.
- (C) Aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas.
- (D) Direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da sociedade empresária, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial.
- (E) Participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da sociedade empresária.

7. (FGV/MPE GO/Analista Contábil/2022) Em 01/01/X0, uma instituição financeira adquiriu o direito de administrar a folha de pagamento de uma sociedade empresária durante quatro anos por R\$400.000, a serem amortizados linearmente por esse período. Em 01/01/X1, a instituição financeira fez um estudo e constatou que grande parte dos funcionários não estava usando seus serviços. Na data, o banco estimou que os benefícios gerados pelo direito nos anos remanescentes eram de



R\$240.000. Ainda, neste ano foi lançada uma campanha publicitária, direcionada a esses funcionários, pelo custo de R\$30.000. Em 01/01/X2, a instituição financeira julgava que os resultados da campanha publicitária foram positivos, de modo que os benefícios gerados esperados para os anos remanescentes eram de R\$250.000.

Assinale a opção que indica o valor contabilizado no Ativo Intangível da instituição financeira a título de direitos sobre a folha de pagamento da sociedade empresária, em 31/12/X1 e em 31/12/X2, respectivamente.

- a) R\$140.000 e R\$70.000.
- b) R\$160.000 e R\$100.000.
- c) R\$160.000 e R\$125.000.
- d) R\$180.000 e R\$100.000.
- e) R\$200.000 e R\$100.000.

8. (FGV/PC AM/Perito Criminal/Contabilidade/2022) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1)- Ativo Intangível, pode-se diferenciar o ativo intangível e o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) do seguinte modo:

- A o ativo intangível é identificável.
- B o ativo intangível é mensurável com objetividade.
- C o ativo intangível deve ser amortizado.
- D o goodwill é avaliado anualmente pelo valor de mercado.
- E o goodwill pode ser reavaliado.

9. (FGV/SEFAZ-ES/Auditor/2021) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, entre os ativos gerados internamente em uma entidade, são geralmente contabilizados no Balanço Patrimonial, como Ativo Intangível,

- (A) os equipamentos.
- (B) os softwares de computadores.
- (C) as marcas.
- (D) os títulos das publicações.
- (E) as listas de clientes.

10. (FGV/ISS Paulínia/Auditor Fiscal Tributário/2021) Um ativo intangível resultante da fase de desenvolvimento de projeto interno deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar os aspectos a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- A Capacidade para usar ou vender o ativo intangível.
- B Capacidade de estimar os gastos contabilizados na fase de pesquisa do ativo intangível.
- C Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda.



D Capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

E Disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.

11. (FGV/IMBEL/Supervisor/Contador/2021) Na avaliação dos critérios de reconhecimento de um ativo intangível gerado internamente no balanço patrimonial, são exemplos de atividade de pesquisa:

A projeto, construção e teste de protótipos e modelos de pré-produção ou pré-utilização.

B projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvem nova tecnologia.

C projeto, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.

D projeto, construção e operação de fábrica-piloto que ainda não está em escala economicamente viável para produção comercial.

E projeto, construção e teste da alternativa escolhida de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas e serviços novos ou aperfeiçoados.

12. (FGV/SEFIN RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018) Uma sociedade empresária precisava comprar computadores para seus funcionários, de modo a expandir seus negócios. Para isso, ela contratou um especialista para indicar qual seria o melhor modelo. Por esse serviço pagou R\$ 2.000.

Após definido o modelo, ela comprou os computadores, cujo preço era R\$ 200.000. Como a compra era grande, conseguiu um desconto de 10% sobre o valor.

O frete para receber os computadores foi de R\$ 1.000. Além disso, para receber os computadores em segurança, contratou um seguro no valor de R\$ 500.

Quando os computadores chegaram à sociedade empresária, ela gastou R\$ 10.000, com um programa antivírus anual, e, R\$ 12.000, com os programas básicos essenciais para o funcionamento. Além disso, ofereceu um treinamento para seus funcionários, que custou R\$ 5.000.

Depois de concluído o treinamento, a sociedade empresária ofereceu uma festa para promover a expansão, na qual gastou R\$ 20.000. Além disso, gastou R\$ 14.000 em publicidade, com base na compra dos novos computadores.

A partir das informações acima, assinale a opção que indica o acréscimo no ativo da empresa com a compra dos computadores.

- a) R\$ 181.000.
- b) R\$ 193.500.
- c) R\$ 198.500.
- d) R\$ 208.500.
- e) R\$ 210.500.

13. (FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018) Em 01/01/2017, uma empresa aérea adquiriu uma autorização para exploração da rota entre São Paulo e Brasília por R\$ 100.000. A autorização pode ser renovada a cada 4 anos e a companhia aérea sinaliza que deseja a renovação



nas próximas oportunidades. A renovação de autorização de rotas tem custo insignificante para a empresa

Assinale a opção que indica o correto tratamento contábil da autorização de rota pela empresa aérea, no momento em que adquiriu a autorização e nos anos seguintes.

- a) Reconhecimento de despesa operacional de R\$ 100.000,00
- b) Reconhecimento de R\$ 25.000,00 no ativo circulante e de R\$ 75.000,00 no ativo realizável a longo prazo. Deve-se reconhecer despesa operacional de R\$ 25.000,00, ao final de cada um dos próximos quatro anos.
- c) Reconhecimento de R\$ 100.000,00 no ativo realizável a longo prazo, Deve-se reconhecer despesa operacional de R\$ 400.000,00, após quatro anos.
- d) Reconhecimento de um ativo intangível no valor de R\$ 100.000,00, que não deve ser amortizado.
- e) Reconhecimento de um ativo intangível no valor de R\$ 100.000,00. Deve-se reconhecer amortização de R\$ 25.000,00, ao final de cada um dos próximos quatro anos.

14. (FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018) Em 01/01/2013, a Cia. K iniciou a pesquisa e o desenvolvimento do projeto de um sistema capaz de gerar maior controle sobre as suas atividades. O projeto durou três anos, tendo os seguintes gastos:

2013- R\$ 200.000.

2014- R\$ 300.000.

2015- R\$ 500.000.

Além disso, sabe-se que:

- Em 2013, o projeto ainda estava na fase inicial da pesquisa e a empresa considerava a possibilidade de não ter sucesso com ele.
- Em 2014, a empresa iniciou a fase de desenvolvimento. Ao efetuar uma pesquisa de mercado, percebeu que não haveria demanda para o sistema, devido ao preço. No entanto, decidiu manter o projeto em curso normal, esperando que mudanças pudessem ocorrer.
- Em 2015, há repercussão mundial e a empresa consegue projetar uma demanda suficiente para justificar a produção em larga escala. Além disso, todos os critérios de reconhecimento dos gastos com desenvolvimento do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível foram atendidos. No final do ano o projeto é concluído.
- Em 2016, o projeto é lançado ao mercado. Na data, a empresa estima que o sistema irá trazer benefícios econômicos durante os cinco anos seguintes, a partir de 01/01/2016. Em 31/12/2016, a empresa efetua um teste de recuperabilidade e constata que o valor recuperável na data é de R\$ 550.000.
- Em 2017, as vendas melhoraram e no teste de recuperabilidade, de 31/12/2017, a empresa considera que terá retorno de R\$ 600.000 nos anos remanescentes de venda.

Assinale a opção que indica o valor contábil do sistema, em 01/01/2018.

- a) R\$ 200.000.
- b) R\$ 300.000.
- c) R\$ 412.500.
- d) R\$ 440.000.



e) R\$ 600.000.

15. (FGV/BANESTES/Analista Econômico-Financeiro/2018) No reconhecimento de item patrimonial como ativo intangível, o valor reconhecido deve refletir a expectativa que a entidade tem sobre a probabilidade de que os benefícios econômicos futuros esperados, incorporados ao ativo, fluam para a entidade.

Nesse valor podem ser incluídos itens como custos:

- a) administrativos;
- b) de treinamento;
- c) de atividades promocionais para introdução de novo serviço;
- d) de transferência de atividades para nova categoria de clientes;
- e) com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente.

16. (FGV/MPE AL/Auditor do Ministério Público/2018) Uma entidade comprou um computador por R\$ 3.000. No computador estava embutido um software de segurança no valor de R\$ 500, que era intrinsecamente relacionado a ele. A vida dos dois era estimada em três anos. A compra foi realizada à vista.

Assinale a opção que indica a contrapartida da diminuição do caixa nas demonstrações contábeis da entidade.

- a) Aumento de R\$ 3.500 no ativo imobilizado
- b) Aumento de R\$ 3.500 no ativo intangível.
- c) Aumento de R\$ 3.000 no ativo imobilizado e reconhecimento de despesa de R\$ 500.
- d) Aumento de R\$ 3.000 no ativo imobilizado e de R\$ 500 no ativo intangível.
- e) Aumento de R\$ 3.000 no ativo imobilizado e de R\$ 500 no ativo realizável a longo prazo.

17. (FGV/MPE AL/Contador/2018) Em relação ao ativo intangível gerado internamente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, assinale a afirmativa correta.

- a) Os gastos com a pesquisa são contabilizados como ativo ou como despesa, dependendo da expectativa de rentabilidade futura.
- b) Os gastos com desenvolvimento são sempre reconhecidos como ativo.
- c) O custo deste ativo inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários à criação, produção e preparação para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.
- d) A amortização é iniciada a partir do momento em que a fase de desenvolvimento estiver concluída.
- e) O valor residual deste ativo não pode ser modificado.

18. (FGV/Câmara de Caruaru/Analista – Contabilidade /2015) Em 01/01/2011, um banco comprou, por R\$ 180.000,00, o direito de processar a folha de pagamentos de uma empresa por seis anos. Em 31/12/2012, o banco constatou que os funcionários da empresa não estavam utilizando os serviços do banco e verificou que poderia ter retorno total de R\$ 100.000,00 com a folha de pagamento nos



anos remanescentes. Já em 31/12/2013, o banco realizou um novo estudo e verificou que, nos anos seguintes, poderia obter retorno total de R\$ 80.000,00. Em 31/12/2014, o valor contábil do direito era de

- (A) R\$ 50.000,00.
- (B) R\$ 53.333,00.
- (C) R\$ 60.000,00.
- (D) R\$ 75.000,00.
- (E) R\$ 83.333,00

19. (FGV/Auditor Tributário/ISS Niterói/2015) A Cia. Gama adquiriu, em 31.03.X1, o controle das Linhas Aéreas Epsilon S.A, que era titular de direitos de operação em aeroportos das regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Ao contabilizar a aquisição da Linhas Aéreas Epsilon S.A., a Coa Gama deverá reconhecer esses direitos:

- a) como ativo intangível, mensurado pelo valor justo na data de aquisição.
- b) como ativo intangível, se sua concessão for por um prazo limitado.
- c) como ativo intangível, se puderem ser separados da Linhas Aéreas Epsilon S.A. e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados.
- d) como ativo intangível, se a Linhas Aéreas Epsilon S.A. assim os tiver reconhecido em suas demonstrações financeiras anteriores à aquisição.
- e) como parte do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) dessa aquisição.

20. (FGV/Analista Contábil/DPE/RO/2015) A empresa de softwares Marcosoft S.A. adquiriu, pelo valor de \$ 7.600.000,00, todos os sistemas desenvolvidos por sua concorrente Sopa Ltda. O valor justo dos sistemas é de \$ 6.100.000,00. Nas demonstrações financeiras da Sopa era possível identificar que o custo para desenvolver os sistemas correspondia ao valor líquido de \$ 3.000.000,00.

Considerando as informações acima, a Marcosoft deve classificar essa aquisição da seguinte forma:

- a) \$ 6.100.000,00 como investimento e \$ 1.500.000,00 como goodwill;
- b) \$ 3.000.000,00 como intangível e \$ 4.600.000,00 como goodwill;
- c) \$ 6.100.000,00 como investimento e \$ 1.500.000,00 como despesa;
- d) \$ 3.000.000,00 como investimento e \$ 4.600.000,00 como intangível;
- e) \$ 7.600.000,00 como intangível.

21. (FGV/Contador/Niterói/2015) Em 02/01/x1, a divisão de pesquisa da Indústria Farmacêutica Zeta S.A. deu início a um projeto de desenvolvimento de um novo medicamento para atender um segmento de mercado considerado importante pela direção da companhia. Na execução desse projeto foram incorridos os seguintes gastos:



Data	Gasto	Montante
31/03/x1	Desenvolvimento da fórmula	R\$ 1.000.000
30/06/x1	Testes	R\$ 500.000
31/10/x1	Patente	R\$ 150.000
30/11/x1	Adequação do processo produtivo	R\$ 200.000
31/12/x1	Propaganda	R\$ 300.000
	Total	R\$ 2.150.000

Findos os testes do medicamento, a direção da companhia concluiu que sua produção era tecnicamente viável, e que os recursos demandados para tanto eram compatíveis com as possibilidades de investimento da companhia e com o retorno comercial esperado do medicamento. Após adequar seu processo produtivo para que pudesse produzir o medicamento da forma pretendida, a Indústria Farmacêutica Zeta S.A. lançou uma campanha de marketing para divulgar o novo medicamento junto aos consumidores. Do total de gastos incorridos nesse projeto, será incluído no custo do ativo intangível gerado internamente o montante de:

- (A) R\$ 150.000;
- (B) R\$ 350.000;
- (C) R\$ 650.000;
- (D) R\$ 1.500.000;
- (E) R\$ 2.150.000.

22. (FGV/Auditor Tributário/ISS Recife/2014) Em 31/12/2011, uma entidade encerrou a criação de um software. Na criação, gastou R\$ 100.000,00 em pesquisas e R\$ 200.000,00 no desenvolvimento, já comprovada a viabilidade para produzir e utilizar o ativo. Depois de pronto o novo software, a entidade gastou R\$ 80.000,00 em publicidade a fim de promovê-lo.

A entidade começou a utilizar o software em 01/01/2012, estimando que ele seria utilizado por cinco anos. Já em 31/12/2012, a entidade constatou que poderia ter retorno de R\$ 150.000,00 com o software.

Em 31/12/2013, o valor contábil do software era de

- a) R\$ 112.500,00.
- b) R\$ 120.000,00.
- c) R\$ 150.000,00.
- d) R\$ 180.000,00.
- e) R\$ 228.000,00.

23. (FGV/DPE RJ/Técnico superior – Ciências Contábeis/2014) No dia 01/01/X1 a empresa XYZ contratou a empresa ABC para desenvolver um sistema de informática integrado. O valor orçado inicialmente para o desenvolvimento do sistema foi de \$ 600.000, com o prazo de 12 meses para a conclusão. O pagamento do serviço ocorrerá seis meses após a conclusão do trabalho e será feito em parcela única. No transcorrer da implantação do sistema, o valor foi reduzido para \$ 580.000 e o sistema foi entregue em 31/10/X1.



No dia 01/11/X1 foram identificados problemas em sua utilização, dado o envio incompleto de informações por parte da empresa XYZ. Isso gerará mais dois meses de trabalho para que o sistema funcione adequadamente. A empresa ABC cobrará mais R\$ 30.000,00 pelos ajustes.

O registro da operação no mês de outubro é

- (A) D – ativo intangível – R\$ 580.000
C – contas a pagar – R\$ 580.000
- (B) D – ativo intangível – R\$ 600.000
C – contas a pagar – R\$ 600.000
- (C) D – ativo intangível – R\$ 610.000
C – contas a pagar – R\$ 610.000
- (D) D – ativo intangível – R\$ 600.000
C – outras despesas operacionais – R\$ 10.000
C – contas a pagar – R\$ 610.000
- (E) D – ativo intangível – R\$ 580.000
C – outras despesas operacionais – R\$ 30.000
C – contas a pagar – R\$ 610.000

24. (FGV/Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2014) Em 01/01/2013, uma empresa adquiriu os direitos para uso de uma marca por cinco anos. O contrato é renovável a cada cinco anos a custo insignificante, e a empresa pretende renová-lo por mais quinze anos, acreditando que, após este período, a marca não terá mais retorno. A vida útil a ser estabelecida pelo direito de utilização da marca, em 01/01/2013, é

- (A) de cinco anos
- (B) de dez anos.
- (C) de quinze anos.
- (D) de vinte anos.
- (E) indefinida.

25. (FGV/DPE RJ/Técnico superior – Ciências Contábeis/2014) A Companhia Acima, líder no setor de brinquedos, está em processo para adquirir o controle da empresa concorrente Aolado. A ideia da Companhia Acima é adquirir 100% das ações da empresa e retirar o mais rápido possível de circulação a marca “Aolado”. O valor da marca, registrado como um intangível no balanço da Aolado, é de R\$ 550.000. Todavia, especialistas constataram que outras empresas do setor de brinquedos estariam dispostas a pagar R\$ 2.500.000 pela marca “Aolado”, considerando-se esse, portanto, o valor justo para o referido ativo.

Caso a operação ocorra, o Balanço Patrimonial da Companhia Acima



- (A) não identificará a marca Aolado como Intangível em suas demonstrações individuais, mas sim no grupo de Investimentos em Controladas. Por outro lado, nas demonstrações consolidadas, a marca Aolado será apresentada no grupo de Intangível com o valor de R\$ 2.500.000.
- (B) não identificará a marca Aolado como Intangível em suas demonstrações individuais, mas sim no grupo de Investimentos em Controladas. Por outro lado, nas demonstrações consolidadas, a marca Aolado será apresentada como ativo intangível com o valor de R\$ 550.000 e ágio no valor de R\$ 1.950.000.
- (C) não identificará a marca Aolado em nenhuma de suas demonstrações contábeis, uma vez que pretende descontinuar seu uso.
- (D) identificará a marca no valor de R\$ 550.000 e como Ágio no valor de R\$ 1.950.000, ambos no grupo de Intangível, tanto em suas demonstrações individuais como nas consolidadas.
- (E) identificará a marca no valor de R\$ 550.000 no grupo intangível e como ganho por compra vantajosa (Demonstração de Resultado) no valor de R\$ 1.950.000, ambos em suas demonstrações consolidadas.

26. (FGV/Contador/SUDENE/PE/2013) Quanto ao reconhecimento de um ativo intangível, é correto afirmar que ocorrerá quando

- (A) for provável que os benefícios econômicos atribuíveis ao ativo forem gerados em favor da entidade ou daquela a quem se pretende vender.
- (B) o custo for mensurado com confiabilidade.
- (C) o método de custo aplicado for o de recuperabilidade.
- (D) for pelo valor justo a data de reavaliação com a contrapartida na reserva de reavaliação do patrimônio líquido.
- (E) a entidade adquirir o bem intangível pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada.



GABARITO

1	D
2	C
3	E
4	C
5	A
6	B
7	B
8	A
9	B
10	B
11	C
12	B
13	D
14	B
15	E
16	A
17	C
18	B
19	A
20	E
21	B
22	A
23	A
24	D
25	A
26	B



LISTA DE QUESTÕES – CPC 04 – CEBRASPE

1. (CEBRASPE/DPE RO/Técnico em Contabilidade/2022) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, a utilização do método do custo para mensuração de ativo intangível com vida útil definida requer a realização de ajustes no valor contábil original do referido ativo, de modo que este seja apresentado

A ao custo corrente.

B ao custo, deduzidas a depreciação acumulada e eventuais perdas acumuladas por redução ao seu valor recuperável.

C ao custo, deduzidas a amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por redução ao seu valor recuperável.

D ao custo, deduzida a provisão para ajuste ao seu valor provável de realização.

E ao custo, deduzida a provisão para ajuste ao seu valor presente.

2. (CEBRASPE/APEX/Analista/Processos Contábeis/2021) Uma indústria farmacêutica brasileira desenvolveu uma vacina contra a covid-19. As pesquisas para a produção dessa vacina foram iniciadas em março de 2020 e se prolongaram até agosto do mesmo ano. Nessa fase, a entidade incorreu em gastos de R\$ 1,2 bilhão, devidamente documentados. Em 5 de agosto de 2020, a diretoria da indústria concluiu pela viabilidade da vacina, incorrendo nos seguintes gastos mensais até a finalização do produto e a sua colocação à disposição do mercado.

agosto de 2020	R\$ 0,8 bilhão
setembro de 2020	R\$ 1,0 bilhão
outubro de 2020	R\$ 1,5 bilhão
novembro de 2020	R\$ 1,8 bilhão
dezembro de 2020	R\$ 2,0 bilhões
janeiro de 2021	R\$ 0,5 bilhão
fevereiro de 2021	R\$ 0,3 bilhão

Em março de 2021, a empresa apresentou seu balanço anual do exercício de 2020 ao mercado. O exercício social da entidade coincide com o ano civil.

Nessa situação hipotética, atendidas todas as condições para registro do ativo intangível, a vacina deverá estar registrada no referido balanço social da empresa pelo valor de

A R\$ 1,2 bilhão.

B R\$ 9,1 bilhões.

C R\$ 7,1 bilhões.

D R\$ 8,3 bilhões.

Acerca dos critérios de avaliação das contas, julgue os itens que se seguem.



3. (CEBRASPE/PGDF/Analista Jurídico - Contabilidade/2021) Os custos incorridos na reinstalação de ativo intangível serão incorporados ao seu valor contábil.
-

Acerca dos critérios de avaliação das contas, julgue os itens que se seguem.

4. (CEBRASPE/PGDF/Analista Jurídico - Contabilidade/2021) Caso a empresa tenha reconhecido gastos com intangível como despesa em período anterior, esse gasto não poderá ser reconhecido como parte do custo do ativo intangível em período subsequente.
5. (CEBRASPE/TCE-RJ Analista de Controle Externo/2021) Uma licença para uso de determinado recurso só poderá ser reconhecida como um ativo intangível se, além de cumprir os critérios para reconhecimento de um ativo, for identificável.
6. (CEBRASPE/TCE-RJ Analista de Controle Externo/2021) A mensuração de ativos intangíveis independe da natureza da atividade ou da transação que deu origem ao ativo mensurado.
7. (CEBRASPE/TJ PA/Analista Judiciário/Ciências Contábeis/2020) Se o valor justo de ativo intangível reavaliado não puder ser mensurado em referência a mercado ativo, o valor contábil desse ativo
- a) corresponderá ao valor reavaliado na data da última reavaliação em referência ao mercado ativo, menos quaisquer subseqüentes amortizações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.
 - b) corresponderá ao valor do custo de reposição de um ativo com as mesmas características e benefícios esperados, menos os ajustes correspondentes.
 - c) deverá ser debitado diretamente à conta de reserva de reavaliação até o limite do saldo existente.
 - d) deverá ser realizado em contas de resultado do exercício.
 - e) deixará de ser reconhecido, pois deixa de atender ao critério de reconhecimento de ativo.
-

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Geral (NBC TG), julgue o próximo item.

8. (CEBRASPE/SEFAZ AL/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2020) O reconhecimento inicial de um ativo intangível que tenha sido adquirido em separado deve ser feito ao custo, o qual deve incluir, entre outros elementos, os impostos de importação e os impostos não recuperáveis incidentes sobre a compra.
9. (CEBRASPE/SEFAZ RS/Auditor Fiscal da Receita Estadual/2019) Determinado clube brasileiro de futebol adquiriu, por R\$ 20 milhões, o passe de um jogador uruguaio, de um clube uruguaio de futebol. Imediatamente após a aquisição, o clube brasileiro recebeu uma proposta de um clube argentino para a compra do passe desse jogador uruguaio por R\$ 40 milhões.

Nessa situação, assinale a opção correta quanto à contabilidade do clube brasileiro, no que se refere ao passe do jogador uruguaio.

- a) Por ocasião da aquisição do passe do jogador, o clube brasileiro deverá registrá-lo como um ativo imobilizado, pelo seu custo, e realizar sua depreciação ao longo do tempo de vida útil estimado, não tendo a proposta do time argentino qualquer influência contábil.



- b) Quando do recebimento da proposta do clube argentino, o clube brasileiro deverá registrá-lo como investimento, pelo valor de R\$ 20 milhões, e apurar a valorização desse investimento, pelo seu valor de mercado.
- c) O clube brasileiro deverá reconhecer, a custo histórico, um intangível, abstendo-se de qualquer procedimento quanto à proposta recebida do clube argentino.
- d) O clube brasileiro deverá registrá-lo como estoque, pelo seu valor justo de R\$ 40 milhões.
- e) O clube brasileiro deverá registrar um ativo realizável em longo prazo, no valor de R\$ 20 milhões.

O processo de mensuração consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nestas. A respeito das bases de mensuração de ativos e passivos, julgue o item que se segue.

10. (CEBRASPE/SLU DF/Analista de Gestão de Resíduos Sólidos/Ciências Contábeis/2019) A amortização de ativo intangível com vida útil indefinida será iniciada quando o mesmo estiver disponível para uso.

Acerca das contas e dos grupos patrimoniais de empresas comerciais, julgue o seguinte item.

11. (CEBRASPE/TJ AM/Analista Judiciário - Contabilidade/2019) As patentes, além de serem amortizadas contabilmente, são sujeitas a redução de valor em decorrência da avaliação de seus valores de recuperação.

12. (CEBRASPE/SEFAZ RS/ Técnico Tributário da Receita Estadual/2018) Tendo em vista que o patrimônio de um estabelecimento comercial pode incluir bens corpóreos e incorpóreos, assinale a opção cujos elementos podem figurar como bens corpóreos do referido tipo de estabelecimento.

- a) programa de computador adquirido para emissão de notas fiscais e mobiliário
- b) patente de invenção de um bem industrial e mercadorias do estoque
- c) veículos e registro de um desenho industrial
- d) ponto comercial e marca registrada
- e) maquinaria e nome empresarial

13. (CEBRASPE/SEFAZ RS/ Técnico Tributário da Receita Estadual/2018) Um ativo torna-se desvalorizado quando o valor contábil excede o valor recuperável. Nesse caso, o Pronunciamento Técnico n.º 01 (CPC-01) estabelece que o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios deve ser testado a cada

- A três anos.
- B cinco anos.
- C semestre.
- D ano.
- E dois anos.



14. (CEBRASPE/TCE-MG/Analista de Controle Externo/Ciências Contábeis/2018) Julgue os próximos itens, a respeito do tratamento de ativos intangíveis, conforme pronunciamento do CPC.

I O início da amortização dos ativos intangíveis, que se caracterizam como itens imateriais, não depende da colocação desse tipo de ativo em condições operacionais.

II Caso não seja possível definir o padrão de consumo do item intangível ou caso a definição dada não seja confiável, a amortização do ativo intangível deverá ser realizada pelo método linear.

III O reconhecimento de um ativo intangível gerado internamente é possível, desde que sejam identificados os custos incorridos para sua geração e preenchidos os requisitos normativos para seu reconhecimento.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Julgue o item a seguir, referente a balanço patrimonial.

15. (CEBRASPE/FUB/Técnico - Contabilidade/2018) As contas representativas de direitos autorais e da correspondente amortização acumulada devem figurar no ativo não circulante, no subgrupo intangível.

Em cada item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de lançamentos contábeis.

O departamento de contabilidade de uma empresa fez o lançamento na conta sistemas de aplicativos software, a débito, e na conta bancos, a crédito. O custo do aplicativo foi mensurado com segurança para que a empresa pudesse usufruir dos benefícios econômicos desse software.

16. (CEBRASPE/FUNPRESP-EXE/Contabilidade/2016) Nessa situação, o lançamento realizado representa o registro da aquisição de um aplicativo, com pagamento à vista, sendo esse ativo contabilizado como integrante do grupo do ativo não circulante— intangível.

Acerca dos Pronunciamentos Contábeis do Comitê de Pronunciamentos, julgue o item a seguir.

17. (CEBRASPE/ABIN/Oficial Técnico de Inteligência /2018) Software em fase de desenvolvimento de projeto interno é exemplo de ativo intangível a ser reconhecido, em que os custos incorridos só podem ser capitalizados após a possibilidade de determinação da viabilidade tecnológica, se for possível medir os fluxos de benefícios econômicos futuros atribuídos a esse ativo, e ainda, se houver a intenção de uso ou venda.



Acerca dos Pronunciamentos Contábeis do Comitê de Pronunciamentos, julgue o item a seguir.

18. (CEBRASPE/ABIN/Oficial Técnico de Inteligência/2018) Para que um item seja classificado como ativo intangível, o seu custo deve ser mensurado com confiabilidade e os fluxos de benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao uso desse ativo devem ser gerados em favor da entidade.

19. (CEBRASPE/TRT - 7ª/Contabilidade/2017) Assinale a opção correspondente a elemento que é classificado no ativo intangível.

- a) benfeitorias em imóveis de terceiros
- b) despesas pré-operacionais
- c) participações em fundos de investimentos
- d) ágio pago por rentabilidade futura (goodwill)

20. (CEBRASPE/TRE-BA/Analista Judiciário/Ciências Contabilidade/ 2017) Por meio de um contrato de cessão de direitos autorais, uma editora que está sujeita às regras contábeis estabelecidas pelo CPC adquire o direito de publicar, com exclusividade, determinada obra pelo prazo de cinco anos, esperando um retorno de 10% ao ano sobre o capital investido. Considerando os preceitos do pronunciamento contábil do CPC que disciplinam o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação de ativos intangíveis, assinale a opção correta a respeito da situação apresentada.

- A) O reconhecimento inicial dos direitos autorais adquiridos pela editora deve ser feito com base no valor de mercado, independentemente do valor negociado entre as partes no momento da transação.
- B) Dada a expectativa de retorno de 10% ao ano, permite-se que não se aplique o teste de valor recuperável de ativo aos direitos autorais adquiridos pela editora.
- C) Os direitos autorais adquiridos não estão sujeitos à amortização periódica de seu valor.
- D) As características dos direitos autorais adquiridos revelam que eles não podem ser considerados ativos identificáveis para fins de reconhecimento contábil desses ativos.
- E) As condições da contratação indicam que a editora passou a ter o controle sobre os direitos autorais por ela adquiridos

21. (CEBRASPE/TRE/PE/Analista/Contabilidade/2017) Considerando que, na correta contabilização de ativos intangíveis, os analistas contábeis devem ter atenção especial aos critérios de reconhecimento e mensuração, assinale a opção correta.

- a) Os valores aplicados em softwares, patentes, direitos autorais, listas de clientes, quotas de importação e franquias devem ser reconhecidos como ativos intangíveis integrantes do patrimônio da entidade.
- b) A perda por redução ao valor recuperável não se aplica a ativos intangíveis.
- c) Gastos aplicados em pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos como ativos intangíveis independentemente da geração de expectativa de benefícios econômicos futuros.
- d) Ativos intangíveis não podem ser classificados como mantidos para venda, mesmo que se destinem a alienação.



e) Um dos critérios para a identificação de um ativo intangível diz respeito à possibilidade de separação deste ativo dos demais pertencentes à entidade, de forma que ele possa ser vendido, transferido, licenciado ou alugado.

Com base no disposto na Lei n.º 6.404/1976, julgue o item a seguir, relativos aos critérios de avaliação contábil.

22. (CEBRASPE/TCE-PA/ACE/Ciências Atuariais/2016) Os recursos aplicados na aquisição de direitos de propriedade industrial ou comercial estão sujeitos à amortização, que representa perda de valor dos referidos ativos.

A Cia. ABC adquiriu uma patente capaz de lhe gerar entradas líquidas de caixa durante doze anos. Na mesma data, um terceiro assumiu o compromisso de comprar, após seis anos, essa patente da Cia. ABC por um valor equivalente a 50% do valor justo da patente na data em que esta foi adquirida. A Cia. ABC pretende honrar o compromisso assumido e vender a patente conforme o acordado.

A partir dessa situação hipotética, julgue o próximo item.

23. (CEBRASPE/Telebrás/Contador/2015) A patente deve ter o seu valor contábil integralmente amortizado pela Cia. ABC ao longo dos seis anos.

A respeito da elaboração do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do exercício, da demonstração do resultado abrangente e de operações a elas relacionadas, julgue o item subsequente.

24. (CEBRASPE/Telebras/Analista Superior-Auditoria/2015) O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é registrado pelo seu custo incorrido, e está sujeito a depreciação, quando aplicável, bem como a ajuste pelo valor recuperável, caso este seja menor que o valor contábil líquido.

A Cia. ABC adquiriu uma patente capaz de lhe gerar entradas líquidas de caixa durante doze anos. Na mesma data, um terceiro assumiu o compromisso de comprar, após seis anos, essa patente da Cia. ABC por um valor equivalente a 50% do valor justo da patente na data em que esta foi adquirida. A Cia. ABC pretende honrar o compromisso assumido e vender a patente conforme o acordado. A partir dessa situação hipotética, julgue o próximo item.

25. (CEBRASPE/Telebras/Contador/2015) O compromisso de venda futura desobriga a Cia. ABC de efetuar a análise quanto à redução no valor recuperável da patente durante o período em que esta estiver sob o controle da referida companhia.

Julgue o próximo item, com referência aos critérios de reconhecimento e classificação de ativos e passivos.

26. (CEBRASPE/STJ/Analista Contadoria/2015) Desde que sejam atendidos os critérios de reconhecimento de ativos, é possível fazer o registro de ativos intangíveis adquiridos por meio de transações sem contraprestação.



Julgue o item seguinte, relativo ao conceito e à forma de avaliação de itens patrimoniais.

27. (CEBRASPE/MPOG/Contador/2015) Goodwill é um termo contabilístico usado para refletir a parte do valor de mercado de um negócio que não é diretamente atribuível aos seus ativos e passivos, contabilizado apenas em caso de uma aquisição.

Julgue o item que se segue, relativo à contabilização dos itens do ativo e do passivo.

28. (CEBRASPE/MPU/Finanças e Controle/2015) O ativo intangível gerado internamente não deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis.

Com respeito à legislação e à normatização contábil brasileira vigentes, julgue o item subsequente.

29. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) A venda de uma marca desenvolvida por determinada empresa implica a baixa do intangível correspondente contra uma conta de custo ou despesa e o registro do valor efetivamente recebido contra uma conta de receita, para posterior apuração do resultado obtido na transação.

O item apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao reconhecimento e à mensuração contábil, de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

30. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) A vida útil de determinado ativo intangível foi considerada indefinida, pois, com base na análise dos fatos relevantes, não foi possível prever um período durante o qual seriam gerados fluxos de caixa líquidos positivos para a empresa. Nessa situação, o impairment test deve ser aplicado anualmente a esse intangível.

31. (CEBRASPE/TRE MT/Contabilidade/2015) Com relação a contas ativas diversas, assinale a opção correta.

- a) Um ativo que possa ser vendido em uma eventual necessidade financeira da empresa é um item de estoque.
- b) Os direitos realizáveis devem ser registrados, no ativo realizável a longo prazo, em até 360 dias do encerramento do exercício social.
- c) Uma patente desenvolvida pela própria empresa deve ser registrada no intangível e mensurada a valor justo.
- d) Um ativo intangível com vida útil definida, apesar de ser objeto de amortização, também está sujeito a teste de impairment.
- e) A contabilização da provisão para perda em contas a receber deve ser realizada de forma prospectiva.



Uma instituição pública federal adquiriu, em 2/1/2008, por R\$ 77.000,00, um software de gestão e mapeamento de riscos, cujo período de benefícios esperados era de seis anos, estimando-se um valor residual de R\$ 5.000,00. A instituição também adquiriu, na mesma data, dez computadores novos do tipo desktop pelo valor total de R\$ 10.000,00, com vida útil estimada em cinco anos e valor residual nulo, para utilização nas atividades de administração da entidade. A respeito dessa situação hipotética e dos aspectos contábeis a ela relacionados, julgue os itens a seguir.

32. (CEBRASPE/MPOG/Contador/2015) Se, em 2/1/2010 — início do terceiro ano de uso do software —, o valor de mercado do software tiver sido de R\$ 50.000,00, então foi reconhecida uma perda por irrecuperabilidade no valor de R\$ 3.000,00.

Uma instituição pública federal adquiriu, em 2/1/2008, por R\$ 77.000,00, um software de gestão e mapeamento de riscos, cujo período de benefícios esperados era de seis anos, estimando-se um valor residual de R\$ 5.000,00. A instituição também adquiriu, na mesma data, dez computadores novos do tipo desktop pelo valor total de R\$ 10.000,00, com vida útil estimada em cinco anos e valor residual nulo, para utilização nas atividades de administração da entidade. A respeito dessa situação hipotética e dos aspectos contábeis a ela relacionados, julgue os itens a seguir.

33. (CEBRASPE/MPOG/Contador/2015) O software em questão deverá ser registrado como ativo intangível da referida instituição, devendo-se registrar sua depreciação mensal de R\$ 1.000,00.

34. (CEBRASPE/Agende de Polícia Federal/2014) O direito que uma empresa detém para a exploração de recursos minerais de jazida que não seja de sua propriedade é considerado bem incorpóreo

35. (CEBRASPE/CADE/Contador/2014) Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem influenciar a DRE em contas de receitas ou despesas/custos. Tal flexibilidade ocorre porque esses benefícios podem aumentar a receita da venda de produtos ou serviços ou reduzir os custos resultantes do uso do ativo pela entidade.

36. (CEBRASPE/TJ-CE/Ciências Contábeis/2014) Suponha que a Cia. ABC mantenha três projetos internos em fase de pesquisa e apresente os gastos incorridos e estimados expostos na tabela acima. Suponha, ainda, que a Cia. ABC tenha encerrado o exercício social em 31 de dezembro de 2013. Com base nessa situação hipotética e considerando os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os relatórios contábil-financeiros de 2013 da Cia. ABC apresentarão o reconhecimento de

	Valores em reais		
	gastos incorridos em 2012	gastos incorridos em 2013	gastos projetados para 2014
projeto 1	200.000	300.000	300.000
projeto 2	50.000	200.000	150.000
projeto 3	-	100.000	200.000
	250.000	600.000	650.000

a) R\$ 850.000 em ativos intangíveis — projetos internos em fase de pesquisa.

b) R\$ 850.000 em ativos intangíveis — projetos internos — e R\$ 650.000 em despesas a realizar.



- c) R\$ 600.000 em despesas de projetos internos em fase de pesquisa.
- d) R\$ 850.000 em despesas de projetos internos em fase de pesquisa.
- e) R\$ 600.000 em ativos intangíveis — projetos internos em fase de pesquisa.



GABARITO

1 C	19 D
2 C	20 E
3 ERRADO	21 E
4 CERTO	22 CERTO
5 CERTO	23 ERRADO
6 ERRADO	24 ERRADO
7 A	25 ERRADO
8 CERTO	26 CERTO
9 C	27 CERTO
10 ERRADO	28 ERRADO
11 CERTO	29 ERRADO
12 A	30 CERTO
13 D	31 D
14 D	32 CERTO
15 CERTO	33 ERRADO
16 CERTO	34 CERTO
17 CERTO	35 CERTO
18 CERTO	36 C



LISTA DE QUESTÕES – CPC 04 – FCC

1. (FCC/TRT-PR/Analista Judiciário/2022) Uma empresa adquiriu por R\$ 10.000.000,00 o direito de utilizar uma determinada marca pelo prazo de 20 anos. A transação foi realizada no dia 31/12/2017 e no final do ano de 2018 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment), tendo obtido as seguintes informações:

- Valor em uso da marca: R\$ 8.500.000,00.
- Valor justo da marca líquido de despesas de vendas: R\$ 8.000.000,00.

A empresa reconheceu, na Demonstração do Resultado do ano de 2018,

- (A) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e perda por desvalorização no valor de R\$ 1.500.000,00.
- (B) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e perda por desvalorização no valor de R\$ 1.000.000,00.
- (C) despesa de amortização no valor de R\$ 447.368,42, apenas.
- (D) despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00, apenas.
- (E) perda por desvalorização no valor de R\$ 1.500.000,00, apenas.

2. (FCC/SEFAZ SC/Analista da Receita Estadual/2021) A Cia. Invisível possuía, em 31/12/2019, um ativo Intangível (Marca) com vida útil indefinida, cujo valor contábil era R\$ 2.100.000,00, composto dos seguintes valores:

- Custo de aquisição R\$ 2.500.000,00
- Perda por desvalorização (reconhecida em 2019) R\$ 400.000,00

Em dezembro de 2020, a Cia. realizou novamente o Teste de Recuperabilidade do Ativo (Teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso R\$ 1.900.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda R\$ 2.600.000,00

Com base nestas informações e sabendo que as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida, a Cia. Invisível, em dezembro de 2020,

A não fez nenhum registro.

B reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 200.000,00.

C reconheceu um ganho no valor de R\$ 400.000,00.

D reconheceu um ganho no valor de R\$ 500.000,00.

E reconheceu um ganho no valor de R\$ 100.000,00.



3. (FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/ Especialidade -Assistente de Contabilidade/2020) A empresa CiênciaTech tem diversos projetos de aplicativos para o uso cotidiano. Alguns deles são apenas experimentais, geram aprendizado para seus programadores e não chegam a ser concluídos como aplicativos finais disponíveis ao público. Já outros aplicativos, ao longo de seu desenvolvimento, apresentam um potencial de geração de receita alto quando finalizados. Nesse sentido, a equipe técnica de programação é alocada para finalizar esse tipo de aplicativo e disponibilizar ao público final. A empresa deve reconhecer os gastos com os aplicativos experimentais e a expectativa de geração de benefício econômico futuro, respectivamente, como

- (A) despesa em resultado e como ativo intangível.
- (B) perda em resultado e como provisão.
- (C) ativo intangível e ativo intangível.
- (D) despesa em resultado e despesa em resultado.
- (E) despesa antecipada e como ágio por expectativa de rentabilidade futura.

4. (FCC/ALAPA/Analista Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/ Especialidade - Contador/2020) A Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2017 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R\$ 750.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 950.000,00.
- Perda por desvalorização (impairment): R\$ 200.000,00.

Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (impairment) para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 1.000.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 700.000,00.

Com base nessas informações e sabendo-se que o ativo não corresponde a ágio pago por expectativa de resultados futuros, a Cia. Investidora

- (A) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 50.000,00.
- (B) manteve, no ativo, o valor contábil de R\$ 750.000,00.
- (C) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 250.000,00.
- (D) reconheceu, no resultado de 2018, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (E) reconheceu, no resultado de 2018, um ganho no valor de R\$ 200.000,00.

5. (FCC/METRO SP/Analista Desenvolvimento Gestão Júnior - Ciências Contábeis/2019) Ativos intangíveis são

- a) os interesses residuais nas aplicações da entidade depois de deduzidas todas as origens de recursos.
- b) obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujas liquidações se espera que resultem na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.



- c) ativos não monetários, identificáveis e sem substância física, controlados pela entidade como resultado de eventos passados, e dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.
- d) ativos não monetários, identificáveis e sem substância física, que podem ou não estar sob controle da entidade, e dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.
- e) ativos monetários, identificáveis, podendo ter ou não substância física, controlados pela entidade como resultado de eventos passados, e dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade.

6. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Sobre Ativos Intangíveis, considere:

- I. Os gastos incorridos com pesquisa devem ser reconhecidos como ativo em desenvolvimento, uma vez que gerarão benefícios futuros para a entidade.
- II. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.
- III. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, deve ser amortizado e não está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.
- IV. Um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável anualmente, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.

7. (FCC/SJRP/Auditor Fiscal Tributário Municipal/2019) São exemplos de ativos intangíveis:

- a) patentes, marcas geradas internamente, edifícios.
- b) gastos com pesquisa, estoques, ágio por expectativa de rentabilidade futura.
- c) patentes cedidas gratuitamente, treinamento de funcionários, juros a pagar.
- d) gastos com desenvolvimento de produtos, marcas adquiridas de terceiros, softwares.
- e) marcas geradas internamente, patentes cedidas gratuitamente, ajustes de avaliação patrimonial.

8. (FCC/AL-SE/Analista Legislativo/Contabilidade/2018) A Cia. Papa Legus possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil de R\$ 1.200.000,00 era composto dos seguintes valores em reais:

Custo de Aquisição	1.500.000,00
Perda por Desvalorização	(300.000,00)

Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o teste de recuperabilidade do ativo (Teste de Impairment) e obteve as seguintes informações, com valores em reais:



Valor em uso 1.100.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda 1.600.000,00

As evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida.

Com base nestas informações, a Cia. Papa Legus, em dezembro de 2017,

(A) não fez nenhum registro.

(B) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.

(C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 400.000,00.

(D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 300.000,00.

(E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 100.000,00

9. (FCC/Prefeitura do Recife/Analista/2019) A Cia. Incorporada tinha registrado, em 31/12/17, um ativo intangível com vida útil indefinida (marca X), cujo valor contábil de R\$ 520.000,00 era composto por:

Custo de aquisição R\$ 650.000,00.

Perda por desvalorização (reconhecida em 2016) R\$ 130.000,00.

Nesta data, antes de elaborar as demonstrações contábeis, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível e obteve as seguintes informações:

Valor em uso R\$ 470.000,00.

Valor justo líquido de despesas de venda R\$ 670.000,00.

Com base nas informações acima, a Cia. Incorporada, em 31/12/17,

(A) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.

(B) não fez nenhum registro contábil.

(C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 130.000,00.

(D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.

(E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 180.000,00.

10. (FCC/ISS-MANAUS/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/2019) Em 31/12/2016, o saldo líquido da conta Intangíveis evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa Invisível S.A. era R\$ 21.500.000,00, composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição 25.000.000,00

(-) Amortização Acumulada (3.500.000,00)

(=) Valor contábil 21.500.000,00

As notas explicativas dessa conta apresentavam, nessa data, as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Custo de aquisição (R\$)	Amortização acumulada (R\$)	Vida útil
Patentes	17.500.000,00	3.500.000,00	20 anos
Marca adquirida	7.500.000,00	-	Indefinida
Total	25.000.000,00	3.500.000,00	-



A empresa adota o método linear para cálculo da despesa de amortização.

A empresa realizou, em 31/12/2017, o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) para os dois ativos e obteve as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Valor justo (R\$)	Valor em uso (R\$)
Patentes	Não existe	13.250.000,00
Marca adquirida	6.500.000,00	7.000.000,00

O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais,

- a) 20.250.000,00.
- b) 20.125.000,00.
- c) 19.750.000,00.
- d) 19.625.000,00.
- e) 20.625.000,00.

11. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Sobre Ativos Intangíveis, considere:

I. Os gastos incorridos com pesquisa devem ser reconhecidos como ativo em desenvolvimento, uma vez que gerarão benefícios futuros para a entidade.

II. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.

III. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, deve ser amortizado e não está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.

IV. Um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável anualmente, existindo ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.

12. (FCC/ARTESP-SP/Técnico em Contabilidade/2017) A empresa AliCaCo S. A. iniciou, em julho de 2016, um projeto de sistemas coordenado pela sua área de TI para venda futura. Até o final de novembro de 2016, a empresa tinha incorrido em gastos no valor de R\$ 500.000,00. Em 01/12/2016, a empresa conseguiu demonstrar a viabilidade econômica desse projeto. Em dezembro de 2016, os gastos com o desenvolvimento do sistema foram R\$ 300.000,00, totalizando um gasto de R\$ 800.000,00 para o desenvolvimento do referido projeto. Sabendo-se que o valor recuperável estimado, em 31/12/2016, foi R\$ 400.000,00, o valor que a empresa deveria ter apresentado na conta Intangível, referente a este projeto, é, em reais,



- a) 800.000,00.
- b) 500.000,00.
- c) 100.000,00.
- d) 400.000,00.
- e) 300.000,00.

13. (FCC/ARTESP-SP/Técnico em Contabilidade/2017) Ativos Intangíveis com vida útil indefinida são mensurados pelo valor

- a) de custo, menos a amortização acumulada.
- b) justo e estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.
- c) de custo, menos a eventual perda acumulada por redução ao valor recuperável.
- d) justo, sofrem amortização e estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.
- e) de custo, menos a amortização acumulada e estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

14. (FCC/DRE-RS/Analista Judiciário – Contabilidade/2017) A Cia. Industrial possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida. Os valores evidenciados para este ativo, nesta data, são apresentados a seguir:

Custo de aquisição	R\$ 800.000,00
(-) Ajuste por "impairment" (calculada em 2015)	(R\$ 300.000,00)
(=) Valor contábil do ativo	R\$ 500.000,00

Ao realizar o teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de "impairment"), a Cia. obteve as seguintes informações a respeito desse ativo em 31/12/2016:

Valor em uso	R\$ 650.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 550.000,00

O valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 para este ativo foi, em reais,

- a) 600.000,00
- b) 650.000,00
- c) 550.000,00
- d) 500.000,00
- e) 800.000,00

15. (FCC/TST/Analista Judiciário – Contabilidade/2017) A empresa Só Rodovias S.A. ganhou a concessão para administrar uma rodovia federal e pagou pelo direito de exploração da atividade o valor de R\$ 90.000.000,00. O prazo da concessão é 30 anos e, no final do prazo do contrato, o governo reassume a administração da rodovia. A concessão iniciou-se em 01/01/2015 e no final de 2016 a Só Rodovias S.A. identificou que o valor em uso da concessão havia sofrido uma grande redução, pois a quantidade de usuários da rodovia estava bem abaixo do que havia sido projetado quando a concessão foi adquirida.



Em 31/12/2016 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) e o valor em uso calculado para a concessão foi R\$75.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2016 a empresa deveria

- a) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 3.000.000,00, apenas.
- b) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 3.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 12.000.000,00.
- c) não reconhecer nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.
- d) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 15.000.000,00, apenas.
- e) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 3.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 9.000.000,00.

16. (FCC/Contabilidade/ARTESP/2017) A Cia. Só Softwares iniciou em 2012 um projeto de pesquisa e desenvolvimento de um novo software. Os gastos incorridos com a pesquisa e desenvolvimento deste novo produto estão apresentados abaixo:

Ano	Valor (R\$)
2012	70.000,00
2013	60.000,00
2014	120.000,00
2015	80.000,00
2016	50.000,00

Em 2012, o projeto estava na fase inicial de pesquisa. Em 2013, a Cia. iniciou a fase de desenvolvimento, mas ainda não conseguiu demonstrar como o novo produto iria gerar benefícios econômicos futuros para a empresa. Em 2014, conseguiu demonstrar que havia viabilidade técnica para concluir o projeto, mas ainda não conseguiu demonstrar que haveria demanda para tornar o produto economicamente viável. No início de 2015, a Cia. Conseguiu demonstrar que o software era economicamente viável. A expectativa era de que o software fosse concluído no início de 2015, no entanto, acabou sendo concluído no final de 2016, cuja comercialização se iniciou em 2017.

Com base nestas informações, o valor que a Cia. Só Softwares apresentou no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 para este novo produto foi, em reais,

- (A) 310.000,00.
- (B) 380.000,00.
- (C) 50.000,00.
- (D) 130.000,00.
- (E) 250.000,00.

17. (FCC/SEFAZ MA/Técnico da Receita Estadual/2016) Em 31/12/2014, a indústria farmacêutica MMX S.A. adquiriu, por R\$ 1.500.000,00 à vista, uma patente que expira após 10 anos e lhe garante a exclusividade de produção e venda do medicamento protegido pela tecnologia patenteada. Entretanto, a empresa MMX S.A. pretende ficar com a patente durante 6 anos, uma vez que a mesma



tem o compromisso firme de um terceiro para comprar a patente no final do 6º ano por 50% do valor de aquisição. Neste caso, foi reconhecido em 31/12/2014, um ativo

- a) intangível de R\$ 750.000,00 e a despesa de amortização anual é R\$ 125.000,00 pelo método das cotas constantes.
- b) imobilizado de R\$ 1.500.000,00 e a despesa de depreciação anual é R\$ 250.000,00 pelo método das cotas constantes.
- c) intangível de R\$ 1.500.000,00 e a despesa de amortização anual é R\$ 125.000,00 pelo método das cotas constantes.
- d) imobilizado de R\$ 750.000,00 que não deve ser amortizado, já que a patente será vendida a terceiros.
- e) intangível de R\$ 1.500.000,00 e a despesa de amortização anual é R\$ 250.000,00 pelo método das cotas constantes.

18. (FCC/TRF 3ª Região/Contabilidade/2014) A Empresa Fin S.A. adquiriu uma Marca por R\$ 80.000,00 à vista, cuja vida útil econômica foi estimada em 20 anos. Com base nestas informações, este ativo é mensurado ao.

- A) custo e não sofre amortização.
- B) valor justo e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável.
- C) custo e não está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável.
- D) valor justo, sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável.
- E) custo, sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável

19. (FCC/SEFAZ PI/Auditor Fiscal da Fazenda Estadual/2015) A Cia. Propagandas S.A. possuía, em 31/12/2014, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil era R\$ 500.000,00, o qual era composto por:

Custo de aquisição: R\$ 700.000,00.

Perda por desvalorização (reconhecida em 2013): R\$ 200.000,00.

Em 31/12/2014, a Cia. realizou o teste de recuperabilidade do ativo (impairment) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso: R\$ 540.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 470.000,00.

Sabendo que as evidências indicaram que a vida útil deste ativo continuava indefinida, a Cia. Propagandas S.A., em dezembro de 2014, deveria

- a) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 30.000,00.
- b) manter o valor contábil de R\$ 500.000,00.
- c) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 160.000,00.
- d) reconhecer um ganho no valor de R\$ 40.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- e) reconhecer um ganho no valor de R\$ 30.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.



20. (FCC/TRT 13/Contabilidade/2014) Um ativo intangível adquirido com vida útil indefinida (por exemplo, Direito Autoral), é mensurado inicialmente pelo

- A) custo, devendo ser amortizado ao longo da vida útil e estando sujeito ao teste de recuperabilidade de custo (“impairment”) anualmente e sempre que existirem indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.
- B) custo, não devendo ser amortizado ao longo da vida útil, mas estando sujeito ao teste de recuperabilidade de custo (“impairment”) anualmente e sempre que existirem indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.
- C) valor justo, devendo ser amortizado ao longo da vida útil e estando sujeito ao teste de recuperabilidade de custo (“impairment”) anualmente e sempre que existirem indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.
- D) valor justo, não devendo ser amortizado ao longo da vida útil e não estando sujeito ao teste de recuperabilidade de custo (“impairment”).
- E) custo, não devendo ser amortizado ao longo da vida útil e não estando sujeito ao teste de recuperabilidade de custo (“impairment”).

21. (FCC/TRT 19/Contabilidade/2014) Determinada empresa iniciou um projeto de pesquisa e desenvolvimento de um novo medicamento. Os gastos incorridos com a pesquisa e desenvolvimento deste novo produto, nos anos de 2010 a 2013, são:

Ano	Valor (R\$)
2010	35.000
2011	50.000
2012	40.000
2013	70.000

Em 2010, o projeto estava na fase inicial de pesquisa. Em 2011, a empresa iniciou a fase de desenvolvimento, mas ainda não conseguiu demonstrar como o ativo iria gerar benefícios econômicos futuros para a empresa. Em 2012, a empresa conseguiu demonstrar que havia viabilidade técnica para concluir o projeto, mas ainda não conseguiu demonstrar que haveria demanda para tornar o produto economicamente viável. No início de 2013, a empresa conseguiu demonstrar que o produto é economicamente viável e concluiu o projeto, o qual começará a ser produzido em larga escala em 2014.

Com base nestas informações, o valor do ativo apresentado no Balanço Patrimonial da empresa em 2013, é, em reais, de

- A) 195.000,00.
- B) 160.000,00.
- C) 110.000,00.
- D) 70.000,00.
- E) 125.000,00.

22. (FCC/Agente Fiscal de Rendas/ICMS SP/2013) A Empresa GAMA S.A. incorreu, durante o exercício social de 2012, em gastos com

- I. Atividades pré-operacionais e treinamento de pessoal.



- II. Aquisição de softwares, licenças e franquias.
- III. Aquisição de marcas, patentes e direitos de propriedade.
- IV. Publicidade e reorganização da sociedade.

Com base na Resolução no 1.303/2010 do CFC, enquadram-se na definição de Ativo Intangível e podem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial de uma empresa os gastos relacionados em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

23. (FCC/Analista Contábil/DPE/RS/2013) Considere as seguintes assertivas sobre Ativos Intangíveis:

- I. O custo de um ativo intangível (identificado e separável) adquirido em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data da aquisição.
- II. Os ativos intangíveis gerados internamente, resultantes da fase de pesquisa, devem ser reconhecidos, uma vez que o custo pode ser determinado com segurança.
- III. Um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser reconhecido inicialmente pelo custo, não sofre amortização e está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.



GABARITO

- 1 B
- 2 C
- 3 A
- 4 E
- 5 C
- 6 D
- 7 D
- 8 D
- 9 C
- 10 B
- 11 D
- 12 E
- 13 C
- 14 B
- 15 E
- 16 D
- 17 C
- 18 E
- 19 A
- 20 B
- 21 D
- 22 C
- 23 C



LISTA DE QUESTÕES – CPC 04 – MULTIBANCAS

1. (FUNDATEC/CM Cachoeirinha/Contador/2024) Com base na NBC TG 04 (R4), de 24 de novembro de 2017, assinale a alternativa INCORRETA quanto ao tratamento contábil do Ativo Intangível.

A Podem ser utilizados vários métodos de amortização para apropriar de forma sistemática o valor amortizável de um ativo ao longo da sua vida útil.

B A amortização deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração.

C Considerando o histórico de rápidas alterações na tecnologia, os softwares e muitos outros ativos intangíveis estão suscetíveis à obsolescência tecnológica.

D A vida útil de ativo intangível deve levar em consideração apenas a manutenção futura exigida para mantê-lo no nível de desempenho avaliado no momento da estimativa da sua vida útil e a capacidade e a intenção da entidade para atingir tal nível.

E A entidade deve atribuir vida útil definida a um ativo intangível quando, com base na análise de todos os fatores relevantes, não existe um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a entidade.

2. (FUNDATEC/Pref. Criciúma/Auditor Fiscal da Receita Municipal/2024) Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), “o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável” refere-se ao(à):

A Ativo intangível.

B Perda por desvalorização.

C Valor pós-contábil.

D Ágio futuro.

E Antecipação de ativos.

3. (ISBA/Pref. Feira Grande/Auditor de Controle Interno/2024) Leia abaixo.

I. É a aplicação dos resultados da pesquisa ou de outros conhecimentos em um plano ou projeto visando à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados, antes do início da sua produção comercial ou do seu uso.

II. É o montante pelo qual o ativo é reconhecido após a dedução da amortização acumulada, e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

III. É a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da sua vida útil.

IV. É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

V. É a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico.

Assinale a alternativa correta que representa a ordem das afirmações acima.



- A Ativo Intangível, Pesquisa, Desenvolvimento, Amortização, Valor Contábil.
- B Desenvolvimento, Valor Contábil, Amortização, Ativo Intangível, Pesquisa.
- C Desenvolvimento, Ativo Intangível, Amortização, Valor Contábil, Pesquisa.
- D Ativo Intangível, Desenvolvimento, Amortização, Valor Contábil, Pesquisa
- E Pesquisa, Amortização, Valor Contábil, Ativo intangível, Desenvolvimento.

4. (Instituto Consulplan/TJ MA/Técnico em Contabilidade/2024) O Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) define o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro Pronunciamento. Nesse sentido, assinale a afirmativa correta com relação ao que preconiza essa norma.

- A O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente deve ser reconhecido como ativo.
- B O custo de ativo intangível adquirido separadamente não inclui custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.
- C Um ativo intangível com vida útil definida não deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser amortizado.
- D A definição de ativo intangível requer que ele seja identificável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

5. (UNIVIDA/Pref. Florai/Contador/2024) No que diz respeito ao ativo intangível, assinale a alternativa INCORRETA:

- A É um ativo monetário, com substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- B Controlar um ativo significa dizer que a entidade detém o poder de obter benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios ou serviços.
- C O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.
- D Alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como no caso de software ou no de licença ou patente.
- E Normalmente, o preço que a entidade paga para adquirir separadamente um ativo intangível reflete sua expectativa sobre a probabilidade de os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços esperados, incorporados no ativo, fluírem a seu favor.

6. (FUNCERN/Pref. Bom Jesus - RN/Contador/2023) Considerando as fases de pesquisa e desenvolvimento para geração interna de ativos intangíveis, uma das atividades de desenvolvimento é

- A seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa.
- B busca de alternativas para materiais, produtos, processos, sistemas ou serviços.
- C projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia.



D seleção final de alternativas possíveis para produtos ou serviços novos.

7. (FUNDATEC/Água de Ivoti/Técnico Contábil/2023) São exemplos de gastos que NÃO fazem parte do custo do ativo intangível:

A Gastos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais).

B Custos de benefícios a empregados incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais.

C Custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente.

D Honorários profissionais diretamente relacionados para que o ativo fique em condições operacionais.

E Preço de compra do ativo, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.

8. (Instituto Verbena/IFS/Técnico Contabilidade/2024) A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 04 (R4) – Ativo intangível define tratamento contábil para reconhecimento, mensuração e divulgação para os ativos intangíveis das organizações. Com base na NBC TG 04 (R4), considera-se que

A os gastos incorridos na geração de marcas, listas de clientes e outros itens similares podem ser separados e reconhecidos como ativo intangível.

B o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente deve ser reconhecido como ativo intangível separadamente de outros ativos identificados.

C o período e o método de amortização de ativo intangível com vida útil indefinida devem ser revisados pelo menos ao final de cada exercício.

D a entidade não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível durante a fase de pesquisa relativa aos produtos e processos novos.

9. (Instituto Verbena/UFCAT/Auditor/2023) No Balanço Patrimonial são registrados, no subgrupo dos intangíveis, os bens incorpóreos permanentes que são ou serão utilizados nas atividades da empresa. São intangíveis

A as receitas diferidas.

B as contingências postergadas.

C os ajustes de avaliação patrimonial.

D os direitos sobre recursos minerais.

10. (FEPESE/Pref. Balneário Camboriú/Técnico Contábil Financeiro/2023) De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TG 04 – R4), um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se:

1. For provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade.

2. O custo do ativo puder ser mensurado com confiabilidade.

3. A formação houver ocorrido por arrendamento mercantil.

4. O valor do ativo intangível for depreciável.



Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- A São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- B São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- C São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- D São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- E São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

11. (COPS UEL/IPMR/Contador/2023) Os ativos intangíveis de uma entidade são, geralmente, contabilizados no patrimônio e, conseqüentemente, constarão do Balanço Patrimonial como Ativo Intangível por classes. Assinale a alternativa que indica, corretamente, uma classe do Ativo Intangível.

- A Equipamentos.
- B Imobilizações em andamento.
- C Patentes das marcas de mercadorias.
- D Licenças e franquias.
- E Lista de clientes.

12. (DIRENS Aeronáutica/CIAAR/EOAP/Ciências Contábeis/2023) Considerando o conteúdo da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 04 (R4) – Ativo Intangível, indique a opção que completa corretamente as lacunas da assertiva abaixo.

Os gastos que se caracterizam como _____ devem ser reconhecidos como _____ quando incorridos, enquanto os gastos que se caracterizam como _____ podem ensejar o reconhecimento de um ativo intangível, se verificado o cumprimento dos requisitos normativos para tal.

- A despesas / investimento / custos
- B desenvolvimento / custo / pesquisa
- C custos / desenvolvimento / pesquisa
- D pesquisa / despesa / desenvolvimento

13. (FUNCERN/Pref. Junco do Seridó/Fiscal de Tributos/2023) No Balanço Patrimonial de uma entidade, registram-se seus bens, seus direitos e suas obrigações.

As patentes de uma empresa devem ser reconhecidas, contabilmente, como

- A ativo imobilizado.
- B ativo intangível.
- C passivo contingente.
- D passivo realizável a longo prazo.

14. (FUNDATEC/Pref. Sapucaia do Sul/Contador/2023) Analise as assertivas a seguir quanto ao registro e tratamento contábil do Ativo Intangível:



I. Valores decorrentes de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura gerado internamente devem ser reconhecidos como ativo.

II. Ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido.

III. São exemplos de atividades de desenvolvimento o projeto, construção e operação de fábrica-piloto ou operação que não esteja em escala economicamente viável para produção comercial ou fornecimento de serviços.

Quais estão corretas?

A Apenas I.

B Apenas II.

C Apenas III.

D Apenas I e II.

E I, II e III.

15. (Instituto Consulplan/CRF MG/Contador/2023) De acordo com Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) Ativo Intangível, assinale a afirmativa correta.

A Todo Ativo Intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido.

B O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente pode ser reconhecido como ativo.

C Marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares, gerados internamente, não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.

D Gastos com um item intangível reconhecidos inicialmente como despesa devem ser reconhecidos como parte do custo de ativo intangível em data subsequente.

16. (Instituto AOCP/UFRB/Técnico/Contabilidade/2023) Em 02/01/2022, a empresa XBOX S/A deu início a um projeto para desenvolver uma nova patente, o que resultou em despesas gerais e com pesquisas no valor de R\$ 400.000,00 até maio de 2022. A partir de agosto de 2022, a empresa identificou os critérios para o reconhecimento de ativo intangível. Ao final do ano de 2022, os gastos com o desenvolvimento da patente totalizaram R\$ 1.000.000,00.

Com base nas informações fornecidas, o valor a ser evidenciado no Balanço Patrimonial em 31/12/2022, para a conta de ativo intangível desta patente, é de

A R\$ 1.000.000,00.

B R\$ 600.000,00.

C R\$ 400.000,00.

D R\$ 1.400.000,00.

E R\$ 800.000,00.



17. (Instituto AOCP/AGESAN RS/Contador/2022) A Cia. AGS assinou um contrato de exploração, no valor de R\$ 300.000,00, de uma área pública para um período de 7 anos. A exploração desse tipo de área é limitado por lei, de modo que o contrato não poderá prever cláusula de renovação para além do período estabelecido. A avaliação dos gestores da entidade é que a utilização dessa área permitirá gerar benefícios econômicos por até 10 anos.

Considerando as informações apresentadas, a Cia. AGS deve registrar um

A ativo imobilizado cuja vida útil é de 10 anos.

B ativo intangível cuja vida útil é indefinida.

C ativo intangível cuja vida útil é de 10 anos.

D ativo intangível cuja vida útil é de 7 anos.

E ativo investimento.

18. (Instituto AOCP/EMBASA/Analista de Saneamento/Analista de Gestão/Ciências Contábeis/2022) A empresa CMCR, em 01/01/2021, adquiriu o direito de uso de recursos hídricos para fins de exploração na sua atividade. O valor pago foi de R\$ 200.000,00 com um prazo de 5 anos de vigência.

Considerando as informações apresentadas, em 01/01/2021, a empresa CMCR deve reconhecer

A uma despesa operacional no valor de R\$ 200.000,00.

B um ativo circulante no valor de R\$ 40.000,00 e um ativo realizável a longo prazo no valor de R\$ 160.000,00.

C um ativo intangível no valor de R\$ 200.000,00.

D um ativo imobilizado no valor de R\$ 200.000,00.

E um ativo investimento no valor de R\$ 200.000,00.

19. (Instituto AOCP/SANESUL/Contador/2021) Considerando o que estabelece o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível –, assinale a alternativa correta.

A Ativo intangível é um ativo não monetário identificável e com substância física.

B Custos administrativos e outros custos indiretos fazem parte do custo de ativo intangível.

C Custos de benefícios aos empregados incorridos diretamente para que o ativo fique em condições operacionais (de uso ou funcionamento) são considerados como custo diretamente atribuível ao intangível.

D Durante a fase de pesquisa, quando a entidade estiver apta a demonstrar que o ativo intangível gerará prováveis benefícios econômicos futuros, ela poderá reconhecê-lo como ativo intangível.

E O custo de ativo intangível gerado internamente é obtido pela soma dos gastos incorridos a partir da data em que o ativo intangível atende aos critérios de reconhecimento e dos gastos anteriormente reconhecidos como despesa e que agora podem ser reintegrados no valor desse ativo.

20. (QUADRIX/CRO SC/Contador/2023) No ativo intangível, serão classificados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos ou incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido, conceituado como goodwill.



21. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) A Escola Futurista Ltda., fundada em 2019, adquiriu, em 02 de janeiro de 2020, a licença de um software para uso nas aulas, tanto presenciais quanto remotas. A licença custou R\$ 80.000,00 e, para instalar o software em operação, a Futurista Ltda. desembolsou o montante de R\$ 6.000,00. O software ficou apto para uso no dia 05 de janeiro. No contrato de compra e venda consta o prazo de 40 meses para uso da licença pela Futurista Ltda.. Também, o contrato prevê desconto de 5% para pagamento dentro do mesmo mês e 10% para pagamento à vista, no ato da negociação.

A Futurista Ltda. optou pelo pagamento à vista. No final do mês de janeiro de 2020, a contabilidade tem registrado

- (A) intangível de R\$ 80.000,00 e amortização acumulada de R\$ 2.000,00.
- (B) intangível de R\$ 80.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 2.000,00.
- (C) intangível de R\$ 78.000,00 e amortização acumulada de R\$ 1.950,00.
- (D) intangível de R\$ 78.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 1.950,00.
- (E) intangível de R\$ 86.000,00 e amortização acumulada de R\$ 2.150,00.

22. (FADESP/SEFA PA/Auditor Fiscal de Receitas Estaduais/2022) A companhia Rainha do Norte S/A iniciou um novo projeto interno para o desenvolvimento de um serviço a ser prestado a clientes estrangeiros. A fase de pesquisa desse projeto gerou um gasto para a companhia no valor de R\$ 490.000,00, que foi reconhecido e lançado na contabilidade da companhia

- A no ativo intangível.
- B no ativo investimentos.
- C na apuração de resultado.
- D no patrimônio líquido.
- E no resultado de exercícios futuros.

23. (Instituto AOCP/ITEP RN/ Perito Criminal/2021) Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de ativo intangível não identificável.

- A Direitos autorais.
- B Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).
- C Marcas e patentes quando desenvolvidas internamente pela empresa.
- D Projeto de pesquisa desenvolvido internamente.
- E Franquias.

24. (Instituto AOCP/FSNH/Contador/2021) Os ativos intangíveis são os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. Acerca desse assunto, assinale a alternativa INCORRETA.



A O custo de ativo intangível adquirido separadamente inclui seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos recuperáveis sobre a compra, após deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.

B O reconhecimento dos custos no valor contábil de ativo intangível cessa quando esse ativo está nas condições operacionais pretendidas pela administração.

C São exemplos de gastos, que não fazem parte do custo de ativo intangível, os custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço (incluindo propaganda e atividades promocionais).

D Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

E Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

25. (IBFC/EBSERH/Analista Contábil/2020) De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG04) Ativo intangível, em relação a identificação dos ativos intangíveis, analise as alternativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A definição de ativo intangível requer que ele seja identificável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura que é o Goodwill.

() Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível quando resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, exclusivamente quando tais direitos possam ser transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos ou obrigações.

() Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível quando puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado, ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F,V,V
- b) V,V,V
- c) V,F,V
- d) V,V,F
- e) F,V,F

26. (IBFC/EBSERH/Analista Contábil/2020) De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG04) Ativo intangível, em relação ao controle dos ativos intangíveis, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. O conhecimento de mercado e o técnico podem gerar benefícios econômicos futuros.

II. A entidade controla um ativo quando obtém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

III. O controle da entidade sobre os eventuais benefícios econômicos futuros gerados pelo pessoal especializado e pelo treinamento é suficiente para que esses itens se enquadrem na definição de ativo intangível.



- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- d) As afirmativas I, II e III estão corretas
- e) Apenas a afirmativa II está correta

27. (FADESP/CM Abaetetuba/Contador/2018) Profissional de Contabilidade tem dúvidas quanto ao registro contábil dos intangíveis. Entre as alternativas abaixo, a que não o credencia a registrar ou reconhecer como intangível são

A gastos com pesquisas.

B direitos de sobre recursos naturais.

C direitos federativos.

D marcas e patentes.

28. (Instituto AOC/ADAF/2018) Segundo o CPC 04, Ativo Intangível deve ser reconhecido apenas se

- a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em desfavor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.
- b) for improvável que os benefícios econômicos e futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.
- c) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo não serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.
- d) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.
- e) for provável que os benefícios econômicos passados e futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

29. (UFPR/Pref. Almirante Tamandaré/PR/Contabilidade/2015) A Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré adquire um software para controle de Medicamentos dos Postos de Saúde, em 10.10.X1. O valor do software foi R\$ 20.000,00, conforme Nota Fiscal. A Prefeitura gastou mais R\$ 500,00 de frete para entrega e contratou serviços dos técnicos para instalação do software no valor de R\$ 2.000,00 na mesma data. Tanto o frete quanto os serviços dos técnicos foram pagos pela Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré no dia 10.11.X1.

Assinale a alternativa que reflete o valor correto que deve estar contabilizado no Ativo em 10.10.X1.

- a) 2.000,00.
- b) 2.500,00.
- c) 20.000,00.
- d) 22.000,00.
- e) 22.500,00



30. (COPS-UEL/SEFAZ-PR/Auditor Fiscal/2012) Para efeito de classificação contábil de um ativo para utilização, com vida útil de cinco anos e de valor contábil significativo, como, por exemplo, o software do sistema operacional de um computador, deve-se tratar o ativo como

- a) ativo de investimento, em conjunto com o hardware.
- b) ativo imobilizado, em conjunto com o hardware.
- c) ativo intangível, separadamente do hardware.
- d) despesa, separadamente do hardware.
- e) despesa, em conjunto com o hardware.

31. (COPS-UEL/SEFAZ-PR/Auditor Fiscal/2012) A empresa MKW não possui, em sua contabilidade, qualquer valor registrado de sua marca. Ao receber uma oferta de compra, especificamente, de sua marca, toma conhecimento do seu valor de mercado.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o procedimento contábil que a MKW deve ter com relação à marca.

- a) Registrar o valor da marca no Ativo Intangível.
- b) Registrar o valor da oferta como Ativo Diferido.
- c) Registrar o valor da oferta como Imobilizado.
- d) Registrar o valor da oferta como Intangível em Andamento.
- e) Manter sua contabilidade inalterada.

32. (FADESP/MPE PA/Contador/2012) Em Se uma empresa está em plena operação e incorreu em gastos com um novo projeto, o reconhecimento contábil correto apresenta-se

- A intangível, para ser amortizado no prazo que se espera do projeto.
- B no ativo circulante, despesa antecipada.
- C diferido.
- D como despesas operacionais.



GABARITO

1	E
2	B
3	B
4	D
5	A
6	C
7	A
8	D
9	D
10	A
11	D
12	D
13	B
14	C
15	C
16	B
17	D
18	C
19	C
20	ERRADO
21	C
22	C
23	B
24	A
25	C
26	A
27	A
28	D
29	E
30	B
31	E
32	D



LISTA DE QUESTÕES – CPC 04 – CESGRANRIO

1. (Cesgranrio/UNEMAT/Contador/2024) Uma indústria S.A. apresentou os seguintes gastos no desenvolvimento de uma patente, estando apta a demonstrar que o processo de patenteamento do produto atende aos critérios para reconhecimento como ativo intangível.

Descrição	Valor
Gastos com vendas, administrativos e outros gastos indiretos	R\$ 50.000,00
Gastos com materiais e serviços utilizados na geração do ativo	R\$ 100.000,00
Taxas de registro de direito legal	R\$ 20.000,00
Prejuízos operacionais iniciais	R\$ 15.000,00
Gastos com o treinamento de pessoal para operar o ativo	R\$ 10.000,00

Considerando-se as informações apresentadas, constata-se que o valor, em reais, a ser ativado da patente resulta em um montante de

- (A) 120.000,00
- (B) 130.000,00
- (C) 160.000,00
- (D) 165.000,00
- (E) 180.000,00

2. (CESGRANRIO/ELETRONUCLEAR/Contador/2022) A Cia. Gama desenvolve operações altamente relacionadas com tecnologia. Para um dos seus processos operacionais, a entidade optou por desenvolver internamente uma tecnologia. O projeto de desenvolvimento da tecnologia foi iniciado em 01/03/2018. Ao longo deste primeiro ano foram aplicados R\$ 80.000,00 no projeto, com uma média de R\$ 8.000,00 por mês. Em 01/11/2018, a Cia. Gama divulgou fato relevante informando que, a partir de então, a tecnologia em desenvolvimento atendia aos critérios para reconhecimento como ativo intangível. O desenvolvimento da tecnologia foi concluído no exercício seguinte, com aplicação de mais R\$ 100.000,00.

Considerando-se esse caso hipotético e as disposições do Pronunciamento CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, nas demonstrações contábeis da entidade do exercício encerrado em 31/12/2019, a tecnologia desenvolvida deve ser apresentada, em reais, pelo valor de

- a) 80.000,00
- b) 100.000,00
- c) 116.000,00
- d) 164.000,00
- e) 180.000,00



3. (CESGRANRIO/Exame de Peritos Contábeis/CFC/2022) Um dos principais desafios do tratamento contábil dos ativos intangíveis por parte de uma entidade consiste no reconhecimento de ativos gerados internamente. Esses casos requerem a separação entre as fases de pesquisa e desenvolvimento, para que não se cometam erros de registrar como despesa um item que deve ser ativado e vice-versa.

Um exemplo de atividade típica que, quando incorrida e relacionada a um ativo intangível gerado internamente, deve ter os gastos registrados como despesa do período é o(a)

- a) projeto, a construção e o teste de protótipos
- b) projeto de moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia
- c) teste de alternativas definidas para aperfeiçoamento de um sistema
- d) construção e a operação de fábrica-piloto
- e) avaliação e a seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa

4. (Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018) O CPC 04, que trata do ativo intangível e do seu respectivo tratamento contábil, estabelece que, no caso de aquisição numa combinação de negócio, o custo a ser considerado é o valor

- (A) específico para a entidade na data da compra
- (B) contábil na data da obtenção do controle
- (C) amortizável na data da aquisição
- (D) pago na data da negociação
- (E) justo na data da aquisição

5. (Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018) Uma companhia detém alguns ativos intangíveis conforme descrito a seguir:

Item	
I	Copyright adquirido que tem vida legal remanescente de 30 anos
II	Licença de uso de software adquirida há cinco anos, utilizada em equipamentos que estão sendo substituídos por novas tecnologias
III	Lista de clientes adquirida da qual espera obter benefícios da informação contida na lista por, pelo menos, três anos
IV	Marca comercial adquirida de um produto que tem sido líder de mercado nos últimos dez anos
V	Patente desenvolvida e registrada, com direitos extensivos a 15 anos

Considerando, apenas, a descrição dos itens apresentada, qual ativo intangível pode ser considerado de vida útil indefinida?

- a) I
- b) II
- c) III
- d) IV



e) V

6. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/Ciências Contábeis/2013) Quando um intangível é classificado no Ativo Não Circulante / Intangível, uma dificuldade que surge é a de determinar, de forma fundamentada, se sua vida útil é definida ou indefinida.

O enquadramento do intangível em cada situação de vida útil vai determinar os procedimentos contábeis a serem adotados com relação ao mesmo.

Assim, um Ativo classificado no Intangível com vida útil

- a) indefinida é exaurido
- b) indefinida é depreciado
- c) indefinida é amortizado
- d) definida é depreciado
- e) definida é amortizado

7. (CESGRANRIO/Petrobrás/Ciências Contábeis/2011) Admita que uma sociedade anônima informasse o seguinte:

- Compra de um ativo intangível isolado e de forma separada, como segue:

Preço pago na sua aquisição	R\$ 40.000,00
Seguro pago na aquisição	R\$ 2.000,00
Gastos para o ativo poder ser utilizado	R\$ 5.000,00

- Valor justo do ativo no momento da aquisição R\$ 38.500,00

Considerando exclusivamente as informações acima, tal ativo intangível deve ser mensurado inicialmente pelo valor, em reais, de

- a) 38.500,00
- b) 40.000,00
- c) 43.500,00
- d) 45.000,00
- e) 47.000,00

8. (CESGRANRIO/Transpetro/Tec. Contabilidade/2011) Uma prestadora de serviços, fez a aquisição de bem intangível que irá trazer-lhe benefícios ao longo dos próximos cinco anos. A transação se deu nas seguintes condições:

Entrada em dinheiro	R\$ 10.000,00
Cheque para 20 dias	R\$ 15.000,00
30 parcelas no valor de R\$ 700,00 cada parcela	R\$ 21.000,00
Valor presente das parcelas futuras	R\$ 18.000,00

Desconsiderando-se a incidência de qualquer tipo de imposto, o valor a ser contabilizado pela prestadora de serviços, no ativo intangível, em reais, é

- (A) 25.000,00



(B) 28.000,00

(C) 33.000,00

(D) 43.000,00

(E) 46.000,00



GABARITO

1	A
2	C
3	E
4	E
5	D
6	E
7	E
8	D



LISTA DE QUESTÕES – CPC 04 – VUNESP

1. (VUNESP/SPTrans/Auditor Pleno/2024) Ativo Intangível é:

- A um ativo representado por dinheiro ou por direitos a serem recebidos em uma quantia fixa ou determinável de dinheiro.
- B um ativo não monetário identificável sem substância física.
- C um ativo original e planejado com a expectativa de após a sua realização seja adquirido um novo conhecimento e entendimento científico ou técnico.
- D ativo de uma entidade em condição para venda.
- E é um ativo monetário, não contável, não identificável sem substância física.

2. (VUNESP/CM Campinas/Contador/2024) Se um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios for separável ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, considera-se que o seu _____ pode ser mensurado com confiabilidade.

Assinale a alternativa cuja palavra/expressão completa a lacuna do texto.

- A valor justo
- B valor em uso
- C preço de mercado
- D custo
- E valor corrente

3. (VUNESP/APS/Contador/2024) É correto afirmar que

- A são exemplos de itens que se enquadram como Ativo Intangível: licenças de pesca, quotas de importação, relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes.
- B ,A vida útil de um ativo é sempre determinada pelo regulamento do Imposto de Renda da Receita Federal.
- C Ativo intangível é um ativo monetário identificável, sem substância física.
- D Depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de ativo intangível ao longo da sua vida útil.
- E Ativo intangível é um recurso adquirido pela entidade, corpóreo e resulta em benefícios de pesquisas futuras para a entidade.

4. (VUNESP/APS/Contador/2024) O ativo intangível será baixado por ocasião de sua alienação ou quando

- A o valor amortizado for equivalente ao custo de aquisição.
- B o valor depreciado for equivalente ao custo de aquisição.
- C o valor residual for equivalente a zero.
- D o ciclo operacional for encerrado.
- E não são esperados benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.



5. (VUNESP/CAMPREV/Contador/2023) Em janeiro de 2023, uma prestadora de serviços adquiriu, à vista, 50 licenças de um programa estatístico para uso dos seus consultores em suas atividades de consultoria empresarial, por R\$ 250.000,00.

Sabe-se que essas licenças são perpétuas e que todas as atualizações poderão ser feitas automaticamente por meio de acesso à internet.

Em virtude da característica dessas licenças, o contador da entidade decidiu classificá-las com vida útil indefinida e seu uso iniciou-se em 01.02.2023.

Considerando essas informações, é correto afirmar que contador deverá

A amortizar essas licenças, linearmente e anualmente, em virtude da quantidade de vezes que cada consultor utilizou esse programa estatístico.

B reconhecer um ativo imobilizado por R\$ 250.000,00, que não poderá ser depreciado, uma vez que ele não possui vida útil.

C reconhecer um resultado abrangente de R\$ 250.000,00 em virtude de se tratar de um instrumento financeiro cujo modelo de negócios é indefinido.

D reconhecer uma despesa no valor de R\$ 250.000,00, em janeiro de 2023, uma vez que sem vida útil definida é impossível justificar a existência de um ativo.

E testar a recuperabilidade dessas licenças anualmente ou sempre que tiver indícios de perda.

6. (VUNESP/TRF 3ª Região/Analista Judiciário/Contadoria/2023) Sobre ativo intangível, é correto afirmar que

A um ativo intangível não satisfaz o critério de identificação se for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido.

B deve ser reconhecido se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade.

C custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente não devem ser considerados no valor do ativo intangível.

D custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta não pode ser considerado no valor do ativo intangível.

E um ativo intangível deve ser reconhecido mesmo se o custo do ativo não possa ser mensurado com confiabilidade.

7. (VUNESP/CM SBO/Contador/2023) Uma entidade prestadora de serviços adquiriu, à vista, quatro licenças de um software para uso em suas atividades operacionais pelo valor de R\$ 150.000,00 cada, em 31 de março de 2023.

Sabe-se que as licenças poderão ser utilizadas, com atualização incluída e realizada por meio da internet, por cinco anos após sua efetiva instalação e início do uso. Sabe-se que duas licenças começaram a ser utilizadas em 01 de abril de 2023 e que as outras duas começaram a ser utilizadas em 01 de maio de 2023.

Em virtude das características deste ativo, o contador da entidade classificou as licenças como de vida útil definida.

No dia 31 de março de 2023, o contador da entidade



- A deverá registrar ativo intangível no valor de R\$ 600.000,00.
- B deverá registrar despesas antecipadas no valor de R\$ 300.000,00.
- C deverá registrar fornecedores no valor de R\$ 600.000,00.
- D deverá registrar um ativo imobilizado no valor de R\$ 600.000,00.
- E não deverá fazer registro contábil, uma vez que as licenças não começaram a ser utilizadas.

8. (VUNESP/Pref. Guararema/Contador/2023) Uma entidade comprou a licença perpétua de um sistema operacional pelo valor de R\$ 200.000,00. Sabe-se que anualmente são realizadas atualizações do sistema e que, contratualmente, essas atualizações terão custo para a entidade de R\$ 230,00 anuais. Em virtude de a licença ser perpétua, o contador classificou o sistema operacional como de vida útil indefinida.

Considerando essas informações, é correto afirmar que o sistema operacional:

- A deverá ser reavaliado anualmente por R\$ 230,00.
- B deverá ser testado anualmente por ajuste a valor recuperável.
- C é um ativo amortizado anualmente por R\$ 230,00.
- D é um ativo depreciado anualmente por R\$ 230,00.
- E representa uma despesa inicial de R\$ 200.000,00.

9. (VUNESP/Pref. Guararapes/Auxiliar Contabilidade/2023) Uma empresa comercial adquiriu, à vista, um sistema operacional (software) para utilização em suas atividades precípuas. Sabe-se que o contrato com a fábrica de software prevê a utilização e atualização anual desse sistema, por 5 anos, a partir da sua instalação.

Conforme verificado no contrato, o sistema operacional e a atualização foram adquiridas pelo valor global de R\$ 345.000,00 em 01 de junho de 2023. Sabe-se que o software teve um custo de R\$ 295.000,00 e que as atualizações foram contratadas por um preço de R\$ 50.000,00 cada.

O sistema operacional deverá ser registrado pela entidade como:

- A investimento.
- B intangível.
- C imobilizado.
- D despesas antecipadas.
- E estoques.

10. (VUNESP/EPC/Técnico Contábil/2023) Uma empresa privada ganhou a concessão de uso de uma área em um parque público. Para que a empresa explore a área, ela deverá pagar ao governo estadual o valor de R\$ 1.830.000,00, o que lhe garante o direito de explorar a área por 10 anos.

Sabe-se que o contrato foi assinado no dia 31.12.2022 e que a concessão do espaço público terá início em 01.02.2023.



Adicionalmente, no edital de concessão, estava especificado que, após 10 anos, com o fim do contrato de concessão, não será permitido que a empresa renove o contrato automaticamente e um novo processo seletivo para concessão da área deverá ser realizado.

O direito de uso da área pública, por meio da assinatura de um contrato de concessão, deverá ser registrado na contabilidade como:

- A estoque.
- B imobilizado.
- C intangível.
- D investimento.
- E realizável a longo prazo.

11. (VUNESP/EsFCEX/CA CFO-QC/2022) Um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, é definido como

- A ativo financeiro.
- B ativo contingente.
- C ativo intangível.
- D ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill).
- E resultado de exercício futuro.

12. (VUNESP/Docas PB/Contador/2022) Uma entidade adquiriu uma licença de uso perpétuo de um sistema operacional de controle de tráfego marítimo, em 1 de março de 2021, pelo valor de R\$ 4.500.000,00. Sabe-se que o código-fonte do sistema não foi adquirido. Os analistas financeiros e contadores desta entidade classificaram esse sistema operacional como de vida útil indefinida. Assim, considerando as informações apresentadas e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 1 de março de 2021, o sistema operacional foi reconhecido:

- A no ativo circulante pelo valor de R\$ R\$ 4.500.000,00 e deverá ser testado, anualmente, o seu valor de mercado.
- B no ativo imobilizado pelo valor de R\$ 4.500.000,00 e deverá ser depreciado conforme sua vida útil.
- C no ativo intangível pelo valor de R\$ 4.500.000,00 e deverá ser amortizado em 10 anos, conforme tabela do Regulamento do Imposto de Renda.
- D no ativo intangível pelo valor de R\$ 4.500.000,00 e não sofrerá exaustão até que entre em uso.
- E no ativo intangível pelo valor de R\$ R\$ 4.500.000,00 e deverá ser testado, anualmente, quanto ao seu valor recuperável.

13. (VUNESP/Pref. de Ribeirão Preto/Contador/2021) No que se refere aos conceitos do ativo intangível, conforme as normas brasileiras de contabilidade, é correto afirmar:

- A Valor justo é o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.



B Desenvolvimento é o valor presente dos fluxos de caixa que uma entidade espera (i) obter com o uso contínuo de um ativo e com a alienação ao final da sua vida útil ou (ii) incorrer para a liquidação de um passivo.

C A entidade controla um ativo quando detém o poder de controlar os custos ou sacrifícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses sacrifícios.

D Pesquisa é a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico.

E Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se for provável que os custos incorridos sejam calculáveis, esperados e atribuíveis ao ativo.

14. (VUNESP/AVAREPREV/Contador/2020) Assinale a alternativa correta relacionada ao ativo intangível.

a) Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

b) O software de uma máquina- ferramenta controlada por um computador que não funciona sem esse software específico e que é parte integrante do referido equipamento será classificado obrigatoriamente como ativo intangível.

c) Valor contábil do intangível será o montante de caixa ou equivalente de caixa pago ou o valor justo de qualquer outra contraprestação dada para adquirir um ativo na data da sua aquisição.

d) O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente deverá ser reconhecido como propriedade para investimento, uma vez que não poderá ser amortizado.

e) O ativo intangível gerado internamente que se encontra na fase de pesquisa e/ou de desenvolvimento deverá ser classificado necessariamente pela entidade como ativo diferido, até sua formação final.

15. (VUNESP/CM Sertãozinho/Tesoureiro/2019) Uma empresa é proprietária de um software. O valor do software, com relação ao Plano de Contas,

a) não deve ser registrado, já que é um bem incorpóreo.

b) deve ser registrado no Passivo Circulante, conta fornecedores.

c) deve ser registrado no Passivo Não Circulante, conta diferido.

d) deve ser registrado no Ativo Circulante, conta capital próprio.

e) deve ser registrado no Ativo Não Circulante, conta intangível.

16. (VUNESP/CM Tatuí/Contador/2019) Uma empresa de software, em 2017, gastou com pesquisas de produto R\$ 150.000,00. Nesse trabalho, os estudos técnicos demonstraram que o produto era viável e teria uma vida útil de 10 anos. Em função dessas informações, esse valor deverá ser contabilizado no subgrupo

a) Ativo Circulante – Imobilizado.

b) Resultado – Despesas.

c) Ativo Permanente – Investimentos.

d) Ativo Realizável a Longo Prazo – Diferido.

e) Ativo Circulante – Imobilizado Líquido.



17. (VUNESP/Pref. Cerquilha/Contador/2019) Uma entidade adquiriu uma licença pelo valor de R\$ 230.000,00. No contrato, estava previsto que a entidade poderia explorar esse ativo por 5 anos, sem cláusula de prorrogação de prazo de exploração.

No entanto, internamente, a entidade verificou que a expectativa de benefícios econômicos deste ativo perduraria por 8 anos. Neste sentido, para fins de contabilidade societária, é correto afirmar que este ativo intangível:

- a) deverá ser amortizado conforme estabelece o regulamento do imposto de renda.
- b) deverá ser amortizado pela média entre a expectativa de benefício futuro estimado internamente pela entidade e o prazo previsto no contrato.
- c) deverá ser amortizado pelo prazo da expectativa de benefício futuro estimado internamente pela entidade.
- d) deverá ser amortizado pelo prazo previsto no contrato de exploração assinado pela entidade.
- e) não poderá ser amortizado, visto que se trata de um ativo intangível de vida indefinida.

18. (VUNESP/Controlador/Indaiatuba/2018) Considerando que um ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física, assinale a alternativa correta sobre os gastos com desenvolvimento de um novo software de gestão a ser usado internamente, sem intenção de venda.

- a) Poderiam ser reconhecidos como intangíveis, da mesma forma que os gastos com pesquisa para escolha de novos modelos de otimização de produção a serem usados.
- b) Poderiam ser reconhecidos como ativos intangíveis desde que, entre outros aspectos, exista viabilidade técnica para sua geração, uso ou venda; e, também, exista capacidade técnica para medir os custos com seu desenvolvimento.
- c) Ativos intangíveis apenas podem ser reconhecidos quando da aquisição com ágio de outro negócio.
- d) Nenhum ativo intangível resultante das fases de pesquisa ou de desenvolvimento deverá ser reconhecido. Os gastos desse tipo devem ser reconhecidos como despesas de período obrigatoriamente.
- e) Assim como os gastos de pesquisa, só poderão ser reconhecidos quando da compra com ágio de outra entidade.

19. (VUNESP/Pref. São Paulo/Analista - Ciências Contábeis/2018) Uma companhia farmacêutica adquiriu, à vista, um direito contratual pelo valor de R\$ 680.000,00. O contrato possui prazo de vigência de 8 anos, sem direito à renovação. A companhia estima que os benefícios econômicos deste contrato terão duração de 12 anos.

De acordo com as informações apresentadas, é correto afirmar que

- a) o direito contratual deverá ser amortizado conforme o prazo de vigência do contrato, que é de 8 anos.
- b) o contrato deverá ser reconhecido no ativo circulante, por se tratar de um direito a receber.
- c) o direito contratual deverá ser amortizado pela média entre o prazo de vigência do contrato e a expectativa de benefícios estimada pela companhia.
- d) o direito contratual deverá ser amortizado conforme a expectativa de benefícios econômicos estimada pela companhia, que é de 12 anos.



e) o contrato não poderá ser reconhecido pelo fato de direito não possuir substância física, mas a entidade deverá mencioná-lo em notas explicativas.



GABARITO

1	B
2	A
3	A
4	E
5	E
6	B
7	A
8	B
9	B
10	C
11	C
12	E
13	D
14	A
15	E
16	B
17	D
18	C
19	A



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.